

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



**«ATÉ AOS PILARES DO CÉU»
ESTRATÉGIAS DE DOMÍNIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO
NA SÍRIA-PALESTINA NO REINADO DE TUTMÉS III**

DANIELA FILIPA FERREIRA MARTINS

Dissertação

Mestrado em História Antiga

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



**«ATÉ AOS PILARES DO CÉU»
ESTRATÉGIAS DE DOMÍNIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO
NA SÍRIA-PALESTINA NO REINADO DE TUTMÉS III**

DANIELA FILIPA FERREIRA MARTINS

Dissertação orientada por
Prof. Doutor Luís Manuel de Araújo
e Prof. Doutor José Varandas

Mestrado em História Antiga

2013

ÍNDICE

RESUMO / ABSTRACT	3
PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS	5
AGRADECIMENTOS.....	6
ABREVIATURAS.....	10

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

CAOS VERSUS ORDEM: O SISTEMA-MUNDO	15
1) O Egito e os «outros»	15
2) A <i>maet</i> como arma política e militar	19
3) A ordem cósmica através da guerra.....	21
4) Choque de concepções e de ideologias.....	23

CAPÍTULO II

ACÇÃO MILITAR SOBRE A SÍRIA-PALESTINA:

CAUSA OU CONSEQUÊNCIA?	29
1) O Corredor siro-palestino como problema geo-estratégico.....	29
1.1) Modelo económico.....	34
1.2) Toponímia.....	35
2) Os Hicsos: impulso de um «império»?.....	37
3) As campanhas militares: defesa de fronteiras ou de interesses?.....	45

CAPÍTULO III

O ESPAÇO EXPLORADO: HEGEMONIA EGÍPCIA?	49
1) O Mitanni e a Núbia	49
1.1) O Mitanni: da unidade política à política «imperial»	50
1.2) A Núbia.....	55
2) Incursões militares.....	62

2.1) De Ahmés a Hatchepsut	68
2.2) As campanhas de Tutmés III	73
a) Meguido	73
b) Campanhas na Síria-Palestina	78
c) A ofensiva sobre Kadech	80
d) A ofensiva contra o Mitanni	82
e) Defesa do «império»	84
3) A resistência das cidades levantinas.....	85
4) Liminaridades e choque de fronteira(s).....	90
5) Tutmés III: rei hegemónico?	98

CAPÍTULO IV

ESTRUTURAS E ELEMENTOS DE CONTROLO

E DE MANUTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	101
1) Os centros político-administrativos	103
a) A subjugação dos chefes asiáticos	106
b) O governador egípcio.....	110
1.1) O <i>kap</i>	114
1.2) Centros político-religiosos: os templos	118
2) Estruturas, elementos e processos de controlo militar.....	121
2.1) A estratégia de ocupação do espaço.....	121
2.2) Acampamentos militares, «palácios» em campanha, fortificações e postos de controlo e vigia	129
2.3) Guarnições militares: recrutamento, treino e missões	136
a) «Homens do rei»: «diplomatas», mensageiros e «espiões»	140
b) Os mercenários	144
2.4) A logística: abastecimentos a longa, média e curta distância	146
2.5) Elementos navais: marinha e estruturas portuárias	150

CONCLUSÃO	156
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

RESUMO

Durante muito tempo, os estudos dedicados ao reinado de Tutmés III privilegiaram a faceta guerreira do faraó, centrando-se, essencialmente, na análise e descrição das batalhas travadas em contexto levantino. No entanto, Tutmés III fora também um brilhante político e administrador do espaço que havia conquistado, e sobre isto as produções historiográficas são pouco abundantes.

O estudo do reinado de Tutmés III e da sua política administrativa relacionada com a Síria-Palestina é de vital importância, não só porque até então os Egípcios não tinham dominado de maneira efectiva o território levantino, como também é o ponto de partida para o desenho de novas estratégias de controlo, diferentes daquelas que haviam sido aplicadas à Núbia, desde o Império Médio.

Deste modo, é objectivo deste trabalho desenvolver a análise sobre procedimentos práticos dos Egípcios no terreno, procurando assim colmatar uma vertente pouco explorada na egiptologia, partindo para novas abordagens, na sequência de alguns estudos internacionais das últimas décadas, como é o caso dos valiosos contributos de Graciela Gestoso Singer, Ellen Morris e Mario Liverani, entre outros.

Em suma, procurar-se-á compreender, primeiramente, qual o tipo de visão e de relação dos Egípcios com os seus contemporâneos, e em que circunstâncias e com que ambições é que se avançou para a Síria-Palestina no século XV a. C. (XVIII dinastia). Seguidamente tentar-se-á compreender a malha governativa criada e aplicada nessa região no reinado de Tutmés III, possibilitando vislumbrar, no fundo, como era feita a gestão desse espaço e de que modo ela se articulava com os interesses egípcios. A intenção é abrir novas perspectivas sobre este período histórico e, se possível, contribuir de algum modo para uma área de estudo em desenvolvimento.

ABSTRACT

For a long time, studies devoted to the reign of Thutmose III favored the facet of the warrior pharaoh, focusing mainly on the analysis and description of the battles fought in Levantine context. However, Thutmose III was also a brilliant politician and administrator who had conquered space and over that the historiographical productions are in short supply.

The study of the reign of Thutmose III and his administrative policy related to Syria-Palestine is of vital importance, not only because by then the Egyptians did not master effectively the Levantine territory, as is also the starting point for the design of new control strategies, different from those that had been applied to Nubia, from the Middle Kingdom.

Thus, the objective of this work is to develop practical procedures of the Egyptians on the ground, attempting to bridge a strand underexplored in Egyptology, seeking for new approaches, following a number of international studies in recent decades, such as the valuable contributions of Graciela Gestoso Singer, Ellen Morris and Mario Liverani, among others.

In short, we will seek to understand, first, what kind of vision the Egyptians had about their contemporaries, and under what circumstances and with what ambitions they moved to Syria-Palestine in the fifteenth century B. C. (18th dynasty). Then, we will try to understand the governing mesh created and applied in this region during the reign of Thutmose III, giving a glimpse in the background, as it was made the management of this area and how it was linked with the interests of Egyptians. The intention is to open up new perspectives on this historical period and, if possible, to contribute in some way to the development of this area of study.

PALAVRAS-CHAVE

Tutmés III; Síria-Palestina; «Império»; Administração

KEYWORDS

Thutmose III; Syria-Palestine; «Empire»; Administration

AGRADECIMENTOS

Enche-me de felicidade o trabalho que hoje aqui figura. Se ele é a prova de que vale a pena sonhar, acreditar num projecto e lutar pela sua concretização, por ser aquilo que nos preenche, ele é, também, o produto final de uma caminhada individual e colectiva e, por isso, a gratidão que sinto é maior que o meu modesto orgulho.

Quero agradecer aos meus pais, em primeiro lugar, o apoio nesta caminhada e os exemplos que são para mim de muito trabalho, coragem, luta e determinação. Agradecer à minha irmã, pois as diferenças que nos separam são as mesmas que nos unem.

Agradecer ao Telmo todas as palavras de incentivo, todos os momentos de conversa sobre as (in)certezas nas minhas (in)capacidades e sobre o futuro. Agradecer ainda toda a compreensão, apoio, e pelo facto de uma separação física nunca ter significado uma separação emocional. À família do Telmo, que considero também minha, mas em particular ao seu pai, um obrigado pelas gentis palavras e gestos ao longo deste percurso.

Às minhas avós, mulheres marcadas pela dureza da vida, que me relembram todos os dias a virtude da humildade, estou grata pelas palavras simples mas ricas em sabedoria.

À minha tia Glória, coração aberto, sempre pronto a ajudar, e cujos valores de bondade são escassos neste mundo, o meu muito obrigada.

Aos meus padrinhos, que mesmo ausentes do país, estiveram sempre presentes, obrigada por me fazerem sentir quase como uma filha.

Pelo meu percurso académico, e pela elaboração desta tese, quero agradecer primeiramente ao Professor Doutor Luís Carlos Amaral, a grande referência da minha passagem pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e que muito me marcou pelo exemplo humano, e pelas extraordinárias capacidades científicas. Além disso, é a prova mais evidente de que há, de facto, quem se interesse e acompanhe o percurso dos alunos, mesmo quando mudam de instituição. Ter sido sua aluna é realmente um enorme orgulho.

Agradecer também ao Professor Doutor Rogério Sousa, que juntamente com o Professor Doutor Luís Carlos Amaral me encaminharam no sentido certo, rumo a Lisboa e à Faculdade de Letras desta universidade.

Agradeço à Pastoral Universitária da Diocese do Porto, pelo apoio financeiro dispensado em tempos conturbados e de crise, e que muito me auxiliou na estadia por Lisboa, e no prosseguimento de estudos.

Agradeço ao colega Filipe Soares pela disponibilidade e ajuda no primeiro ano de mestrado, e que me permitiu abrir caminhos em terrenos onde nunca me havia movimentado.

Um obrigada também à Sara Rodrigues, pelo companheirismo durante este ano da tese, e pelos momentos divertidos que duas portuenses partilharam na capital.

Agradeço ao Professor Doutor António Ramos dos Santos, que embora na primeira aula me tenha enviado de alfa para o Porto, foi o primeiro a acreditar em mim, e me abriu a porta do Centro de História para a linha de investigação de «História Militar e das Relações Internacionais» e à minha primeira participação no colóquio «A Guerra na Antiguidade».

Agradecer ainda ao Professor Bernard Mathieu e à Professora Graciela Gestoso Singer que se disponibilizaram, de forma gentil, a enviar-me artigos aos quais de outra forma seria difícil ter acesso.

Por último, mas com o merecido e devido destaque, um agradecimento especial aos meus orientadores, pelos quais nutro uma profunda admiração. Ao Professor Luís Manuel de Araújo, o Tutmés III da Egiptologia em Portugal, estou muito grata pela paciência e pela minudência no acompanhar deste trabalho, pela entrega e dedicação, pelo exemplo de sapiência, e pela gentileza constante, um verdadeiro exemplo de *maet*. Humilde quanto às suas conquistas faraónicas, e sempre disponível para ajudar, é para mim um verdadeiro exemplo de trabalho, esforço e paixão por uma época tão remota quão fascinante. Ao Professor José Varandas, *imirá-mechá* desta tese, mas cujo cargo militar é insuficiente para fazer jus à sua pessoa, muito agradeço a disponibilidade, o incentivo, e o contributo para o desenhar de novos caminhos, de novas perspectivas no rumo desta dissertação. Medievalista de base, é para mim um exemplo notável e extraordinário de interdisciplinaridade, de investimento e trabalho em várias cronologias, e de novos discursos historiográficos, que são sinónimo de inovação e de grande capacidade científica.

Aos meus orientadores, sintetizo com o meu muito obrigado, pois não tenho palavras para conseguir expressar como o vosso acompanhamento na concretização de um sonho de menina me deixa profundamente feliz e satisfeita. Para além da vossa excelência académica, o vosso espírito naturalmente divertido, fez-me sentir uma autêntica privilegiada por ter dois orientadores tão fora de série.

Agradeço ainda, de forma geral, a todos aqueles com quem me cruzei na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa durante estes dois anos, e cuja amabilidade me fez sentir verdadeiramente «em casa».

Termino sublinhando algo que me move nesta caminhada, a paixão pela História em geral que me acompanha desde os bancos da escola primária, e pelo Egipto em particular, que

não sei de onde vem, mas que me faz querer saber mais, fazer mais, dia após dia, e que sempre me surpreende com o facto de eu saber sempre muito pouco.

Porém, que seria da vida se não fosse ela, por si só, uma longa e eterna aprendizagem?

A todos, o meu muito obrigado.

«O nome de um valente está no [que ele fez],
sem que desapareça [nunca] da face desta terra.»

ABREVIATURAS

ANET	Ancient Near Eastern Texts
AJSLL	The American Journal of Semitic Languages and Literatures
ABSA	The Annual of British School at Athens
ARE	Ancient Records of Egypt
AME	Anthropology of the Middle East
AJBA	Australian Journal of Biblical Archaeology
AJIL	The American Journal of International Law
ANEP	Ancient Near East in Pictures
CAH	Cambridge Ancient History
JSSEA	Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities
DAE	Dicionário do Antigo Egipto
EA	El-Amarna
IEI	El Imperio Egipcio: inscripciones
IEJ	Israel Exploration Journal
JA EI	Journal of Ancient Egyptian Interconnections
JAOS	Journal of the American Oriental Society
JNES	Journal of Near Eastern Studies
MHR	Mediterranean Historical Review
REE	Revista de Estudios de Egiptología
URK	Urkunden

INTRODUÇÃO

«Il suffit en effect d'ouvrir à peu près n'importe quell livre d'histoire pour y lire, sur le Nouvel Empire et sa politique étrangère, un discours normalise, don't les termes se répètent d' auteur en auteur, depuis plus d'un demi-siècle, sans grand effort d'imagination ni beaucoup d'esprit critique (...)»¹

Durante muito tempo, o estudo que fui fazendo do Antigo Egipto foi uma actividade individual, sem acompanhamento científico. Estudo esse que começou no sétimo ano de escolaridade, quando nas aulas de História me falaram de uma civilização tão complexa quão fascinante. Feita uma licenciatura em História na qual o Egipto, tal como outras civilizações antigas, são marginalizadas pelo programa e pela oferta lectiva que é apresentada aos alunos, e cuja investigação é posta à margem da ciência que é a História, tive que delegar, sem nunca esquecer, o investimento nesta área para um segundo plano, fazendo dele um patamar a alcançar, pelo esforço e dedicação nas outras áreas leccionadas.

Porém, foi durante esse período que comecei a delinear o projecto que aqui figura. Uma curiosidade, uma intriga pessoal, e que se revela, como veremos, também ela uma razão científica, despoletou um conjunto de perguntas para as quais não conseguia arranjar resposta. Em todos os livros que fui lendo, desde os mais gerais aos mais específicos, nunca encontrei nenhuma referência ao modo usado pelos Egípcios para administrar, para gerir no fundo, aquilo que se designa por «império», e que tem na base o domínio dos territórios levantinos. Na verdade, informações desse tipo são tão específicas quão inacessíveis aos leitores em geral, e muitas vezes aos interessados com propósitos científicos. Muito centrado no relato e na análise das campanhas militares, a estrutura governativa criada pelos Egípcios foi muito pouco explorada, e só nas últimas décadas, com alguma expressão a nível internacional, novas leituras têm sido feitas. Ainda assim, ela é demasiado especializada, pouco divulgada e não muito acessível, daí que a tese que se apresenta procure ser uma tentativa mais aberta e abrangente nesse sentido.

Este estudo privilegia e foca-se, essencialmente, no reinado de Tutmés III, porque este foi o faraó que iniciou todo um processo político-administrativo na Síria-Palestina, e cujos contornos da sua acção no Levante têm sido muito explorados mais do ponto de vista militar do que numa vertente administrativa. Para além de escassas as informações que a historiografia oferece neste campo de trabalho, a análise que é comumente feita é de um

¹ GRANDET, *Les Pharaons du Nouvel Empire*, p. 11.

corte cronológico abrangente, como o Império Novo, ou então numa abordagem dinástica (XVIII e XIX dinastias, por exemplo). Estas análises deveriam reflectir e demonstrar um processo de complexificação e burocratização de um sistema criado por Tutmés III mas a verdade é que esses estudos não focam as bases e as estratégias adoptadas neste reinado e que serão o início de um novo período na história egípcia, que ficou conhecida como a sua «época dourada».

Outra das motivações que levou a tomar esta temática como linha de investigação, deriva do facto de a maioria dos estudos em Egiptologia no nosso país ter, sobretudo, uma grande vertente cultural e, por isso, o objectivo visou não só colmatar e desenvolver uma linha pouco explorada a nível internacional como nacional. Ambição e realização que considero modestas, muito condicionadas não só pelo tempo disponível para a elaboração da dissertação, como também pela inacessibilidade a alguma bibliografia e fontes, entre as quais as de âmbito arqueológico, que seriam uma mais-valia para um estudo com uma projecção mais alargada. No entanto, esta tese pretende ser, de forma geral, não somente uma realização pessoal e académica, como também a demonstração clara de que à semelhança de outros cortes cronológicos, as civilizações antigas devem merecer um investimento equivalente nas licenciaturas em História oferecidas nas Faculdades de Letras do nosso país, até porque são os pilares fundamentais das mesmas. Demonstrar, por outro lado, que a egiptologia, como outras áreas da Antiguidade, não são prerrogativas de pessoas formadas em arqueologia, e que as análises do historiador, que são usadas e aplicadas nos estudos da história medieval, moderna e contemporânea, são clara e naturalmente ferramentas de trabalho para épocas tão recuadas quanto estas.

No que respeita à organização da presente dissertação, os capítulos que a compõem procuram ter uma articulação lógica e de intensidade gradual. «Caos versus ordem: o sistema-mundo» é um capítulo introdutório e que pretende abordar imagens e conceitos da orgânica do mundo e de todos os fenómenos à escala a partir da mundivisão egípcia, em contraposição com as concepções siro-palestinas. Em articulação com a restante tese, o primeiro capítulo pretende explicar, através de questões teóricas, o porquê dos sucessos e insucessos da política egípcia no Levante.

O segundo capítulo, intitulado «Acção militar na Síria-Palestina: causa ou consequência?» procura demonstrar quais os interesses económicos pelos quais o Egipto deseja e procura controlar o Corredor siro-palestino e, por outro lado, explicar as motivações de ordem política que suscitam um empreendimento militar de proporções nunca antes vista e formulada por parte das Duas Terras em relação aquela região.

O capítulo seguinte «O espaço explorado: hegemonia egípcia?» procura (des)construir uma imagem errónea, e no entanto comum, em que o Egipto é visto como uma superpotência e cuja autoridade e poder são inquestionáveis e incontestáveis no sistema-mundo de então. Ainda que esta noção seja, em grande medida, posta um tanto em causa na XIX dinastia, no reinado de Ramsés II, o mesmo não parece acontecer para a dinastia anterior, e mais concretamente para o reinado de Tutmés III. Este capítulo procura demonstrar assim que o Egipto encontrou grandes dificuldades no Levante, proporcionadas pela resistência das populações locais, mas sobretudo pelo Mitanni. Por outro lado, a realidade política no Sul (Núbia) também é analisada, em contraponto com as realidades levantinas.

O último capítulo, «Estruturas e elementos de controlo e manutenção dos territórios» procura explorar e explicar, de uma forma clara que se pretendeu clara, quais os procedimentos práticos da actuação político-militar e administrativa dos Egípcios no Levante. Este grande corpo da tese é, no fundo, um ponto de chegada e um ponto de partida. Um ponto de chegada porque depois de analisadas um conjunto de questões prévias, ele é, em suma, o especificar das estratégias adoptadas. Por outro lado, procura demonstrar como pode ser um ponto de partida para um maior investimento dos académicos nesta temática, já que continua a ser um assunto pouco explorado nacional e internacionalmente, quando afinal é um grande campo de trabalho, onde muito há para investir.

Em termos metodológicos, houve a preocupação de reunir o máximo de bibliografia nacional e estrangeira que poderia incidir ou estar relacionada com as temáticas abordadas. Procedeu-se a uma sistematização e divisão temática das fontes que chegaram através de compilações documentais, e que traduzidas muito facilitaram a sua análise. No entanto, foram usados registos documentais em egípcio em algumas situações para poder fazer uma análise comparada. Dentro das fontes, foram úteis várias inscrições régias e inscrições privadas (dos funcionários do rei), bem como registos posteriores, como sejam as Cartas de Amarna e outra documentação, que ajudaram na percepção da construção de um sistema e seu contemporâneo funcionamento. Ao longo da construção da dissertação, foram elaborados vários quadros comparativos e de análise, como apoio fundamental em alguns temas, em que, por exemplo, as informações prestadas e defendidas pela historiografia não encontravam um paralelo.

Quanto à bibliografia citada em notas de rodapé, optou-se por usar um conjunto de abreviaturas na referência a algumas revistas e compilações documentais e cujo desdobramento figura nas primeiras páginas da dissertação. Entre estas que são, de forma geral, habitualmente usadas no meio académico, figura IEI (*El Imperio Egipcio: inscripciones*, obra de José Manuel Galán), e que foi amiúde citada recorrendo a este sistema,

à semelhança de ANET ou ARE, porque ainda que seja uma tradução do egiptólogo espanhol, não foi aqui entendida como um produto intelectual seu, na medida em que não é um pensamento seu expresso em termos historiográficos. Assim, optou-se por citar a obra como outras compilações documentais, exceptuando, evidentemente, quando se trata de referenciar algum comentário ou texto do autor.

No que respeita à bibliografia, foi feita uma listagem genérica, sem recorrer a uma divisão temática ou classificação por assunto específico ou genérico. Esta opção parte das próprias limitações que um trabalho sobre esta cronologia coloca. Ainda que a investigação se centre no reinado de Tutmés III, houve que recorrer a elementos de cortes cronológicos anteriores e posteriores, buscando pistas que pudessem indicar práticas antecedentes e continuidades de um sistema, completando assim as lacunas informativas que muitas vezes têm que ver com o período estudado. Neste sentido, muitas das referências bibliográficas de que foram utilizadas são difíceis de agrupar como sendo bibliografia geral ou específica, porque, no fundo, grande parte do que é citado é específico de um assunto tratado na tese.

Com estes objectivos, e dentro dos critérios aqui apresentados, partamos pois para a dissertação, na esperança de que a ideia inicial se possa concretizar.

CAPÍTULO I

CAOS *VERSUS* ORDEM: O SISTEMA-MUNDO

1) O Egito e os «outros»

Desde cedo que os contactos entre os reinos antigos se tornaram uma realidade, provando como estas sociedades do Médio Oriente Antigo, desde a Pré-história, eram dinâmicas. E o Egito não foi excepção.

Contudo, quando procuramos estabelecer qual o tipo de relação com outros reinos e quais as motivações egípcias «além-fronteiras», uma pergunta de imediato logo surge: comércio ou interesses territoriais? Uma análise centrada nas fontes documentais poderia induzir-nos a pensar, como alguns, que houve um «império» egípcio na Síria-Palestina antes do Império Novo². De facto, essa ideia é algo sedutora, na medida em que as inscrições egípcias sugerem um domínio sobre a região, apontando a ideia da dominação dos estrangeiros³, e também do pagamento de um tributo⁴. Mas aquilo que parece ser claro é que o interesse egípcio pela Ásia tem como linha central a ânsia de obter recursos que não possui, isto é, efectivamente, o interesse é comercial. As referências aos tributos nas inscrições egípcias são, além disso, o espelho claro de uma concepção concreta que define de imediato o seu espaço e o que lhe é alheio e, por outro lado, estabelece uma relação imediata entre o Egito e os «outros».

Os contactos com espaços externos ao Egito começaram na Pré-história e são um fenómeno de longa duração na história das Duas Terras. Ainda que para os períodos mais remotos não tenhamos informações escritas, as evidências arqueológicas comprovam que desde o IV milénio havia relações comerciais para além do Sinai⁵. Essas relações eram, de qualquer modo, esporádicas e tinham como objectivo adquirir bens de prestígio, e explorar as minas de cobre de Uadi Feinan (Jordânia)⁶. A partir da I dinastia, são os próprios Egípcios que controlam a obtenção desses recursos, uma vez que os Palestinos não tinham capacidade para assegurar um fluxo regular dessas matérias. Por isso, exploraram a zona, criando uma

² WILSON, The Egyptian Middle Kingdom at Megiddo, *AJSLL*, pp. 225-236.

³ Veja-se a título de exemplo: *ANET*, p. 227; *ARE* 1, p. 121.

⁴ *ANET*, p. 227.

⁵ MIROSCHEJ, Les Égyptiens au Sinai..., *Le Sinai durant l'Antiquité et le Moyen Âge*, p. 20.

⁶ MIROSCHEJ, La Palestine, Gaza et l'Égypte..., *Gaza Méditerranéenne*, p. 29.

espécie de «feitorias» na costa, num âmbito que classificariámos, à falta de melhor, de «colonialista»⁷, e do qual é prova Tell es-Sakan⁸. Por isso, se num primeiro momento são os Egípcios que controlam a obtenção de recursos nessa zona, a partir de 3000 a. C., com a urbanização rápida do Levante, a situação altera-se. Verifica-se um abandono das «feitorias», uma vez que agora há uma outra capacidade de fazer chegar uma série de produtos às Duas Terras⁹. Passamos a relações entre reinos, numa fase mais desenvolvida dessa zona, o que não obsta, de qualquer modo, que os Egípcios vissem esses bens como tributo, num auto-reconhecimento da sua superioridade. E isso enquadra-se, claramente, no âmbito da sua mentalidade, já que, no Império Antigo, se denota que o Egipto se vê como urbanizado e considera que o estrangeiro é geograficamente diferente¹⁰. Não obstante, estamos perante sociedades que poderíamos classificar de «urbanas», que desenvolvem uma série de cidades costeiras fortificadas e cuja principal actividade era o comércio¹¹.

Durante o Império Antigo desenvolve-se ainda uma relação privilegiada com Biblos, fazendo chegar, a partir daí, por via marítima, uma série de produtos asiáticos¹², diminuindo o uso da tradicional via terrestre. Essa ligação foi de tal modo importante que, a partir da IV dinastia, as cerâmicas asiáticas importadas para o Egipto são provenientes não da Palestina mas sim de Biblos¹³. No entanto, o produto por excelência vindo dessa zona era, sem dúvida, a madeira de cedro¹⁴, que não só era usada na construção de barcos, como era aplicada noutro tipo de manufacturas. A proximidade com Biblos pautava-se pelo interesse mútuo, sendo bem atestada pela antiga prática de fazer oferendas tanto aos templos como ao palácio, de modo a assegurar a sua influência e obrigações mútuas entre iguais¹⁵.

As ligações por mar com essa importante cidade são testemunhadas, por exemplo, na Inscrição de Uni, datável do reinado de Pepi I (VI dinastia), onde se regista uma intervenção militar egípcia na Palestina, despoletada pela intervenção dos Heriu-ché (*hryw-š*), os

⁷ Pierre Miroschedji divide estes contactos mais antigos em três grandes grupos: período pré-colonial (primeira metade do IV milénio); período colonial (c. 3500-3000 a. C.) e período pós-colonial (a partir de 3000 a. C.); cf. MIROSCHEDJI, La Palestine, Gaza et l'Égypte..., *Gaza Méditerranéenne*, pp. 27-30.

⁸ Tell es-Sakan é a mais antiga fortificação egípcia na Palestina, situando-se nos arredores de Gaza. A sua fundação data de cerca de 3300 a. C. e tem cerca de 5 hectares. Veja-se: MIROSCHEDJI, SADEQ, FALTINGS, (*et al.*), Les fouilles de Tell es-Sakan..., *Paléorient*, pp. 75-104.

⁹ MIROSCHEDJI, La Palestine, Gaza et l'Égypte..., *Gaza Méditerranéenne*, p. 30.

¹⁰ CARREIRA, O Egípcio, A Viagem e o Outro, *Cadmo* 11, p. 17.

¹¹ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, p. 30.

¹² MIROSCHEDJI, La Palestine, Gaza et l'Égypte..., *Gaza Méditerranéenne*, p. 30.

¹³ MIROSCHEDJI, Les Égyptiens au Sinai du Nord et en Palestine..., *Le Sinai durant l'Antiquité et le Moyen Âge*, p. 29.

¹⁴ ANET, p. 227. A madeira de cedro era importada para o Egipto desde a I dinastia. Cf. VINSON, Seafaring, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, p. 3; O interesse na madeira de cedro de Biblos está patente também na famosa *Epopeia de Gilgamesh*. Veja-se ANET, p. 82.

¹⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, p. 40.

«Moradores da Areia» ou «Corredores da Areia»¹⁶, isto é, nómadas que habitavam a costa palestina e que interferiam na navegação com Biblos¹⁷. Curioso é notar que, nesta fase (VI dinastia egípcia) na Palestina, há um abandono dos sítios urbanos e um desenvolvimento do pastoralismo semi-nómada¹⁸. Como tal era visto pelos Egípcios como um acto de rebelião, necessitava de punição. Esta intervenção militar teve pois um carácter punitivo mas, ainda assim, teve efeitos efémeros. Poderá tratar-se, além de mais, de um dos primeiros exemplos de pirataria na história da humanidade. Ainda nesta dinastia e no reinado de Pepi II há uma nova expedição contra os Asiáticos. A Inscrição de Pepinakht atesta o assassinio de um egípcio na zona da Palestina pelos ditos «Moradores da Areia» enquanto este estava a construir um barco com destino a Punt¹⁹. Esta passagem é curiosa, na medida em que nos fornece algumas pistas sobre a construção de barcos. Se para James Breasted, os barcos nesta altura eram construídos no extremo norte do mar Vermelho, para Steve Vinson essa prática só data do Império Médio. Parece pois mais plausível seguir o raciocínio deste último, que faz mais concordância com a fonte. No fundo, parece claro que no Império Antigo os Egípcios dependiam da ajuda de construtores de navios na parte ocidental da Ásia²⁰.

O Levante no segundo milénio é caracterizado, essencialmente, segundo Susan Cohen, por «portos de poder», ligados a um comércio marítimo de longa distância²¹. Detentores do poderio económico da zona, as cidades costeiras tornam-se autênticas «cidades-estado», pelo que talvez se possa afirmar que houve um desenvolvimento sobretudo costeiro, um desenvolvimento de fora para dentro, coadjuvado, em alguma medida, pelas rotas terrestres.

Durante o Império Médio, vemos duas dinâmicas: uma que se reporta à presença egípcia na Ásia e outra que tem que ver com a sua política interna relativa aos estrangeiros. Quanto à primeira, as fontes atestam uma continuidade nas relações com o Levante e com

¹⁶ MIROSCHEJ, Egypt and Southern Canaan..., *All the Wisdom of the East*, p. 267.

¹⁷ Na leitura de John MacDonald, nota-se uma diferença entre o Império Antigo e o Império Médio no que toca aos interesses egípcios no Levante. Do seu ponto de vista, se inicialmente a relação com esta região se pauta, essencialmente, por um interesse utilitário, ou seja, os bens adquiridos são essenciais para programas de construção, a título de exemplo, posteriormente passamos a verificar interesses comerciais e económicos nestas dinâmicas, que levam o «estado» egípcio a aumentar a sua intervenção do ponto de vista militar, para evitar e romper com as dificuldades que os nómadas podiam criar aos Egípcios. Este segundo estado de relações políticas, militares e económicas terá começado nos finais do Império Antigo. Nesta linha de pensamento, e uma vez que há quem defenda que os levantinos tiveram um papel de relevo numa marinha egípcia desenvolvida para navegar no Mediterrâneo, eles poderão ter sido agentes hostis aos Egípcios, somando-se a isso o facto de a navegação para Biblos ser costeira, de paragens na costa, o que facilitava uma intervenção hostil dos nómadas. Cf. MACDONALD, Egyptian Interests..., *AJBA*, p. 94.

¹⁸ MIROSCHEJ, Les Égyptiens au Sinai du Nord et en Palestine..., *Le Sinai durant l'Antiquité et le Moyen Âge*, p. 30.

¹⁹ ARE 1, p. 163.

²⁰ VINSON, Seafaring, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, p. 3.

²¹ COHEN, Cores, peripheries, and ports of power..., *Exploring the Longue Durée*, p. 71.

estes portos de poder. Se, por um lado, elas sublinham essas interações comerciais²², por outro atestam a persistência de campanhas punitivas²³. No entanto, algumas evidências arqueológicas revelam a presença de alguns egípcios em algumas cidades, como Biblos²⁴ e Meguido²⁵, o que nos leva a concluir que existiam, nos portos de poder, uma espécie de «comissários» egípcios que aí ficariam de modo a assegurar o bom ritmo do fluxo de produtos a enviar para as Duas Terras e proteger as rotas e pontos-chave no comércio²⁶.

Relativamente à segunda, fica clara a preocupação em manter segura a sua «fronteira» a leste, pelo que ali se constroem os Muros do Rei e outras fortalezas²⁷. Através de fontes literárias como a *História de Sinuhe*, notamos não só que há uma influência egípcia sobre o Levante, como que existe a ideia de uma fronteira²⁸. Através das *Instruções de Merikaré*²⁹ percebe-se a recomendação de desconfiar dos asiáticos³⁰. Os textos de execração, por seu lado, revelam a preocupação com as entidades estrangeiras e o desejo de proteger o Egito, o rei e o divino³¹. Mas é nas *Profecias de Neferti* que se define claramente em que consiste a oposição do Egito a outras terras, uma vez que com os Muros do Rei³², «Maet regressará ao seu lugar e o mal para a parte exterior»³³.

Dentro desta realidade, acaba por definir-se, de uma forma generalizada, em todo o Próximo Oriente Antigo, uma ideia comum que marcará profundamente estas civilizações, e que tem na sua base uma noção clara de alteridade³⁴ da sua cultura em relação à dos que os rodeiam. Como vimos, no que respeita aos Egípcios, ainda que desde os seus primórdios históricos tenham convivido com o «estrangeiro», nunca deixaram de mostrar a sua suprema convicção na superioridade das Duas Terras em relação a todo o resto. Esse pensamento, muito marcado até por uma própria configuração geográfica, levou a que a abordagem ao

²² ARE 1, 319.

²³ ARE 1, p. 227 e 305.

²⁴ AHRENS, News from old excavation..., *JAEL*, pp. 1-4.

²⁵ WILSON, The Egyptian Middle Kingdom at Megiddo, *AJSLL*, pp. 225-236.

²⁶ FLAMMINI, Megiddo y su relación..., *Relaciones de intercambio entre Egipto y el Mediterráneo Oriental*, pp. 70-80.

²⁷ GABRIEL, *Thutmose III...*, p. 29.

²⁸ CANHÃO, História de Sinuhe, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, 1, pp. 77-132.

²⁹ Acerca deste tipo de literatura, veja-se CAMELO, A função social e política da literatura..., *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, pp. 353-360.

³⁰ CASTEL, *Historia de Israel y de Judá*, p. 34.

³¹ ANET, p. 329. Veja-se MUHLESTEIN, Execration Ritual, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 1-14.

³² Os «Muros do Rei» inserem-se numa prática militar comum no Próximo Oriente Antigo (3º milénio e parte do 2º), que procurava evitar um confronto bélico em espaço aberto. A criação de uma linha defensiva condicionava o exército inimigo a adoptar estratégias de cerco. Cf. AARON, *The Architecture of Defense*, p. 51.

³³ CANHÃO, As Profecias de Neferti, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, 2, p. 348.

³⁴ CARDOSO, Deslocamento e Alteridade, *Phoînix*, p. 18.

«estrangeiro» fosse, de certo modo, dúbia: por um lado, um mundo de «barbárie» contrário aos valores maéticos e culturais egípcios; por outro, apresentando imensos recursos naturais e materiais indispensáveis para assegurar a sua própria cultura, o culto aos deuses e o seu próprio modo de vida. Em suma, e para este período em concreto, a relação dos Egípcios com os «outros» parece ter, numa dimensão prática, um lado absolutamente cooperativo³⁵.

Maet reinava única e somente em Kemet, e esta luta entre o caos e a ordem, que desde cedo se tornou uma das matrizes base do pensamento e da moral egípcias, parece ser muito mais vasta do que os seus próprios limites geográficos. Será pois esta ideia que funcionará como potenciadora de um conjunto de acções de carácter bélico que terão lugar no Império Novo, a partir do século XVI a. C.

2) A *maet* como arma política e militar

O Egipto concebeu a ideia, tal qual outras sociedades pré-clássicas o fizeram, de que a sua sociedade, a sua cultura, e a sua organização política eram os modelos correctos da existência. Nessa linha de pensamento, todos aqueles que não partilhassem os seus modos de vida eram considerados inferiores, pois viviam à parte das verdades fundamentais, entre as quais se destaca, como será de esperar, a religiosa. Mas esta ideia tem um fundamento mais profundo em termos mentais pois, na sua concepção teórica, os «outros» haviam sido deixados à margem da criação, isto é, neste caso, os deuses egípcios deixaram o resto do mundo num estado de sub existência³⁶. Isso vai tão longe que os «outros» são vistos como não sendo pessoas de todo³⁷. De qualquer modo, é nesse espaço exterior à sua geografia que este povo vê, em muitos casos, sinais da própria criação do mundo, como é o caso do rio Eufrates que, apesar de ser estranho, já que tem um curso diferente do Nilo, correndo de norte para sul, é visto como um dos elementos do mundo primordial³⁸. Portanto, a concepção do universo para os Egípcios caracteriza-se, em suma, pela actualização de um arquétipo do que se sucedeu no não-tempo, no tempo primordial³⁹. E é neste contexto que integramos os conceitos de *maet* (verdade, harmonia, ordem, justiça, etc.) e de *isefet* (o mal, a desordem, etc.). Não

³⁵ Mario Liverani fala de uma interacção de diferentes níveis, do mítico ao técnico, isto é, da concepção teórica à realidade prática, o que parece ser absolutamente concordante com as ideias aqui expostas. Cf. LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 39-40.

³⁶ Idem, p. 135.

³⁷ «Os estrangeiros do exterior vêm para o Egipto; Na verdade, [os estrangeiros] chegaram e, de facto, não há pessoas em nenhum lugar»; CANHÃO, As Admoestações de Ipu-uer, *A literatura egípcia no Império Médio*, p. 257.

³⁸ LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 60.

³⁹ FLAMMINI, El Antiguo Estado Egipcio como alteridade..., *Iberia*, p. 13.

deixa de ser notório que também nesta visão do mundo encontremos dualidade, algo tão característico da sociedade egípcia e do modo de analisar a realidade. Trata-se de, através destes conceitos, de entender a totalidade e a multiplicidade debaixo de opostos complementares de potência equivalente⁴⁰.

O Egito criou uma noção de identidade étnica⁴¹ desde os tempos pré-dinásticos⁴², mas essa definição alcançará o seu expoente máximo no Império Novo, quando se trata de fazer um retrato muito expressivo de cada um dos povos que são representados sob o domínio do faraó. Além da diferenciação dos traços étnicos e de vestimenta, a criação de estereótipos foi de facto mais longe quando a sociedade egípcia se assumiu como a que vivia na verdade e na ordem, e confinava todos os outros povos para um mundo caótico, à margem da «civilização». Os estereótipos negativos aplicados aos outros eram uma forma muito eficaz de definir de forma positiva a identidade egípcia⁴³. Em contraposição, a sua auto definição assume um carácter monolítico, imutável. Assim, ambas só existem por haver realidades contrárias, ou seja, a etnicidade não existe em isolamento⁴⁴. Não será pois de admirar que a literatura do Primeiro Período Intermediário seja um espelho nítido da tendência de «apontar o dedo» aos estrangeiros como sendo a causa dos problemas do próprio Egito⁴⁵. Este exteriorizar dos problemas que levam as Duas Terras à ruína também encontra paralelo no 2º Período Intermediário quando os Hicsos, povo estrangeiro, detêm o poder no Baixo Egito.

Só podemos perceber a *maet*, neste contexto, como sendo um produto de uma sociedade centralizada, e como um recurso para a conquista territorial, uma vez que funciona como vector de legitimação dessa actividade. Não obstante, estas noções não são exclusivas do Egito, são transversais ao Próximo Oriente Antigo. Em cada caso, o rei aparece sempre pacificando os estrangeiros e garantindo a ordem interna⁴⁶. Se olharmos para o caso mesopotâmico, a situação repete-se. Ainda que no terceiro milénio não tenhamos uma diferenciação clara de grupos étnicos⁴⁷, uma vez que não havia essa noção entre os povos da época nesta região, a identidade cultural vai definindo-se, e pauta-se, primeiramente, pela

⁴⁰ FLAMMINI, El Antiguo Estado Egipcio como alteridade..., *Iberia*, p. 13.

⁴¹ «Ethnicity is marked by a consciousness of kind and therefore a sense of groupness among the members of an ethnic group; members of the group share a social identification and recognize themselves and/or are recognized by others as having something in common.» FERDMAN, The dynamics of ethnic diversity..., *Issues. Theory and Research in Industrial Organization Psychology*, p. 343.

⁴² Cf. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, p. 29.

⁴³ SMITH, Ethnicity and Culture, *The Egyptian World*, p. 219.

⁴⁴ Idem, p. 218.

⁴⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, p. 62.

⁴⁶ SMITH, Ethnicity and Culture, *The Egyptian World*, p. 221.

⁴⁷ SAGGS, City-States and Kingdoms, *Civilization before Greece and Rome*, p. 45.

oposição destas gentes aos nómadas⁴⁸, e, num segundo momento, a falta de fronteiras providenciadas pela natureza, uma realidade contrária ao Egipto, levará à procura de uma segurança que seja assente em barreiras que impeçam a infiltração de outros povos. O caso mais explícito é o da Assíria. Os inimigos são descritos como cobardes, «incivilizados», e é nesta sequência que este discurso do «outro» despoleta a intervenção militar e funciona como justificação para a conquista de terra⁴⁹. Parece pois que esta ideia é também ela aplicável ao Egipto do Império Novo, já que cria um fundo legitimador para uma acção imperial, baseada na ideia da necessidade de impor a ordem num mundo que é caótico.

Está claro que a *maet*, a partir do momento que subsidia a actividade imperial ou expansionista, deixa de ter uma conotação exclusiva com o Egipto, uma vez que ela tende a ser alargada, pelo menos na visão do faraó e dos Egípcios, a todo o mundo de então. Este elemento ganha assim uma dinâmica sem precedente.

3) A ordem cósmica através da guerra

Parece dúbio, à partida, como é que a *maet*, sinónimo de ordem, de harmonia, de solidariedade, se reveste energicamente, como já analisamos, de uma feição empreendedora capaz de justificar a guerra, o que, à primeira vista, seria identificável com o conceito que lhe é absolutamente oposto, *isefet*. Porém, a *maet* é também sinónimo de equilíbrio, e a guerra é uma forma clara de poder assegurar esse equilíbrio internamente, afastando os perigos estrangeiros, que podiam pôr esse mesmo princípio em causa. Maet é também sinónimo de verdade, e é essa legitimação que está subentendida no conceito de *maet* que se torna bastante potenciador, como já vimos, para um conjunto de actividades bélicas.

Poderíamos ser induzidos em erro se comparássemos fenómenos mais tardios, ligados à expansão das religiões monoteístas, o islamismo e o cristianismo sobretudo, com a extensão da ordem egípcia. Este aspecto é aqui focado não de forma acidental mas propositada pois a expansão militar egípcia não se pauta pela expansão da sua religião, nem sequer da sua cultura. No fundo a ordem, enquanto elemento maético, tem na sua génese uma configuração unidireccional, pois parte da visão de uns sobre os outros e não da sua forçosa submissão à sua cosmovisão. Estender a *maet* era, acima de tudo, garantir a segurança interna do próprio Egipto. Se tudo o que é externo ao Egipto é sinónimo de caos, então a guerra é um fenómeno que potencia, aos seus olhos, a organização cósmica. Essas terras, que haviam sido deixadas à

⁴⁸ Cf. BAHRANI, Race and Ethnicity in Mesopotamian Antiquity, *World Archaeology*, p. 54.

⁴⁹ Idem, p. 57.

margem da verdadeira orientação divina, eram um mundo desordenado, e mesmo caótico, ideias negativas extensíveis aos povos que as habitam, o que encaixaria perfeitamente com a expressão: «Menkheperré é aquele que subjuga os errantes»⁵⁰. Os errantes ameaçavam constantemente o Egipto, unindo-se para fazer face ao poder das Duas Terras (no Levante), e isso despoletava a intervenção do faraó que, perante os inimigos fragmentários que momentaneamente se haviam coligado, conseguia grandes vitórias, dado que sua superioridade qualitativa não encontrava quem estivesse à altura de a desafiar, mesmo que o inimigo fosse mais numeroso⁵¹. A ideia base para toda esta acção é que as responsabilidades são dos outros, ou seja, eles são a causa do início das hostilidades, conduzindo à punição egípcia. O resultado pode ser ou a submissão (forçada ou voluntária) ou o extermínio⁵². O objectivo era, sem dúvida, alargar o mundo ordenado, não tornando essas áreas como o Egipto, mas sim alargando a sua esfera de influência, controlando politicamente e empurrando o perigo para o mais longe possível do núcleo central⁵³.

Quando submetidos, estabelece-se um tratado direccionado (mais teórico do que prático) que assenta na possibilidade do soberano dar aos rebeldes única e somente «o alento de vida», em troca de um tratado de lealdade, *sedjefa terit (sdf3 tryt)*⁵⁴, que é oral, ao contrário do que virão a fazer Hititas e Assírios⁵⁵, e que implicava o pagamento de tributos ao rei. Isto colidirá com a visão siro-palestina destes mesmos tratados, porque a perspectiva deles sobre estes é bem mais prática e tem funções para ambas as partes. Prestam lealdade e pagam tributo, com a contrapartida de haver uma protecção militar e política (protecção aos herdeiros após a morte do soberano) que seria assegurada pelo faraó. Como adiante veremos, as concepções são diferenciais. Se os siro-palestinos reclamam a protecção do seu senhor nas Cartas de Amarna, pois dizem-se servos leais, para o Egipto isto não faz qualquer sentido, dado que os seus servos têm que proteger os postos para os quais foram nomeados, e o faraó trata de atribuir esses lugares não especificamente entre os herdeiros, mas a pessoas responsáveis⁵⁶.

O acto de fazer guerra não só é legitimado pela *maet*, tem também uma importante componente divina, já que os deuses interferem neste processo. Para o Egipto, o resultado de uma batalha só pode ser um, a vitória, isto porque o Egipto se considera superior aos outros reinos, e portanto os exércitos jamais podem ser equiparáveis. Além disso, a sua missão é

⁵⁰ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 121.

⁵¹ LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 118-119.

⁵² Idem, p. 127.

⁵³ Idem, p. 138.

⁵⁴ Idem, p. 145.

⁵⁵ Sobre este assunto ver BECKMAN, *Hitite Treaties...*, *Die Deuteronomistischen Geschichtswerke*.

⁵⁶ LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 195.

pacificar, pôr fim à desordem nas terras estrangeiras, e essa é a causa pela qual Amon apela à intervenção do Hórus na terra, tarefa que ele cumpre com sucesso e depois dá graças ao deus⁵⁷. A ideia deste auxílio invisível mas presente, materializado na superioridade do exército e na sua coragem, é também partilhado por outros povos, como por exemplo, os Assírios⁵⁸. Esta ideologia está de tal modo vincada na mentalidade egípcia, que ainda hoje não se conhece nenhuma descrição sua de uma única derrota.

Numa visão simétrica, como será a dos reinos siro-palestinos, os deuses assumem o papel de «juízes», e com base na moral e nas razões de cada uma das partes, decidem quem deve vencer⁵⁹.

A guerra, como aponta José das Candeias Sales, perspectivava-se como um fenómeno social total/colectivo⁶⁰. Acrescentamos a essa ideia o facto de ela se tornar também num acto promotor, de tal forma que a sociedade egípcia da XVIII dinastia em diante terá uma configuração mais militarizada, e esse papel notório que a guerra e o exército alcançam será visível no fim da dinastia com na tomada do poder por um militar, Horemheb.

Aquilo que parece ser transversal a todos é a ideia que a guerra não é um acto deliberado, não se faz conforme vontades espontâneas, sem fundamento. Pelo contrário, ela é o resultado de um empenho tanto de homens como de deuses e tem como fim assegurar o equilíbrio cósmico. A guerra é, no fundo, o intermédio para a ordem.

4) Choque de concepções e ideologias

Como temos visto, a ordem, enquanto elemento maético, tem na sua génese uma configuração unidireccional, ou seja, ela é o produto de um pensamento, de uma cultura e, de uma forma ideal, ela deverá estender-se ao espaço conquistado, que se mostra submisso, e que deverá aceitar a existência de uma cultura superior, que à sua se sobrepõe. Como já foi dito, ela é, por isso, um reflexo de uma sociedade centralizada e um recurso de vital importância para justificar determinadas actividades. Mas, como é que os reinos submetidos viam tal situação? Será que as suas sociedades eram também elas centralizadas e partilhavam de uma mesma ideologia? Ou será que estamos perante entidades políticas fragmentadas e de organização diversa? Como é que umas e outras se articulam entre si? E que tipo de relação estabelecem com o Egipto? Parece-nos fundamental explorar estas questões pois elas são uma

⁵⁷ Ainda que datável do reinado de Hatchepsut, veja-se a título de exemplo, *IEI*, p. 55.

⁵⁸ LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 152-153.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ SALES, *A Ideologia Real*, p. 32.

constante, estarão sempre presentes, e explicam, em grande medida, os pontos fortes e as fragilidades da política adoptada na Síria-Palestina.

Com grande influência da sua geografia neste âmbito, a visão egípcia sobre si mesma assenta numa percepção nuclear e centralizada⁶¹. A ordem, as verdades existenciais, e a explicação do mundo têm como berço as Duas Terras, e todo o espaço que lhe seja externo havia sido deixado à margem pelas divindades criadoras. Por isso, o estrangeiro era, essencialmente, uma realidade caótica, um espaço inseguro, onde abundavam os perigos, e onde só os pontos dominados pelos Egípcios poderiam oferecer alguma segurança⁶². Talvez baseados também na geografia da Síria-Palestina, os Egípcios viam que se tratava de um espaço largo e diferente, onde existia uma «agressividade bárbara», e onde tudo era contrário às Duas Terras, e por isso desordenado, como é o caso do curso dos rios, da língua, dos adornos capilares, etc.⁶³ Porém, havia a noção de que alguns pontos como Tiro, Sidon e Biblos (note-se, cidades costeiras dedicadas ao comércio e com as quais o Egipto tinha uma longa relação) eram urbanizados e «civilizados»⁶⁴. Mas uma coisa era aplicável a todos os reinos, a fragmentação política, o facto de não serem terras compactas, e quando se uniam era de forma casual e hostil⁶⁵.

No que respeita às instáveis sociedades siro-palestinas, estas apresentam concepções completamente diversas das egípcias. Têm uma visão muticentrada sobre si mesmas, uma vez que o balanço político, militar e económico entre os diferentes reinos no segundo milénio assim o dita⁶⁶. A organização política é pois um reflexo tanto de equilíbrio como de desequilíbrio de poderes, dado haver um sistema hierárquico, de protecção e de parceria. Encontramos, ao mesmo tempo, relações de poder verticais e horizontais, conforme se trate de «pequenos» ou «grandes reis». Ou seja, no fundo, estamos perante um emaranhado de relações políticas, pois um rei tanto pode ser «grande» ou «pequeno», conforme seja a sua posição relativamente a outros com quem lide. Isto é, um rei pode ser um «grande rei», na sua relação com um «rei inferior», como pode ser um «pequeno rei», quando está articulado, ao mesmo tempo, com um que lhe é superior. E pode, ainda assim, desenvolver um sistema horizontal, com aqueles que têm um poder igual ao seu. Este sistema de parceria destoa, completamente, com a visão centralizada egípcia, em que o faraó divino não é parceiro de ninguém. O que é, a nosso ver, fundamental de ressaltar são as obrigações que são desenvolvidas entre uns e outros, e que

⁶¹ Veja-se, relacionado com este assunto, LOPRIENO, *Toward a geography...*, *Cadmo* 10, pp. 41-55.

⁶² LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 39-41.

⁶³ *IEI*, pp. 48-51; pp. 108-109.

⁶⁴ LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 38-40.

⁶⁵ *Idem*, p. 121.

⁶⁶ *Idem*, p. 66.

farão chocar a ideologia egípcia e a ideologia siro-palestina. Assim, um «pequeno rei» deve «vassalagem» ao «grande rei», e este, por seu turno, deve-lhe protecção, salvaguarda política e militar, ainda que não interfira directamente na política desse reino⁶⁷. Estaremos, pois, perante noções de vassalagem? De clientelismo? O que parece claro é que esta noção de protecção é desconhecida no Egipto. O faraó é o seu senhor, e nada mais. Todos lhe devem obrigações, e ele, por seu lado, não tem que garantir nada, a não ser o assegurar do seu domínio sobre essas zonas, fundamental na sua política e na sua cosmovisão. Como veremos mais adiante, a presença de tropas egípcias na Síria-Palestina encaixa exactamente com esta noção, e não é, claro está, um elemento para assegurar as suas obrigações com os seus leais servos. As Cartas de Amarna, ainda que posteriores à nossa cronologia, são a fonte mais elucidativa para analisarmos os tipos de relação entre o Egipto e a Síria-Palestina, e revelam bem não só o choque ideológico como o tipo de relação estabelecida entre uns e outros. Nestas, o faraó entende que estes reinos devem assegurar autonomamente o domínio do seu senhor, mesmo perante ameaças externas. Por este motivo, o comportamento do rei egípcio era visto, entre os reis siro-palestinos, como incorrecto, pois aqui as concepções políticas e organizativas «esbarraram» uma com a outra⁶⁸:

«Porque é que o rei, meu senhor, me escreveu: “Estás sob a tua guarda. Tu debes montar a guarda”. Com que me devo proteger? Com os meus inimigos, ou com os meus camponeses? Quem me protegerá? Se o rei proteger o seu servo, [então eu sobre]viverei, [mas s]e o [re]i não me [gua]rda, quem me guardará?»⁶⁹

Este factor permitirá que outras «potências» abram caminho e interfiram com a política egípcia no Levante, oferecendo protecção a estes reinos. E isso também está bem patente nas ditas cartas. Tanto o Mitanni como o Hatti podiam oferecer aquilo que o Egipto não podia naquela altura proporcionar: compreensão e integração no seu sistema político de dependências e obrigações mútuas, já que há uma proximidade ao nível da organização política entre ambos.

⁶⁷ Este sistema hierárquico tem uma série de regras e procedimentos bem definidos. Por exemplo, um «vassalo» não tinha permissão para enviar embaixadores ou mensageiros a um outro reino sem consultar primeiro o seu senhor. No século XIV a. C. o Egipto recebe embaixadores assírios, o que despoleta protesto da Babilónia, que era sua suserana. Cf. SAGGS, *Civilization before Greece and Rome*, p. 185.

⁶⁸ Cf. LIVERANI, *Prestige and Interest*, pp. 66-69.

⁶⁹ EA 112.

Denota-se também que, para além do assédio constante vindo do Norte⁷⁰, há uma queixa que é comum a todas as cartas da Síria-Palestina, e que é a indiferença do rei. Não só solicitam continuamente uma intervenção militar, como «reclamam» claramente da falta de resposta às suas mensagens⁷¹.

Em suma, para analisar a cosmovisão das partes, necessitamos de recorrer, como será de esperar, da geografia e da ideologia. A questão base parece mesmo estar na observação do «nosso» mundo e no mundo dos «outros». Não nos podemos socorrer de exemplos mais contemporâneos, não só porque caímos no risco de ser anacrónicos como, por outro lado, estes estão polvilhados de conceitos que o mundo antigo não conhece, como o é o conceito de «raça»⁷². Para além disso, será que podemos falar, quando nos reportamos às civilizações pré-clássicas, de uma concepção por parte desses povos de uma oposição de civilização *versus* barbárie? Ou, por outro lado, será mais adequado falar num antagonismo entre caos e ordem? Quando fazemos uma leitura atenta sobre estas ideias naquilo que a historiografia produziu, verificamos que as opiniões não são consensuais, ainda que não haja uma discussão, no verdadeiro sentido do termo, sobre esta problemática. Contudo, isso não quer dizer que ela não seja pertinente, porque é, se não mais do que isso, pôr em cima da mesa aspectos que se ligam à maneira como as gentes da época se entreolhavam. Pensamos que os conceitos de civilização e barbárie, tipicamente clássicos, não se adequam tanto às civilizações que as antecedem. De uma maneira mais específica, essa noção de incivilizado poderá ser melhor aplicada a beduínos, nómadas, e não tanto às outras potências da época.

A maneira de ver o «outro» parte, essencialmente, de uma visão sobre si próprio. A partilha da linguagem, de uma série de valores, de costumes, de uma mesma inserção política, económica, administrativa, leva a que esses sujeitos vejam o seu próprio território como diferente daquele que o circunda⁷³. E a geografia completa, de forma crucial, pelo menos para o Egipto, essa concepção. As suas barreiras naturais actuam de forma defensiva e conduzem a uma visão centralizada, nuclear. A diferenciação qualitativa do espaço é assim baseada não só em questões geográficas mas também em questões psicológicas, as quais se baseiam, fundamentalmente, numa visão de segurança⁷⁴. Por outro lado, a Síria-Palestina não possui fronteiras ecológicas como o Egipto para desenvolver uma noção centralizada. O isolamento nunca foi uma realidade para estas gentes, que tiveram de cooperar entre si, desenvolvendo

⁷⁰ Veja-se EA 51, EA 53, EA 75, EA 76, EA 95, EA 136.

⁷¹ Veja-se, por exemplo, EA 63, EA 85, EA 88, EA 106.

⁷² Cf. BAHRANI, *Race and Ethnicity...*, *World Archaeology*, pp. 48-59.

⁷³ LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 34.

⁷⁴ *Idem*, p. 33.

por isso uma visão multicentrada, em que a diversidade é algo absolutamente natural. O Levante era a única região que não alcançara a unidade política e, por isso, tinha um sistema político diverso do egípcio. Mas como é que os Siro-palestinos viam o Egito? Como um elemento caótico e desordenado? Como uma potência que os poderia proteger militarmente? Como aqueles que iriam (des)ordenar o seu mundo?

Se na maior parte dos casos, a análise da cosmovisão do mundo antigo é analisada, maioritariamente, quando associada a grandes poderes da época, o mesmo não se aplica a sociedades territorializadas, sem unidade política, como o é o Corredor siro-palestino. No fundo, estes pequenos reinos são sempre articulados com grandes potências e não analisados por si só no que respeita às suas configurações políticas, e nomeadamente, na sua cosmovisão e concepção teórica sobre os outros.

Não menos importante será pensar qual o tipo de relação estabelecida. A maior parte dos autores fala em «vassalagem» ou, menos frequentemente, em «feudalismo». Não obstante, a terminologia ligada à vassalagem bebe, em grande parte, das noções do feudalismo. Como apontam os estudos de Violeta Fidanza, essa designação não se aplica sequer à organização interna das articulações siro-palestinas⁷⁵. Ora estas noções parecem ser impróprias pois «esbarram» completamente na definição das relações que estes reinos tinham entre si, e da maneira como se viam. Se por um lado o Egito não compreende a necessidade da protecção militar, e as suas intervenções são, na maioria, ou de conquista ou de combate à perturbação (sobretudo nómada), por outro lado, os reinos da Síria-Palestina, articulam-se politicamente num emaranhado de relações verticais (entre «pequenos» e «grandes reis») e buscam no Egito uma protecção militar face às ameaças de que são alvo. Entendem o Egito como o seu «senhor», na medida em que lhe é pago uma tributação, com a contrapartida de um garante de fidelidade política, que obrigaria o Egito a prestar auxílio militar.

De qualquer modo, não podemos falar num sistema feudal porque, antes de mais, o rei egípcio nunca foi um «príncipe inter pares», como acontecia no período medievo. Essa concepção era inexistente. Por outro lado, as relações do Egito com o Próximo Oriente Antigo eram complexas também pela própria diferenciação qualitativa que atribuíam a diferentes reinos ou cidades. As relações mantidas com uma pequena cidade ou com um reino levantino, que se subordinavam política, militar e economicamente ao Egito, será muito diferente das relações aparentemente «horizontais», de igual para igual, como seja, por exemplo, com os reinos do Mitanni e da Babilónia, grandes potências do mundo de então. O

⁷⁵ FIDANZA, Los maryannu..., *REE*, pp. 33-65.

faraó, apesar de tudo, e embora se mostre cordial nas relações com grandes poderes da época, assume-se sempre como o rei que está acima de tudo e de todos, mesmo daqueles que por conveniência diplomática apelida de «irmãos». Talvez possamos falar, quiçá, de uma relação contratual ou clientelar, mas procuraremos explorar e compreender melhor estas realidades com o desenvolvimento deste estudo.

Em suma, a maneira como o Egipto construiu, desde cedo, a sua ideia sobre o estrangeiro enquanto realidade geográfica desordenada, a partir dos conceitos que desenvolve para o seu próprio espaço (as Duas Terras) e para si próprios enquanto elementos ordenados, foi o factor essencial para definir tudo o que lhe era exterior como sendo inferior e caótico. Neste sentido, esta teoria torna-se num elemento de base legitimador para partir para uma acção bélica, sendo a guerra o meio fundamental para combater o caos e alcançar a ordem. A cosmovisão egípcia, centralizadora e nuclear, não procura compreender o outro, mas sim subjugar-lo aos seus padrões existenciais. Como veremos, esta situação encontrará limitações de carácter prático quando os Egípcios têm que lidar com realidades concretas no terreno. Não obstante, será esta verdade existencial egípcia que ditará o sucesso e o fracasso no domínio do Egipto sobre a Síria-Palestina.

CAPÍTULO II

ACÇÃO MILITAR SOBRE A SÍRIA-PALESTINA: CAUSA OU CONSEQUÊNCIA?

1) O Corredor siro-palestino como problema geoestratégico

A história do Levante durante o período pré-clássico oferece características particulares relativamente ao mundo de então. Era uma região cujo ponto forte e riqueza estavam associadas ao comércio, e cujas debilidades políticas tinham como causa a sua peculiaridade organizativa do espaço e das sociedades que coabitavam esse mesmo território. De facto, a inexistência de uma unidade política é talvez uma das suas grandes marcas, pois este espaço lidava sobretudo com duas realidades, que poderemos definir, ainda que genericamente, como: 1) as organizações urbanas conectadas com o litoral e de participação activa no mundo do comércio 2) o nomadismo e pastorícia nas regiões mais interiores⁷⁶.

A organização política destas sociedades baseia-se numa série de ligações horizontais e verticais, em que as partes envolvidas têm compromentimentos e obrigações mútuas, que passam sobretudo por conceitos de lealdade política e protecção militar entre os diferentes reinos. A sua estrutura política assentava nestes princípios e, claramente, o firmar de tratados com reinos superiores acabava por ser favorável, na medida em que dispensavam-se de preocupações de cariz militar, leia-se, preocupações externas, podendo focar as suas actividades no comércio. Não quer isto dizer que as cidades levantinas se tenham deixado tomar de forma fácil, sabemos que houve resistência, elas não agiram de forma apática perante a ameaça externa. De qualquer modo, o facto de não haver uma unidade política fragilizou o seu sistema do ponto de vista militar, pois não houve a capacidade de congregar toda uma região para que em unísono rejeitassem o domínio estrangeiro. Daí poder deduzir-se que, no geral, o Corredor siro-palestino nunca foi decididamente contrário ao domínio político, pois a sua predisposição organizativa era essa.

Importa também perceber qual é a composição social destas gentes. A grande franja é a da população considerada «livre» (80 a 90 %), onde se incluem os agricultores (*ḥupšu*) ou pastores (*ḥaniaḥḥu*), sendo que a parte minoritária são os dependentes do palácio, a elite

⁷⁶ Cf. LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 428.

militar, (*maryannu*⁷⁷) que se concentrava nas maiores aldeias e os especialistas técnicos (*ehēle*)⁷⁸. Mario Liverani aponta que mesmo tendo em conta as situações desequilibradas entre as zonas, no geral, para a Síria-Palestina, podemos admitir que estamos perante cerca de 400000 camponeses, 80000 pastores e 120000 dependentes do palácio. No entanto, as tendências demográficas da zona mantiveram-se baixas entre o Bronze Médio e o Bronze Tardio⁷⁹. É importante assinalar, contudo, que se desenvolve um desequilíbrio notório entre as cidades e as zonas rurais durante o Bronze Tardio, sendo que nas primeiras há índices de florescimento e nas segundas enfrentava-se a escassez de mão-de-obra⁸⁰. Isto vai mais longe, se tivermos em linha de conta que aqueles que eram «banidos» das cidades se refugiavam nas estepes, montanhas e bosques, e depois se integravam no circuito da transumância (*ḥabiru*), do ataque a caravanas do palácio e a viajantes, formando uma entidade oposta à realidade palaciana⁸¹. Mesmo tendo em linha de conta que estes transumantes são entidades rivais das cidades, e elementos que podem desorganizar todo um «sistema», parece ser evidente que a sua organização, isto é, o «sistema» levantino, é por si só um sistema de desequilíbrio, comparativamente com outras realidades políticas à época. Daí que, como veremos, os Egípcios se preocupassem com o controlo, sempre difícil, destas populações nómadas.

A Síria-Palestina era, além do mais, um ponto de interacção do mundo pré-clássico, dado que através dela interagiam diversas potências tanto no plano comercial como também no plano político. Para além das funções de «corredor», termo que habitualmente se usa para designar este espaço, sendo lugar de conexão terrestre entre o Egipto, a Mesopotâmia, e os reinos mais a norte como o Mitanni e o Hatti, o Levante proporcionava ainda uma ligação privilegiada com o Mediterrâneo Oriental, sobretudo com as ilhas de Chipre e de Creta. Por ser um ponto de confluência e de «passagem», foi bastante potenciador, na medida em que o mundo da época sabia que ali confluíam todos os produtos, e a partir daí podiam ser redistribuídos. Mas não só, dado que, pela sua posição estratégica ligada ao mar, desenvolveram um comércio de grande porte que gerava notória riqueza, de que são exemplo óbvio as cidades de Biblos, Tiro, Sidon e Ugarit, por exemplo. Para além das grandes riquezas

⁷⁷ Para um maior desenvolvimento desta temática, veja-se: FIDANZA, Los maryannu..., *REE* 3, pp. 45-62; FIDANZA, Los maryannu..., *REE* 4, pp. 33-65.

⁷⁸ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 428.

⁷⁹ As causas estão ligadas à actividade bélica interna e empreendida sobre a região (sobretudo as campanhas militares egípcias), factores socioeconómicos e excessivo agravamento laboral e fiscal; ver LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, pp. 429-430.

⁸⁰ Idem, p. 430.

⁸¹ Idem, p. 434.

destes «portos de poder»⁸² levantinos, a região oferecia ainda recursos muito apreciáveis, sobretudo no Norte, de onde podemos destacar a área fértil do vale de Jezrael e, sobretudo, a muito apreciada madeira de Biblos, cobiçada pelas grandes potências mesopotâmicas e também pelo Egito.

De facto, o Corredor siro-palestino ocupou um lugar fulcral na economia inter-regional que ligava a Ásia com o Egito e com o Egeu⁸³. Por ser ponto de comércio, ponto de cruzamento de rotas comerciais, ponto de contacto com o mundo, e ponto de recursos, esta região, que não se pautava pela unidade política ao ponto de criar um grande reino, ocupando um vasto território, foi susceptível a olhares ambiciosos de grandes estados que, ao longo do tempo, desejaram e procuraram mantê-la sob a sua influência ou sob o seu próprio domínio político (Egito, Mitanni, Hatti, Assíria e Babilónia). Daí que Graciela Gestoso Singer considere a zona não só como «periferia disputada» e «periferia produtiva» mas também como «periferia estratégica»⁸⁴.

A confluência de rotas e produtos na Síria-Palestina só pode ser entendida quando articulada com toda uma rede de intercâmbios que conectavam com realidades tão distantes como a Ásia. E nessa ligação em concreto a Mesopotâmia teve um papel fundamental, pois funcionou como intermediária entre a Ásia e o Levante. As suas rotas ligavam pontos como Ugarit, Tiro e Gaza com Emar, Mari e Babilónia, e chegavam até à Índia Ocidental⁸⁵. Um comércio que era feito sobretudo por via terrestre mas que, em algumas ocasiões, durante o segundo milénio, era também feito por mar, já que produtos vindos da Índia Ocidental foram transportados para o Golfo Pérsico, até às embocaduras do Tigre e do Eufrates⁸⁶. Do Oriente (Elam, Oman, Índia) provinha ouro, prata, cobre, estanho, madeira, pedras semipreciosas, marfim, especiarias, unguentos e tinturas vegetais⁸⁷. Através de uma rota terrestre que atravessava os Montes Zagros, chegava-se ao Afeganistão, de onde provinha o lápis-lázuli⁸⁸. Na periferia mesopotâmica e na Arménia obtinha-se ainda azeite, resina, vinho, mel e especiarias⁸⁹. Na XVIII dinastia, o Egito obteve madeira da Assíria, e também obteve

⁸² COHEN, Cores, peripheries, and ports of power..., *Exploring the longue durée*, p. 71. Na nossa opinião, autora fala de «portos de poder» por serem as cidades, habitualmente ligadas ao mar, que se tornam autênticos centros de riqueza. Portanto, devemos ler «portos» enquanto cidades, e não exclusivamente como pontos de carga e descarga de bens e mercadorias.

⁸³ SINGER, *El Intercambio de Bienes*..., p. 47.

⁸⁴ SINGER, Periferia «disputada» en el Levante..., *Iberia*, pp. 7-19.

⁸⁵ Cf. SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 115.

⁸⁶ Idem, p. 116.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*. O lápis-lazúli parece ser o produto mais apreciado vindo da região mesopotâmica. Cf. ARE, p. 191; IEL, p. 85, 86, 91.

⁸⁹ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 119.

malaquite e galena procedente do Mitanni. Paralelo a isto, Babilónia, Assíria, Mitanni e Egipto desenvolveram um circuito de trocas de bens de prestígio que assentava, essencialmente, em carros, armas, vestidos, tecidos, cerâmicas, vasos de prata e jóias⁹⁰. Por outro lado, o produto que os Mesopotâmicos mais ansiavam receber do Egipto era, sem dúvida, o ouro. Ouro esse que, pelo menos em Babilónia, voltava a ser fundido. A Babilónia, ao contrário do Mitanni, Assíria e Egipto, usava como padrão de troca o ouro e não a prata⁹¹. Em suma, a Mesopotâmia teve um papel importante por funcionar como intermediária para a obtenção de uma série de produtos apreciados pelos reinos mesopotâmicos e por outras potências, como o Egipto⁹².

O Hatti também beneficiou da sua articulação comercial com o Levante, e a sua maior ligação era com a cidade portuária de Ugarit, cujo vínculo comercial seria estabelecido a partir do seu maior porto (Ura), e que foi usado sobretudo no intercâmbio de cereais e metais⁹³. O Hatti era um grande exportador metalúrgico, sobretudo de cobre⁹⁴, prata⁹⁵ e chumbo, provenientes das regiões mineiras da Anatólia⁹⁶. O cereal, por outro lado, era proveniente do Egipto, e a rota estabelecida para o intercâmbio deste produto indica que a ligação não era directa, uma vez que contava com várias paragens ao longo da costa⁹⁷. Para além do cereal, o Hatti também obteve ouro e marfim e ainda objectos de luxo provenientes do vale do Nilo. No entanto, é importante sublinhar que alguns desses produtos chegavam aos portos hititas através de Ugarit⁹⁸.

Caso à parte é o da ilha de Chipre, que funcionou como intermediária entre o Oriente e o Ocidente, beneficiando de uma posição estratégica da qual os locais souberam tirar partido, apostando no desenvolvimento urbano e portuário das suas costas, incidindo na actividade industrial e comercial⁹⁹. Pela sua posição chave, os mercadores cipriotas dominaram, em grande parte, a troca de produtos entre o Egeu e o Levante, através da sua marinha. De tal modo essa ligação era frutuosa que durante o Bronze Tardio usaram uma rota directa entre

⁹⁰ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, pp. 120-121.

⁹¹ Idem, p. 132.

⁹² Para aprofundar o tema veja-se SINGER, *El intercambio de materias primas...*, *Aula Orientalis*, pp. 189-211.

⁹³ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 138.

⁹⁴ GRANDDET, *Les Pharaons du Nouvel Empire*, p. 43.

⁹⁵ *IEI*, p. 91, 96.

⁹⁶ Não temos referências ao ferro. Por outro lado, também é conveniente perguntarmo-nos: até que ponto é que o ferro interessava aos Egípcios? Para fabrico de armamento? Não é de crer, até porque à época tinham um bom equipamento e dos mais sofisticados, em bronze.

⁹⁷ Cf. SINGER, *El Intercambio de Bienes*, pp. 139-140.

⁹⁸ Cf. Idem, pp. 140-141.

⁹⁹ Idem, pp. 49-51.

Chipre e a ilha de Creta¹⁰⁰. Faziam chegar os seus produtos à costa levantina sobretudo a partir de Ugarit, e conectaram-se comercialmente com o Egipto através de navegação de cabotagem¹⁰¹. Exportavam, essencialmente, madeira, cobre, cerâmica, e óleos perfumados¹⁰².

Em suma, a Síria-Palestina (isto é, as suas cidades, com maior destaque para as portuárias) era um ponto de confluência de rotas e de produtos de todo o mundo de então. Funcionando como receptora de bens e de mercadores, tornou possível que através deste «corredor» chegassem os mais variados produtos a todas as partes do Próximo Oriente Antigo. Através de rotas terrestres («Via Maris» e «Caminho Real», com maior importância) e rotas marítimas (de mar aberto, propiciadas pelos ventos, e de cabotagem¹⁰³) floresceu uma importante dinâmica comercial, que tornou o Levante uma região rica e cobiçada. A sua organização política em núcleos pequenos, sem uma unidade capaz de o tornar num grande reino, foi um dos factores que acabou por permitir o domínio político da região por parte de grandes potências da época, como o Egipto, Mitanni e Hatti.

Metais, vidro, madeira, gado, escravos, produtos manufacturados¹⁰⁴, pedras preciosas, cavalos¹⁰⁵ e matérias-primas eram os produtos transaccionados no Mediterrâneo Oriental, e integravam um circuito que unia as diferentes partes do mundo¹⁰⁶. O Levante era a grande plataforma receptora e distribuidora destes bens, e ainda que possam ter existido rotas directas entre diferentes pontos, este era o «corredor» terrestre, mas também uma plataforma de apoio à maioria das rotas de navegação, ainda que também se navegasse em mar aberto. Note-se, contudo, que embora falemos de Síria-Palestina, quase lhe dando um sentido unitário, parece-nos claro que a zona mais atractiva e mais disputada era, sem dúvida, a Síria, pela sua ligação próxima com a Anatólia, Mesopotâmia e Chipre (e consequentemente com o Egeu, com especial relevo para Creta).

¹⁰⁰ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 52.

¹⁰¹ SINGER, *El Intercambio de Bienes...*, p. 52. Porém, a navegação de cabotagem oferecia alguns perigos naturais e humanos que devemos ter em consideração, como embates na costa, que podiam danificar ou afundar as embarcações e, quiçá, também a pirataria.

¹⁰² Idem, pp. 56-57. Veja-se, para a relação entre o Egipto e o Egeu, CLINE, *Contact and trade...*, *Minos*, pp. 7-36.

¹⁰³ Cf. TAMMUZ, *Mare clausum?*..., *MHR*, pp. 155-156. Sobre as questões relacionadas com a navegação, veja-se ainda GRANDET, *Les Pharaons du Nouvel Empire*, pp. 40-49.

¹⁰⁴ NA'AMAN, *Economic aspects of Egyptian...*, *IEJ*, pp. 172-185.

¹⁰⁵ BECKMAN, *Ugarit and inner Syria...*, *Le Royaume d'Ougarit*, p. 172.

¹⁰⁶ Esta realidade está patente nos Anais de Tutmés III, e reflecte a variedade de produtos que o rei consegue trazer para o Egipto, seja através do saque, ou como fruto de pagamento de tributo. Veja-se, por exemplo, *IEI*, pp. 94-95.

1.1) Modelo económico

Estas questões, por outro lado, levam-nos a procurar saber qual o tipo de modelo económico pelo qual se regem estas comunidades. A interacção entre estas sociedades era redistributiva¹⁰⁷ mas, como aponta Mario Liverani, a ideia transversal é essencialmente a de centralizar os recursos, o que coincide com o mapa mental, que já tivemos oportunidade de explorar. O objectivo é que o reino central obtenha e coordene uma série de produtos e redistribua «vida» pela periferia¹⁰⁸. Aliás, só assim se compreende que haja uma avaliação positiva do importado e negativa do exportado, o que significa que o ideal de cada «estado» é obter o máximo de bens, acumulando-os e evitando pôr em circulação¹⁰⁹. Segundo o mesmo autor, no limite, este modelo desemboca na autarcia. Contudo, qual será o efeito prático desta ideologia? Será que ela encontra paralelo num mundo comercialmente dinâmico como o era o do Médio Oriente Antigo? Tomando como exemplo o Egipto, sabemos que este tinha que colocar uma série de produtos no «mercado», isto é, tinha de disponibilizar bens para obter produtos que as Duas Terras não possuíam. De qualquer maneira, e tal e qual se interroga Liverani, estaremos perante fenómenos de comércio ou de tributo? Se considerarmos que, *grosso modo*, a maioria dos produtos que chegam ao Egipto, mesmo dos pontos mais distantes, são por intermédio da Síria-Palestina, podemos quase adiantar que haverá uma ideia de que se trata de tributo, mas isso levar-nos-ia a outra questão: em grandes centros de comércio, como Ugarit, onde confluem rotas de todo o mundo conhecido, como é feita a troca de produtos? Por via directa, ou seja, por exemplo, entre mercadores egípcios e mitânios? Ou por via indirecta, em que a gestão dessas trocas é feita pelos locais? Se aceitarmos a primeira hipótese, talvez possamos considerar que é troca por troca, ainda que na ideologia de cada um se trate de tributo¹¹⁰. Quanto à segunda, isso traria a ideia clara de que se trata de tributo, sobretudo a partir do reinado de Tutmés III, uma vez que a cidade é politicamente dependente do faraó.

¹⁰⁷ A questão central no que respeita ao debate da historiografia em torno deste paradigma parece ter que ver, sobretudo, com a sua análise aplicada nas estruturas internas e externas e com a questão dos mercados e de taxas no Médio Oriente Antigo. Veja-se, a este propósito, Warburton, *Economics, anthropological models...*, AME, pp. 67-69.

¹⁰⁸ Liverani, *Prestige and Interest*, pp. 205-210.

¹⁰⁹ Idem, p. 218.

¹¹⁰ A ideia do tributo é antiga, e procede, para o caso do Egipto, sobretudo desde o Império Antigo, mesmo não havendo ocupação militar. Portanto, uma não implica, ideologicamente, a outra. No Império Novo, por outro lado, há uma confluência de ambas.

O caso de Uenamón, que é enviado a Biblos para buscar madeira, ainda que extravase a nossa cronologia¹¹¹, é exemplificativo: o egípcio chega à dita cidade e pede madeira, sem dar qualquer indício de que traz consigo algo em troca, então o rei de Biblos, Tjekerbaal, recusa fornecê-la. E só quando o rei da cidade levantina manda ao Egito um pedido de pagamento juntamente com uma «amostra» de madeira, de forma aliciante e provocatória, é que o dito pagamento chega e a madeira é consequentemente enviada¹¹². Fica pois claro que a ideologia egípcia tem um peso muito significativo nestas relações de troca, no entanto, ainda assim, ela acaba por ser superada no plano prático, sem que isso interfira ideologicamente.

Em suma, podemos distinguir em quatro patamares distintos as classificações dos produtos que chegavam ao Egito¹¹³:

- 1) Através de saque (*h3k*)
- 2) Tributos das zonas dominadas política e militarmente pelo Egito, como Kuch, Uauat e partes da Síria-Palestina (*b3k*)
- 3) Contribuições que «grandes reis» desde a Ásia, Chipre, Egeu davam ao faraó (*inw*)
- 4) Produtos exóticos, maravilhas vindas de regiões como o Punt (*bi3t*).

1.2) Toponímia

Torna-se fundamental saber, por outro lado, qual era a designação egípcia para esta área. Desde logo surge uma dificuldade: é que os Egípcios não tinham uma, mas várias designações, seja ao nível da toponímia como dos gentílicos. Acrescente-se ainda o uso de topónimos como gentílicos, e a dissonância entre os egiptólogos nesta matéria. De qualquer modo, procuraremos deixar expressa uma leitura: O termo mais genérico para designar o Corredor siro-palestino é Retenu aludindo, genericamente, à Síria-Palestina. Com frequência os Egípcios referem-se ao Alto Retenu¹¹⁴, subentendendo que, tal como no Egito, há uma divisão entre o Norte e o Sul. No entanto, não deixa de ser curioso que não se aluda ao Baixo Retenu, de modo que é uma divisão subentendida e que está provavelmente muito associada com a mentalidade egípcia da dualidade. Note-se entretanto a diferença entre a Alta Núbia (Kuch) e a Baixa Núbia (Uauat).

¹¹¹ A viagem de Uenamón, funcionário do templo de Amon em Tebas-Uaset, decorre em finais da XX dinastia (cerca de 1080 a.C.). Ver, a propósito, SASS, Wenamun and his Levant..., *Ägypten und Levant*, pp. 247-255.

¹¹² LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 250.

¹¹³ Idem, pp. 256-257.

¹¹⁴ «A minha majestade entregou-lhe três cidades do Alto Retenu...», *IEI*, p. 99.

Outro nome para a região é o de Djahi, aparentemente um topónimo que não é usado antes da XVIII dinastia¹¹⁵. Segundo José Galán, a palavra denomina de uma maneira imprecisa a região siro-palestina. Para James Hoffmeier, congrega a Palestina e a zona da futura Fenícia¹¹⁶. No entanto, para Margaret Drower, ainda que nem sempre seja claramente distinguida de Retenu, designa, no geral, a zona costeira. De facto, se analisarmos os Anais de Tutmés III, reparamos que há uma clara distinção entre Djahi e Retenu. De outra forma não se compreenderia porque é que as inscrições relativas às campanhas militares ora comecem pela referência «sua majestade estava em Djahi ...»¹¹⁷, ou então por «sua majestade estava no Retenu...»¹¹⁸. Fica assim claro que o topónimo Djahi se reporta a uma área mais específica, se não vejamos: nos Anais, fala-se de «vasos de prata ao estilo de Djahi»¹¹⁹, de «milho, incenso e azeite...»¹²⁰ vindos dessa área, e ainda de que o rei (Tutmés III) recolhera na terra de Djahi «barcos de madeira de pinho de Keftiu, de Biblos e de combate...»¹²¹. Portanto, parece tratar-se de uma área geográfica próxima do mar, não só pela menção aos barcos, mas também porque a prata é um produto vindo sobretudo da zona da Anatólia, e cuja transacção era controlada pelas cidades portuárias levantinas. Quais os limites geográficos de Djahi? De onde e até onde se estendem? Neste momento não temos como responder. Porém, existe outro topónimo relativo a esta zona, Kharu, de onde deriva *pakharu*, um gentílico que significa o sírio ou o palestino¹²². Os Egípcios usavam ainda a denominação «terra de deus»¹²³ para referirem-se a terras de onde provinham matérias-primas e produtos exóticos, como era o caso do Líbano, Sinai e Punt¹²⁴. Especificamente para a Palestina poderia usar-se a designação Setjet (*sṯt*), terra dos Fenekhu, e ainda Chasu, que embora fosse um gentílico que se reporta a tribos semi-nómadas da Palestina, também era usado como topónimo¹²⁵. Na opinião de alguns autores, os Chasu também se podem encontrar no Sinai e na Síria¹²⁶. Para Hoffmeier, o termo Fenekhu não é restrito à Palestina, defendendo que é um termo vago para a região de Canaã, Líbano e Síria¹²⁷.

¹¹⁵ DROWER, Syria..., *CAH*, p. 425.

¹¹⁶ HOFFMEIER, Reconsidering Egypt's part..., *Levant*, p. 184.

¹¹⁷ *IEI*, p. 93.

¹¹⁸ *Idem*, p. 95.

¹¹⁹ *Idem*, p. 90.

¹²⁰ *Idem*, p. 95.

¹²¹ *Idem*, p. 92.

¹²² «...1.588 habitantes de Kharu...», *IEI*, p. 99.

¹²³ *Idem*, p. 120, 122.

¹²⁴ GALÁN, *El Imperio Egipcio*, p. 227.

¹²⁵ Cf. *Idem*, pp. 223-227.

¹²⁶ Cf. HOFFMEIER, Reconsidering Egypt's part..., *Levant*, p. 186.

¹²⁷ *Idem*, p. 185.

Porém, a seguinte frase deixa-nos novamente em dúvida: «Golpeando os chefes do Retenu, de todas as terras estrangeiras ocultas e de todas as terras dos Fenkhu»¹²⁸. Então, será que o Retenu é mais circunscrito geograficamente (a Norte)? Afinal, a zona da Palestina é ou não parte do que chamam de Retenu? Contudo, parece claro que há aqui alguma indefinição entre os próprios redactores egípcios dos textos daquele tempo, ou que o uso dos termos acabasse por se confundir: «Eu vim e fiz com que pises os que estão na Palestina, que golpeies as cabeças dos semitas do Retenu.»¹²⁹

Por outro lado, ainda que não seja directamente relacionado com a geografia siro-palestina, mas porque há uma importante ligação comercial com essas zonas, convém deixar clarificado que Isy é o topónimo que se refere à ilha de Chipre e Keftiu designa a ilha de Creta (mas por vezes pode ser uma referência a uma área do Egeu)¹³⁰.

Segundo José Manuel Galán, Ta-meri é um término que se refere aos domínios do monarca egípcio tanto no Alto como no Baixo Egipto, aludindo ainda às regiões cujos governantes fossem vassalos do faraó¹³¹, mas as referências dão-nos a entender que se trata de uma designação associada apenas ao Egipto¹³².

Numa análise geral, torna-se claro que a região levantina é bastante atractiva, pelas potencialidades económico-comerciais que estão associadas, sobretudo no que diz respeito às cidades portuárias, as quais Susan Cohen apelida de «portos de poder». O domínio da zona significava não só um domínio sobre os produtos e as rotas, como também o será, no que ao Egipto diz respeito, na manutenção de toda uma ideologia, que já tivemos oportunidade de analisar, mas que em boa medida é potenciada pela própria conjuntura política interna das Duas Terras durante o Segundo Período Intermédio.

2) Os Hicsos: impulso de um «império»?

Durante muito tempo, a presença dos Hicsos no Egipto foi historiograficamente analisada como um momento de ruptura dentro da história das Duas Terras e como o vector essencial que conduziu à militarização da sua sociedade e à política imperial da XVIII dinastia¹³³. De facto, para uma sociedade que até então nunca se havia visto dominada por

¹²⁸ *IEI*, p. 104.

¹²⁹ *Idem*, p. 127.

¹³⁰ *Idem*, pp. 223-227.

¹³¹ *Idem*, p. 227. A expressão tem o significado de Terra Amada, isto é, o Egipto.

¹³² *Idem*, pp. 88-89.

¹³³ ERMAN; RANKE, *La Civilization Égyptienne*, pp. 697-737.

«estrangeiros», esta foi uma situação completamente nova, e cujos contornos foram realmente marcantes. Tradicionalmente são focadas duas perspectivas:

- a) Que se trata de povos hostis, de carácter guerreiro, e cuja presença era indesejável;
- b) Que a sua expulsão foi instantânea, e de tal modo bem-sucedida, que foram arrasados por Ahmés, e perseguidos Palestina dentro.

No geral, parece estar presente a ideia de um impulso «nacionalista» e vingativo associado ao início do Império Novo.

Porém, novas leituras têm sido feitas no que respeita à presença destes asiáticos, e aquela que é considerada, por vezes, como uma «invasão estrangeira»¹³⁴, não é somente o resultado de uma debilidade política no Egipto, como também o espelho de uma conexão milenar, em que populações vindas da Palestina e do Sinai desciam ao Egipto para suprir a escassez alimentar e de pasto para o seu gado, situação com a qual se deparavam muitas vezes. Além disso, não podemos cair no erro de considerar que somente egípcios habitavam o vale do Nilo, uma vez que a presença de asiáticos dentro da sociedade está bem atestada¹³⁵.

Terão sido, por um lado, as alterações climatéricas que ocorreram no Próximo Oriente Antigo e no Norte de África, em finais do Império Antigo que, aliados à fragilidade política verificada por essa altura no faraonato egípcio, tiveram como consequência não só um desenraizamento de populações como também deram espaço a um estabelecimento lento e progressivo de povos no Egipto¹³⁶. A penetração destas populações é essencialmente no Norte, portanto, no Baixo Egipto, e fundamentalmente no Delta. Neste contexto, as vagas de imigrantes aumentam e progrediam para sul, procurando trabalho nas grandes capitais da época, Mênfis e Iti-taui¹³⁷. Mas é chegados ao Segundo Período Intermédio, pois é aí que se efectiva o seu domínio, que podemos pôr ou não em causa o facto de os Hicsos serem populações belicosas. Os Hicsos poderão ser a massa de estrangeiros que se foi instalando progressiva e continuamente no Delta Oriental ou, por outro lado, serão um grupo guerreiro que se apoderou dessa zona?

Em termos gerais, poderá dizer-se que se trata de comunidades que se vão instalando desde o Primeiro Período Intermediário e cujos níveis de imigração poderão ter sido mais intensos durante os finais do Império Médio e inícios do Segundo Período Intermediário,

¹³⁴ Donald Redford sustenta que as invasões e destruições dos Assírios, Babilónios e Persas no Egipto, criaram a ideia de que do Norte só poderiam vir exércitos com o objectivo da conquista pela força. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 101.

¹³⁵ Cf. ANET, pp. 553-554; Veja-se SCHNEIDER, T., *Foreigners in Egypt, Egyptian Archaeology*, pp. 143-163; PANAGIOTOPOULOS, *Foreigners in Egypt..., Thutmose III: a new biography*, pp. 370-412.

¹³⁶ ARAÚJO, *Os Grandes Faraós do Antigo Egito*, p. 91. Veja-se também ANET, pp. 553-554.

¹³⁷ ARAÚJO, *Os Grandes Faraós do Antigo Egito*, pp. 117-118.

prolongando-se até meados do século XVI a. C. Julgamos também que se trata de uma população de carácter heterogéneo, congregando nómadas do Norte do Sinai¹³⁸ e gentes da Palestina¹³⁹. Contudo, e como é evidente, sendo uma comunidade asiática, cuja organização social se pautava pelo predomínio de aristocracias guerreiras, é possível supor que o fulcro desta criação e domínio político esteja sim associada a um grupo agressivo. Todavia, é erróneo pensar que o domínio do Delta por parte destas populações foi um empreendimento armado, à força, pois como referimos trata-se de movimentações de populações que são graduais e com uma tendência crescente, e não, como por vezes se afirma, de um exército que planeia invadir e conquistar o Delta egípcio em determinada altura.

Também não deixa de ser interessante referir que a documentação que nos chega relativa a este período é sobretudo sulista, oriunda de Tebas-Uaset, e atribui a estes agentes do caos uma tendência agressiva¹⁴⁰. Devemos ter em conta que, inicialmente, os asiáticos que se dirigiram ao Egipto integraram-se ou procuraram integrar-se na vivência egípcia, mas a fragilidade do faraonato deu-lhes oportunidades políticas, criando então um nicho administrativo no Delta e, já nessa fase, mantendo a sua própria cultura¹⁴¹. Para Percy Newby, houve mesmo uma fase mais militar, leia-se, agressiva culturalmente, da ocupação hicsa do Delta e, durante esse período, os Hicsos terão vandalizado estátuas egípcias¹⁴². Porém esta ideia só fará sentido dentro deste contexto de ascensão do seu poder, e de alguma rejeição à cultura egípcia.

O segundo milénio é claramente um período de grande movimentação de populações no Próximo Oriente Antigo¹⁴³ pautado, essencialmente, pela guerra entre grandes centros de poder que disputavam a lealdade «vassala» de reis menores¹⁴⁴. Poderão então ser os Hicsos ou, mais concretamente falando, a sua corte, um núcleo que se deslocou para o Egipto na intenção de também poder ter o seu reino «independente»? Isto torna-se mais claro se tivermos em linha de conta que se os Hicsos fossem vassalos de alguém, pela lógica organizativa típica do Levante, durante os ataques tebanos contra Auaris teriam pedido ajuda ao seu «senhor». No entanto, o seu pedido de ajuda foi direccionado ao rei de Kuch cujo

¹³⁸ MCDONALD, Egyptian interests in Western Asia..., *AJBA*, p. 82.

¹³⁹ O estudo dos escaravelhos presentes nas cidades do Delta ocupadas pelos Hicsos revela que a procedência destas populações é do Levante do Sul e não do Norte. Veja-se, BEN-TOR, Can scarabs argue for the origin of the Hyksos?, *JAEL*, pp. 1-7; KEMP, Old Kingdom, Middle Kingdom..., *Ancient Egypt: A Social History*, p. 157; BOURRIAU, The Second Intermediate Period, *The Oxford History of Ancient Egypt*, p. 176 e SÄVE-SÖDERBERGH, The Hyksos rule in Egypt, *JEA*, p. 63.

¹⁴⁰ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 104.

¹⁴¹ BRÖNN, *Foreign Rulers on the Nile*, p. 21.

¹⁴² NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 20.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 105.

poder se afirmava na região a sul de Assuão-Elefantina. Não há nenhuma evidência de que o rei hicsa tenha pedido ajuda no Levante, nem que essa ajuda tenha chegado¹⁴⁵.

Embora não sendo originário deste período o característico amuralhamento das cidades levantinas, a Palestina parece ter tido um período de florescimento urbano, com as suas cidades fortificadas e com a existência de campos militares. Pela primeira vez na sua história, o Baixo Egito ver-se-á submetido a uma poderosa cultura asiática, que trará consigo não só as inovações tecnológicas na arte da guerra que são características do Norte do Próximo Oriente, na primeira metade do segundo milénio, mas também procuram tornar a sua capital, Auaris, uma cidade à moda palestinese, fortificando-a¹⁴⁶.

O domínio dos Hicsos poderá ter chegado até Abido¹⁴⁷, região no Médio Egito que fazia fronteira com o domínio tebano. Tebas havia-se tornado a herdeira das antigas tradições egípcias com o estabelecimento da corte real que veio de Licht, a sul de Mênfis¹⁴⁸. Para Uaset fugiram também aqueles que puderam dar-se ao luxo de recusar a soberania estrangeira e migrar para o Sul do Egito. Segundo Donald Redford, podemos assumir que não houve chacina populacional, e que a população egípcia das zonas controladas pelos Hicsos se manteve intacta¹⁴⁹. Da mesma opinião parece ser SÄVE-SÖDERBERGH, que afirma que a governação hicsa foi apenas uma mudança de líderes políticos¹⁵⁰. Acrescentamos ainda o facto de a estrutura burocrática egípcia ter continuado durante o domínio asiático¹⁵¹. Esta situação é curiosa, pois não há uma rejeição populacional ou uma carnificina, visto que a presença asiática no Delta já era antiga. Os Hicsos estavam integrados, e talvez não vissem uma ameaça nos Egípcios. Porém, gradualmente, há uma rejeição da cultura egípcia, e a procura de manter a sua.

Contudo, a situação no Sul foi-se tornando periclitante, visto que também os Núbios se haviam rebelado contra o domínio egípcio, ocupando as fortalezas núbias, entre as quais a de Buhen e tornando-a o seu centro de operações¹⁵². Os Tebanos viam-se agora cercados por Núbios e Asiáticos e dominavam apenas de forma autónoma uma terceira parte da área que havia sido controlada pelos reis da XII dinastia¹⁵³.

¹⁴⁵ HOFFMEIER, Reconsidering Egypt's part..., *Levant*, p. 184. Cf. ANET, pp. 554-555.

¹⁴⁶ KEMP, Old Kingdom, Middle Kingdom..., *Ancient Egypt: A Social History*, p. 158.

¹⁴⁷ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar de Egipto*, p. 23.

¹⁴⁸ BOURRIAU, The Second Intermediate Period, *The Oxford History of Ancient Egypt*, p. 172.

¹⁴⁹ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 115.

¹⁵⁰ SÄVE-SÖDERBERGH, The Hyksos rule in Egypt, *JEA*, p. 60.

¹⁵¹ BOURRIAU, The Second Intermediate Period, *The Oxford History of Ancient Egypt*, p. 178. Cf. SÄVE-SÖDERBERGH, The Hyksos rule in Egypt, *JEA*, p. 65.

¹⁵² MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar de Egipto*, p. 21.

¹⁵³ WILKINSON, *Auge e Caída*, p. 237.

É errado pensar, também, que todos os Egípcios se uniam num mesmo princípio, isto é, de que todos se queriam ver livres da dominação estrangeira. A resistência é sobretudo do Sul, e não se reveste, como somos induzidos a pensar, por um sentido nacionalista, mas apresenta-se como uma reacção política, daqueles que estavam subjugados ao rei de Auaris, a quem tinham que pagar tributo¹⁵⁴. Para além disto, está associada a estes grupos uma importante dinâmica comercial exclusiva com a sua zona de origem, criando um hiato comercial com a Síria¹⁵⁵ e, conviria ainda acrescentar que estas trocas foram estabelecidas não por vias terrestres mas sim por rotas marítimas¹⁵⁶. Assim, parece-nos que os Hicsos tornaram-se para os Tebanos uma espécie de «tampão» do ponto de vista comercial, pelo menos numa escala directa. Ou seja, ainda que os Hicsos tivessem mantido um comércio florescente com o Levante, sobretudo com a zona da Palestina, os tradicionais contactos económico-comerciais da corte egípcia com o Corredor siro-palestino haviam sofrido uma ruptura. É certo que alguns produtos continuaram a chegar às Duas Terras, mas em que medida é que eles eram distribuídos na corte tebana, «vassala» do poder de Auaris? E mais, se partirmos da ideia que houve um hiato comercial com a Síria, devemos também sublinhar que muitos dos produtos, que eram sobretudo adquiridos nas cidades do Alto Retenu, também eram inseridos num circuito de trocas que chegava até Gaza. Quando nos debruçamos sobre o relato de Kamés na sua luta contra os asiáticos e contra Auaris, uma das coisas que é mencionada é o espólio recolhido mais a norte, de onde se trazem imensos e apreciados produtos provenientes do Retenu¹⁵⁷.

A paz que havia sido mantida entre Tebanos e Hicsos haveria de chegar ao fim com a recusa do Sul ao seu estatuto de «vassala», aliada aos condicionalismos económicos, e, sobretudo, propiciada pela disponibilidade de um exército que havia sido progressivamente organizado¹⁵⁸. Este empreendimento iniciado por Sekenenré Taá terá um desenvolvimento com Kamés e Ahmés, até que este último os expulsa do Egipto. Contudo, o início do grande conflito armado terá na base a intercepção de um mensageiro enviado pelos Hicsos com destino à Núbia, para que juntos ambos os reinos dominassem e repartissem o restante

¹⁵⁴ ANET, p. 231. «One, and perhaps the prime, piece of evidence from na Egyptian source is the letter of Apophis to the ruler of Kush, preserved in the second Kamose stela, in which Apophis calls his correspondent “my son”. The Theban administrator, the earliest contemporary of Apophis, appears with the praenomen *šknm-r*’, which has suggested to some a vassal’s mimicry of his suzerain who early adopted the praenomen ‘*3-ḫnn-r*’» REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 116.

¹⁵⁵ BEN-TOR, Can scarabs argue for the origin of the Hyksos?, *JAEL*, 1, p. 3.

¹⁵⁶ ZINGARELLI, La frontera sinaítica del Egipto Antiguo, *Trabajos y Comunicaciones*, 26-27, p. 23.

¹⁵⁷ «I have not left a plank under the hundreds of ships of new cedar, filled with gold, lapis lazuli, silver, turquoise, and countless battle-axes of metal, apart from moringa-oil, incense, fat, honey, *itren*-wood, *sesedjem*-wood, wood planks, all their valuable timber, and all the good produce of Retenu.» ANET, pp. 554-555.

¹⁵⁸ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar de Egipto*, p. 25.

território entre eles¹⁵⁹. Esta interceptação é deveras importante de sublinhar, uma vez que demonstra o controlo apurado que era feito do espaço. Segundo Toby Wilkinson, fora Kamés que ordenara que se patrulhasse o deserto ocidental, de modo a tomar conhecimento de qualquer movimento incomum. E, claro está, essa decisão não é tomada por mero acaso, pois sabia-se que o comércio efectuado entre o reino hicsu e o reino de Kuch era através das rotas do deserto, intercaladas pelos oásis ocidentais¹⁶⁰.

Este conflito, de causa justificada, terá ainda na sua base um decreto do deus Amon¹⁶¹ que «patrocina» a causa tebana e, não menos interessante, este conflito assumir-se-á também como um duelo dos tempos primordiais, uma vez que os do Sul assumem a facção de Osíris, que luta contra Set, deus venerado pelos Hicsos. Kamés sucedera, caso único na história do Egípcio, a um rei morto¹⁶², o que agora impregnava esta luta contra o estrangeiro com um sentido de vingança.

Ainda que não seja o nosso objectivo explorar com detalhe as operações militares que foram levadas a cabo por Kamés e Ahmés, não podemos deixar de apontar algumas ideias que se revestem de fundamental importância para a XVIII dinastia e para os seus empreendimentos na Ásia: A grande força militar nestas operações é sobretudo naval, com importante destaque para a infantaria¹⁶³, e a grande estratégia para tomar a cidade de Auaris é a do cerco. Para o período de Kamés não há registo do uso de cavalos e carros, sendo uma novidade introduzida nas operações militares de Ahmés, mas sem o destaque que virá a ter no decurso do Império Novo. De facto, este é um exército que está organizado na linha tradicional do Império Médio, e cuja «coluna vertebral» está pensada para agir dentro do Egípcio, daí a grande importância da marinha e do transporte naval. Os Hicsos, por seu turno, tinham alguma dificuldade nessa área em concreto, de modo que os Egípcios, pelo controlo apurado que tinham na navegação do Nilo, tomaram vantagens sobre os Asiáticos¹⁶⁴, que não tinham uma tradição de navegação fluvial.

Auaris cai perante as tropas de Ahmés, mas o príncipe tebano vai mais longe, e, passando o Sinai, arrasa Charuhen, principal centro de poder político e comercial hicsu, não sem antes ter que fazer um cerco de três anos à cidade¹⁶⁵. Este ataque foi uma medida

¹⁵⁹ ANET, p. 232; Cf. ANET, p. 555.

¹⁶⁰ WILKINSON, *Auge e Caída*, p. 240.

¹⁶¹ NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 29.

¹⁶² MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar de Egipto*, p. 25.

¹⁶³ Martínez-Babón sustenta que os Medjai, designação atribuída a um grupo de soldados núbios, foram usados como tropa de choque. Idem, p. 27.

¹⁶⁴ Cf. SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, pp. 1-24.

¹⁶⁵ Dada a duração do cerco (três anos) pressupõe-se que tenha havido a utilização de armamento pesado. No entanto, pode-se neutralizar uma cidade bloqueando-a, ou seja, controlando as vias de acesso e impedindo os

defensiva, para evitar um contra-ataque asiático sobre o Delta. Contudo, tomar Charuhen não foi tarefa fácil para os Egípcios, pois estavam confrontados com uma nova situação. Aqui a marinha, a principal arma egípcia, não funcionava, porque era uma operação terrestre, além de que o cerco a uma cidade asiática obrigava a que se tomassem medidas de abastecimento do exército. Certamente que se aproveitaram os recursos que circundavam a cidade, mas também se beneficiou da proximidade ao Egito¹⁶⁶, que por via terrestre assegurava o acesso a alguns produtos.

Em Charuhen¹⁶⁷, ou talvez em Gaza¹⁶⁸, foi estabelecida uma guarnição real, com um grupo/destacamento de militares, tal como fora feito na Núbia, para garantir a lealdade do território circundante. Houve ainda que arrasar umas quantas cidades na costa palestina, de modo a intimidar a população¹⁶⁹.

Resolver o problema no Norte não seria possível sem resolver no problema a Sul. Controlar a Núbia era fundamental para lidar com os asiáticos pois, de outro modo, estariam em risco de serem atacados por duas frentes. Daí que Kamés tenha restaurado as defesas em Buhen, e tenha nomeado um funcionário da sua confiança, Teti, para controlar a zona sul¹⁷⁰. Ahmés, por sua vez, foi mais longe e ocupou a ilha de Chaat, construindo aí um posto militar fortificado, cujos muros rondavam os cinco metros de espessura, e lhe garantia um acesso ao ouro a sul da 2ª catarata¹⁷¹.

O Segundo Período Intermédio tem sido analisado muito numa dinâmica de conflito entre Hicsos e Tebanos e merecia uma nova abordagem que trouxesse uma maior análise sobre a Núbia e o seu papel neste período, dado que o poder do reino de Kuch só encontrou um desafio proporcional com Tutmés I¹⁷². De igual modo, e no que toca à restauração do poder político dos Egípcios sobre as Duas Terras, têm sido um pouco esquecidos não só o poder líbio como também o papel dos oásis¹⁷³, autênticas portas de entrada para o vale do Nilo a partir do deserto, assunto que seria interessante desenvolver num estudo centrado nesta cronologia em específico.

abastecimentos, o que aliás seria mais «económico» do que assaltar a cidade, pois evitava a perda de um grande número de homens. Neste caso, não podemos categorizar o tipo de cerco pois não temos referências pormenorizadas.

¹⁶⁶ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 32.

¹⁶⁷ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar de Egipto*, p. 42.

¹⁶⁸ WILKINSON, *Auge e Caída*, pp. 244-245.

¹⁶⁹ *Ibidem*. Alguns autores defendem que é possível que Ahmés tenha voltado à Palestina uma segunda vez. Cf. HOFFMEIER, *Reconsidering Egypt's part... Levant*, pp. 184-185.

¹⁷⁰ WILKINSON, *Auge e Caída*, pp. 238-239.

¹⁷¹ *Idem*, pp. 244-245.

¹⁷² VALBELLE, *Les Neuf Arcs*, p. 131.

¹⁷³ Sobre este assunto veja-se MILLS, *The oases, The Egyptian World*, pp. 49-56.

Em suma, a expulsão dos Hicsos não reflecte uma «guerra de independência»¹⁷⁴, como nos poderá induzir uma leitura e análise mais descuidadas. Ela é uma reacção política de um núcleo que foi subordinado a um poder mais forte, e também uma reacção armada de um grupo palaciano cuja preparação foi progressiva e robustecida, pela organização de um exército à sua conta. Acrescente-se às razões políticas e económicas que estão por trás deste feito, a morte de Sekenenré Taá II que, ao que se supõe, terá caído «às mãos» dos asiáticos.

No fundo, tudo confluíu para um espírito de revolta. Porém, poderemos atribuir a estes acontecimentos a razão pela qual se avançou militarmente na Síria-Palestina?

É certo que a experiência da ocupação vai criar na mentalidade egípcia uma memória funesta, de tal modo que Ahmés trata de empurrar o inimigo para a sua própria terra e não liberta simplesmente as fronteiras da sua presença, numa clara demonstração de força e poderio militar. Por este motivo, alguns autores falam de um «momento de acentuado nacionalismo»¹⁷⁵, vendo nestes eventos um mecanismo de segurança, com o reforço das suas fronteiras, evitando, acima de tudo, que a anterior situação voltasse a repetir-se¹⁷⁶.

Não questionando a forte marca que este período deixou na memória colectiva, até porque sobre ele, tanto os Egípcios como mais tarde os autores clássicos continuarão a escrever, será que podemos justificar a criação de um «império» egípcio pela reacção aos Hicsos? E será que podemos supor que todos os asiáticos que viviam no Egipto durante essa época foram expulsos? Deixou de haver asiáticos no Egipto? Todos eles se refugiaram na Palestina? Estamos a falar de um movimento de massas ou mais reduzido (elites)? O que aconteceu àqueles egípcios que haviam aceitado e/ou servido os reis do Norte?

Não é nosso propósito responder a todas estas perguntas, as quais só poderiam ser esclarecidas com um estudo concreto desta corte cronológico. De qualquer modo, e como sabemos, as coisas em História não são estanques e, por isso, não parece sensato que se considere que todos os asiáticos que viviam no Egipto tenham ido para a Palestina ou para o Sinai. Embora se defenda, de forma geral, que a inscrição de Hatchepsut (Speos Artemidos)¹⁷⁷ seja uma auto-glorificação da rainha, com propósitos propagandísticos, parece-nos que de algum modo reflecte que a expulsão hicsa não foi instantânea, mas sim progressiva, quanto mais não seja porque, de Ahmés em diante, os faraós terão uma atenção redobrada sobre o Norte, já que há uma passagem constante sobre esse território rumo à Síria-Palestina. Podemos ainda acrescentar a nova política militar do Império Novo, que faz de Mênfis um

¹⁷⁴ MORET; DAVY, *Des Clans aux Empires*, p. 299.

¹⁷⁵ PÉREZ-ACCINO, Egipto y el Corredor Sirio-Palestino..., *Egipto y el exterior*, p. 68.

¹⁷⁶ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 129.

¹⁷⁷ ANET, p. 231.

centro para o treino militar dos príncipes¹⁷⁸ e de Auaris, como apontam alguns autores, o famoso porto de Peru-nefer, de onde partiam importantes expedições militares¹⁷⁹.

A grande questão é: Se Ahmés avançou para a Palestina, arrasou Charuhen, instalando aí ou em Gaza uma guarnição militar, à partida, o problema hicsa estaria resolvido, mesmo que fosse necessário estar atento às movimentações do Sul da Palestina e Nordeste egípcio. O Egito aprendera, no reinado de Ahmés, que a melhor defesa é o ataque. Como se explica, porém, que somente após cerca de vinte anos passados desde o reinado de Ahmés, se tenha necessidade de fazer um avanço militar na Síria-Palestina (com Tutmés I)? Seriam os Hicsos? Seria ainda a memória da presença hicsa a despertar uma necessidade de prevenção? E como se explica que só no reinado de Tutmés III se avance para o Levante com o intuito de conquistar e dominar? Eis ao que procuraremos responder de seguida.

3) As campanhas militares: defesa de fronteiras ou de interesses?

O Império Novo nascera, e quanto a isso não restam dúvidas, pela reacção armada ao domínio e preponderância de um grupo de estrangeiros que se haviam estabelecido no Norte do Egito, ocupando o Delta, e importantes centros urbanos, como Mênfis, que recordavam o fulgor de tempos passados e constituíam verdadeiros ícones de identidade cultural e religiosa. Contudo, esse sentimento não parece, como vimos, ter sido transversal a toda a sociedade, pois havia quem aparentemente se sentisse satisfeito com o domínio asiático. Então, em que medida se poderá falar de uma reacção «nacional» quando nos reportamos à expulsão dos Hicsos? Na verdade, essa é sobretudo uma causa tebana e que terminará com pleno sucesso.

Os empreendimentos que tiveram início na XVII dinastia terão, porém, consequências mais vastas do que a expulsão dos Hicsos do Egito. O intento de intimidar as populações palestinas, de forma a procurar garantir uma segurança das suas fronteiras, ganhou contornos de demonstração de força militar nunca antes vista e que foi muito mais além do que a zona de Canaã. Era o afirmar do renascimento de um grande reino internacional pelas incursões militares? Era o reaver do seu papel de grande potência, e garantir o reconhecimento disso por todo o mundo conhecido de então?

Aquilo que nos parece ser claro é que não podemos justificar o avanço militar da XVIII dinastia para a Síria-Palestina pura e simplesmente como uma reacção aos Hicsos. Essa

¹⁷⁸ Não temos registo para descrever o treino militar de Tutmés III. No entanto, para o seu sucessor, Amen-hotep II, já há indicações. Veja-se, acerca do treino militar, GABRIEL, *Thutmose III*, p. 12-14.

¹⁷⁹ PETROVICH, *Toward pinpointing the timing of the Egyptian...*, *JAEl*, p. 35.

visão, que sublinha somente a ferida na memória colectiva, parece ser um pouco ultrapassada e não reflecte alguns pormenores: a) em termos cronológicos, não justifica a insistência durante cerca de vinte anos nas actividades militares no Levante; b) não explica porque é de um momento para o outro as actividades militares esporádicas (de avanço e retirada no terreno) ganham um novo sentido, o da ocupação e de administração de territórios estrangeiros; c) não tem presente as questões internacionais da época nem tem bem assente o papel que desempenhava a Síria-Palestina.

Se aceitarmos a ideia de que a expulsão dos estrangeiros estacionados na zona do Delta não foi um processo momentâneo e facilmente resolvido, mas sim um processo contínuo, e que terá chegado até ao reinado de Hatchepsut, poderemos afirmar que num primeiro momento os faraós da XVIII dinastia, que herdaram o reino unificado depois da expulsão dos Hicsos, procuraram resolver um problema que parecia incompleto, o da expulsão dos estrangeiros, e desta vez com uma atitude ofensiva. Contudo, não temos como comprovar esta ideia. Em alternativa, e tendo em conta que as relações «interestatais» na Antiguidade se pautavam também por demonstrações de força e poderio¹⁸⁰, podemos concluir que se trata: a) de acções de intimidação e reforço da posição internacional¹⁸¹; b) que reflectem a incapacidade imediata de actuar no terreno, isto é, de o controlar e dominar pela força¹⁸²; c) e que procuram assegurar e manter seguras uma série de rotas comerciais para o Egipto.

Só no reinado de Tutmés III é que a «política externa» egípcia ganha outros contornos. Convém, em suma, perceber porque é que afinal só se tem essa capacidade neste período, e porque é que há uma intenção deliberada de dominar esse espaço. Procuraremos explicar o porquê desse fenómeno.

O segundo milénio é marcado, em termos de política internacional, pela coexistência de reinos poderosos¹⁸³ que procuravam alargar a sua área de influência em termos políticos, económicos e militares, impondo as suas ambições e procurando reconhecimento¹⁸⁴. Entre «pares», isto é, entre «grandes reis», muitas vezes os interesses eram comuns e colidiam, e, por isso, havia que chegar a consensos, que tinham na base um confronto militar cujo

¹⁸⁰ HERSHEY, The history of international relations..., *AJIL*, p. 902.

¹⁸¹ Ao estilo das práticas reais do Império Médio, em que era comum ir caçar para o Levante. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 149.

¹⁸² Os três primeiros reis da XVIII dinastia estavam mais preocupados em resolver «o problema núbio». Era crucial manter uma hegemonia sobre o Sul para ter uma nova política em relação ao Norte. *Ibidem*.

¹⁸³ LAFONT, International relations..., *Diplomacy & Statecraft*, p. 41.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 43.

resultado seria a expressão da vontade divina¹⁸⁵. A grande ameaça em termos internacionais, na primeira metade da XVIII dinastia, era sem dúvida o Mitanni. O Mitanni havia-se afirmado como um grande reino, subjugando uma série de vizinhos, entre os quais os Hititas¹⁸⁶, e a sua influência era sem dúvida ameaçadora, tendo grande preponderância na Síria. O avanço mitânio era rápido e punha em causa a segurança do Egipto pois, como aponta Richard Gabriel, se esse não fosse o objectivo não se perceberia como é que cerca de trinta e um líderes de diferentes reinos, entre os quais se incluem os do Norte da Síria e o Mitanni, se unissem militarmente¹⁸⁷. Seriam vistos como os «novos Hicsos»? Para James Hoffmeier, isso não parece oferecer dúvida, pois sustenta que era intenção de Tutmés III erradicar os Hicsos do controlo da Palestina¹⁸⁸. Mas isso não passará de uma justificação/legitimação para levar avante uma luta de influências, a luta pelo domínio do Levante. Desse modo, será fácil compreender porque é que, chegado definitivamente ao poder único, Tutmés III declare, nos seus Anais, que «desde Ierasa até aos confins da terra rebelaram-se contra sua majestade»¹⁸⁹. Vencer os asiáticos que se haviam coligado contra o rei egípcio era vital e prioritário.

Em suma, o avanço militar para a Síria-Palestina apresenta-se tanto como causa como consequência. Ele é uma resposta ao domínio hicsos, resposta essa que procura afastar o estrangeiro o máximo possível das suas fronteiras, daí que o procure dissuadir, através de incursões militares, procurando também abrir cada vez mais as rotas que eram vitais para o Egipto. Por outro lado, é também uma reacção à disputa da zona e dos interesses comerciais que lhe estão subjacentes. No fundo, a expulsão dos Hicsos abriu caminho a uma política claramente ofensiva, centralizadora, imperial. Quebra-se a linha de um equilíbrio aparente, já que o Egipto tinha uma posição tradicional de destaque nesse comércio, e passa-se a um controlo efectivo daquela zona, o que mais tarde levará a que as zonas dominadas se tentem coligar com potências inimigas do Egipto. E isto porque, como já mencionámos, a área se reveste de grande importância económica, na medida em que é produtora de vários bens e possui grandes recursos, mas também por ser, como tantas vezes designamos, um «corredor», uma região de passagem, um elo entre as potências da época e de várias zonas do Médio Oriente Antigo entre as quais se estabeleciam importantes rotas comerciais, interligando estes mundos.

¹⁸⁵ LAFONT, *International relations...*, *Diplomacy & Statecraft*, p. 44.

¹⁸⁶ REDFORD, *The northern wars...*, *Thutmose III: a new biography*, p. 330.

¹⁸⁷ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 89.

¹⁸⁸ HOFFMEIER, *Reconsidering Egypt's part...*, *Levant*, p. 189.

¹⁸⁹ *IEI*, p. 79. Donald Redford sublinha a importância desta frase, defendendo que a preocupação de Tutmés III é sincera, não se tratando de propaganda. Cf. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 156.

Em jeito de síntese, podemos dizer que os primeiros faraós da XVIII dinastia fizeram acções punitivas, das quais resultaram espólio e cativos, e não tiveram uma atitude de ocupar permanentemente o espaço, até porque até ao reinado de Tutmés II ainda havia um grande esforço em restabelecer o controlo egípcio sobre a Núbia.

Com Tutmés III, consolidam-se as fronteiras alcançadas de forma permanente, e organizam-se esses territórios, alterando-se pois a relação entre o Egipto e a Síria-Palestina, com o estabelecimento de uma estrutura de governo na Ásia¹⁹⁰. Para que tal fosse possível, em muito contribuiu a modernização do exército e a definição de uma nova doutrina no campo militar¹⁹¹. Estes foram passos fundamentais para que o Egipto deixasse de ser estrategicamente defensivo e passasse a uma acção ofensiva clara, com efeitos concretos, que se pautava pela subordinação militar e política das cidades-estado de Canaã e da Síria¹⁹².

¹⁹⁰ GESTOSO, Las técnicas de la dominación..., *Aegyptus Antiqua*, p. 49.

¹⁹¹ «When Thutmose III came to power, he provided a new strategic vision and shifted the Egyptian strategic paradigm from defense to offense. In his new strategic perspective, Egypt's defense required the military and political subordination of the city-states of Canaan and Syria (...) To achieve its strategic goals the new army would have to be larger, better equipped, and better organized logistically to carry out expeditionary campaigns almost without rest. Garrisons had to be constructed and manned, the professional cadre expanded and organized and train large numbers of conscripts, and new administrative roles had to be created and staffed. Transporting Egyptian forces by sea also required expanding and modernizing the navy, meaning Egypt needed new shipyards and large shipbuilding program. Egypt also had to secure the sources of important strategic materials and establish thousands of new workshops manned with skilled craftsmen to produce the necessary modern weapons and war machines in substantial number. While the army's restructuring program probably began under Hatshepsut and incorporated previous improvements in supplying new weapons, most of the credit is owed to "the military genius of Thutmose III"» GABRIEL, *Thutmose III*, p. 55. Ver também SALES, Exército, *DAE*, pp. 351-354.

¹⁹² GABRIEL, *Thutmose III*, p. 55.

CAPÍTULO III

O ESPAÇO EXPLORADO: HEGEMONIA EGÍPCIA?

1) O Mitanni e a Núbia

Poderá parecer, à partida, quase despropositado juntar o Mitanni e a Núbia sob uma mesma alínea, já que a sua relação estabelecida com o Egipto difere completamente. No entanto, e mesmo tendo em linha de conta essa diferença, há um aspecto no qual o Mitanni e a Núbia se aproximam: são as limitações/barreiras do Egipto a Nordeste e a Sul, ou seja, são as áreas limite do poder egípcio.

A Núbia, por um lado, sempre esteve sujeita à influência egípcia. Mergulhada ao sul de toda a «civilização», o seu contacto com o Egipto sempre foi, por razões geográficas, altamente privilegiado. Porém, durante o Império Médio, a sua relação altera-se, efectivando-se o domínio político egípcio sobre aquela zona, não só pelas variadas razões económico-comerciais que lhe estão subjacentes, mas também porque era uma região que convinha ter controlada para assegurar uma estabilidade fronteiriça. Durante o Segundo Período Intermediário e primeira metade do Império Novo essa situação é muito notória. A aliança do reino de Kuch com os Hicsos tornou frágil e periclitante a situação de Tebas. E, nessa linha de pensamento, depois da expulsão dos asiáticos a grande preocupação egípcia é a de reaver o controlo da Núbia. Só num segundo momento é que as atenções dos governantes tebanos se puderam virar definitivamente para o Levante. Para avançar sobre o Nordeste era preciso ter a fronteira do Sul assegurada, quanto mais não fosse porque era completamente inviável ter duas frentes de guerra.

É ainda imperioso notar que, efectivamente, a Núbia nunca foi vista como parte integrante do Egipto, a diferenciação geográfica sempre se manteve. A primeira fronteira do Egipto continuara a ser Elefantina (Abu). A Núbia era uma extensão do poder egípcio, sobre a qual havia uma clara hegemonia cultural e política, que propiciou um alto processo de egipcianização, mas geograficamente ela não era parte integrante das Duas Terras. Daí que, mesmo dominada, ela era a fronteira.

No que respeita ao Mitanni, encontramos uma abordagem diversa. As realidades levantinas, mesopotâmicas, e da Anatólia, bem estruturadas política, militar, económica, religiosa e socialmente, confrontam o Egipto com uma nova situação. É certo que a relação

com o Levante era antiga, mas no arranque do Império Novo havia um novo poder instalado a norte que ameaçava as pretensões egípcias sobre a região.

O Mitanni era um reino de cariz bélico que usava o ferro, bem organizado, e que se torna a fronteira norte do avanço egípcio. Este confronto será mais severo na zona da Síria, região altamente disputada pelos dois poderes, sobretudo pela sua riqueza comercial associada às rotas que ali confluíam. Tornou-se, claramente, um espaço de choque, de disputa por diferentes blocos de influência (Mitânios, Egípcios e Hititas mais tarde). Se o Mitanni não tivesse sido um adversário à altura para contrabalançar a força egípcia, até onde teria ido Tutmés III? Teria ele avançado sobre a Anatólia? Ter-se-ia contentado em dominar hegemonicamente a Síria?

O certo é que o Mitanni era uma potência claramente influente na Alta Mesopotâmia e o maior poder da Ásia Menor à época de Tutmés III. Marca a limitação egípcia militar e política no Nordeste levantino e assume-se como um bloco quase intransponível e que ditará uma incapacidade de avanço sobre o território. É esta situação encontrada no Levante que ditará uma política sobre a zona completamente distinta daquela que havia sido aplicada à Núbia. No fundo, o poder do faraó encontrou limites de vária ordem, mas o entrave mitânio surgido no Norte da Síria terá sido talvez o maior.

Phillipe Moyen, ao comparar, para o reinado de Tutmés III, a Núbia e o Levante, conclui que o faraó lidou com as diferentes realidades geo-políticas de uma forma muito lúcida. Se de um lado, na Síria-Palestina, tinha que disputar o controlo da área com uma potência forte, o Mitanni, e teve que adoptar uma política flexível dado que lidava com sociedades e sistemas políticos territorializados, a Núbia, por seu turno, era uma espécie de periferia colonial agregada ao Egipto, e cujas tribos não tinham uma unidade política capaz de fazer frente ao domínio faraónico¹⁹³. Por estas razões, o autor conclui que o «império» que Tutmés III criou era um «império misto»¹⁹⁴.

1.1) O Mitanni: da unidade política à política «imperial»

Embora sejam escassas as informações sobre o reino do Mitanni, este foi um dos grandes poderes da Antiguidade pré-clássica, e aproximarmo-nos da sua realidade histórica é fundamental em duas vertentes: 1) para que, por um lado, possamos perceber os problemas e dificuldades que os Egípcios encontraram no Norte do Corredor siro-palestino; 2) por outro,

¹⁹³ MOYEN, L'Empire de Thoutmosis III..., *M@ppemonde* 86, pp. 1-7.

¹⁹⁴ Idem, p. 5.

para entender porque é que houve resistência e insistência de certas cidades sírias em ficar sob o jugo mitânio, recusando a soberania egípcia. No fundo, trata-se de procurar perceber porque é que as campanhas militares egípcias (que teremos oportunidade de analisar mais à frente) encontram obstáculos ao avanço no terreno.

Outra das motivações para esta análise parte do facto de, tradicionalmente, os egiptólogos estudarem o Mitanni na sequência das interações entre as Duas Terras e o reino hurrita, nomeadamente nas suas relações de conflito e de diplomacia, não sendo abordado por si só, no que respeita à sua configuração histórico-política. Ainda que as informações não sejam abundantes, parece recomendável não seguir essa tendência, uma vez que é relevante destacar o papel do Mitanni enquanto entidade política, para que possamos dar um outro enfoque sobre as dificuldades que Tutmés III iria enfrentar na Síria.

A história do Mitanni assenta numa dinâmica muito típica da zona levantina, na correlação entre os princípios de diversidade e unidade, e que são a linha central das políticas dessa zona. Prova disso é a sua formação, já que este reino surge como um fenómeno de unidade congregando uma série de cidades-estado hurritas nos finais do século XVII a. C.¹⁹⁵ A existência de poucas fronteiras naturais capazes de proteger o seu reino, aliadas à ameaça constante potenciada por forças hostis que circundam o seu espaço político, favoreceram em grande medida a facção guerreira da sociedade mitânio-hurrita¹⁹⁶, com uma aristocracia militar de origem indo-europeia a dirigir uma população de origem hurrita.

O Mitanni encontrou, desde cedo, uma possibilidade de expansão geográfica em duas frentes, tanto pela decadência da Assíria, como também pelas vitórias dos Hititas sobre a potência de Yamkhad, na Síria. Contudo, não tiveram capacidade de controlar politicamente a zona¹⁹⁷. A Assíria foi o último reino que os Mitânios conseguiram reduzir ao seu controlo, tornando-se esta a sua fronteira leste, e colocando lá tropas em permanência para garantir a sua lealdade¹⁹⁸. No que respeita à fronteira oeste, dominam Kizuaddna, e, para além de interferirem com regularidade na política hitita, fazem da sua fronteira um autêntico posto de vigia para controlar as movimentações do Hatti¹⁹⁹. No que à fronteira sul diz respeito, como vimos, o Mitanni aproveitou o vazio político criado pelos seus vizinhos Hititas, resultante da sua incapacidade de domínio sobre a Síria, estabelecendo tratados de lealdade com cidades

¹⁹⁵ Mario Liverani sublinha esta ideia apontando que as fontes não usam uma mesma terminologia para este reino. Revelam que «Mitanni» era o nome político, que «Khurri» designava a população, e «Khanigalbat» era a sua designação geográfica. Cf. LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 381.

¹⁹⁶ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 40. Veja-se, NIKIPROWETZKY, «Mitanni», *Dictionnaire de l'Égypte Ancienne*, pp. 252-253.

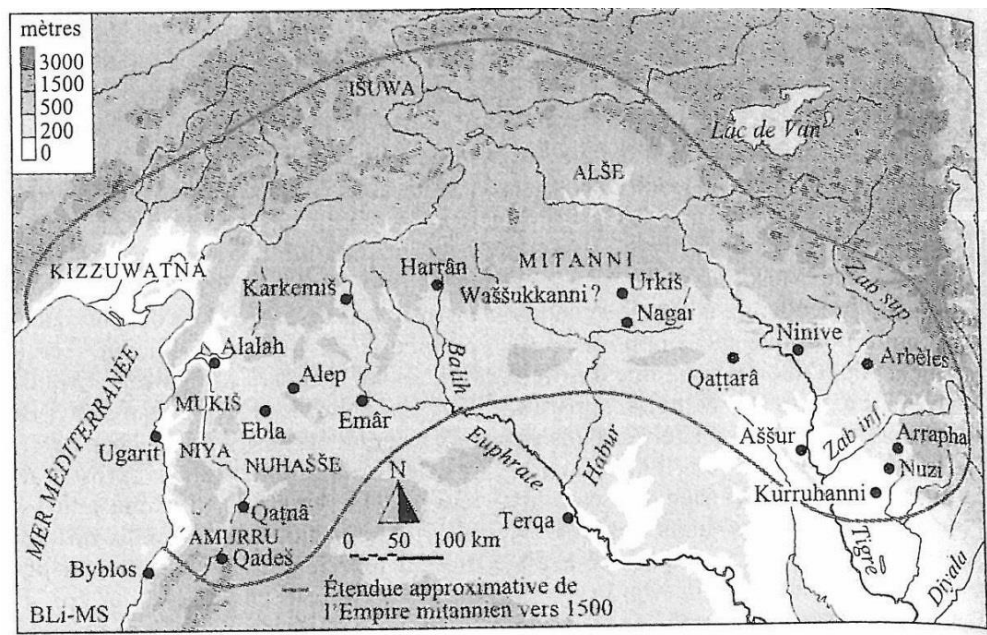
¹⁹⁷ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 381.

¹⁹⁸ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 40.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

como Kadech, Tunip e Alepo²⁰⁰, numa atitude não desinteressada, pelas razões já expostas. Estes tratados/juramentos eram desenhados na tradicional organização política, até porque o Mitanni era também um aglomerado de unidades e tinha na sua génese uma mesma ideologia de «protectorado». Esta organização em rede era agora encabeçada pelo «grande rei» do Mitanni, que partia de uma unidade política para uma política «imperial».

O Mitanni tornou-se o reino mais poderoso da Ásia no século XV a. C. Havia tirado partido da decadência hitita e cassita, e ainda que não tenha dominado o Hatti, o mesmo não se pode dizer da Assíria e Kizzuadna, que se haviam tornado vassallos²⁰¹. A sua influência chegava às profundezas do território mesopotâmico, uma vez que tiraram partido da fragilidade da região depois do saque de Babilónia, conseguindo controlar importantes rotas ao longo do Tigre e do Eufrates²⁰².



Mapa 1 – O Mitanni no século XV a. C., na fase do seu apogeu territorial. [Extraído de NIKIPROWETZKY, «Mitanni», *Dictionnaire de l'Égypte Ancienne*, p. 253].

Por esta razão, torna-se evidente, se não quase natural até, que este reino tivesse a ambição de procurar ampliar a sua esfera de domínio político sobre todo o Levante durante o seu período de apogeu, nos finais do século XVI a. C. Veja-se que depois de 1600 a. C., o elemento hurrita era já dominante no Norte da Síria²⁰³, e, por volta de 1480 a. C., a influência mitânica

²⁰⁰ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 40.

²⁰¹ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 383.

²⁰² DOUGHERTY, *The Ancient Warrior*, p. 30. O saque de Babilónia, perpetrado pelo exército hitita em finais do século XVI a. C., deixara um vazio que seria preenchido pelos invasores cassitas.

²⁰³ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 41.

era já visível em Qatna e Ugarit²⁰⁴. O problema seria o Egito que, ao libertar-se da dominação hicsa, empreenderia grandes esforços militares na região, procurando exactamente a mesma coisa, controlá-la política e militarmente.

O reinado de Hatchepsut, que a egiptologia no geral considera pacato em termos militares, terá sido propícia ao alargamento de influência do Mitanni, daí que as cidades da Síria do Norte, apoiadas pelo Mitanni, se tenham oposto claramente ao domínio egípcio, o que corrobora uma das primeiras frases presentes nos Anais de Tutmés III e que justifica o seu empreendimento armado: «Desde Ierasa até aos confins da terra rebelaram-se contra sua majestade»²⁰⁵.

Parece não haver grande consenso quando se trata de indicar qual seria o rei do Mitanni à época de Tutmés III: Mario Liverani aponta Shaushtatar²⁰⁶, Donald Redford contudo hesita em avançar um nome, mas dá as hipóteses de Barratarna e Parsatatar, e sublinha que poderá ser algum cujo nome ainda não tenha sido descoberto²⁰⁷. Contudo, a análise de uma das cartas de Shaushtatar por Ephraim Speiser leva-o a concluir o mesmo que Liverani, que este era o rei (Shaushtatar) à época de Tutmés III²⁰⁸.

Não sendo essa a questão central para este trabalho, a verdade é que Tutmés III abre uma relação armada com o Mitanni, numa disputa de território e influências sobre a Síria, zona que vai ser hostil ao domínio egípcio, e procura resistir ao máximo. Quando não pode fazê-lo, assim que vê uma oportunidade de aliar-se ao Mitanni não hesita. Parece propositado recordar também que o tipo de comprometimento que uma cidade podia estabelecer com o Egito ou com o Mitanni era bastante diferencial, como analisámos no capítulo I. Porém, aparentemente, as fontes revelam excepções:

«(...) O rei do Mita[nni] prospectou o país de Amurru ele mesmo, e disse: “Como este país é grande! O teu país é extenso.” Que o [re]i me [envi]e o seu comissário²⁰⁹ (...)»²¹⁰

Só com Tutmés IV é que a relação entre o Egito e o Mitanni ganha outros contornos. Define-se na zona da Síria qual é a fronteira que separa os interesses de ambos os reinos, e

²⁰⁴ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 42.

²⁰⁵ *IEI*, p. 79.

²⁰⁶ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 382.

²⁰⁷ REDFORD, *The Northern Wars...*, *Thutmose III: a new biography*, p. 333.

²⁰⁸ SPEISER, *A letter of Saushshatar...*, *JAOS*, pp. 269-275.

²⁰⁹ A tradução francesa das Cartas de Amarna usa o termo «comissário» para designar o representante do rei numa determinada zona asiática (pois, como sabemos, existiram três). Contudo, e como mais adiante teremos oportunidade de esclarecer, a opção em termos de terminologia, será a de suprimir a designação «comissário» e optar pela de governador, que parece mais apropriada.

²¹⁰ *EA* 95.

passa-se a uma acção diplomática. A razão pela qual isto acontece tem muito que ver com uma potência que agora emergia com preocupante vigor, o Hatti. Portanto, convinha a estes rivais unirem-se em função de um perigo que ameaçava os seus reinos. Por outro lado, estar em paz com o Egipto permitia ao Mitanni centrar os seus esforços na zona da Anatólia, já que Kizzuadna, que lhes havia pertencido, tinha sido perdido²¹¹. Quase que podemos dizer que o Hatti possibilitou a ascensão do Mitanni, como, aliás, seria em parte responsável pela sua progressiva decadência.

Sendo as Cartas de Amarna a nossa grande fonte para estudar as relações entre o Mitanni e o Egipto (EA 17 - EA 30), são sobretudo as cartas dos reinos «vassalos» da Síria-Palestina que testemunham o novo fulgor hitita, e a ameaça que pairava sobre as possessões mitânicas e egípcias:

«(...) o rei do Hatti apreendeu todos os países que eram vassalos do rei do Mita<nni>(...)»²¹²

«(...) O rei do Hatti [escreveu-me sobre uma aliança]. Meu senhor, [eu rejeitei] (a oferta das tabuinhas de estipu[lações] de tratado, e [eu sou] (sempre) um servo do] rei do Egipto, [meu senhor] (...)»²¹³

A aliança entre Egípcios e Mitânicos fora, no fundo, a procura de um tratado de defesa mútua contra o inimigo hitita. Em suma, e usando as palavras de Betsy Bryan, a relação do Egipto com o Mitanni passou de um estado de conflito ao da coexistência (de Tutmés III a Amen-hotep II)²¹⁴ e depois a uma fase de consolidação e aliança (de Tutmés IV a Amen-hotep III)²¹⁵, seguindo-se, já na leitura de Pinhas Artzi, um período de deterioração das relações (com Akhenaton)²¹⁶.

Será ainda importante mencionar que, para além da conflitualidade e das relações diplomáticas que o Mitanni estabelece com o Egipto ou com outros reinos, o seu papel na história, ainda que não tenha sido marcante em termos temporais, já que foram cerca de dois séculos, deixa grandes marcas, sobretudo:

²¹¹ Cf. LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, pp. 383-384.

²¹² EA 75.

²¹³ EA 51.

²¹⁴ BRYAN, The Egyptian perspective on Mitanni..., *Amarna Diplomacy*, pp. 73-79.

²¹⁵ Idem, pp. 79-84.

²¹⁶ ARTZI, The diplomatic service in action, *Amarna Diplomacy*, p. 210; ver ainda SALES, *Diplomacia, DAE*, pp. 277-278.

- 1) Pela formação de uma aristocracia militar, os *maryannu*, que se difundem até onde chega a sua influência política;
- 2) Pela elaboração de valores e formas de organização política no Bronze Tardio;
- 3) Pela difusão de elementos culturais hurritas na Síria e na Anatólia²¹⁷;
- 4) Pela difusão do sistema do carro de guerra que alguns autores apontam como sendo provavelmente uma invenção sua, e que mudou o cenário bélico em todo o Próximo Oriente Antigo²¹⁸. Não só foi uma importante inovação tecnológica como levou a uma redefinição interna do esquema do próprio exército. O carro passou a ser um elemento de elite, no caso egípcio, e um meio que possibilitava a criação de desequilíbrios no teatro das operações de guerra²¹⁹.

1.2) A Núbia

O estudo da Núbia e das suas relações com o Egito é um importante ponto de partida para analisar comparativamente a situação da Ásia durante o Império Novo. Se por um lado nos permite ver a flexibilidade da política egípcia aplicada em diferentes contextos, por outro, permite explicar empreendimentos de grande dimensão que, caso a situação no Sul não estivesse controlada e pacificada, jamais seriam possíveis de levar avante. De outro modo não se perceberia porque é que só quando a Núbia foi controlada (com Tutmés I), se avançou para o Levante com novos paradigmas políticos e militares, de conquista.

A relação do Egito com a Núbia era naturalmente muito antiga. Como refere Anthony Spalinger, «(...) Egypt's expansion south was automatic as well as cumulative»²²⁰. De facto, o grande interesse do Egito pela Núbia tinha essencialmente uma razão económica, destacando-se sobretudo a apetência pelo ouro, bens exóticos e, mais tarde, pela mão-de-obra²²¹. Por isso, desde cedo, os Egípcios procuraram exercer influência sobre franjas territoriais a sul, nomeadamente na IV e V dinastias, o que rapidamente se alterou, pela

²¹⁷ LIVERANI, *El Antiguo Oriente*, p. 386.

²¹⁸ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 43.

²¹⁹ Sobre os carros de guerra veja-se, VANGUARD, *Bronze Age war chariots*, pp. 1-48. Ver também SALES, *Carro, DAE*, pp. 180-181.

²²⁰ SPALINGER, *Covetous Eyes South...*, *Thutmose III: a new biography*, p. 348.

²²¹ Idem, p. 344.

pressão exercida por regimes tribais que se formaram na Núbia durante a VI dinastia²²². Também data dessa época o recrutamento de mercenários núbios que eram postos ao serviço do exército egípcio²²³, geralmente como arqueiros. A linha geral das relações entre ambos os reinos foi contudo de paz²²⁴.

A grande reviravolta dar-se-á no Império Médio, sobretudo com a XI e XII dinastias, que entram claramente em conflito com o reino de Kuch, tendo uma nova política para o Sul. De algum modo, o Egipto procurou afirmar-se como uma potência dominante, reagindo militarmente sobre a sua fronteira meridional, de forma a dissuadir qualquer investida sobre Elefantina ou sobre a sua supremacia e, sobretudo, para assegurar o acesso ao ouro. Para isso, durante o Império Médio, a partir de Senuseret I construíram-se fortificações permanentes no Sul, em locais estratégicos, sendo que com Senuseret III elas foram renovadas e novas fortificações são construídas, ao mesmo tempo que um novo poder núbio crescia, o de Kerma, na Alta Núbia²²⁵. Na leitura de John Keegan, trata-se de uma fundação de uma verdadeira fronteira militar²²⁶. Entre as fortalezas construídas estão as de Aniba, Buhen, Uronarti e Semna²²⁷. É na região das últimas duas que Senuseret III levanta duas estelas comemorativas para assinalar a expansão a sul da sua autoridade, e as suas palavras serão actualíssimas para a XVIII dinastia:

«Ano 16, terceiro mês da estação de Peret: estabelecendo sua majestade a fronteira sul até Heh (Semna). Eu estabeleci a minha fronteira havendo ultrapassado rio acima²²⁸ os meus predecessores. Eu superei o que se me havia sido encomendado. Eu sou o rei, quem fala e actua; o que o meu coração concebe é o que acontece por meio da minha acção; agressivo para conquistar, decidido para triunfar. (...)»²²⁹

Durante a XIII dinastia, e devido aos problemas políticos que o Egipto atravessava, nomeadamente, devido ao facto de não se conseguir uma estabilidade governativa, com vários faraós a sucederem-se efemeramente no trono das Duas Terras, o Egipto abandona as

²²² KENDALL, Egypt and Nubia, *The Egyptian World*, p. 405.

²²³ Idem, p. 406.

²²⁴ VOGEL, *The Fortifications of Ancient Egypt*, p. 10.

²²⁵ Idem, pp. 10-11.

²²⁶ KEEGAN, *Uma História da Guerra*, p. 197. Com esta afirmação, o autor pretende reforçar o papel das fortalezas enquanto elementos de controlo militar, e que tratam, por esse motivo, de definir a sul a fronteira egípcia.

²²⁷ Para explorar com mais detalhe as fortalezas núbias do Império Médio, veja-se: VOGEL, *The Fortifications of Ancient Egypt*, pp. 1-64.

²²⁸ Galán traduz por «rio abaixo».

²²⁹ IEI, p. 21.

fortalezas construídas a Sul, na Baixa Núbia, sendo que nessa mesma altura Buhen, por exemplo, foi reocupada por gente com afinidades à cultura de Kerma²³⁰. Pode supor-se, por outro lado, que nem todos os egípcios tenham abandonado a zona, e que tenham passado a prestar serviço aos reis de Kuch²³¹. Durante o Segundo Período Intermediário, Kerma tornara-se um grande centro de poder e uma capital faustosa²³², e naturalmente uma ameaça para o Egito, que neste período se via no meio de dois grandes poderes, o do Norte com os Hicsos, e o do Sul, com os Núbios.

No início do Império Novo, a Núbia merecerá uma renovada e enérgica atenção por parte dos faraós daquela que se considera a primeira fase da XVIII dinastia, «early eighteenth dynasty»²³³, e que vai até ao reinado de Hatchepsut. A reconquista da Núbia trará uma nova política de domínio sobre a região, que se pauta pela sua organização administrativa e por um controlo directo da administração faraónica, a nível político e militar, e com a incorporação dos nativos nas suas estruturas políticas. Anthony Spalinger sublinha o facto de que mesmo antes de avançar na luta contra os Hicsos, no Delta, Kamés atacou primeiramente o rei de Kuch²³⁴, o que indica a preocupação primária com o Sul. É com este faraó que se reocupa a Núbia, e instala-se em Buhen um *tjesu* (*ṯsw*), um comandante militar, de seu nome Turi²³⁵. Com Ahmés e Amen-hotep I chega-se à segunda catarata, e constrói-se uma fortaleza em Sais. Data do reinado do último a promoção de Turi à posição de «filho do rei», ou *sa-nesu* (*s3-nsw*), que se traduz genericamente por «vice-rei» de Kuch, e que ficou encarregue de dirigir os trabalhos de construção de um templo na fortaleza de Uronarti. Amen-hotep I deixou ainda estelas reais nas fortalezas de Faras e Aniba²³⁶.

Como aponta Ellen Morris, assiste-se, no reinado de Amen-hotep I, a uma progressiva desmilitarização da Baixa Núbia (Uauat), já que o cargo militar de *tjesu* (*ṯsw*) é substituído pelo que designa o «cargo civil» de *hatiá* (*ḥ3ty-ṯ*)²³⁷. A mesma autora defende que as

²³⁰ SPALINGER, Covetous Eyes South, *Thutmose III: a new biography*, p. 345. «La crisis se dejó sentir de forma especialmente intensa en las distantes avanzadillas, las fortalezas de la ocupada Uauat. La debilitada administración se vio incapaz de mantener el sistema de guarniciones rotatorias que habían abastecido de personal a los fuertes durante su apogeo en la XII Dinastía. Uno a uno, los fuertes nubios fueron abandonados por el gobierno egípcio, ahora incapaz de extender su dominio más allá de las tradicionales fronteras de las Dos Tierras.» SPALINGER, *Auge y Caída*, p. 218.

²³¹ KENDALL, Egypt and Nubia, *The Egyptian World*, p. 406.

²³² «In its 'Classic' phase, during the Second Intermediate Period, Kerma was a huge settlement with a walled 'royal city' at its heart. It included a temple complex at the base of an enormous, mud-brick ritual platform called the 'Deffufa', a large palace with associated warehouses, residences for elite citizens and troops, bakeries, bronze foundries, workshops, gates and streets.» KENDALL, Egypt and Nubia, *The Egyptian World*, p. 407.

²³³ Cf. MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 69-70.

²³⁴ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 46.

²³⁵ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 69-70.

²³⁶ Idem, p. 72.

²³⁷ *Ibidem*.

fortalezas passam a ter características civis e não exclusivamente militares, o que funcionará como uma estratégia para incremento populacional e defesa de fronteira²³⁸. Como é evidente, ao aceitarmos esta hipótese, só podemos ver esta mudança como progressiva e não como limitada ao reinado de Amen-hotep I, pois denota-se uma tendência crescente neste sentido²³⁹. Por outro lado, será importante ter em consideração que, ainda que a sociedade egípcia seja altamente hierarquizada, não podemos especificar, para muitos cargos, responsabilidades civis ou militares, porque não há uma divisão cabal e rigorosa de funções.

Com Tutmés I chega-se a Kerma, capital de Kuch, tendo o exército destruído a cidade, após o que, ao que tudo indica, a zona foi abandonada, pois não se recompôs²⁴⁰. As tropas do faraó terão chegado a Khenthennefer, região que se supõe ficar a sul da terceira catarata. Trata-se de uma zona que a biografia de Ahmés, filho de Ebana, patente no seu túmulo em El-Kab, nos dá conta que havia motivado preocupação para o faraó Ahmés, que navegou rio acima para castigar os *iuntiu*, gentílico que designa as tribos núbias de cariz bélico associadas ao uso do arco²⁴¹.

É com este faraó que a situação no Sul fica resolvida, chegando-se ao fim das guerras contra Kuch e assistindo-se, daqui em diante, a uma progressiva pacificação do território. Conquistado o Sul, Tutmés I escreve ao vice-rei da Núbia para lhe comunicar a titulação por si adoptada, e Turi manda gravar esse mesmo texto em pedra entre a primeira a segunda catarata²⁴². Cerca de sete meses após esse registo, em Tombos, a sul da terceira catarata, manda-se gravar uma estela para celebrar as vitórias do monarca e a sua autoridade:

«(...) Os *iuntiu* núbios foram derrotados com a sua matança, deitados nas suas terras, as suas vísceras inundam os seus vales, o seu sangue é como um aguaceiro torrencial. Os restos (despedaçados) são demasiado numerosos para as aves, que as capturam (e levam) para outro lugar. (...)»²⁴³

Não menos importante é sublinhar que, após os feitos deste faraó, se procurou organizar administrativamente o Sul. Segundo Anthony Spalinger, a Baixa Núbia (Uauat) era dividida em três parcelas²⁴⁴, enquanto que a divisão da Alta Núbia (Kuch) podia ir de cinco²⁴⁵

²³⁸ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 78.

²³⁹ Cf. SPALINGER, *Covetous Eyes South, Thutmose III: a new biography*, p. 351.

²⁴⁰ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 73.

²⁴¹ *IEI*, pp. 38-40. A alusão pode ainda ser corroborada por um dos nomes que os Egípcios davam à Núbia: Ta-seti, ou seja, a Terra do Arco.

²⁴² *IEI*, pp. 46-47.

²⁴³ *Idem*, p. 50.

²⁴⁴ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 63.

a seis centros²⁴⁶ que foram controlados «by “chiefs” or “princes” (*wr*), each one being an “administrator/supervisor” (*iry*) of his portion.»²⁴⁷ As três parcelas chave da zona kuchita eram Sais (entre a segunda e a terceira catarata), Kerma (a sul da terceira catarata) e Bugdumbuch (em Uadi Hawar)²⁴⁸. Note-se que o controlo da Núbia por parte do Egipto torna-se possível, em grande medida, pela via aquática que os une, o Nilo, que permitiu um importante suporte militar²⁴⁹. Contudo, sublinhe-se que este domínio era de cariz precário, quanto mais não fosse pela distância geográfica, o que permitiu que estas regiões de Kuch fossem aglomerados independentes²⁵⁰, que apenas mantinham o «chefe» egípcio, supomos, para evitar a cólera e acção militar do faraó. E essa situação torna-se evidente com a revolta de Kuch após a morte de Tutmés I, cabendo depois a Tutmés II a necessidade de repor a ordem:

«(...) Alguém veio informar a sua majestade que o maldito Kuch havia começado a rebelar-se. Os que eram servos do senhor das Duas Terras tramaram uma conspiração. Os criminosos começaram a bater nos habitantes egípcios, a roubar o gado das fortalezas que o teu pai, o rei do Egipto Aakheperkaré – que viva para sempre! – tinha levantado com as suas vitórias para opor-se às terras estrangeiras rebeldes, os *iuntiu* núbios de Khenthennefer. (...)»²⁵¹

O controlo sobre a Núbia fora reestabelecido. No entanto, Tutmés II não terá viajado para sul e estado na frente de batalha²⁵². De qualquer modo, a sua estela gravada entre Assuão e Filae também não desdiz esse facto, uma vez que não menciona a acção directa do faraó, mas sim somente a do seu exército:

«(...) Então, sua majestade apressou uma numerosa tropa²⁵³ para a Núbia, na sua primeira ocasião de vitória, para derrotar quem se rebelara contra sua majestade e os demais que haviam cometido crimes contra o senhor das Duas Terras. O exército de sua majestade alcançou o maldito Kuch, guiando-lhes os poderes de sua majestade, a sua (capacidade de provocar uma) matança protegendo os seus passos.

²⁴⁵ SPALINGER, Covetous Eyes South, *Thutmose III: a new biography*, p. 350

²⁴⁶ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 63.

²⁴⁷ SPALINGER, Covetous Eyes South, *Thutmose III: a new biography*, p. 350.

²⁴⁸ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 63.

²⁴⁹ Idem, p. 50.

²⁵⁰ SPALINGER, Covetous Eyes South, *Thutmose III: a new biography*, p. 350.

²⁵¹ *IEI*, pp. 57-58. O rei mencionado, Aakheperkaré, é Tutmés I.

²⁵² SPALINGER, Covetous Eyes South, *Thutmose III: a new biography*, p. 350.

²⁵³ Uma numerosa tropa do tradicional esquema egípcio composto por infantaria pesada.

O exército de sua majestade derrotou os estrangeiros. Não deixaram nenhum dos seus homens vivos, segundo o que havia sido ordenado por sua majestade, à excepção de um dos filhos do chefe do maldito Kuch, o qual foi trazido como prisioneiro, junto com os seus dependentes, até ao lugar onde estava sua majestade, e foi posto debaixo dos pés do deus beneficente (...)»²⁵⁴

Tradicionalmente atribuída a Hatchepsut uma inoperância militar, estudos recentes atribuem à faraó, ou pelo menos ao seu reinado, campanhas militares na Núbia. Sublinhe-se, contudo, que é Tutmés III, o co-regente, que tem um papel activo nestas incursões sobre o Sul²⁵⁵. Opinião diferente têm outros autores que sustentam que houve um envolvimento pessoal da rainha nas actividades militares sobre a Núbia²⁵⁶.

Embora Tutmés III tenha voltado as suas atenções para o Levante, atribui-se a este faraó um extenso programa de construções de templos nas cidades-fortaleza núbias. Aliás, verifica-se mais a construção de templos do que propriamente reparações ou construção de estruturas militares²⁵⁷. E isto porque o controlo sobre a Núbia passara a adquirir também um forte estatuto religioso, uma vez há uma tentativa de identificação de alguns deuses egípcios e núbios, e também porque os Egípcios viam Gebel Barkal como uma segunda Karnak, o local de nascimento do deus Amon, o Oculto²⁵⁸.

Assim, à época de Tutmés III a situação no Sul estava completamente regularizada, e a desmilitarização que se verifica a partir de Amen-hotep I torna-se agora bastante clara, sendo notório um esforço de egipcianização e de integração cultural²⁵⁹. Estes factos foram bastante úteis para Tutmés III, que se ocupou somente com uma frente de guerra, e que lhe possibilitou ter o exército concentrado nessa zona. Além disso, o rei dispensava-se de uma «preocupação primária» com o Sul, uma vez que um alto dignatário estava encarregue da zona, o vice-rei, chamado honorificamente «filho do rei» *sa-nesu* (*s3-nsu*) e governador dos países do Sul, *imirá khasut resit* (*imy-r h3swt rsy*). Ao seu serviço tinha os delegados *idenu* (*idnw*) de Uauat e Kuch, responsáveis pela Baixa e Alta Núbia, respectivamente. Sob o seu controlo tinham ou governadores egípcios, os *hatiuá*, e/ou os chefes tribais, «os grandes», *uru* (*wrw*). A administração faraónica beneficiou, nesta sequência, de um tradicional processo de

²⁵⁴ *IEI*, p. 58. A expressão «deus beneficente» aqui usada transcreve a forma tradicional egípcia de *netjer nefer*.

²⁵⁵ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 76-77.

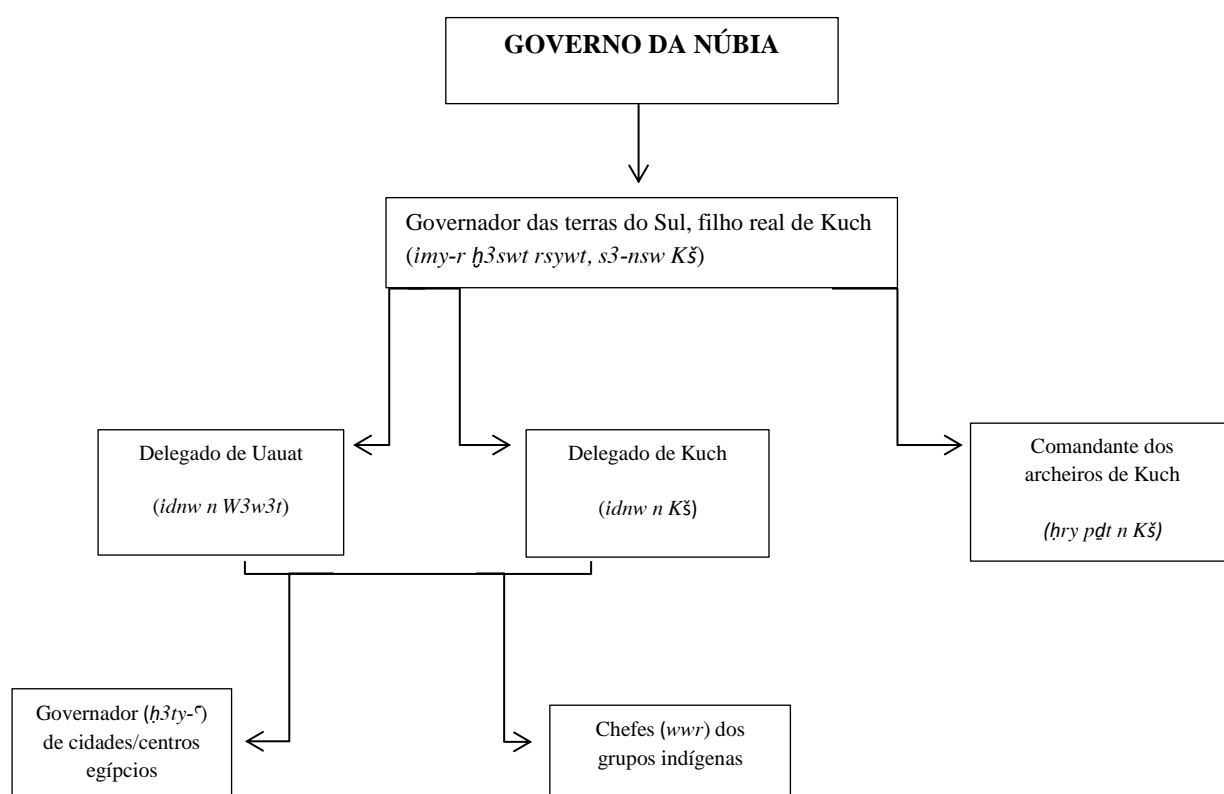
²⁵⁶ Cf. SPALINGER, *Covetous Eyes South, Thutmose III: a new biography*, p. 354.

²⁵⁷ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 188.

²⁵⁸ Cf. KENDAL, *Egypt and Nubia, The Egyptian World*, pp. 409-411.

²⁵⁹ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 185-190.

egipcianização dos chefes núbios, que auxiliavam nestas actividades²⁶⁰. Ao serviço do *sanesu* estavam também comandantes militares, que garantiam a obtenção de recursos para o soberano, bem como mantinham a paz e controlavam militarmente a zona. Pensamos que se trata daqueles que dirigiam as fortalezas. Resta saber, porém, se a forças que estas estruturas incorporam são exércitos de ocupação ou forças locais. Parece que, inicialmente terão sido egípcios e, numa fase mais tardia, incorporariam núbios.



Quadro 1 - Estrutura e governo na Núbia no Império Novo. Adaptado de O'CONNOR, New Kingdom and Third Intermediate Period, *Ancient Egypt: A Social History*, p. 208.

Em suma, com o controlo efectivo da Núbia a partir do reinado de Tutmés I, o Egipto desenvolve um sistema de domínio político para a zona a sul de Elefantina, com o estabelecimento de um responsável político para a região, um vice-rei. Por outro lado, recupera a tradição do controlo militar através de fortalezas, transformando-as em autênticas cidades, as quais, coadjuvadas pela construção de templos, permitiam gerir militar e culturalmente a zona. No entanto, ainda que as fortalezas e as cidades-fortaleza tenham sido a base do domínio egípcio sobre a Núbia na primeira metade da XVIII dinastia, também é

²⁶⁰ BRYAN, Administration..., *Thutmose III: a new biography*, p. 102.

interessante verificar que há uma progressiva desmilitarização da Núbia, não só porque, segundo alguns autores, o responsável máximo, o vice-rei, deixa de ser um comandante militar para ser um «civil», mas porque também parece haver uma despreocupação no reforço das estruturas militares, apostando-se mais na construção de templos e santuários. Pode-se afirmar, que mais do que nunca, as fortalezas revestem-se de uma importante função económica, que, juntamente com os templos, reproduzem em parte a estrutura económica e administrativa egípcia. Quanto aos templos, cumpriram a sua função de marcar a superioridade cultural e político-ideológica do Egipto, tendo a sua expressão máxima mais tarde, em Abu Simbel.

Esta desmilitarização progressiva permitiu ainda que a grande força do exército, aquilo que designaríamos por «exército pesado», fosse concentrado na zona levantina, permitindo ao faraó congregar todos os esforços nesse sentido, uma vez que a fronteira sul estava assegurada.

Em jeito de final, é importante notar que, mesmo com os esforços de egipcianização da Núbia, esta não era vista como parte integrante do Egipto²⁶¹. Se, por um lado, vemos a consistente procura de erigir estelas limítrofes o mais a sul possível, para que determinassem fisicamente o domínio político-ideológico do faraó, por outro, só se compreende que um templo como Abu Simbel, já no reinado de Ramsés II, fosse erigido não dentro dos limites fronteiriços do Egipto (Elefantina), mas sim em plena Baixa Núbia, lembrando o poder e magnificência do Egipto e da sua cultura, num domínio psicológico claro sobre o Sul. No fundo, trata-se de meios intimidatórios e persuasivos perante qualquer pensamento de uma invasão/transgressão das fronteiras estabelecidas. Afinal, os templos complementavam eficazmente a presença de fortalezas bem guarnecidas.

2) Incursões militares

Antes de concentrarem as suas atenções no Levante os Egípcios preocuparam-se, em primeira instância, com a pacificação e controlo da Núbia, e só depois, numa segunda fase, ponderaram avançar militarmente para a Síria-Palestina. Porém, uma razão económica está subjacente a este processo: o ouro da Núbia como o recurso base para o desenhar de empreendimentos de grande dimensão sobre a Ásia²⁶². Só uma potência com capacidade

²⁶¹ Uma fonte mais tardia (carta de Amen-hotep II ao vice-rei de Kuch, Usersatet) adverte para não confiar nos Núbios. Cf. *IEI*, pp. 164-165.

²⁶² SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 48.

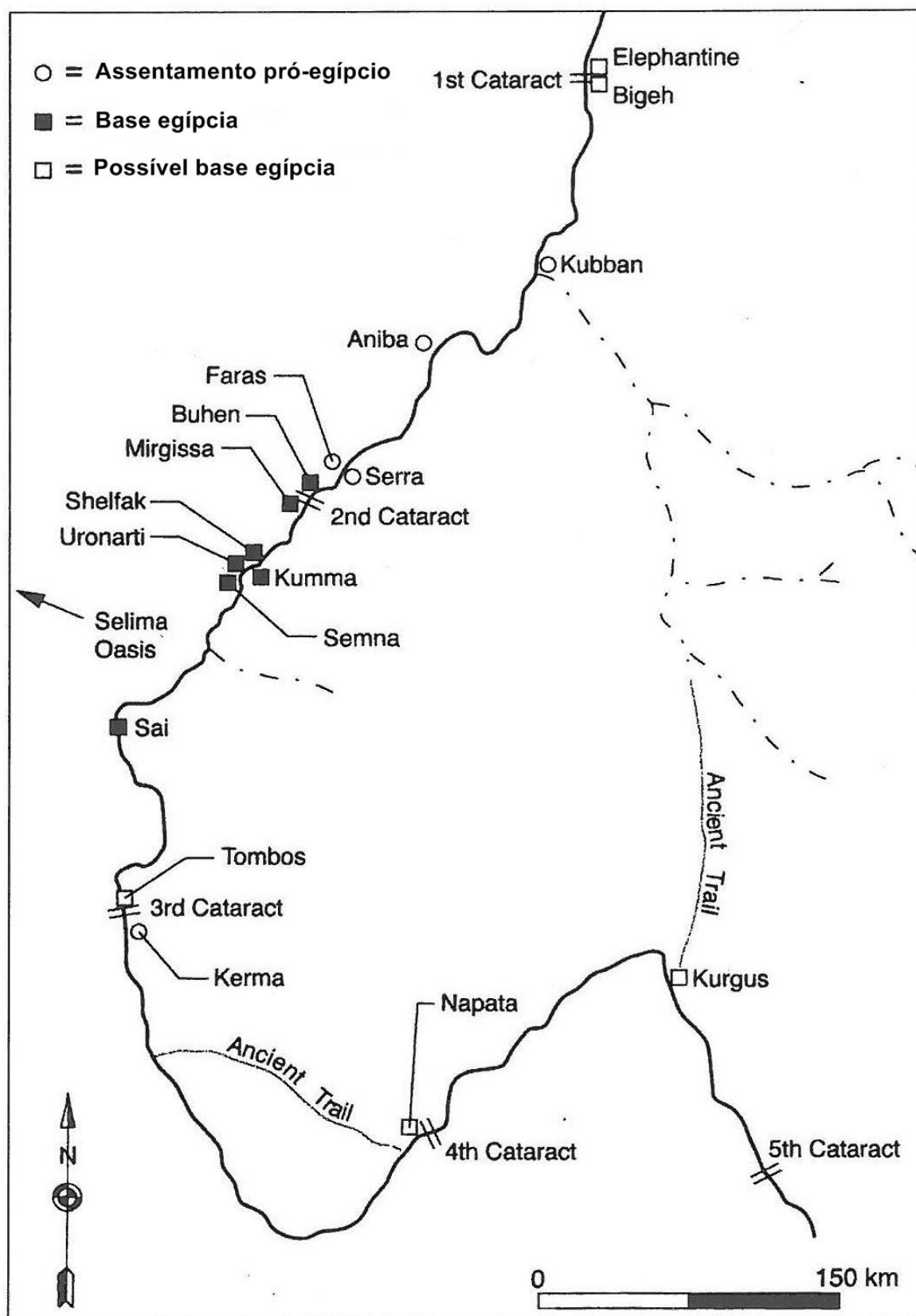
económica pode avançar sobre outro território, quanto mais não seja porque o efeito tem custos concretos, e o Egito acabava de sair de duas frentes de guerra, pelo que podemos supor que a base económica à época não parecia ser a mais abastada. Não queremos com isto sugerir que o exército faraónico fosse incapaz ou não tivesse como gerir duas frentes de guerra. De facto, quando nos reportamos aos Núbios, temos que ter em linha de conta que estes não dispunham de um exército como o faraónico. Na verdade, tratava-se de pequenos guerrilheiros tribais, resilientes, de composição por isso assimétrica, e que procuravam criar dificuldades, muitas delas devido à sua localização incerta, a uma força que mesmo ainda não profissionalizada era superior, um exército simétrico. Para além disso, o ouro da Núbia permitiria aos Egípcios adquirir uma série de produtos nos «mercados levantinos»²⁶³, acção que retomava uma tradicional ligação comercial. Para o conseguir era vital pacificar a Núbia e garantir, pacífica ou violentamente, o acesso a esse metal, controlando o Sul e a via de comunicação por excelência, o Nilo.

Os mapas que apresentamos de seguida permitem analisar a disposição das fortalezas egípcias na Núbia ao longo da XVIII dinastia. Se tivermos em linha de conta tanto aquilo que se designam como possíveis bases egípcias, mesmo que não seja possível confirmá-las, e acrescentarmos aquelas cujos dados permitem ter a certeza que o eram à época, podemos concluir que o número de fortalezas é proporcional. Porém, se optarmos por analisar a questão mediante aquelas fortalezas que os dados históricos permitem confirmar, então verificamos um incremento destas estruturas (de sete, para nove, para doze). Contudo, e na perspectiva de Ellen Morris, assistimos na Núbia, ao longo da XVIII dinastia (a partir de Amen-hotep I), a uma progressiva desmilitarização da região, o que parece transparecer que a opinião da egiptóloga vai mais no sentido de supor que as possíveis bases egípcias o poderão ter sido de facto. Além disto, outros dois casos parecem-nos dignos de relevo: 1) Elefantina como fortaleza, reforçada por Biga; 2) O reino de Kerma que desaparece, e consigo leva uma possível base egípcia do início da XVIII dinastia, Tombos, que se tornou desnecessária, o que reforça a ideia de pacificação e de um aumento da egípcianização.

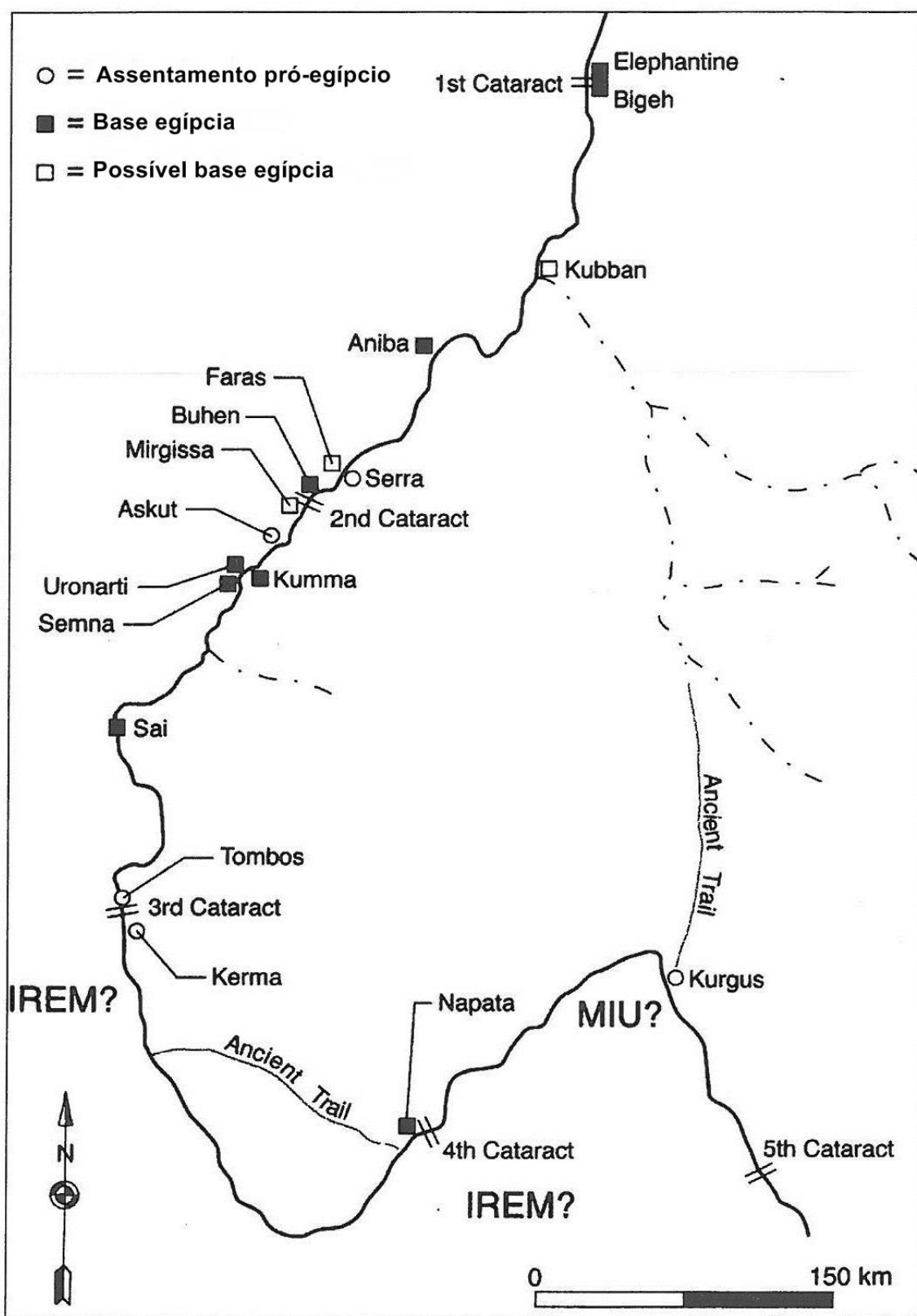
Como se justifica, porém, um possível incremento destas estruturas (a avaliar pelas bases sobre as quais há certezas)? Antes de mais, é importante sublinhar a ideia de que estas tanto têm um papel tanto militar quanto de gestão política e administrativa, o que reflecte uma exploração sistemática dos recursos da Núbia e uma burocratização desse espaço e da gestão

²⁶³ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 48. Tenha-se em linha de conta que, na fraseologia da documentação oficial, as trocas comerciais são apresentadas como tributo ao faraó, temática ideológica que já tivemos oportunidade de explorar nos capítulos anteriores.

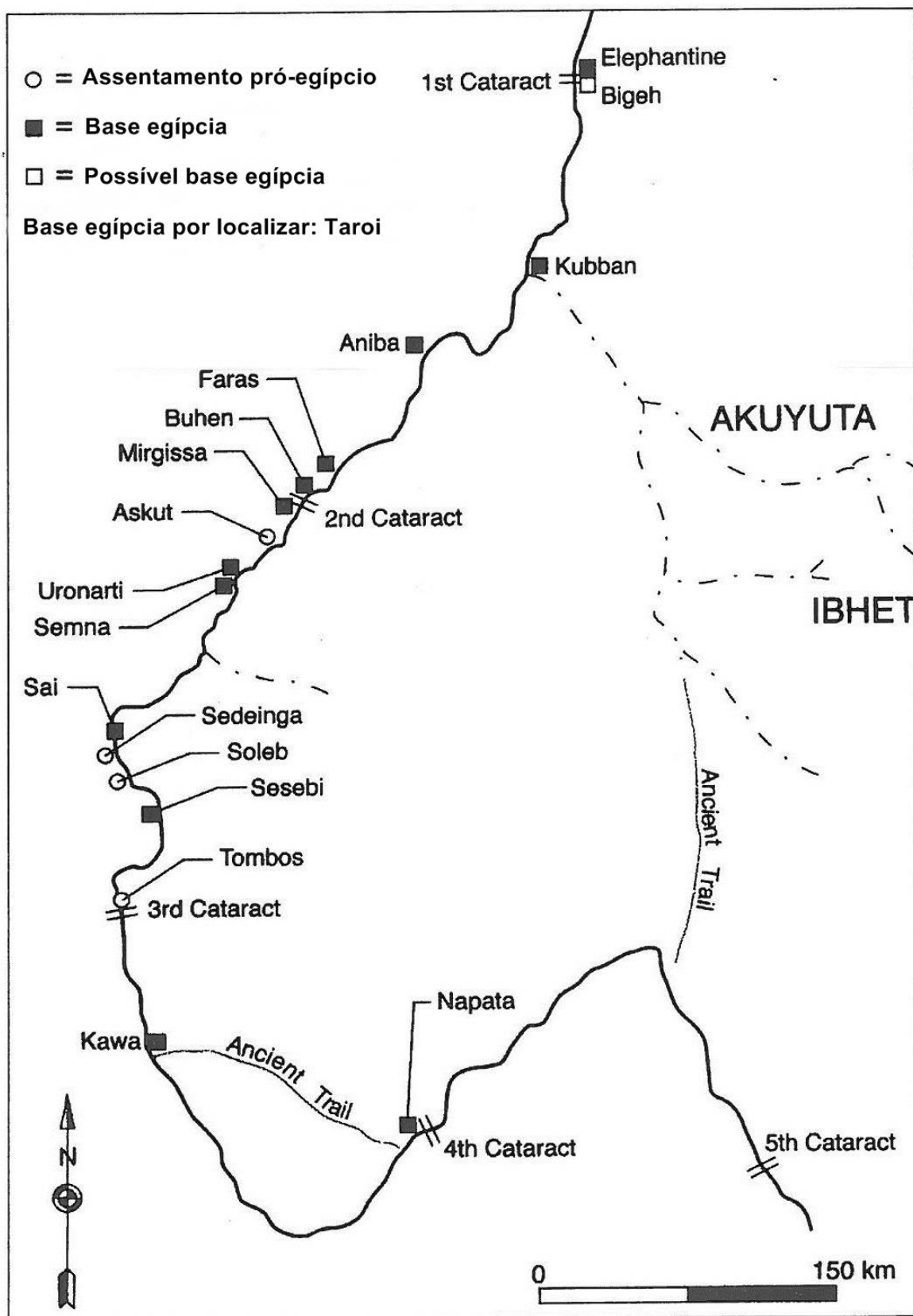
desses bens. Outra questão que parece fundamental assinalar é que estas estruturas, para além de controlarem a via principal, o Nilo, também exerceram, certamente, acções «policiais» sobre os desertos, essencialmente a ocidente (uma vez que a maioria das fortificações concentra-se nessa margem) pela sua ligação a antigos trajectos intercalados pelos oásis (relembre-se o mensageiro enviado pelos Hicsos com destino a Kuch, e que foi capturado pelos tebanos). Terão mantido sob atenta vigilância, com alta probabilidade, os caminhos terrestres, que funcionavam como atalhos, e que não pressupunham o uso do rio.



Mapa 2 – A Núbia na XVIII dinastia (de Ahmés a Hatchepsut), com as principais bases egípcias. Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 84.



Mapa 3 – A Núbia na XVIII dinastia (de Tutmés III a Akhenaton), com as principais bases egípcias. Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 200.



Mapa 4 – A Núbia na XVIII dinastia (de Akhenaton a Horemheb). Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 329.

Observemos agora o Levante. Por esta altura, no início do Império Novo egípcio, a Síria-Palestina era formada por uma série de pequenas «cidades-estado», autênticos reinos independentes que preservavam a sua autonomia política e que, ainda que não tivessem capacidade de exercer controlo sob uma vasta área à sua volta, exerciam um forte controlo «policial» na sua região estratégica. Não havendo uma unidade na Palestina e em Canaã, a zona tornou-se um tanto vulnerável às investidas militares egípcias, de modo que, a não ser a título individual, não foram capazes de montar uma concertada resistência ao avanço do exército faraónico²⁶⁴. O mesmo não podemos afirmar para a Síria, uma vez que durante o reinado de Hatchepsut, e com a subida ao trono de Tutmés III, importantes cidades como Kadech, apoiadas certamente pelo Mitanni, tinham afincadas pretensões sobre a Palestina, desafiando o poder egípcio. O mesmo se verificará nas dificuldades e na resistência que Tutmés III irá encontrar na zona.

Porém, em que moldes é que desde Ahmés até Tutmés III se avançou sobre a Ásia? Que tipo de incursões se montam e com que intenções? Quais os objectivos teóricos e quais as realizações específicas? E como é que podemos classificar essas mesmas campanhas? Eis o que procuraremos desenvolver.

2.1) De Ahmés a Hatchepsut

Ahmés ficou sobejamente conhecido na história das Duas Terras como o fundador da XVIII dinastia e como o responsável pela expulsão dos Hicsos. No entanto, quais foram as suas actividades militares na Ásia? O seu objectivo era eliminar os Hicsos, e nesse sentido, deu-se o cerco a Charuhen, a base dos asiáticos, durante três anos, ao fim dos quais a cidade cai e é saqueada pelas tropas faraónicas. Para garantir a lealdade da zona, intimidara umas quantas cidades palestinas, e terá construído uma guarnição, que segundo uns foi em Gaza²⁶⁵ ou, segundo outros, fora mesmo em Charuhen²⁶⁶. Poderá sugerir-se que talvez a guarnição tenha sido instalada em Gaza e depois, face às hostilidades, tenha havido necessidade de retirar para Charuhen, ponto do interior que continuava sob domínio egípcio²⁶⁷. Segundo Donald Redford, as expectativas do soberano seriam de fazer uma razia até Biblos²⁶⁸. Embora

²⁶⁴ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, pp. 48-49.

²⁶⁵ WILKINSON, *Auge e Caída*, pp. 244-245.

²⁶⁶ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 42.

²⁶⁷ Os Anais de Tutmés III parecem corroborar esta hipótese: «Ocorreu na época [de outro], a guarnição que estava ali (agora) estava na cidade de Charuhen.» *IEI*, p. 79; «(...) Dia da festa da aparição oficial do rei, na cidade de “Conquista do governante”, [cujo nome local era] Gaza.» Idem, p. 80.

²⁶⁸ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 149.

seja comumente consagrada uma só campanha de Ahmés sobre a Palestina, alguns autores mencionam a possibilidade de ter existido uma segunda²⁶⁹. As fontes não tornam clara esta situação: na biografia de Ahmés, filho de Ebana, patente em El-Kab, menciona-se apenas o cerco e o saque de Charuhen²⁷⁰, enquanto que na biografia de Ahmés Pennkhebet, difundida entre as paredes do seu túmulo em El-Kab e entre duas estátuas aí encontradas, menciona-se a captura de um prisioneiro e «uma mão» em Djahi²⁷¹. Isto poderá corroborar ambas as teorias, porém também não anula a possibilidade de ter sido uma só campanha, uma vez que, o cerco e tomada de Charuhen foram acompanhados de uma intimidação às cidades palestinas vizinhas. Seria bem provável que ambas as situações decorressem ao mesmo tempo, pois se por um lado o cerco à cidade durou três anos, por outro, aceitando que Djahi é um topónimo referente à zona costeira, Charuhen não está distante dessa realidade. No geral, podemos classificar a(s) campanha(s) de Ahmés como sendo punitiva(s), na sequência da expulsão e perseguição aos Hicsos.

O reinado de Amen-hotep I é caracterizado pela reconstituição interna do país, e ainda que para alguns autores as fontes existentes para a época não sejam fidedignas para atestar a existência de campanhas militares na Ásia²⁷², para outros, podem mencionar-se possíveis operações de razia até Tunip²⁷³.

A época de Tutmés I é particularmente interessante por dois motivos em concreto: 1) porque se resolve em definitivo o «problema» núbio; 2) porque se parte para a Ásia com objectivos diversos daqueles que haviam motivado o primeiro rei da dinastia. Como expressa Donald Redford, «this remarkable man, more than any other, was responsible for the final destruction of the Kushite kingdom of the Second Intermediate Period and the raising of the frontier at its remotest southern point, as well as the establishment of a pattern of conquest in the north»²⁷⁴.

Autores como Javier Martínez-Babón afirmam que não existem informações precisas sobre as causas que originaram a operação militar levada a cabo na Ásia nem dados referentes aos pormenores da mesma²⁷⁵. Porém, para esta mesma altura, sabemos que o rei de Kadech expandia a sua esfera de influência e as cidades palestinas eram caracterizadas como «aquelas

²⁶⁹ HOFFMEIER, Reconsidering Egypt's part..., *Levant*, pp. 184-185.

²⁷⁰ *IEI*, p. 40.

²⁷¹ *Idem*, p. 43.

²⁷² MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 43.

²⁷³ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 149.

²⁷⁴ *Idem*, p. 153.

²⁷⁵ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 45.

que são leais a ele»²⁷⁶. Portanto, era esta nova pressão vinda do Norte que punha em causa o domínio egípcio do Sul da Palestina, que incentivava o faraó a intervir. Não se pode especificar, segundo uns, se se tratou de uma ou mais campanhas²⁷⁷, embora para outros seja claro que só houve uma campanha, uma vez que havia um hábito precedente de mencionar o número de expedições²⁷⁸.

O certo é que Tutmés I criou as bases necessárias para um avanço consolidado sobre a Síria-Palestina:

- a) Constrói em Mênfis um grande aquartelamento, dado que esta era uma cidade estratégica que permitia a mobilização rápida de tropas até à Ásia²⁷⁹;
- b) Nomeia um comissário (governador, ou um militar) para os «Caminhos de Hórus»²⁸⁰;
- c) Lança as campanhas do Norte. Dito isto, deve-se a este faraó a primeira incursão séria sobre a Ásia, montada em grande escala, e com pretensão de ter resultados e efeitos permanentes²⁸¹.

Quanto à campanha em si, ela oferece algumas dificuldades de observação. Em primeiro lugar, não temos indicação do ano da expedição militar, o que sabemos é que ela realiza-se depois das campanhas na Núbia²⁸². Em segundo lugar, teorias recentes sustentam que Tutmés I não alcançou o Eufrates, e que a sua acção se limitou ao Orontes²⁸³, até porque para cruzar o Eufrates o faraó tinha que percorrer territórios potencialmente hostis, e isso seria bastante arriscado, tendo em conta que não tinha garantida a retaguarda nem sequer tinha assegurada a lealdade siro-palestina²⁸⁴. Este dado merece relevo, uma vez que estas cidades levantinas eram não só bastante territorializadas como também fortificadas. Na opinião de

²⁷⁶ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 155.

²⁷⁷ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 51.

²⁷⁸ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 48.

²⁷⁹ Idem, p. 49.

²⁸⁰ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 153. Seria em Mênfis que a partir de Tutmés III os filhos dos chefes oriundos das pequenas cortes cananeias iriam ser educados.

²⁸¹ Idem, p. 154.

²⁸² Cf. *IEI*, p. 42; p. 44.

²⁸³ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 48.

²⁸⁴ Idem, pp. 48-49.

Javier Martínez-Babón, este dado poderá reforçar a tese de que se produziram operações militares anteriores (reinado de Amen-hotep I) a fim de preparar a campanha do Eufrates²⁸⁵.

As fontes egípcias declaram que o faraó chegou a Naharina (nome egípcio dado ao Mitanni) e que lutou contra eles:

«(...) Depois disto, (sua majestade) prosseguiu para o Retenu para saciar o seu desejo por terras estrangeiras. Sua majestade alcançou Naharina, e encontrou aquele inimigo a reunir atacantes. Sua majestade levou a cabo uma grande matança entre eles, incontáveis foram os prisioneiros que sua majestade trouxe das suas vitórias.»²⁸⁶

«(...) De novo servi o rei do Egito Aakheperkaré – justificado²⁸⁷, e capturei para ele na terra de Naharina vinte e uma mãos, um cavalo e um carro (...).»²⁸⁸

Fontes mais tardias, mandadas gravar por Hatchepsut, reportam que Tutmés I caçara elefantes em Niy²⁸⁹. É exactamente neste ponto que nos centraremos, uma vez que, na leitura de Anthony Spalinger, este é contexto no qual se dá o encontro de Tutmés I com o rei do Mitanni, encontro esse que, na opinião do egiptólogo americano, é puramente acidental: «Perhaps the Pharaoh was caught off guard when he was busy hunting elephants in Niy, which was located very close to Mitanni if not belonging to it. I do not believe that the Pharaoh originally intended to move against the enemy monarch»²⁹⁰. Esta questão introduz-nos, claramente, nos aspectos práticos: Será que Tutmés I levava um exército consigo capaz de defrontar os mitânios? Iam combater o Mitanni sem ter uma retaguarda assegurada? Ou será que esta caça ao elefante, vinda na linha tradicional do Império Médio, não foi um motivo para prospectar o terreno, portanto, uma campanha exploratória? Parece-nos mais credível esta última hipótese, ainda mais tendo em conta que a progressão de Tutmés I sobre o terreno não foi numa opção de avançar sobre as cidades sírias, hostis, mas sim procurar entrar por um lado mais a este.

²⁸⁵ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, pp. 48-49.

²⁸⁶ *IEI*, p. 42.

²⁸⁷ Galán usa o término «(santo) inocente», contudo essa terminologia não nos parece ser a mais indicada, dado que, traduzido à letra, no egípcio, *maé-kheru* significa justo de voz, ou seja, justificado. *IEI*, p. 44. Veja-se, «Justificado», *DAE*, p. 468.

²⁸⁸ *Ibidem*. A referência às mãos evoca um costume egípcio que consistia em cortar a mão direita aos cadáveres dos inimigos.

²⁸⁹ *IEI*, p. 54.

²⁹⁰ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 51.

Os estudos de Hans Goedicke parecem corroborar também esta linha de pensamento, uma vez que o autor considera que o sucesso inicial de Tutmés I no intento de exercer a sua autoridade sobre o Levante «was not based on militar force but appears to have been a voluntary move on the part of Levantine city-states»²⁹¹. Cidades-estado essas que se viam pressionadas pelo poder vindo da Síria do Norte, do rei de Kadech, e do próprio Mitanni. Esta campanha terá inaugurado uma prática que será sistematicamente aplicada por Tutmés III, o de evitar a longa marcha do exército pela Palestina, transportando-se as tropas de barco até Biblos²⁹².

Em suma, se por um lado admitirmos que o faraó alcançou o Eufrates, isto não significa que a zona passasse a estar submetida à esfera egípcia²⁹³, por outro, esta foi uma campanha de demonstração de força, de intimidação quiçá, mas também de cariz exploratório, procurando ver até onde se estendia o poder do inimigo, e também de observação.

Tutmés I deu um grande passo nas operações que concernem à Ásia, mas muito do seu reinado ficou marcado pelo restabelecimento do controlo egípcio sobre a Núbia, pelo que os avanços parecem ser mais operações fugazes, de avanço e retirada, sem efectivar o seu poder no terreno. Quanto a Tutmés II, é possível que tenha feito uma incursão sobre a Ásia, pois existem indícios que o faraó pensou numa campanha militar na região, mas esta difere completamente dos propósitos do seu pai. O grande objectivo é de neutralizar os *chasu*, beduínos, que interferiam nas comunicações do Egipto com o Sul da Palestina²⁹⁴ e que será uma preocupação constante ao longo da XVIII e XIX dinastias.

«(...) Quando seguia o rei do Egipto Aakheperenré [Tutmés II] – justificado, trouxe dos Chasu numerosíssimos cativos sem os ter contado.»²⁹⁵

Estes nómadas, ainda que pouco preparados do ponto de vista militar, e possuíssem um desenvolvimento técnico limitado, a sua movimentação constante dificultava a sua localização²⁹⁶.

Quanto ao reinado de Hatchepsut, Martínez-Babón refere a existência de teorias a sustentar que no tempo da rainha ter-se-ão feito campanhas na Ásia, sob a liderança de Tutmés III. No entanto, sublinha que isso só foi possível supor por fontes indirectas, alertando

²⁹¹ GOEDICKE, The Thutmosis I inscription..., *JNES*, p. 176.

²⁹² MANLEY, *Atlas de l'Égypte*, p. 70.

²⁹³ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 49.

²⁹⁴ Idem, p. 51.

²⁹⁵ *IEI*, p. 44.

²⁹⁶ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 51.

para a necessidade de uma certa cautela em relação a esta teoria. Teoria que considera aliás interessante, visto que se partirmos do princípio que Hatchepsut manteve as possessões herdadas não são descartáveis operações menores, ainda que sobre isso não haja indicações literárias²⁹⁷. Percy Newby, por outro lado, fala de uma campanha do jovem Tutmés ainda durante o reinado da sua tia-madrasta em Gaza²⁹⁸. O que é certo é que durante o seu reinado há a formação de uma coligação de cidades sírias e palestinas sob comando do rei de Kadech aliado a Meguido e certamente com o apoio do Mitanni²⁹⁹.

2.2) As campanhas de Tutmés III

a) Meguido

Era uma prática comum, após a morte de um faraó, que cidades e/ou regiões subordinadas ao Egito se revoltassem, tornando-se quase numa tradição para o sucessor a necessidade de repor a ordem, demonstrando militarmente a força do novo faraó e do seu reinado. Essa tradição, que fora durante muito tempo visível para o caso núbio, ganhava agora expressão também na Ásia. Não admira pois que, à morte de Hatchepsut, se incrementassem os desejos expansionistas do rei de Kadech, atitude que era considerada, na cosmovisão egípcia, como uma rebelião³⁰⁰.

Quando Tutmés III assumiu o poder único, a situação no Levante tinha-se tornado crítica para o Egito. A cidade de Kadech, com o apoio do Mitanni, crescia rapidamente e aumentava a sua influência sobre Canaã, e a cidade de Tunip, por outro lado, alargava a sua preponderância, através do controlo do vale Eleutheros, que permitia conectar a costa síria com o interior³⁰¹. Porém, era a confluência em Meguido de vários líderes de diferentes reinos, entre os quais da Síria e do Mitanni³⁰², que tornava prioritária uma acção militar do faraó. Por essa razão, a primeira campanha militar de Tutmés III dá-se logo após a morte de Hatchepsut, no ano 22, e por isso é que numa das primeiras frases que os Anais³⁰³ registam se diz que

²⁹⁷ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 54.

²⁹⁸ NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 58.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ «(...) Aquele maldito inimigo de Kadech veio e entrou em Meguido. Ele está [ali] agora. Reuniu para si os chefes de [todas] as terras estrangeiras que [havião sido] leais ao Egito (...)» *IEI*, p. 80.

³⁰¹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 81.

³⁰² *Idem*, p. 89.

³⁰³ Os Anais de Tutmés III estão gravados nas paredes de duas salas (parede norte e oeste) junto do sexto pilone do templo de Amon-Ré em Karnak, em 225 linhas de texto hieroglífico. Este registo terá sido feito, inicialmente, em papiro, em registos diários de campanha, tendo sido posteriormente gravado nas paredes do templo. Cf. ARAUJO, A Batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, pp. 91-94. Estes diários teriam sido compilados

«desde Ierasa até aos confins da terra se rebelaram contra sua majestade»³⁰⁴. Frase essa que, aliás, suscita um comentário de Donald Redford, afirmando que a preocupação de Tutmés III é sincera, não se tratando pois de propaganda³⁰⁵. Aliás, a pressão dos asiáticos sobre a Palestina já tinha obrigado a uma intervenção das tropas egípcias em Charuhen e em Gaza, para eliminar revoltas instigadas³⁰⁶. Grande parte de historiografia não menciona, contudo, como é que os Egípcios tomaram conhecimento desta situação e dos possíveis intentos asiáticos. É o sistema de espionagem, que incorpora não só espões, como conta com a colaboração de agentes comerciais e outros contactos diplomáticos, que permite ter conhecimentos de vária ordem: terreno, rotas de avanço, fortificações, obstáculos naturais, entre outros, possibilitando um planeamento de operações³⁰⁷.

Para além da importância comercial de Meguido³⁰⁸, esta cidade revestia-se de uma vital importância estratégica, já que abria caminho às possessões palestinas do faraó³⁰⁹ e controlava uma rica área agrícola, tendo por isso recursos suficientes capazes de sustentar uma eventual marcha de inimigos para o Egipto³¹⁰.

O avanço de Tutmés III para Meguido, implicava, não obstante, alguns riscos, que, no geral, nos estudos de egiptologia não são frequentemente mencionados: a) Se triunfasse, podia restabelecer o controlo sobre a zona, mas se fracassasse aumentava as possibilidades de invasão do Egipto³¹¹; b) se perdesse a batalha, as forças egípcias seriam muito poucas para conseguir pará-los antes de chegarem a Gaza e Charuhen. Uma vez em Gaza, não havia ali fortificações naturais com as quais as tropas egípcias pudessem montar uma defesa do Egipto³¹². Por isso, o ataque seria a melhor defesa.

O facto de os Anais não reportarem actividades bélicas no trajecto para Meguido, e o facto de não se denotar uma excessiva perda de tempo na marcha, indica que o Sul palestino ou foi fiel à corte tebana, ou, perante a chegada das tropas do faraó, abandonou as suas cidades³¹³, o que nos parece improvável. Além disso, o facto das cidades palestinas estarem subordinadas ao Egipto, permitiu o descanso, abastecimento alimentar e de armamento do

num rolo de couro: «(...) [sendo demasiado numeroso para ser recolhido por escrito nesta inscrição] ficando registado num rolo de couro no templo de Amon neste dia.» *IEI*, p. 84.

³⁰⁴ Idem, p. 79.

³⁰⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 156.

³⁰⁶ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 82.

³⁰⁷ Idem, pp. 93-94; MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 58.

³⁰⁸ Cf. SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, pp. 83-84.

³⁰⁹ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 55.

³¹⁰ REDFORD, *The Northern Wars... Thutmose III: a new biography*, p. 330.

³¹¹ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 55.

³¹² GABRIEL, *Thutmose III*, p. 82.

³¹³ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 57; SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, pp. 84-85.

exército em campanha³¹⁴. Na opinião de Javier Martínez-Babón, Tutmés III terá ainda deixado guarnições em distintas cidades do caminho até Meguido, para cobrir uma eventual retirada no caso da situação se tornar desfavorável para os Egípcios. Nesta sequência estará Ipu, ou Jaffa: «mi suposición de que Joppa cayó antes o durante la campaña se basea en el hecho de que esta plaza costera estaba ubicada al sur de Megiddo, y mantenerla al margen de la operación significaba dejar enemigos en retaguarda, cuestión que los faraones de esta época siempre trataron de evitar.»³¹⁵

No que ao trajecto diz respeito, há alguma divergência nas rotas que os investigadores apontam. No entanto, e visto que não é nosso propósito explorar minuciosamente a campanha, assumimos que o exército partiu de Mênfis, passando pela fortaleza no nordeste do Delta, Tjaru, seguindo para Gaza, de onde parte para Yehem, avançando depois sobre Meguido³¹⁶. Não consensual é também o volume expedicionário que o faraó leva consigo. Os números tradicionalmente propostos variam entre 20 000 a 5000 homens, mas tanto Anthony Spalinger como Richard Gabriel refutam números avolumados, sendo que o primeiro aponta 10 000, admitindo que mesmo assim acha uma cifra exagerada³¹⁷, e o último propõe 5000 homens para a infantaria e 500 carros de guerra³¹⁸.

As análises que têm sido feitas sobre a batalha de Meguido destacam, com devida justiça, a reunião do faraó com o seu conselho, antes da escolha da rota a tomar para alcançar Meguido. Além do mais, os próprios Anais sublinham o acontecimento, dando destaque ao discurso do monarca, e enfatizando o momento. Sem explorar com minúcia a questão, parece-nos claro que a escolha de Aruna³¹⁹ foi estratégica, não só, como tantas vezes é dito, para surpresa do inimigo, mas também porque foi bem ponderada em termos militares, uma vez que tanto a escolha de Taanach como de Djefty, conduziriam o exército egípcio a um enfrentamento em campo aberto, onde os asiáticos avançariam com os seus carros pesados, levando os Egípcios a sofrer perdas, mesmo antes de alcançarem a cidade³²⁰. De qualquer maneira, também não temos números certos para indicar qual o volume dos asiáticos.

³¹⁴ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 87. O autor refere que Gaza inscreve-se nessas cidades, supondo, por isso, que se tratará mais de um centro de descanso e abastecimento do que propriamente um local de importância táctica. *Ibidem*.

³¹⁵ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 63.

³¹⁶ Sobre o percurso da campanha veja-se, GABRIEL, *Thutmose III*, pp. 87-90; MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, pp. 55-58; ARAÚJO, A Batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, p. 101; SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, pp. 84-85.

³¹⁷ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 86.

³¹⁸ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 84.

³¹⁹ Para explorar com mais detalhe: ZERTAL, *The Arunah pass, Egypt, Canaan and Israel*, pp. 342-356.

³²⁰ Cf. GABRIEL, *Thutmose III*, p. 97.

Apontam-se entre 15 000 a 20 000 homens³²¹, mas na verdade a única referência que temos são os Anais, e esses só registam os prisioneiros (340) e os mortos (83), que são exíguos números, pelo que, como supõe Richard Gabriel, esses serão provavelmente em grande parte elementos pertencentes à infantaria, já que os carros escaparam³²². Como evidencia Martin Dougherty, o exército inimigo era grande mas não era unificado. Cada contingente respondia ao seu chefe, não havendo uma liderança comum³²³.

Depois de um enfrentamento directo, do qual resultou uma vitória egípcia, mas que não teve como consequência a tomada imediata de Meguido, visto que o exército inimigo aí se havia refugiado, não houve outra opção se não passar para o cerco da cidade. Como a designação deixa antever, o nome Meguido poderia estar relacionado com *migdol*, podendo supor que se trataria de uma fortificação³²⁴. E esta fortificação não seria uma fortificação qualquer, exigindo uma adaptação das tropas egípcias a uma nova situação de cerco, diferente daquela que se havia feito para Charuhen, por exemplo.

Meguido não possuía muros de tijolo/barro (adobe) mas sim de pedra, o que condicionou os tradicionais materiais de assalto egípcio³²⁵. No entanto, a situação não foi de todo desvantajosa, uma vez que não era necessário fazer um muro à volta da cidade para a poder cercar e condicionar a sua saída, sendo apenas necessário fazê-lo na porta sul, o que permitiu que o exército não se concentrasse todo ali, e pudesse fazer o reconhecimento afastado e pilhar cidades e campos envolventes³²⁶. Tal ocorreu com Yenoam, Nugués e Herenkeru, cidades controladas por um só chefe³²⁷, e que para evitar o cerco abriram as suas portas ao saque³²⁸. Aliás, estes procedimentos eram essenciais para os Egípcios, dado que, a qualquer momento, poderia vir do Norte uma força de ajuda à cidade cercada.

Ainda assim, «eles circundaram a cidade, rodeada com um fosso, cercada com madeira tenra de todas as suas árvores de fruto. Sua majestade em pessoa estava na fortaleza oriental da cidade, vigiando [dali dia e noite] [...] a muralha [...] o seu muro, a que se

³²¹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 92.

³²² Idem, p. 112. No entanto os Anais registam que foram capturados quase novecentos carros e mais de dois mil cavalos em Meguido.

³²³ DOUGHERTY, *The Ancient Warrior*, p. 74.

³²⁴ ARAÚJO, A Batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, p. 95.

³²⁵ GABRIEL, *Thutmose III*, pp. 112-113. As escavações em Meguido atestam a existência de muros de 10 metros de altura e 6 de espessura, numa área capaz de albergar 3100 residentes. Contudo, esses muros maciços não devem ser contemporâneos da época de Tutmés III. Cf. Idem, p. 90.

³²⁶ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 113.

³²⁷ Idem, p. 118.

³²⁸ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 114. Os Anais de Tutmés III registam os despojos obtidos com o saque das três cidades. As traduções de Luís Araújo e de José Manuel Galán diferem em alguns números, visto que o primeiro autor traduz sobretudo baseado em Miriam Lichtheim, e o segundo a partir do *Urkunden IV*. Pela comparação que fizemos com o *URK IV*, a tradução mais próxima é a de Galán. Veja-se, ARAÚJO A Batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, pp. 122-124; Cf. *IEI*, p. 84.

chamou “Menkhepereré cerca os asiáticos”³²⁹. Durante o cerco, as tropas egípcias ter-se-ão dividido em três: um grupo ficava no noroeste da cidade, um segundo no centro com o faraó, e um terceiro na zona sul. O objectivo era controlar pontos estratégicos para neutralizar qualquer tentativa de saída e impedir a ajuda do exterior³³⁰. A grande vantagem de Tutmés foi desprover o inimigo de recursos. Provavelmente, o inimigo esperava que o faraó desistisse perante a durabilidade da sua resistência (sete meses), mas tal não aconteceu, e a cidade inevitavelmente teve que cair. O facto, discutido, se o faraó estaria ou não presente aquando da rendição, não nos parece particularmente relevante, ainda que, como será de esperar, os Anais dêem a entender que o faraó lá estava³³¹. Seguiu-se a tradicional pilhagem:

«Cativos: 340; mãos: 83; cavalos: 2041; potros: 191; garanhões: 6; cavalos jovens; um carro daquele inimigo trabalhado em ouro; Um bom³³² carro trabalhado em ouro do chefe³³³ de Meguido; carros da sua maldita tropa: 892; total de carros: 924; uma boa malha de bronze³³⁴ para lutar, daquele inimigo; uma boa malha de bronze para lutar do chefe de Meguido; malhas de bronze para lutar da sua maldita tropa: 200; arcos: 502; estacas de madeira *meru* trabalhadas em prata da tenda daquele inimigo: 7; gado da cidade capturado pelo exército: 387; bovinos: 1929; cabras: 2000; carneiros³³⁵: 20 500.»

O que é importante mencionar são as consequências da vitória egípcia:

- a) Reafirmação do domínio faraónico sobre a Palestina;
- b) Domínio egípcio sobre uma ampla zona comercial;
- c) Prestígio internacional (Assíria e Babilónia, por exemplo, trataram logo de estabelecer relações diplomáticas com as Duas Terras);

³²⁹ *IEI*, p. 83.

³³⁰ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, pp. 60-61.

³³¹ *IEI*, p. 84.

³³² Este adjetivo (*nefer*) escapa à tradução portuguesa.

³³³ Luís Araújo traduz por «príncipe», mas esta designação não parece ser a mais adequada, pois não corresponde às concepções e mundivisão egípcia (veja-se o capítulo 1). Uma vez que o que aparece no *URK* é *uer* (*wr*), que à letra significa «grande», optámos por seguir a proposta de Galán, usando o termo «chefe». *URK* IV, 663: 15.

³³⁴ Luís Araújo traduz como cotas de bronze.

³³⁵ José Manuel Galán traduz por ovelhas. Neste caso, a tradução de Luís Araújo parece mais acertada, dado que em *URK* IV, p. 664:14, o animal representado apresenta cornos.

- d) Planificação de um programa militar para eliminar focos de rebelião nas zonas recém conquistadas³³⁶;
- e) Estabelecimento de uma guarnição em Beth-Shean, perto de Meguido, para controlar Canaã e o «Caminho Real», a principal estrada interior para a Síria³³⁷;
- f) Estipulação de contribuições das cidades conquistadas;
- g) Estabelecimento de uma fronteira, talvez no rio Litani³³⁸.

Após a queda de Meguido, seguem-se três anos de inspecções às zonas conquistadas³³⁹.

Se a conquista de Meguido era a «conquista de mil cidades»³⁴⁰, esse brilhante pensamento político de Tutmés III, expresso à sua tropa aquando do início do cerco da cidade, não circunscrevia e/ou correspondia às ambições do faraó na Síria-Palestina daí em diante, após a queda desse centro urbano estratégico.

Em suma, a primeira campanha de Tutmés III pode classificar-se como uma campanha de resistência, mas também punitiva, segundo o quadro mental egípcio. Teve como objectivo defrontar a coligação encabeçada pelo rei de Kadech em Meguido, e evitar um ataque às possessões palestinas e ao próprio Egipto. A expedição seguiu uma rota terrestre, e daí resultou um confronto directo com as forças asiáticas em frente à cidade de Meguido, seguido de um cerco de sete meses, ao fim dos quais a cidade foi capturada e saqueada. Tutmés III ampliava assim a esfera de domínio político egípcio, tornando suas vassalas uma série de cidades, e consolidando o seu domínio sobre a Palestina.

b) Campanhas na Síria-Palestina

A historiografia, no geral, optou por agrupar as campanhas de Tutmés III em cinco grandes blocos. Se o primeiro se centra em Meguido, e na sua primeira prova de fogo enquanto rei único, o segundo bloco concentra quatro campanhas, que se seguem após a

³³⁶ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 63.

³³⁷ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 115.

³³⁸ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64; REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel*, p. 158.

³³⁹ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 158. Ver também PADRÓ, *Historia del Egipto Faraónico*, pp. 239-240.

³⁴⁰ *IEI*, p. 83

captura dessa cidade. A classificação dessas campanhas é de cariz geográfico: uns designam-nas como campanhas em Canaã³⁴¹, outros como campanhas na Síria-Palestina³⁴² (anos 25 a 29 do reinado). No fundo, elas são uma consequência da primeira acção militar do faraó. Podem ser vistas como o resultado em concreto, por um lado, da tomada de Meguido e da necessidade de assegurar o seu controlo e, por outro, uma consequência de uma nova «política externa» que começava decididamente a definir-se. Defender o Egipto era agora assegurar a hegemonia faraónica pelo menos até ao rio Litani³⁴³, e aplicar a mesma atitude ofensiva para além de Meguido.

Tutmés III parecia ciente de que a tomada de Meguido não era suficiente para assegurar a sua posição, tanto mais que os chefes sírios iriam, muito provavelmente, instigar revoltas, e os seus vassallos não tinham como resistir a essa pressão³⁴⁴. Cidades como Kadech e Tunip mostravam uma grande resistência perante a ameaça egípcia, e eram bastante activas na acção de dificultar o avanço das tropas faraónicas³⁴⁵, sempre que podendo, dispostas a criar desequilíbrios, através do fomento de insurreições, dificultando assim a actividade de Tutmés III na Palestina. Deste modo, e após três anos de inspecção³⁴⁶ que se seguiram à queda de Meguido, o monarca monta a sua primeira expedição que, ao que se supõe, tinha como finalidade dominar Tiro, e no seguimento dessa acção terá estabelecido algures uma nova guarnição³⁴⁷.

Nesta sequência, as três primeiras campanhas tinham como objectivo a conquista das cidades portuárias, de modo a torná-las pontos de apoio para o futuro uso da frota egípcia e, também, a procura de uma consolidação da sua posição na Palestina³⁴⁸. Com isto, a quarta campanha arrancou com a interferência do faraó na Síria, e com o mesmo fim das anteriores, já que o objectivo era tomar Ullaza, porto que uma vez dominado facilitaria as próximas operações militares: tomar Kadech. No entanto, e ainda que Ullaza contasse com o apoio de Tunip, um dos grandes reinos sírios, isso não obsteu a que a cidade fosse tomada por Tutmés III. Preparado para voltar ao Egipto, o faraó tratou ainda de passar por Ardata, cidade a norte de Ullaza, que havia reagido, motivando o subsequente saque pelas tropas faraónicas³⁴⁹.

³⁴¹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 117.

³⁴² MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64. Ver também HORNUNG, *History of Ancient Egypt*, pp. 88-89.

³⁴³ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 121.

³⁴⁴ Idem, p. 117.

³⁴⁵ NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p.80.

³⁴⁶ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 158.

³⁴⁷ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 120. Ver também PADRÓ, *Historia del Egipto Faraónico*, p. 240.

³⁴⁸ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64.

³⁴⁹ Idem, p. 64.

Em suma, estas quatro campanhas tinham como objectivo o domínio e subjugação de cidades revoltosas, e a conquista de cidades portuárias, quase deixando antever que a estratégia de Tutmés III estaria já bem delineada. Portanto, estas são incursões que podemos classificar de domínio, pois inserem-se, claramente, numa ânsia de controlo e de redução da influência dos poderosos reinos sírios, apoiados pelo Mitanni. O resultado mais visível para o Egipto foi a consolidação da sua posição «internacional», e um domínio sobre a costa, que lhe permitiria montar outro tipo de operações, com uma logística renovada.

c) A ofensiva sobre Kadech

Um dos maiores inimigos de Tutmés III era, de facto, o rei de Kadech, que aliás tinha sido o líder da «revolta» em Meguido. Sendo um reino poderoso, e com grande destaque na Síria, a ofensiva contra esta cidade parece ter sido quase um «acerto de contas» entre o faraó e o chefe asiático. Beneficiando da campanha anterior, que resultou na tomada de Ullaza, o faraó terá usado esse porto, segundo uns³⁵⁰, ou Biblos, segundo outros³⁵¹, para desembarcar as suas tropas que, transportadas por via marítima, permitiam criar vantagem táctica pelo efeito surpresa. Não é consensual, porém, se Kadech foi tomada. Na opinião de Javier Martínez-Babón, a cidade terá caído³⁵², mas para Donald Redford isso só aconteceu nas últimas campanhas do reinado de Tutmés III³⁵³.

Se nos detivermos no relato da campanha, patente nos Anais, não há uma menção à tomada da cidade, o que, como seria de esperar, merecia um relato mais extenso e emotivo, onde seria salientado, entre outras coisas, o saque da cidade. Porém, nada disso é relatado, sendo dito apenas que «sua majestade estava na terra do Retenu na sexta campanha de vitória de sua majestade. Alcançando a cidade de Kadech; atacando-a; cortando as suas árvores de fruto; saqueando o seu cereal»³⁵⁴. Ora isto é a actividade típica de um exército que está fora de muralhas e se dedica a vandalizar os recursos do inimigo, muitas vezes, se não sempre, em benefício próprio. Mas porque é que não se montou um cerco, à semelhança do que foi feito em Meguido? Talvez a instabilidade da zona tivesse condicionado a actuação das tropas faraónicas. Isso explica, em grande medida, porque é que na mesma altura há uma expedição sobre Ardata, Arvad, Sumur e outras cidades revoltosas.

³⁵⁰ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64.

³⁵¹ REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel*, p. 158.

³⁵² MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64.

³⁵³ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 162. Cf. PADRÓ, *Historia del Egipto faraónico*, p. 240.

³⁵⁴ *IEI*, p. 89.

Tunip, por seu lado, e talvez nesta sequência, terá instigado uma revolta. Por um lado, ameaçando Biblos, cidade tradicionalmente ligada ao Egípto, por outro, tenta recuperar Ullaza das mãos inimigas, mandando tropas para aí estabelecerem guarnições, e fazendo um acordo com os apiru locais, de modo a tornarem-se mercenários e a suportarem essas mesmas guarnições³⁵⁵. Portanto, a sétima campanha é a tomada de Ullaza: «sua majestade saqueou esta cidade em pouco tempo, e todos os seus pertences foram apresentados como despojos»³⁵⁶, entre os quais também constava o comandante da guarnição que os asiáticos lá tinham estabelecido, que, segundo Donald Redford, será o filho do chefe de Tunip³⁵⁷. Desta vez, para assegurar a lealdade da zona, os Egípcios deixaram aí uma guarnição³⁵⁸. Na perspectiva de Richard Gabriel, também Tunip sofrera a cólera do faraó, o que terá sido, também, um movimento estratégico para controlar o vale de Eleutheros, que era uma excelente rota comercial e uma via expedita para o exército. Ligava-se aos portos e permitia uma rápida conexão para o interior³⁵⁹. É curioso notar, não obstante, que Tunip não recebeu auxílio nem de Kadech nem do Mitanni³⁶⁰.

Torna-se claro que à medida que o faraó rumava a norte, as dificuldades eram maiores, sobretudo porque as cidades sírias eram leais ao Mitanni, sendo por isso hostis ao domínio egípcio. Será conveniente relembrar que a atitude destes reinos resulta da proximidade do esquema mental e cultural em que ambos se organizam. O Mitanni oferecia, em troca da lealdade destas cidades, protecção, algo que tantas vezes será reclamado/pedido mais tarde a Akhenaton, nas Cartas de Amarna. A dominação egípcia era mais fraca quanto mais rumasse a norte³⁶¹ e, por isso, «the king regarded central Syria very differently than the city-states in Palestine and Southern Syria.»³⁶²

Resumindo, o objectivo destas duas campanhas é muito claro. Subjugar Kadech era a prioridade, mas provavelmente a cidade não terá caído. Decorrente desse ataque, foi ainda necessário sufocar rebeliões que emergiram, razão pela qual se terá deixado uma guarnição em Ullaza. Esta fora uma atitude ofensiva e de domínio que, apesar de tudo, reforçou a posição do faraó no Retenu.

³⁵⁵ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 127.

³⁵⁶ *IEI*, p. 89.

³⁵⁷ REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel*, p. 158.

³⁵⁸ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64; REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel*, p. 158.

³⁵⁹ GABRIEL, *Thutmose III*, pp. 128-129.

³⁶⁰ *Idem*, p. 132.

³⁶¹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 114.

³⁶² *Idem*, p. 116.

d) A ofensiva contra o Mitanni

Ao contrário do seu avô, cujo encontro com o Mitanni terá sido acidental, Tutmés III planeou chegar ao Eufrates, e esse desejo é expresso na Estela de Gebel Barkal, quando se diz que o rei é «quem cruza o Eufrates à frente da sua tropa perseguindo quem lhe atacou, em busca daquele maldito inimigo do Mitanni»³⁶³.

Para levar a cabo esta expedição, que durou cinco a seis meses³⁶⁴, o faraó teve que contar com a marinha³⁶⁵ por dois motivos:

- a) Uma campanha militar terrestre ao Eufrates seria demasiado longa e tinha uma série de condicionantes, onde se destacam o cansaço do exército e a impossibilidade de um ataque de surpresa³⁶⁶;
- b) Porque era preciso atravessar o Eufrates, necessitando por isso de embarcações³⁶⁷.

Donald Redford e Martínez-Babón estão de acordo quanto ao local do desembarque, Biblos³⁶⁸, embora Anthony Spalinger aponte Qatna³⁶⁹, que é o local referido nos Anais³⁷⁰. Richard Gabriel, por seu turno, sustenta que Tutmés III terá necessitado de usar mais do que um porto para desembarcar as suas tropas, uma vez que foram necessários cerca de cento e setenta barcos para transportar 20000 homens e 6500 animais³⁷¹. Se aceitarmos esta hipótese, então estamos em condições de afirmar que o volume de tropas recrutadas para o confronto com o Mitanni foi muito superior ao número usado para as campanhas até então, incluindo a de Meguido. Isto poderá reflectir que o avanço para o confronto com o Mitanni foi bem preparado, e que os Egípcios não iam com intenção de estar sequer em desvantagem, ou seja, que levariam pelo menos um exército capaz de fazer frente ao grande poder rival. Por outro lado, se Ullaza era um ponto dominado pelos Egípcios, porque é que os autores insistem em

³⁶³ *IEI*, p. 120.

³⁶⁴ REDFORD, *The Northern Wars...*, *Thutmose III: a new biography*, p. 334.

³⁶⁵ Meio de transporte mais barato, mais eficiente e mais rápido para transporte das tropas. GABRIEL, *Thutmose III*, p. 133.

³⁶⁶ Cf. GABRIEL, *Thutmose III*, p. 133.

³⁶⁷ Estas embarcações não são as mesmas do transporte da sua tropa. Foram preparadas na costa levantina. Cf. *IEI*, 120.

³⁶⁸ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 159; MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64.

³⁶⁹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 114.

³⁷⁰ Cf. *IEI*, p. 90.

³⁷¹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 163.

referenciar Biblos como ponto de desembarque se podiam colocar as suas tropas mais a norte, evitando assim uma marcha maior?

Os historiadores também não estão de acordo em relação à posição de Kadech nesta altura. Se para Martínez-Babón e Anthony Spalinger, foi necessário o faraó passar por aí para reprimir uma subelevação de Kadech e saquear mais treze cidades, sendo uma zona hostil, Redford não é da mesma opinião, defendendo que Kadech não ofereceu resistência. Parece haver concordância, porém, de que houve combate com as forças do Mitanni em Aleppo, ainda que em pequena escala³⁷². De Aleppo Tutmés III avança para Karkemich, atravessando o rio Eufrates, de onde o exército do Mitanni se retira. Uma vez aí, o faraó ergue uma estela junto à do seu avô, e saqueia uma série de acampamentos³⁷³ do inimigo: «Undoubtedly the Egyptians were in such strength that the king of Mitanni wanted to avoid a pitched battle»³⁷⁴.

Como apoio a esta campanha, serviram como bases de abastecimento às tropas os portos de Biblos, Sumur e Arvad³⁷⁵. No retorno, o faraó caça elefantes em Niy, como era tradição, e pelo caminho terá submetido definitivamente Kadech.

Esta campanha foi importante política e estrategicamente. O facto de Tutmés III procurar deliberadamente o conflito e alcançar o Eufrates, não só demonstra o anseio em chegar tão longe quanto o seu avô, Tutmés I, mas também o desejo de procurar alterar a fronteira de influências (a marca) entre o Egipto e o Mitanni no Eufrates. Essa tentativa fracassou, uma vez que chegar ao grande rio mesopotâmico não era sinónimo de o dominar. Além disso, a Síria era genericamente hostil ao domínio faraónico, e o esforço que o Mitanni e o Egipto tinham que fazer militarmente para disputar a zona era claramente desigual.

Em suma, esta foi uma campanha com propósitos ofensivos, e cujo objectivo era o de derrotar o inimigo, o Mitanni. No que respeita a resultados práticos, deu-se um confronto em Aleppo, o faraó chegou a Karkemich, onde erigiu uma estela (também ela, eventualmente, com propósitos limítrofes), saqueou os acampamentos inimigos, e procurou, talvez, estabelecer uma fronteira, não física, mas de influências, como mais adiante teremos oportunidade de desenvolver.

³⁷² NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 80.

³⁷³ A maioria dos autores designa por cidades e/ou vilas. No entanto, adoptamos a recomendação de Anthony Spalinger, visto que, na sua opinião, não se trata de assentamentos correspondentes a esses designativos. Cf. SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 114.

³⁷⁴ NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 81.

³⁷⁵ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 114.

e) Defesa do «império»

Parece evidente que quando um «império» pára de crescer, sejam quais forem as razões, resta-lhe segurar aquilo que conquistou, ou seja, passar para uma atitude defensiva. Tutmés III tinha dado conta de que não tinha capacidade para avançar mais no terreno. O seu domínio sobre a Síria Central e do Norte era frágil, e o seu grande rival, o Mitanni, era um poder forte e que detinha grande influência sobre essas zonas, e mesmo para Tutmés III a Síria «was always a dangerous country, mainly because of Mitannian infiltration, that could only be ventured into in force.»³⁷⁶

A campanha ao Eufrates, pelo que acabamos de expor, é uma demonstração de força e não uma vitória esmagadora³⁷⁷. Aliás, o contrapeso ao poder egípcio torna-se notório nos anos seguintes. O Mitanni tratará de assegurar a sua influência na Síria e de fomentar e apoiar rebeliões na costa libanesa contra o domínio egípcio, juntamente com cidades tradicionalmente recalcitrantes como Kadech e Tunip³⁷⁸.

De modo a eliminar esses focos de insubordinação contra o poder faraónico, nove campanhas serão levadas a cabo. Algumas delas foram acções menores, e que não terão contado com a participação directa do faraó³⁷⁹.

Na décima campanha, no ano 35 do reinado, egípcios e mitânios voltam a encontrar-se, havendo um confronto directo com o rei asiático:

«Aquele maldito inimigo de Naharina reuniu os cavalos e o seu pessoal [...] dos confins da terra; eles eram mais numerosos [do que a areia da praia] e começaram a lutar com sua majestade. Sua majestade encarou-os. A tropa de sua majestade fez o avanço à maneira de tomar e trazer-se. Sua majestade assumiu o comando no meio [destes] estrangeiros, com os poderes do seu pai Amon, [quem lhe concedera valor e vitória...] de Naharina [...]. Eles fugiam, atropelando-se uns atrás dos outros diante de sua majestade.»³⁸⁰

³⁷⁶ NEWBY, *Warrior Pharaohs*, p. 84. Acerca do «imperialism» egípcio veja-se SHAW, *Egypt and the outsider world, The Oxford History*, pp. 324-327.

³⁷⁷ REDFORD, *The Northern Wars... Thutmose III: a new biography*, p. 334.

³⁷⁸ REDFORD, *Egypt, Canaan, and Israel*, p. 162.

³⁷⁹ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 67.

³⁸⁰ *IEI*, p. 93.

Anthony Spalinger afirma, contrariando a ênfase do relato egípcio, que o rei mitânio recuou para evitar um confronto directo, e que o número de carros e cavalos envolvidos indica que o conflito foi menos extremo que o de Meguido³⁸¹.

Os anos que se seguiram foram ocupados a eliminar focos de rebelião, controlar populações nômadas e a reconquistar cidades que tinham caído nas mãos do Mitanni³⁸². O que nos parece importante sublinhar é o facto de no final do reinado de Tutmés III, Kadech e Tunip continuarem a ser centros de resistência³⁸³, e que quando Amen-hotep II chega ao trono, o poder do Mitanni não pára de crescer, chegando a Ugarit, onde havia uma guarnição egípcia e que estava em vias de ser expulsa. As cidades ao sul de Kadech estavam a cair também sob influência do rival, exigindo uma enérgica resposta do novo faraó³⁸⁴.

Em suma, as últimas campanhas de Tutmés III foram de defesa do «império», contra a insurreição, procurando por isso eliminar focos de rebelião, sobretudo na Síria. Neutralizou as revoltas, deu-se um novo confronto com o rei rival, neutralizaram-se os Chasu da Palestina, e, segundo Donald Redford, ter-se-á tomado Kadech. No fundo, são campanhas de defesa, de protecção de um «império», que já não tinha mais margem para crescer, e talvez para onde os esforços envolvidos já não valessem a pena, pelos enormes custos envolvidos, pelas grandes dificuldades, ou até por a zona já não interessar economicamente.

Para concluir, as campanhas de Tutmés III podem ser divididas em dois grandes grupos: a) o primeiro é a batalha de Meguido, onde se aplicou uma estratégia de antecipação do avanço inimigo, onde o Egipto procurou defender-se através do ataque; b) o segundo são todas as outras dezasseis campanhas, em que se marcha sobre o território inimigo³⁸⁵.

Tutmés III teve que criar um financiamento para o seu exército em campanha, e fê-lo, numa primeira fase, através do saque das terras conquistadas, e numa segunda fase com a criação de depósitos de abastecimento na costa³⁸⁶.

3) A resistência das cidades levantinas

A tendência da historiografia, durante muito tempo, foi de analisar a construção dos «impérios» pré-clássicos partindo das premissas que conduziram a um domínio territorial do lado dos vencedores, dos grandes reinos da época. O Levante, enquanto entidade dominada e

³⁸¹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 117.

³⁸² Cf. MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 67.

³⁸³ REDFORD, *The Northern Wars... Thutmose III: a new biography*, p. 334.

³⁸⁴ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 162.

³⁸⁵ REDFORD, *The Northern Wars, Thutmose III: a new biography*, p. 328.

³⁸⁶ Idem, pp. 327-328.

não dominante (enquanto força política e militar agressiva em termos territoriais) não foi, pela tradição, objecto de estudo articulado com os grandes «impérios», neste caso, com o egípcio. Essa falta de investimento deu, e continua a dar, visto que a temática é pouco explorada, uma ideia errónea no que respeita à conquista destes espaços.

Embora a documentação egípcia evidencie a resiliência de várias cidades do Corredor em serem dominadas, pouca importância tem sido dada a esses factos. Sabemos que, por exemplo, Charuhen foi sitiada por três anos e Meguido por sete meses. A resistência é forte mas esse dado quase passa despercebido.

Estudos recentes, de onde destacamos os de Aaron Burke, têm dado ênfase ao Levante e à sua estrutura organizativa, com numerosos dados arqueológicos, que nos permitem verificar que as realidades do Norte e Sul do Corredor siro-palestino são diversas. Por essa razão, o autor defende que, em geral, a terminologia correcta a aplicar para os aglomerados populacionais do Sul é a de «cidade-estado», enquanto que «reino» será um designativo mais apropriado às realidades do Norte³⁸⁷.

É posta em questão, muitas vezes, o porquê das comunidades levantinas terem a necessidade de construir fortificações. As respostas poderão ser várias: 1) será para defesa perante uma ameaça «externa» ao Levante? 2) Defesa perante ambições de umas cidades em relação a outras? 3) Ou defesa entre diferentes tipos de comunidade que coexistem? As três hipóteses congregam-se. A primeira é evidente no Norte, uma vez que, a partir de finais do segundo milénio, se verificam pretensões assírias e babilónicas sobre esse território. A segunda é essencialmente visível para o Sul, pois as lutas entre diferentes cidades levam à necessidade de uma protecção³⁸⁸. A terceira aplicar-se-á a todo o território, pois, como já tivemos oportunidade de analisar, aí conviveram dois tipos de organização social bem distintos: a organização em cidades, enquanto realidade social oposta aos indivíduos que vivem em transumância, torna clara a necessidade de protecção dos aglomerados urbanos, através da construção de fortificações.

O estudo destas fortificações, levado a cabo por Aaron Burke, permite concluir que o tipo de construção da Síria tem algumas semelhanças com o do Norte da Mesopotâmia, verificando-se aí, também, uma tendência crescente de falta de espaço para os habitantes dentro de muralhas, enquanto que no Sul o mesmo não se verifica³⁸⁹. É possível que em

³⁸⁷ Cf. BURKE, *The Architecture of Defense*, pp. 209-212.

³⁸⁸ Estas situações são deduzidas a partir de estudos que se reportam ao Bronze Médio, e não ao Bronze Tardio, que será a nossa cronologia. Contudo, esta é a génese da construção das fortificações, e aqui residem as explicações para tal necessidade. Idem, pp. 195-207.

³⁸⁹ Cf. BURKE, *The Architecture of Defense*, pp. 165-175.

Canaã os assentamentos não fossem todos amuralhados, tendo um *midgol* ou torres de vigia através das quais podiam controlar o espaço envolvente. Em tempos de ameaça, estas populações refugiar-se-iam nas cidades amuralhadas³⁹⁰.

As fortalezas tinham por objectivo garantir a segurança e funcionar como uma defesa activa perante um invasor, assim como controlar militarmente a área circundante, para sustento das guarnições e para abastecimento e protecção em caso de cerco³⁹¹. Para serem funcionais quando sitiadas, tinham que possuir linhas de comunicação que permitissem o abastecimento da cidade, especialmente o de água. Tinham ainda que possuir meios para uma defesa activa, como plataformas de combate (no alto das muralhas) e portões fortes³⁹². Deste modo, as «fortalezas firmemente defendidas e bem abastecidas de provisões foram difíceis de conquistar em todas as épocas antes da era da pólvora»³⁹³.

A grande tendência dos confrontos bélicos no mundo antigo era, sem dúvida, a do cerco, e não, como poderíamos pensar, luta em campo aberto, talvez pela capacidade que a primeira modalidade aparentemente oferecia de uma maior resistência. E era essa resistência, possibilitada por uma estratégia antecipada de defesa na construção das muralhas, que tornava difícil tomar uma cidade, podendo actuar como um elemento dissuasor, e, em caso de persistência e determinação inimiga, exigia aos atacantes desenvolver novos equipamentos para ultrapassar as barreiras criadas pelas cidades³⁹⁴.

Pelas defesas antecipadamente delineadas, a guerra de cerco era tão frequente quanto perigosa³⁹⁵, para ambos os lados. Para quem defendia, pelo risco iminente de assalto e de privação de bens; para quem atacava, pelas dificuldades criadas em assaltar a cidade e pela necessidade de persistência, podendo levar meses a anos de cerco, e pelo constante empenho defensivo dos soldados postados no alto das muralhas, entre outros aspectos.

Os grandes elementos de defesa das cidades fortificadas eram as muralhas (feitas de madeira, barro ou pedra³⁹⁶), rampas, portas, fossos, entre outros³⁹⁷, e para ultrapassá-los os atacantes tinham que preparar o assalto em curta distância (arriscando-se a serem mortos pela resposta empreendida a partir das muralhas), como foi o caso de Charuhen e Meguido. Escadas de assalto, aríetes, engenhos de arremesso, torres de cerco, eram elementos que os

³⁹⁰ PATON, The civilization of Canaan..., *The Biblical World*, p. 25. Um mapa apresentado por Aaron Burke, parece confirmar estas realidades. Cf. BURKE, *The Architecture of Defense*, p. 266.

³⁹¹ KEEGAN, *Uma História da Guerra*, pp. 191-192.

³⁹² Idem, p. 192.

³⁹³ KEEGAN, *Uma História da Guerra*, p. 208.

³⁹⁴ BURKE, *The Architecture of Defense*, p. 47 e 91.

³⁹⁵ Idem, p. 89.

³⁹⁶ BURKE, *The Architecture of Defense*, pp. 154-160.

³⁹⁷ Para maior detalhe veja-se BURKE, *The Architecture of Defense*, pp. 93-176.

atacantes usavam, contra a vantagem dos que a defendiam, que era a altura³⁹⁸. Porém, o grande elemento a favor do exército invasor eram as condicionantes que podiam criar ao inimigo, que seria limitar o acesso à área produtiva envolvente das cidades, devastando os seus recursos, muitas vezes para seu próprio sustento, e fazendo a cidade cair, mais tarde ou mais cedo, devido à fome. Assim ocorreu em Meguido, por exemplo.

Representações egípcias datadas do Império Novo atestam cenas de cerco, onde aparecem, com frequência, os asiáticos a rezar e a fazer oferendas aos seus deuses, a defender a sua cidade, e a tentarem fazer escapar as suas crianças, baixando-as pelos muros da cidade³⁹⁹. Esta última representação sugere, certamente, que a cidade estaria prestes a ser tomada pelos egípcios, pelo que procuram salvar as crianças da invasão iminente⁴⁰⁰. As representações egípcias das cidades sitiadas mostram ainda diferentes fases do cerco, desde os momentos da resistência asiática, passando pelos instantes finais de resistência, e de abandono das cidades depois do cerco⁴⁰¹.

Durante muito tempo foi paradigmático o facto de haver uma destruição subsequente à tomada de uma cidade sitiada. Alguns autores, nessa linha de pensamento, defendem que os níveis de destruição, atestados pelas escavações arqueológicas dos sítios, comprovam que os egípcios incendiavam e destruíam essas cidades⁴⁰². Porém, autores como James Hoffmeier, rejeitam a ideia de que para dominar as cidades tenha que haver destruição. Esse era o recurso caso a cidade resistisse. E ainda assim, poderia ser pilhada e não queimada e destruída: «The “plundering” (*h3k*) of a city did not mean it had been obliterated. The terms *ski /sksh* and *hb3*, which describe the violent destruction of a city, are never found applied to a city in Palestine. Nor is there the slightest hint in the Egyptian literature of the first century of the New Kingdom that they were in the hill country of Palestine. (...) The apparent lack of LB fortification systems in Palestine may be due to the fact that the earlier MB walls, at least in some cases, may have been intact and a further testimony to our suggestions that the Egyptian armies of the 18th Dynasty were not systematically leveling cities in Canaan.»⁴⁰³

Esta teoria parece corroborada em dois sentidos:

³⁹⁸ KEEGAN, *Uma História da Guerra*, p. 194. Para explorar o armamento e as táticas de guerra de cerco ver BURKE, *The Architecture of Defense*, pp. 57-90.

³⁹⁹ BURKE, More light on old reliefs..., *Exploring the Longue Durée*, p. 58.

⁴⁰⁰ BURKE, More light on old reliefs..., *Exploring the Longue Durée*, p. 60.

⁴⁰¹ Idem, p. 61.

⁴⁰² Veja-se PÉREZ-ACCINO, *Egipto e el corredor sirio-palestino...*, *Egipto y el Exterior*, pp. 77-79.

⁴⁰³ HOFFMEIER, *Egypt's part in the termination...*, *Levant*, p. 190.

- a) Porque os relevos egípcios mostram cidades abandonadas, o que sugere que não foram erradicadas⁴⁰⁴;
- b) Porque foi prática egípcia (sobretudo na XVIII dinastia) aproveitar as estruturas existentes para através delas poder dominar os sítios conquistados⁴⁰⁵.

Porém, uma passagem da inscrição de Tutmés III no templo sul de Buhen, parece atestar o contrário:

«O rei vitorioso, que actua com a sua arma, um campeão sem igual, que queima as terras estrangeiras, que pisa o Retenu, traz os seus chefes como cativos (...)»⁴⁰⁶

Será esta prática aplicada a cidades que oferecem resistência? Que cidades serão essas? O assunto parece complexo. Se nos detivermos sobre a Estela de Gebel Barkal, encontramos uma referência ao incêndio de assentamentos inimigos, mas este facto é circunscrito à passagem de Tutmés III pelo Eufrates, e não se refere à Síria-Palestina. É dito:

«Ele é o rei, valente como Montu, que conquista e de quem não se conquista, que pisa todas as terras estrangeiras desobedientes, sem que haja quem lhes proteja naquela terra de Naharina, pois o seu senhor fugiu com medo. Eu arrasei as suas cidades e (os assentamentos das) suas tribos, peguei-lhes fogo, e fiz deles montículos (de ruínas) sem que pudessem voltar a fundar. (...)»⁴⁰⁷

Em suma, a conquista egípcia do Levante não foi propriamente fácil, como poderemos julgar pelo pouco desenvolvimento do tema, devido não só a potenciais influências de outras potências, mas também pela organização e infra-estrutura que apresentavam. Obrigaram, claramente, a que os Egípcios desenvolvessem um plano estratégico militar, e que melhorassem os seus equipamentos para que através disso conseguissem alguma vantagem sobre os adversários.

⁴⁰⁴ BURKE, More light on old reliefs..., *Exploring the Longue Durée*, p. 62.

⁴⁰⁵ «(...) the contrast between the dearth of architectural remains in Syria-Palestine from the mid-Eighteenth Dynasty and the relative abundance of such evidence in the Nineteenth Dynasty (or even to a lesser extent in the late Eighteenth Dynasty) is surely significant. (...) One possibility, formulated on analogy with practices attested from the Amarna Period, is that Egyptians in the mid-Eighteenth Dynasty were in the habit of co-opting standing local architecture to serve their purposes. Alternatively, or additionally, vassals may have been commissioned to construct buildings for Egyptian authorities.» MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 141.

⁴⁰⁶ *IEI*, p. 111.

⁴⁰⁷ *IEI*, p. 120.

Porém, a grande arma egípcia foi a de subtrair aos asiáticos o seu espaço produtivo, cortando as suas árvores, saqueando os seus campos⁴⁰⁸, e ali permanecendo, até que a cidade caísse pela fome. A pilhagem seria decorrente da vitória, mas as evidências parecem atestar que não houve uma destruição sistemática desses assentamentos, pois deles iriam necessitar para exercer o seu domínio sobre a região.

4) Liminalidades e choque de fronteira(s)

Hoje, quando pensamos em fronteiras, pensamos num espaço delimitado no que respeita à configuração externa de um país, ou numa demarcação interna do mesmo, numa divisão regional. Esta realidade, com que lidamos, embora presente em estudos de cronologias mais recentes como, por exemplo, para Roma e para o mundo medievo, parece um terreno muito pouco explorado e desenvolvido para o Antigo Egipto, sobretudo no que respeita às questões «imperiais».

De facto, a generalidade das leituras feitas pelos egiptólogos no que respeita à «política externa» egípcia do Império Novo, não aborda esta temática, desenvolvendo uma leitura tradicionalista, e omitindo, voluntária ou involuntariamente, questões essenciais, relativas à actuação prática dos Egípcios no terreno. É pois de espantar, tendo em linha de conta as resistências com que se deparam os Egípcios no Levante, que muitas vezes a questão fronteira se resume ao erigir de estelas. As estelas, sem dúvida, funcionam como o ponto de partida para uma variada análise de concepções, entre outras. Contudo, será importante problematizar mais a questão: Até onde se estende o domínio do faraó? Como se gere a fronteira em termos políticos e militares? O fim da guerra ditou o início da diplomacia?⁴⁰⁹ As gentes de fronteira são «independentes» ou «vassalos» de quem? Houve um jogo de influências entre as diferentes potências? Assistiu-se a um confronto permanente?

A definição de um raio de acção, de controlo político e militar, sempre preocupou os faraós, desde os tempos mais antigos. Não podemos ignorar esse facto, pois, embora as

⁴⁰⁸ Como se vê pelo exemplo: «Alcançando a cidade de Kadech; atacando-a; cortando as suas árvores de fruto; saqueando o seu cereal.» *IEI*, p. 88.

⁴⁰⁹ Se entendermos diplomacia como a consequência imediata do fim da guerra, em que as partes intervenientes chegam a um acordo, o conceito não se aplica ao reinado de Tutmés III. A guerra termina por uma impossibilidade técnica de poder continuar, dado que o poder rival é forte e as cidades sírias hostis, mas não é entendido como um acordo mútuo das partes. Caso contrário, não teríamos a enérgica acção de Amen-hotep II logo depois do falecimento do seu pai. Essa noção poderá ser aplicada, por exemplo, com Tutmés IV, quando se chega a um tratado de paz, ou no seu exemplo mais conhecido, com o tratado de Ramsés II com o Hatti. Contudo, José Augusto Ramos parece defender que «o Egipto e o Mitanni negociaram a partilha de influências sobre a Síria (para o Mitanni) e a Palestina (para o Egipto)». Cf. «Alepo», *DAE*, p. 45.

condições naturais permitissem quase uma definição automática do que era o Egipto, os próprios habitantes se encarregaram de estabelecer limites/fronteiras, essencialmente no Sul e no Norte. Essas delimitações podem ter sido estabelecidas numa oposição cultural⁴¹⁰ (em relação aos Núbios e Asiáticos), mas rapidamente ganham uma delimitação física no Império Médio com as fortalezas núbias, e os Muros do Rei, também designados como Muros do Príncipe ou Muros do Soberano (nordeste do Delta)⁴¹¹. A preocupação com os estrangeiros, com o perigo que podia vir de fora, ajudou assim a construir uma imagem, a definir os Egípcios enquanto povo com uma cultura própria. Daí a importância do estabelecer de fronteiras físicas.

O controlo das fronteiras egípcias parece ter sido minucioso, e isso é possível deduzir pelas referências que chegam até nós a partir do *Papiro Anastasi V*, datáveis da XIX dinastia, e que atestam, como refere Mario Liverani, a sua função como peneira⁴¹²:

«Outra comunicação para o meu [senhor], [nós] acabamos de deixar as tribos beduínas de Edom passar a fortaleza [de] Merenptah-hetephermaet – vida, prosperidade, saúde! – a qual fica [em] Tjeku (...)»⁴¹³

A delimitação física das fronteiras, sobretudo a partir do Império Médio, é claramente visível na literatura que chega até nós. Porém, ela também nos revela dinâmicas que parecem, à partida, contraditórias, mas que, como veremos, serão complementares. Entre o fixar de fronteiras e uma referência constante ao alargamento das mesmas, a literatura exalta a figura do faraó enquanto salvador do Egipto pelo estabelecimento de uma delimitação fronteiriça, unindo o núcleo central, as Duas Terras⁴¹⁴.

⁴¹⁰ Uma fronteira é também, no quadro mental egípcio, a demarcação entre a ordem e o caos. LIVERANI, *Prestige and Interest...*, p. 57.

⁴¹¹ «Dei a estrada aos meus pés em direcção ao norte e cheguei aos Muros do Soberano, feitos para reprimir os Asiáticos e esmagar os Corredores da Areia. Eu tomei a minha posição inclinada num arbusto, com medo de ser visto pela sentinela sobre o muro, aquela que estava no seu dia.» CANHÃO, História de Sinhue, *A literatura egípcia do Império Médio*, pp. 92-93. Quanto aos Muros do Rei (do Príncipe ou do Soberano): «fortificação mandada erguer por Amenemhat I para defesa da fronteira nordeste do Egipto, provavelmente no Uadi Tumilat, mais ou menos a meio do actual Canal do Suez, de onde dominava todas as rotas caravaneiras que atravessam o Norte do Sinai pelos chamados “Caminhos de Hórus”. Era ao mesmo tempo um importante entreposto comercial devido à passagem dessas caravanas e das expedições mineiras que daí partiam e chegavam das minas de turquesa e cobre de Serabit el-Khadim e Uadi Maghara, intensamente exploradas na XII dinastia.» Idem, p. 121.

⁴¹² LIVERANI, *Prestige and Interest...*, p. 87.

⁴¹³ ANET, p. 259.

⁴¹⁴ «(...) Que protege o país e alarga as suas fronteiras, que submete os países estrangeiros com a sua coroa dupla.»; «(Como se alegram) os teus filhos, por tu teres feito as suas fronteiras»; «(Como se alegram) as Duas Terras com o teu poder, por tu teres protegido as suas muralhas»; «(Como é grande o senhor para a sua cidade) de facto ele é Sekhmet contra os inimigos que pisam sobre a sua fronteira!»; «(Ele veio), ele combateu na sua fronteira, ele salvou-a de ser roubada». Cf. CANHÃO, História de Sinhue, *A literatura egípcia do Império Médio*, pp. 487-491.

Não obstante, aquilo que assistiremos, com maior incidência no Império Novo, é à procura de um controlo universal. Entre os séculos XV e XI a. C., no que diz respeito à Ásia, verifica-se uma mudança na política entre o Egipto e esse(s) mundo(s), assumindo o Egipto um papel militar agressivo. Embora tenham sido levadas a cabo campanhas na Ásia antes do reinado de Tutmés III, é, sem dúvida, com este faraó que se define e consolida a esfera de influência egípcia, que será depois regularizada com outros grandes poderes do Próximo Oriente Antigo⁴¹⁵.

Quando nos debruçamos sobre textos da XVIII dinastia, é comum encontrarmos formas metafóricas que aludem a um controlo universal do faraó, e que procuram dar uma ideia de totalidade, como se sobre tudo o que existe no mundo o rei egípcio exercesse soberania:

«Ele (Amon) estabeleceu a minha fronteira até aos limites do céu, e tudo o que circunda o disco solar trabalha para mim (...)»⁴¹⁶.

«Ele é um touro vitorioso, de coração firme, a sua fronteira sul alcança até ao Corno da Terra, até ao começo desta terra, e a norte alcança até aos confins da Palestina, até aos pilares do céu»⁴¹⁷.

Aquilo que devemos destrinçar, não obstante, é o que é uma fronteira mítica e o que é uma fronteira política, *tach* (*t3š*)⁴¹⁸. O discurso faraónico, baseado na sua mundividência centralizadora, refere-se a um controlo ilimitado, mas que só o poderemos considerar em termos cosmogónicos. Ou seja, referências como: «Ele conquistou esta terra desde o seu começo, estando a Fonte de Set debaixo da sua autoridade, e a selou desde o seu (extremo) norte até à Fonte de Hórus»⁴¹⁹, pretendiam dar uma ideia de totalidade, mas não correspondem, fisicamente, ao domínio exercido sobre o exterior. Ela insere-se no plano e na estrutura do cosmos, e por isso o domínio do faraó sobre o mundo será sempre totalitário, mesmo que o seu controlo efectivo seja muito restrito. Daí que as expressões que definem os domínios do faraó nos dêem, também, imagem de coisas grandes, para expressar a glória do

⁴¹⁵ MURNANE, *Imperial Egypt...*, *Amarna Diplomacy*, pp. 101-102.

⁴¹⁶ *IEI*, p. 62.

⁴¹⁷ *Idem*, p. 119.

⁴¹⁸ LIVERANI, *Prestige and Interest...*, p. 51. O autor aponta que o termo *djeru* (*drw*) designa uma fronteira mítica, mas como desenvolveremos adiante, tratar-se-á da marca.

⁴¹⁹ *IEI*, p. 111. Segundo Galán, as fontes de Set e de Hórus marcam os extremos norte e sul do domínio do rei num plano mitológico.

soberano egípcio, como sejam o sol e o mar⁴²⁰, e aludam aos quatro pontos cardeais nessa mesma linha de pensamento⁴²¹.

Mario Liverani dá-nos uma perspectiva interessante de como as realidades geográficas acabam por ser conectadas com a definição fronteiriça. Segundo o autor, a fronteira norte estaria muito ligada aos elementos da água, tanto no Delta como depois na Ásia, e o sul estaria conectado com o elemento do vento⁴²². Isto é interessante, pois verifica-se que logo após a tomada de Meguido, a fronteira de Tutmés III e do Egito passa a ser delimitada no rio Litani. Estabelecer uma fronteira num rio é tanto útil quanto prático, por se tornar uma barreira, um limite natural. Porém, nem sempre isso acontecia, e era prática egípcia o erigir estelas que pretendiam marcar o limite do poder faraónico.

O primeiro exemplo de uma estela fora do Egito é de Senuseret III, ainda no Império Médio, e vem na sequência das suas expedições militares no Sul:

«É um cobarde quem é despojado da sua fronteira (...)

Enquanto qualquer um dos meus filhos perpetuar esta fronteira criada pela minha majestade, ele será considerado meu filho, nascido de minha majestade, uma vez que um filho é aquele que protege o seu pai, que perpetua a fronteira do seu progenitor. Enquanto que aquele que a abandona, sem que queira lutar por ela, não será considerado meu filho, não o gerei.»⁴²³

A tradicional linha de análise sobre estas estelas colocadas em pontos extremos alcançados pelo faraó vislumbra-as como estelas fronteiriças, como é o caso de Pierre Grandet, considerando porém que, na prática, as delimitações não eram cumpridas⁴²⁴. Equivaler estela e fronteira é algo sedutor mas vago, e não faz jus à complexidade que o assunto abarca.

As estelas podiam ser usadas interna e externamente e diferenciam-se segundo três patamares⁴²⁵:

- a) Estelas de fronteira: marco colocado na borda de um território, marcando o limite. São essencialmente usadas dentro do Egito;

⁴²⁰ LIVERANI, *Prestige and Interest...*, pp. 52-53. Veja-se, «Mar», *DAE*, pp. 539-540.

⁴²¹ GALÁN, *Victory and Border...*, p. 147. Veja-se *IEI*, p. 62.

⁴²² Veja-se «Vento», *DAE*, pp. 863-864.

⁴²³ *IEI*, p. 21.

⁴²⁴ GRANDET, *Les Pharaons du Nouvel Empire...*, p. 75.

⁴²⁵ Cf. GALÁN, *Victory and Border...*, pp. 147-148.

b) Estelas de doação: estelas onde são gravadas doações régias, atribuições de terras, essencialmente, e que pela importância que tinham eram muitas vezes guardadas em sítios protegidos, como nos templos⁴²⁶.

c) Estelas de vitória: são referidas como estelas de vitória no estrangeiro e não como estelas de fronteira.

Aquilo que encontramos na Síria-Palestina são estelas de vitória, e não, como lhes chamam erroneamente a maioria dos autores, estelas fronteiriças. Elas revelam, na verdade, a noção que os Egípcios tinham daquele território. As fronteiras no Levante não eram fixadas por ordem do rei, como acontecia internamente no Egito, e muito menos eram fixas. Os Egípcios viam as suas fronteiras asiáticas como flexíveis, porque estabelecer o limite extremo do seu domínio político e militar era difícil, esperando sempre poder avançar mais no terreno, através das suas expedições de *nakhat* (*nḥt*), de vitória. Nesta linha de pensamento, a fronteira é algo elástico, que se expande ou se retrai em função das vitórias em campanhas militares. Daí entendermos o frequente uso da expressão de «estender/alargar as fronteiras»⁴²⁷ na documentação. Isto faz todo o sentido quando pensamos na estela de Tutmés I e mesmo na de Tutmés III no Eufrates.



Figura 1 – Estela de Gebel Barkal erigida por Tutmés III. Museum of Fine Arts, Boston.

⁴²⁶ Um exemplo deste tipo de documentos, ainda que seja um exemplo gravado na rocha, é um documento forjado referente à fome dos sete anos. Pretendeu-se fazer passar uma inscrição do período ptolemaico como um escrito da época de Djoser (III dinastia). Esta é uma inscrição na rocha, na ilha de Sehel, perto da primeira catarata, e sobre a qual se levanta a hipótese de ser uma falsificação sacerdotal no sentido de obterem privilégios territoriais. Cf. *ANET*, p. 31.

⁴²⁷ Hoje usamos, com frequência, o termo «império» e «imperialismo» aplicado a esta sociedade antiga. Porém, os Egípcios não possuem tal terminologia, que é um produto romano. O que existe de mais próximo a esse conceito é *susekh tach* (*swsh t3š*), que significa «alargar a fronteira» e ainda *susekh/ir[i] tach[u]* (*swsh/ir[i] t3š[w]*), que se traduz por «estender as fronteiras». Cf. GALÁN, *Victory and Border*, pp. 4-6.

O seu domínio efectivo no terreno levantino nunca abarcou permanentemente essa zona. Isso foi esporádico e não significa que a zona estivesse subjugada politicamente ao faraó. O mesmo se pode dizer para a Alta Núbia (Kuch).

Assim sendo, a estela que Senuseret III instalou na Núbia era uma estela de fronteira ou de vitória? É de crer que seja de fronteira, porque procurava controlar as movimentações estrangeiras e garantir a manutenção de rotas comerciais, sugerindo um domínio e uma superioridade das Duas Terras sobre a Baixa Núbia, impedindo, aliás, a passagem de Núbios para as Duas Terras, salvo em caso de comércio⁴²⁸. Contudo, as estelas de vitória também existem para esta região, aplicando-se nas zonas mais a sul, onde o domínio egípcio seria mais precário. Caso disso será, por exemplo, a estela de Tutmés III em Gebel Barkal, já na Alta Núbia.

Ainda assim, é de supor que estas estelas tenham tido um impacto maior na Núbia do que no Levante, e tal facto deve-se, em grande medida, à superioridade cultural exercida, desde sempre, do Egipto sobre a Núbia. No Levante, e permita-se uma comparação aparentemente anacrónica, a situação assemelha-se um pouco à chegada dos portugueses à Índia, onde encontram uma cultura milenar e bem estruturada, embora politicamente dividida.

Outro aspecto que parece ser importante referir é que o acto de erguer de estelas em territórios externos ao Egipto era acompanhado de uma formulação mágica que assegurava que a estela estaria a ser colocada na localização correcta⁴²⁹. Mas que localização seria essa? Isto é, onde é que eram, efectivamente, colocadas essas estelas? Ainda que as estelas que chegaram até nós não tenham sido encontradas *in situ*, sabemos que na Núbia as estelas eram colocadas na entrada das fortalezas e não fora das mesmas com o objectivo de intimidar, como poderia ser expectável, levando-nos a concluir que: a) o que interessa é a ideia que os Egípcios têm do mundo, e nele são agentes de ordem sobre o caos; b) que os Núbios não tinham, à partida, nem acesso nem provavelmente condições de ler estes documentos (a não ser em fases avançadas em que são integrados nestes sistemas, permitindo a uma elite letrada o acesso ao conhecimento dos hieróglifos)⁴³⁰. Mas e na Ásia? Carol Vogel, ao analisar esta dinâmica, apoia-se nos estudos de Andrea Klug, cuja dissertação é sobre estelas da XVIII dinastia. Esta egiptóloga parece avançar a ideia de que estas estelas seriam colocadas em locais sagrados, ou seja, o erguer de uma estela obrigava à pré-existência de um templo⁴³¹. Parece improvável que assim tenha sido. Ainda que tenhamos referências para a existência de

⁴²⁸ VOGEL, This far and not a step further..., *Egypt, Canaan and Israel*, p. 327.

⁴²⁹ Idem, p. 325.

⁴³⁰ Idem, p. 334.

⁴³¹ Idem, p. 337.

templos dedicados a deuses egípcios no Levante, isto não se compagina, por exemplo, com as estelas de Tutmés I e Tutmés III no Eufrates.

Para além de um eixo fronteiro Norte-Sul delimitado pelo Egipto no que respeita a territórios fora dos seus próprios limites geográficos, encontramos, para a Síria-Palestina, em concreto, outro tipo de fronteiras, e que se relaciona com a sua própria estrutura organizativa. É aquilo que Mario Liverani apelida de «fronteiras invisíveis», fronteiras mínimas que são aplicáveis nas relações territoriais entre nómadas e sedentários, pois separam, em boa medida, diferentes modos de vida, e que são, por isso mesmo, separações mais culturais do que geográficas, resultado de uma coexistência, interacção e conflito⁴³².

Em suma, no Levante, a fronteira do faraó é o ponto mais distante que as tropas e os governadores/enviados do soberano alcançam, permanecem e estabelecem uma relação entre o chefe local e o faraó. Ou seja, onde a sua influência é manifestamente reconhecida. A definição das *tachu* egípcias é também marcada pela entrega de tributo: o que está dentro dessa área paga, o que está fora pode enviar presentes, com intuitos diplomáticos, mas não se inscreve no seu domínio efectivo, e portanto esse envio é incontrolado e irregular⁴³³.

Assim, o que é a fronteira? O que devemos entender por fronteira? Parece tratar-se de uma construção tanto cultural (fronteiras invisíveis), como física (fortalezas, muros, rios), e também cosmogónicas/míticas (idealizadas, na procura da expressão do todo).

A fronteira, ou o limite, é pois o último ponto onde o faraó é capaz de dominar administrativamente e assegurar um controlo político e militar, sem um risco eminente de perda. Por isso, devemos distinguir o que é a fronteira do que é a marca. Se *djeru* (interpretado por Liverani como fronteira mítica) é um termo que se refere a um território além da fronteira, não alcançado ou emancipado, não incorporado, mas sujeito a acções de força (investidas militares), e com o qual se podem estabelecer relações económicas⁴³⁴, então aí está, a marca. As estelas de vitória aí se inscrevem, porque são flexíveis, elásticas. Talvez seja por isso que alguns egiptólogos têm optado por referir-se às estelas fora do Egipto, como estelas limítrofes, e não como estelas de fronteira. E isto reforça a ideia de que uma fronteira é um elemento fixo, e que a zona limítrofe é um elemento flexível, ajustável, mediante as vitórias militares do faraó.

Contudo, parece sensato manter o termo «fronteira», pois o Egipto foi capaz de criar uma zona segura, que era por si administrada, e que controlava portanto política e

⁴³² LIVERANI, *El Antiguo Oriente...*, p. 27.

⁴³³ GALÁN, *Victory and Border...*, p. 135.

⁴³⁴ Idem, pp. 103-104.

militarmente. A área limítrofe, seria então o *djeru*, a marca, que pode estender-se ou retrair, que não está sob o controlo egípcio, e que está sujeita à esfera de influência não só do Egipto como de outras potências.

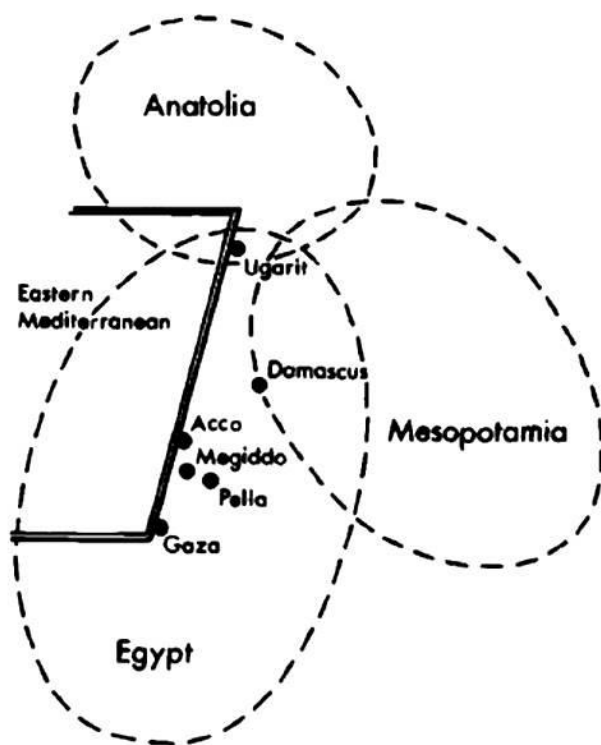


Figura 2- Representação esquemática de esferas de interação inter-regionais no Bronze Tardio. [Extraído de: KNAPP, *Independence and Imperialism...*, *Archaeology, Annals, and Ethnohistory*, p. 93.]

Em suma, o domínio do faraó estende-se à fronteira e à marca. A diferença entre um e outro é que um lhe pertence, e o outro não. Na época de Tutmés III, ficaria pela zona de abaixo de Ugarit, no que ao Norte diz respeito, mas como vemos pela ilustração ao lado apresentada, a extensão do poder egípcio sobre o Levante esteve sujeita a uma série de liminaridades⁴³⁵. Sendo zonas de interação, e tendo em conta que o Egipto não teve uma atitude colonialista nestes espaços (pelo que não podemos delimitar as fronteiras através de vestígios materiais), a única

fonte que temos para as definir são os relatos de campanha militar.

Não temos dados, infelizmente, para responder à questão de como era gerida a fronteira em termos militares. Não sabemos se havia um grupo destacado para permanecer nesses pontos, o que sabemos é que as guarnições egípcias estabelecidas no terreno, em locais estratégicos, estavam prontas para agir em qualquer situação de rebelião, e que muito provavelmente faziam um patrulhamento do território. Porém, este corpo expedicionário não agiria sozinho perante uma grande ameaça militar do inimigo, contando com o apoio do exército e do faraó, que vinha do Egipto.

As gentes de fronteira seriam subordinadas ao poder político que as governava. No entanto, as populações da marca estariam numa situação de «independência», podendo ser

⁴³⁵ Tal como a marca egípcia, o *limes* romano, de onde deriva o termo «liminaridade», durante muito tempo não foi uma fronteira fixa, mas uma paragem limítrofe temporária, tal como era visto pelo Egipto. A partir de certa altura, passou mesmo a ser uma fronteira (Muralha de Adriano). KRATOCHWIL, *Of systems, boundaries...*, *World Politics*, pp. 35-36.

mais favoráveis ao Egipto ou ao Mitanni. Mesmo sendo, por tradição, mais favoráveis a este último, a sua situação era instável também, já que estariam numa zona de avanços e recuos de campanhas militares, de saques e pilhagens. Portanto, estas zonas, em específico, estariam sujeitas a um jogo de influências e a um confronto permanente. E isso é resultado do facto de tanto o Egipto de Tutmés III e o Mitanni da época terem interesses coincidentes e os disputarem, sendo por isso a expressão de visões unilaterais. De qualquer modo, esta situação altera-se quando, com Tutmés IV, o Egipto chega a um acordo de paz com o reino mitânio-hurrita.

Pierre Grandet considera que os faraós preferiam a diplomacia à guerra⁴³⁶, mas essa situação parece improvável. Por um lado, porque mesmo que encontremos nas Cartas de Amarna, como é frequente, o uso de termos familiares entre o faraó e os chefes de outros grandes reinos, o Egipto sempre se viu a si mesmo como superior e como o centro do mundo. Por outro, a diplomacia egípcia é o resultado de uma impossibilidade de um avanço militar, e isso obriga ao estabelecimento de um tratado em que duas potências, teoricamente iguais, definem limites de acção e domínio, ou seja, liminaridades.

5) Tutmés III: rei hegemónico?

Quando pensamos em Tutmés III, e no Império Novo no geral, evocamos uma fase de glória do Egipto no plano interno e externo, numa época faustosa, que por isso ficou conhecida como a «época dourada». No entanto, a historiografia cria por vezes interpretações que partem, muitas vezes, de um só lado de observação, o lado egípcio, e transparecem sistematicamente a ideia de que esta época forte, de vitórias militares no Levante, não encontrara oposição à pujança do faraó. Fica a ideia de que o Egipto não tem problemas nesse espaço, nem quem desafie, concretamente, o seu poder. O mesmo acontece em relação ao Levante, ao qual se atribui uma certa apatia, uma subordinação sem qualquer tipo de reacção, ou de vontade própria, e isto é válido tanto para as cidades-estado palestinas, como para os ricos e aguerridos reinos da Síria, muito ligados ao Mitanni.

Como tentámos demonstrar ao longo deste capítulo, essa imagem é errónea e carece de novas abordagens e de um maior diálogo entre especialistas que dedicam os seus estudos ao Egipto, ao Mitanni e à própria Síria-Palestina. Urge uma análise interdisciplinar mais apurada para compreender melhor esta época, bem como com outros faraós, e o presente capítulo procurou fazer um esforço nesse sentido.

⁴³⁶ GRANDET, *Les Pharaons du Nouvel Empire*, p. 23.

Tutmés III tentou obter uma hegemonia e não um equilíbrio no plano internacional⁴³⁷, é certo, mas essa ambição encontrou grandes dificuldades no que respeita à sua concretização. Conseguir ser hegemónico no Levante dependia da capacidade de dominar política e militarmente esse espaço e, por outro lado, da não existência de um rival tão forte quanto o era o Mitanni⁴³⁸.

Analisando os limites do poder faraónico a norte e a sul, e reconsiderando as campanhas militares enquanto objecto de avanços mas de resistências locais, inseridas numa influência «internacional» mitânica muito sentida na Síria, poderá colocar-se a questão se Tutmés III terá conseguido uma hegemonia no plano externo. Somos levados muitas vezes a pensar que os empreendimentos armados do soberano egípcio demonstram o poderio das Duas Terras e a sua pujança externa. Porém, o que consideramos por hegemonia? O que distingue hegemonia de império?

Se considerarmos que um império é, por norma, um sistema unificado, centralizado e burocratizado, e hegemonia caracteriza um sistema centralizado, mas com uma estrutura não unificada, possuindo internamente estados autónomos, que são liderados por senhores que respondem politicamente a um grande potentado⁴³⁹, então o conceito de hegemonia poderá caracterizar, do ponto de vista da estrutura interna, o chamado «império» egípcio. Mas isso não se aplica numa linha de observação externa nas dinâmicas com outros reinos.

Na perspectiva de David Wilkinson, o Egipto só se torna um reino hegemónico cerca de 1380 a. C., quando Amen-hotep III casa com uma princesa de origem mitânica⁴⁴⁰. Nessa linha de pensamento, o sistema-mundo desde o início do Império Novo egípcio variava entre multipolar (mais de três grandes poderes na esfera «internacional»), bipolar (dois grandes poderes) e unipolar (com um grande poder, mas que é incapaz de ter seguidores entre os reinos mais fracos)⁴⁴¹.

Porém, e aproveitando a estrutura operacional que o autor acima mencionado nos faculta, consideramos que:

- a) O Egipto, em termos de estrutura interna do seu «império», não consegue uma hegemonia tão clara quanto é costume mencionar-se, devido às pressões do Mitanni sobre os seus domínios;

⁴³⁷ AISSAOUI, International anarchy revisited..., *World Crises*, p. 6.

⁴³⁸ Idem, p. 14.

⁴³⁹ WILKINSON, The power configuration..., *JWSR*, p. 660.

⁴⁴⁰ Idem, p. 674.

⁴⁴¹ Cf. Idem, pp. 660-704.

- b) Que essa hegemonia, a existir, será dentro do espaço governado e não deve ser objecto de estipulação do sistema-mundo, ou seja, no plano externo;
- c) O Egipto consegue uma hegemonia até ao espaço em que consegue «delimitar» uma fronteira, o que não inclui, como vimos, a marca;
- d) O sistema-mundo à época de Tutmés III era bipolar e não unipolar, porque o Mitanni tinha uma presença forte no plano externo.

Pensamos assim que, embora Tutmés IV tenha conseguido chegar à paz com o Mitanni, e que Amen-hotep III tenha casado com uma princesa desse reino, só podemos considerar que o Egipto tenha sido unipolar (ainda que o conceito de unipolaridade também não resolva, sob os critérios de David Wilkinson, a estrutura internacional do Egipto) devido à decadência desse mesmo reino, pois o emergir do Hatti vinha trazer uma nova dinâmica dual no sistema-mundo internacional antigo.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURAS E ELEMENTOS DE CONTROLO E DE MANUTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS

O estudo da administração egípcia na Ásia apresenta algumas dificuldades. Se por um lado as fontes são sobretudo egípcias, dando-nos uma visão essencialmente desse lado, por outro, o volume documental que possuímos permite-nos, em grande medida, ter uma noção mais de época (Império Novo) ou dinástica (XVIII e XIX dinastias, por exemplo), do que propriamente cingida a um reinado em concreto. Assim sendo, mesmo sabendo que as bases da administração egípcia sobre o Levante datam do reinado de Tutmés III, a carência de referências documentais conduz-nos, muitas vezes, à análise de fontes de reinados posteriores, procurando pistas que possam indicar uma prática anterior. Contudo, esta opção nem sempre será a mais adequada, porque as extrapolações podem ser perigosas, já que o sistema de administração levantino esteve em contínuo desenvolvimento ao longo do tempo, e não totalmente criado no reinado de Tutmés III.

As principais fontes, textuais e iconográficas, para o estudo desta temática são:

- a) Documentos da época, como inscrições régias, de onde destacamos os Anais de Tutmés III e a estela de Gebel Barkal, bem como inscrições privadas de funcionários régios: Amenemheb, Menkheperreseneb, Rekhmiré, Antef, Djehuti, Tjanuni, entre outros.
- b) Textos posteriores, nomeadamente do reinado de Amen-hotep II, as Cartas de Amarna, e também uma série de baixos-relevos de reinados subsequentes, como por exemplo, de Seti I (XIX dinastia).

Foi no reinado de Tutmés III, tenhamos bem assente, que a relação entre o Egipto e a Síria-Palestina ganhou novos contornos. A conquista militar do Levante seria em vão se não se criasse, de seguida, um mecanismo que pudesse garantir uma continuidade de domínio, e assegurasse a lealdade daqueles que eram os mais altos representantes de cada cidade ou de cada um dos pequenos reinos da área. Os Egípcios viram-se obrigados a desenhar uma nova estratégia governativa, perante a «manta de retalhos» que era o Levante, sem unidade política

nem militar, e que a cada passo podia coligar-se com o Mitanni e rebelar-se. Essa estratégia foi, como veremos, marcadamente militar, ou seja, a presença de tropas egípcias funcionou como o garante da lealdade asiática e como o mecanismo base do controlo do território. Será talvez nesta linha de pensamento que Donald Redford chama a atenção para a diversidade da estratégia política adoptada pelos Egípcios em relação à Núbia e à Síria-Palestina. Na opinião deste autor, a Núbia terá sido sujeita a um processo colonial, enquanto que o Levante nunca se enquadrou nesse esquema, sustentando que estamos perante duas administrações distintas⁴⁴². De facto, esta diferença do ponto de vista político demonstra a capacidade de observação e de adaptação dos egípcios perante realidades políticas diversas, levando-nos a concluir, com Phillipe Moyn, que o «império» egípcio terá sido, em suma, um «império misto»⁴⁴³.

É fundamental ter em linha de conta que as sociedades levantinas, ainda que não sejam pautadas por uma unidade política nem militar, eram bastante aguerridas na defesa do seu núcleo, a sua cidade e o espaço envolvente, e ainda que não tivessem capacidade de montar uma defesa em rede eram bastante resistentes individualmente. Esta característica singular, que caracterizava as sociedades do Levante, demonstrou que para ter um domínio sobre a zona, não só teria que haver uma presença significativa de forças militares como, por outro lado, as próprias dificuldades dos egípcios no terreno condicionaram a sua actuação política, levando-os a manter as estruturas locais que agora seriam súbditas do faraó.

Tendo em linha de conta que grande parte do reinado de Tutmés III foi dedicado aos empreendimentos militares na Ásia, a organização administrativa dessa região foi gradual, isto é, foi sendo definida à medida que novos espaços iam sendo incorporados na esfera política egípcia, ou ter-se-á tratado de uma configuração política *a posteriori*? Por outro lado, quais foram, na prática, as estratégias dessa política? Como se organizou o território? Quais os meios de enquadramento político? Enfim, a que tipo de obrigações estavam sujeitos os subordinados do faraó? É a estas e outras perguntas que tentaremos dar resposta nos pontos que se seguem.

⁴⁴² REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 192-193. Claire Lalouette defende mesmo que Tutmés III procuraria ter no Levante «un ensemble de pays fédérés»; cf. LALOUETTE, *Thèbes*, p. 315.

⁴⁴³ MOYEN, *L'Empire de Thoutmosis III...*, *M@ppemonde* 86, pp. 1-7.

1) Os centros político-administrativos

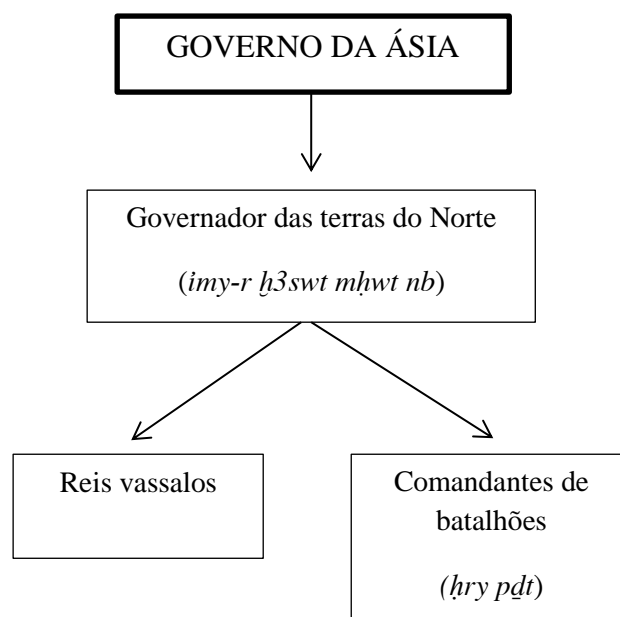
Grande parte da historiografia, quando analisa as estruturas de governo da Ásia, assume, genericamente, que terão existido três divisões administrativas para as quais existia um funcionário egípcio escolhido pelo rei, que representava nessa zona o faraó e o Egito. De facto, quando nos debruçamos sobre as Cartas de Amarna, «esbarramos» com frequência em termos como «comissário». Outras fontes, posteriores ao reinado de Tutmés III, fazem menção, de igual modo, a estes personagens que, de forma geral, são identificadas como sendo governadores, ou seja, funcionários que o rei nomeia e aos quais delega a supervisão de uma zona administrativa na Síria-Palestina.

Assim, como tem sido veiculado, a administração egípcia da Ásia dividia-se em três distritos/províncias: Amurru (que era gerida a partir de Sumur), Upi (cujo centro seria Kumidi) e Canaã (controlada a partir de Gaza)⁴⁴⁴. Cada uma destas parcelas, onde estaria um governador designado pelo faraó, seria independente das vizinhas e respondia única e exclusivamente perante o rei. Cada um dos governadores geriria a área da qual estava encarregue, sendo o mais alto representante na região, com variadas funções podendo até, em caso de conflito «interno», demarcar fronteiras entre cidades⁴⁴⁵. O governador estaria encarregue, portanto, de fazer a manutenção política e administrativa dos territórios, dentro de um determinado perímetro. A viabilidade desta política egípcia foi possível devido à sua adaptação a uma malha já previamente estabelecida, mantendo os chefes locais, que agora eram subordinados do poder faraónico.

Esta leitura é, no entanto, bastante genérica, e sintetiza, na verdade, o esquema base aplicado durante o Império Novo. Não obstante, quando partimos para uma cronologia mais concreta, este assunto parece não ser consensual na egiptologia. Numa análise historiográfica atenta, verificamos que existem basicamente duas correntes de pensamento sobre esta matéria: uma que atribui à época de Tutmés III o desenho de uma estrutura administrativa muito organizada e definida que será mantida, e obviamente desenvolvida, durante todo o Império Novo (Graciela Gestoso Singer); e uma outra que defende que no reinado de Tutmés III a administração da Ásia foi bastante rudimentar, e que o esquema administrativo que conhecemos para o Império Novo é sobretudo uma criação da época dos Ramsés, na XIX dinastia (Donald Redford).

⁴⁴⁴ HUSSON; VALBELLE, *L'État et les institutions*, p. 66.; SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 67.

⁴⁴⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 202.



Quadro 2 – Estrutura e governo da Ásia no Império Novo. Adaptado de O’CONNOR, New Kingdom and Third Intermediate Period, *Ancient Egypt: A Social History*, p. 208.

Quando em 1999 Graciela Gestoso Singer analisou, através da estela de Gebel Barkal, as técnicas de dominação aplicadas na Ásia no reinado de Tutmés III, deixou muito clara a ideia de que governadores egípcios haviam sido «instalados en los centros de los tres distritos administrativos creados por Tuthmosis III [Amurru, Upi e Canaán] (...)»⁴⁴⁶, concluindo que a organização administrativa da Ásia dataria do reinado deste faraó, que tratou não só de conquistar como gerir os espaços da Síria-Palestina. Essa ideia acabou por ser novamente defendida e explorada na sua tese de doutoramento em 2008⁴⁴⁷.

Donald Redford, por outro lado, pôde concluir que o sistema «provincial» e de governadores, só é datável do período dos Ramsés, portanto, da XIX dinastia⁴⁴⁸. O mesmo autor defende que ter governadores em permanência na Ásia era desnecessário, já que os assuntos específicos eram tratados por «administradores civis», como o escriba do rei⁴⁴⁹.

Ambas as teorias parecem cair em extremos, e não reflectem, aquilo que foi a administração egípcia no Levante neste período. O raciocínio de Singer, muito baseado na correspondência amarniana, reflecte um anacronismo na análise histórica, pois, se por um lado, grande parte do reinado de Tutmés III foi dedicado a expedições militares e à conquista de território, por outro, a adaptação de uma nova política de gestão de espaços recém-conquistados terá merecido uma evolução mais acentuada ao longo de todo o Império Novo,

⁴⁴⁶ GESTOSO, Las técnicas de la dominación..., *Aegyptus Antiqua*, p. 50.

⁴⁴⁷ Cf. SINGER, *El Intercambio de Bienes*, pp. 46-66.

⁴⁴⁸ REDFORD, *The wars in Syria and Palestine*, p. 255.

⁴⁴⁹ Idem, p. 256.

não se definindo instantaneamente um sistema organizativo tão estanque quão preciso. No entanto, Tutmés III não terá tido uma preocupação cumulativa de espaços nem terá avançado militarmente sem ter uma retaguarda segura.

O pensamento de Redford, por seu turno, é marcadamente céptico e ainda que as suas observações sejam propositadas, pois induzem-nos a uma reflexão cronológica e temporal, suscitam, no entanto, algumas questões de ordem prática, como por exemplo: o escriba do rei, ao qual atribui um papel chave nesta época, é um «civil» ou um militar? Onde residem esses escribas? Estão sozinhos ou sob a protecção de quem? Redford também parece céptico relativamente a outros assuntos, nomeadamente no que respeita à fundação de guarnições militares, defendendo que, por exemplo, a ocupação de Beth-Shean como ponto guarnicido é mais tardia, e sublinha o facto de não existirem evidências de como é que os Egípcios seguraram Damasco e Kumidi⁴⁵⁰. Destas afirmações só nos resta questionar então, como é que afinal os Egípcios seguraram política e militarmente o território levantino? Fará sentido que um território tão fragmentário e potencialmente hostil, se mantenha fiel ao Egipto sem «governadores» e guarnições militares, como parece sugerir Redford? Esta teoria parece impossível de corroborar, uma vez que as Cartas de Amarna bem como inscrições da época de Tutmés III provam o contrário.

No fundo, os dois autores confluem, ainda que de uma forma dissonante, num mesmo ponto: as Cartas de Amarna. Se Singer se baseia em demasia nesta fonte, Redford, por outro lado, parece ignorá-la, de algum modo. Em suma, nenhuma das duas teorias parece responder à questão, nem elucidar sobre a existência dos governadores e da divisão administrativa à época de Tutmés III.

Tutmés III parece ter olhado a Ásia numa dupla perspectiva. Em primeiro lugar, os empreendimentos militares deste faraó não foram esporádicos, mas sistemáticos, ao contrário dos seus antecessores. Por outro lado, dominar este espaço pressupunha que, a par do avanço militar, houvesse um meio de controlar a zona. Estes dois elementos sempre estiveram absolutamente interligados, e isso reflecte o brilhante pensamento deste faraó. A preocupação em controlar as linhas costeiras, depois da grande prova que enfrentara em Meguido, foi primordial. Este controlo costeiro permitia, do ponto de vista da estratégia militar, um desenho de novas operações que tinham como apoio fundamental o Mediterrâneo.

Ao contrário do que tem sido avançado pela historiografia, e tendo em linha de conta que esta é uma análise que tradicionalmente é muito focada num corte cronológico extenso,

⁴⁵⁰ Cf. REDFORD, *The Wars in Syria and Palestine*, pp. 256-257.

como o é o Império Novo, as dificuldades de observação deste fenómeno para o reinado de Tutmés III são várias. Não obstante, tentaremos demonstrar, em dois pontos básicos, como terá sido feita a gestão deste espaço nesta fase inicial:

a) A subjugação dos chefes asiáticos

No decurso das sucessivas vitórias alcançadas pelo faraó no Levante, várias cidades foram subjugadas, voluntária ou involuntariamente, ao poder egípcio. De facto, se umas optaram por render-se de espontânea e livre vontade, de modo a evitar problemas de maior, como uma situação de cerco e destruição subsequente, como Ienoam, Nugués e Herenkeru, outras procuraram resistir, como Meguido e Kadech. Esta tomada de posição por parte de diferentes cidades, acabou por ditar, em alguns casos, o futuro dos seus líderes, assim que o exército faraónico se apoderou desses espaços, a menos que suplicassem pela vida.

As fontes egípcias, entre as quais destacamos os Anais de Tutmés III, a estela de Gebel Barkal, a estela de Ermant, e textos posteriores, como as Cartas de Amarna, permitem-nos verificar quais terão sido os procedimentos políticos que se seguiram. Assim, aqueles que haviam sido hostis poderão ter sido mortos, ou deportados para o Egipto como escravos, seguindo-se uma nova nomeação para esse posto escolhido pelo faraó⁴⁵¹:

«Sua majestade nomeou de novo os chefes [de cada cidade...]»⁴⁵²

«Trouxe o chefe de Cabamsumin, chamado Caça, e também a sua mulher, os seus filhos e todos os seus dependentes, e outro chefe foi nomeado em seu posto.»⁴⁵³

Por outro lado, aqueles que se haviam submetido de «bom grado» ao poder egípcio, e também os novos chefes designados pelo faraó, deviam, em consequência, jurar fidelidade política ao Egipto:

«A minha majestade fez então que eles tomassem o juramento de lealdade.»⁴⁵⁴

⁴⁵¹ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 77.

⁴⁵² *IEI*, p. 84.

⁴⁵³ *IEI*, p. 159.

⁴⁵⁴ *IEI*, p. 121.

Sobre este juramento, designado por *sedjefa terit* (*sdf3-tryt*)⁴⁵⁵, tem sido veiculada a ideia na historiografia que se trataria de um procedimento oral, e não algo escrito, como fizeram os Assírios mais tarde nos conhecidos tratados *adé*. Porém, uma análise atenta das fontes parece indicar que terá havido um documento escrito, onde ficaria estipulado o tributo anual que os chefes asiáticos deviam prestar às Duas Terras, o que aliás é perfeitamente corroborável com as extensas listas de tributos recebidos pelos altos funcionários egípcios, patentes nos Anais e nos seus túmulos.

«As escalas proporcionaram tudo com o seu imposto, (como) indicava o seu documento anual, junto com a contribuição do Líbano, como (indicava) o seu documento anual, junto com os chefes do Líbano.»⁴⁵⁶

«O imposto consiste na contribuição de cada ano, como qualquer servo da minha majestade.»⁴⁵⁷

Contudo, se por um lado parece fazer sentido que, numa sociedade profundamente burocratizada, a nova situação política tenha ficado registada, por outro, o que a fonte parece indicar é que o registo teria que ver com a tributação anual, existindo, talvez, um novo documento em cada ano⁴⁵⁸. Mas quem produzia este documento? Um egípcio? Um local? Em acádio ou em egípcio? Estes registos não chegaram até nós, e aquilo que há referente a essa questão provém do lado egípcio, das inscrições ligadas ao poder, e estão impregnadas de uma ideologia tipificada, da sua mundivisão⁴⁵⁹. E por essa mesma razão, continua em aberto a questão se o juramento de lealdade era um acto oral ou escrito.

A designação de um novo chefe estava envolvida numa prática ritual imposta pelos egípcios, que consistia na unção da testa do novo subordinado com óleo, tradição que era aliás antiga entre os próprios egípcios e que estaria associada à coroação de um novo faraó⁴⁶⁰.

⁴⁵⁵ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 76.

⁴⁵⁶ *IEI*, p. 90.

⁴⁵⁷ *IEI*, p. 124.

⁴⁵⁸ «Realizando a inspecção [dos servos do templo de Amon], junto com a mão-de-obra da fundação, que o rei trouxe como cativos, seus súbditos, pagando o imposto com os trabalhos que eles fazem, (a saber) flechas, óleos e telas, como (indica) o seu documento anual», *IEI*, p. 144.

⁴⁵⁹ Nos túmulos de Amenemheb, oficial do exército, e Imunedie, arauto do rei, encontramos uma repetição do discurso da subjugação dos chefes estrangeiros. Esta situação demonstra que se trata de uma construção egípcia premeditada e aplicada quando dá jeito; cf. *IEI*, p. 132 e p. 137.

⁴⁶⁰ Sobre a unção dos funcionários egípcios como ritual de iniciação veja-se THOMPSON, *The Anointing of Officials...*, *JNES*, pp. 15-25. Sobre a iniciação em geral ver SOUSA, *Iniciação e Mistério no Antigo Egipto*.

Algumas passagens das Cartas de Amarna remetem para esses momento-chave, evocando um acto anterior de Tutmés III:

«[No]t[a] (que) quando Manahpiya⁴⁶¹, rei do Egipto, teu antepassado, estabeleceu [T]a[ku], meu antepassado, como rei em Nuḥašše⁴⁶², ele colocou óleo sobre a sua cabeça e disse: “o que o rei instalou como rei”, [e sobre a sua cabeça] ele colocou o óleo (...)»⁴⁶³

Do mesmo modo, em alguns momentos, os príncipes das cidades estrangeiras chamam a atenção do faraó reinante, nas Cartas de Amarna, lembrando Tutmés III:

«Meu senhor, assim fala Tunip, teu servo: Tunip, quem a governou no passado? Não foi Manahpirya: *am-ma-ti-wu-uš* (teu antepassado) que a governou?»⁴⁶⁴

Inaugura-se, a partir daqui, a venalidade dos cargos, uma tradição que vingará. O chefe de uma terra era, aquando da sua morte, sucedido pelo seu filho, tornando-se portanto o cargo hereditário. Porém, isso dependeria sempre da vontade do rei, que o podia depor se ele não lhe fosse fiel. Por outro lado, sempre que um novo faraó ocupasse o trono das Duas Terras, o juramento de lealdade deveria ser novamente feito e o faraó teria que confirmar estes chefes estabelecidos nas terras estrangeiras⁴⁶⁵. Pelo que as fontes nos revelam, o senhor das Duas Terras tanto teria uma atitude punitiva no que respeita aos desordeiros, como beneficente para com os que lhe eram leais.

«E quanto a todos aqueles que morreram entre estes chefes, sua majestade faria então que o seu filho ocupasse o seu trono.»⁴⁶⁶

«Sua majestade não tardou em prosseguir para a terra de Djahi, para matar os desobedientes que estavam ali e para dar bens aos que lhe eram fiéis».⁴⁶⁷

⁴⁶¹ Versão acádica do nome de Menkheperre (Tutmés III).

⁴⁶² Região na Síria do Norte, a leste do Orontes, entre Alepo e Qatna. Estava nas margens da influência egípcia na Síria no Império Novo. Fora inicialmente súbdita de Alepo mas tornou-se um vassalo do rei do Mitanni. MORKOT, Nukhasse, *Historical Dictionary*, p. 161.

⁴⁶³ EA 51.

⁴⁶⁴ EA 59.

⁴⁶⁵ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 76. Para as relações entre o Egipto e o mundo para lá do Sinai ver SALES, Ásia, Asiáticos, *DAE*, pp. 114-116.

⁴⁶⁶ IEI, p. 88

⁴⁶⁷ IEI, p. 115.

Outra das estratégias dos Egípcios para dominar a longo prazo a área conquistada, será, como adiante veremos, levar os filhos dos chefes asiáticos para o Egito, para aí serem educados, egipcianizados. Cada um dos príncipes das terras conquistadas, que agora estava submetido ao poder do faraó, assumia uma série de funções e encargos decorrentes do seu estatuto, sendo esta também uma segunda via de egipcianização. Esta estrutura de relações verticais não era, de todo, novidade nenhuma para as pequenas cidades e reinos levantinos. Contudo, a visão do Egito sobre estes era unidireccional, ou seja, estes espaços tinham deveres e obrigações para com o faraó, e não «direitos», como seria o esquema político habitual conhecido pelos siro-palestinos. Estas incompatibilidades na compreensão de um sistema e de uma mundivisão são altamente visíveis, como sabemos, nas Cartas de Amarna.

Quais seriam, porém, os deveres e obrigações das terras subordinadas ao Egito?

- Estavam encarregues de proteger a cidade, que agora era a «cidade do rei», como muitas vezes é designada. Para isso foi-lhes permitido ter um contingente militar de pequena dimensão (vinte a cem homens).⁴⁶⁸ Deviam defender os seus muros e portas, reparar estruturas⁴⁶⁹. No fundo, têm duas funções base: a da defesa interna e de patrulhamento da zona. O pequeno número de soldados permitia que fossem facilmente controlados pelas autoridades egípcias.
- Não poderiam abandonar a sua cidade sem autorização real⁴⁷⁰.
- Deviam fornecer trabalhadores para prestar corveia: cultivo das áreas circundantes às guarnições para abastecimento da tropa egípcia, e para armazenamento em cidades portuárias, de forma a poder abastecer as tropas em guarnição e as tropas vindas directamente do Egito (entre estes elementos: pão, vinho, azeites, mel, fruta, etc.)⁴⁷¹. Para além disto, deviam realizar tarefas florestais⁴⁷².
- Pagamento de um tributo anual⁴⁷³ «destinado a los templos (organismos de redistribución) en Egipto»⁴⁷⁴. O pagamento deste tributo tanto poderia ter sido feito por

⁴⁶⁸ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 69.

⁴⁶⁹ Idem, p. 79.

⁴⁷⁰ Idem, p. 69.

⁴⁷¹ Idem, pp. 69-71.

⁴⁷² Idem, p. 79.

⁴⁷³ É curioso verificar na documentação que o tributo anual inclui sempre, ou quase sempre, o envio de mão-de-obra. Podiam ser, em alguns casos, famílias inteiras, que traziam consigo os seus filhos. Isso está bem documentado nos baixos-relevos. Por outro lado, a presença de estrangeiros no Egito está bem atestada, e eram empregues nas mais diversas actividades, como servos domésticos, músicos, bailarinos, ou como trabalhadores nas necrópoles tebanas. Veja-se DROWER, *Syria c. 1550-1400 B.C.*, *CAH*, p. 479; PANAGIOTOPOULOS, *Foreigners in Egypt...*, *Thutmose III: a new biography*, pp. 370-412; MENENDÈZ, *Documentación relativa al empleo de trabajadores...*, *Gerión*, pp. 9-28.

mar, onde representantes das cidades asiáticas levariam os produtos, ou também seria possível que fosse feito durante a campanha⁴⁷⁵.

- Reportar os movimentos e manobras de exércitos inimigos⁴⁷⁶.
- Obedecer às ordens do governador⁴⁷⁷.
- Proibição de se manter em contacto com potências inimigas⁴⁷⁸.
- Receber as tropas do rei e alimentá-las⁴⁷⁹.

É difícil dizer, à partida, se todas estas funções foram estabelecidas por Tutmés III, ou se elas foram gradualmente aumentando e tornando-se mais complexas. De qualquer modo, sabemos que a lealdade destas cidades foi mantida, em grande parte, devido a uma presença significativa de tropas egípcias no terreno.

b) O governador egípcio

As fontes que nos chegam datáveis do reinado de Tutmés III não permitem avançar a ideia de que terão existido três governadores instalados na Ásia, como sugere Graciela Gestoso Singer. Ainda assim, elas corroboram a existência de um alto responsável pela gestão desses espaços, o «governador de todas as terras» do Norte (*imy-r h3swt*)⁴⁸⁰. O primeiro terá sido Djehuti. Para o período deste faraó, encontramos dois altos funcionários com este nome, o que tem gerado, em alguns casos, alguma confusão na distinção dos mesmos. Um deles é Djehuti, um escriba que vem do reinado de Hatchepsut, e cujo túmulo foi recentemente escavado por uma equipa espanhola, sob a direcção de José Manuel Galán⁴⁸¹. O outro é também Djehuti de seu nome, o famoso general de Tutmés III que terá habilmente conquistado Ipu, tornando-se numa lenda para as gerações seguintes⁴⁸².

⁴⁷⁴ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 95.

⁴⁷⁵ «[Os chefes desta terra estrangeira transportavam todas as coisas boas] até cada um dos lugares da rota de sua majestade onde se montava a tenda», *IEI*, p. 86.

⁴⁷⁶ MOHAMMAD, *The administration of Syro-Palestine...*, *ASAE*, p. 9.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 10. Cf. EA 55, 65, 324.

⁴⁸⁰ URK IV, 999: 11. Segundo Donald Redford, o título de governador data da XIX dinastia e deriva do título «superintendente das terras estrangeiras» que vinha já do Império Antigo e era atribuído àqueles que eram encarregues de missões no estrangeiro. No Império Novo, terá continuado a ser um título genérico e que nada terá que ver, na sua opinião, com uma governação formal do território conquistado. Cf. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel...*, p. 200.

⁴⁸¹ Sobre a escavação arqueológica deste túmulo, consulte-se o site <http://www.excavacionegipto.com>; sobre o funcionário Djehuti, que viveu no reinado de Hatchepsut, ver LALOUETTE, *Thèbes*, p. 241. O nome Djehuti é a forma egípcia para o conhecido nome de Tot.

⁴⁸² Ver ARAÚJO, *A tomada de Ipu, Mitos e Lendas*, pp. 215-218.

Temos notícias que o primeiro a ocupar o cargo de «governador de todas as terras do Norte»⁴⁸³ fora Djehuti, general de Tutmés III. Este intitula-se membro da elite (*iry-p^ct*), pai divino (*it-ntr*), amado de deus (*mry-ntr*), favorito do deus benéfico (o rei) (*hsy n ntr nfr*), general (*imy-r mš^c*), e ainda escriba real (*sš-nsw*)⁴⁸⁴. O que esta soma de títulos deixa antever, à partida, é que se trata de cargos cumulativos, tornando, muitas vezes, ambíguas as suas funções. Na sua inscrição funerária, encontramos ainda dois elementos que nos parecem fundamentais na classificação deste indivíduo enquanto governador das terras estrangeiras: 1) Djehuti declara-se ainda como aquele «que enche o coração do rei nas terras estrangeiras, o que está no Grande Verde»⁴⁸⁵; 2) Diz-se aquele que enche o palácio de lápis-lazúli, prata e ouro⁴⁸⁶. Estas frases são curiosas e levam-nos a questionar não só a localização deste general, bem como as suas funções no terreno. Ele terá continuado a seguir o rei, enquanto militar membro do seu exército? Ou terá ficado em Ipu e a partir daí ter permanecido como o alto dignatário representante do Egipto encarregado de supervisionar as terras estrangeiras? Parece que esta última ideia tem fundamento, uma vez que Ipu/Jaffa se situa na zona litoral, e faz todo o sentido quando associada com a designação de «Grande Verde». O facto de se afirmar como aquele que envia produtos de alto valor para o Egipto, mostra como ele estava encarregado de fazer chegar uma série de tributos às Duas Terras. Para além disso, ele declara-se «governador dos nortenhos»⁴⁸⁷ e «governador do Norte»⁴⁸⁸. Outro título que nos chega a partir de uma jarra de alabastro é o de «confidente do rei na terra de deus», o que sugere que tenha estado em Biblos, e que aí tenha actuado em nome do rei⁴⁸⁹. Ou seja, poderá ter sido Ipu/Jaffa o centro «administrativo» em Canaã, e Biblos, o centro para o Líbano. Para a primeira, não temos como confirmar se era ou não uma base egípcia neste período, embora haja possibilidade de o ser, enquanto que para Biblos esse facto é confirmado⁴⁹⁰.

Se seguirmos a ideia de Redford, que dá o papel fundamental na administração estrangeira neste período ao escriba, devemos ter em linha de conta que também Djehuti era escriba real, como vimos. No entanto, não nos parece que seja viável falarmos de escribas

⁴⁸³ Cf. URK IV, 999: 11; 1001: 9.

⁴⁸⁴ URK IV, 999; ver também HORNUNG, *History of Ancient Egypt*, p. 90.

⁴⁸⁵ URK IV, 999: 9. Sobre a interpretação da expressão Grande Verde veja-se CANHÃO, *O Conto do Naufrago*, pp. 32-36.

⁴⁸⁶ URK IV, 999:10.

⁴⁸⁷ URK IV, 1002: 3. Note-se que o Museu de Leiden possui um belo escaravelho de pedra verde com elementos de ouro pertencente ao general Djehuti; ver SCHNEIDER, *Rijksmuseum van Oudheden*, p. 70.

⁴⁸⁸ URK IV, 1002: 4.

⁴⁸⁹ BRYAN, *Administration in the reign... Thutmose III: a new biography*, p. 104.

⁴⁹⁰ Cf. MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 145.

«civis», pois a máquina do exército já se fazia acompanhar por escribas militares⁴⁹¹. Redford ter-se-á esquecido, na sua análise a este período em concreto, de que o grande sustentáculo de todo este aparelho eram os militares, e que também eles sabiam escrever, ou pelo menos uma parte deles, os escribas militares.

Como sintetiza Betsy Bryan, «Djehuti's ranks indicate his military and administrative roles outside Egypt. In addition to leading some of the king's armies, Djehuty oversaw the delivery of revenues from Syria and Palestine back to Egypt in his role as overseer of northern countries, and he also led a garrison placed in a city or cities in the same region.»⁴⁹²

Porém, quais seriam as funções de um governador? Estaria encarregue de⁴⁹³:

- Assegurar os interesses do Egipto na Ásia e obedecer às ordens do faraó;
- Vigiar os chefes locais e assegurar-se da sua lealdade, bem como supervisionar as tarefas de que eles estavam incumbidos;
- Supervisionar e dirigir as tropas aquarteladas na Ásia;
- Arbitrar os litígios entre os príncipes locais;
- Garantir o abastecimento das tropas egípcias;
- Controlar o pagamento dos tributos.

Assim, este novo sistema político na Ásia, inaugurado por Tutmés III, terá tido, pelo menos numa fase inicial, um carácter essencialmente militar. A instalação de guarnições em pontos-chave, a partir dos quais se pudesse desenvolver uma malha de controlo, parece ter sido o elemento preponderante na administração da Ásia durante o reinado de Tutmés III. Descartamos pois a existência de um sistema provincial, meticulosamente organizado em três áreas distintas, como tem sido genericamente avançado.

Do nosso ponto de vista, este sistema administrativo terá sido, na sua fase inicial, um modelo desenvolvido dentro das guarnições, e terá sido possivelmente a partir das mesmas que se formaram centros administrativos, numa fase mais tardia. Não quer isto dizer que à época de Tutmés III não tenha havido um responsável eleito pelo rei, como vimos, para controlar os assuntos do Norte, como se fizera para a Núbia. Porém, ele terá sido escolhido

⁴⁹¹ Exemplo disso é Tjanuni. Tjanuni começa como escriba militar no reinado de Tutmés III (*URK IV*, 1003:16), chega a general e a escriba dos recrutas no reinado de Amen-hotep II (*URK IV*, 1007:14), e com Tutmés IV atinge o apogeu da sua carreira dentro do exército como «superintendente dos escribas do grande exército do rei» (*URK IV*, 1008:16).

⁴⁹² BRYAN, *Administration in the reign..., Thutmose III: a new biography*, p. 104. Sobre o alto funcionário Djehuti aqui mencionado ver LALOUETTE, *Thèbes*, p. 338.

⁴⁹³ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 68.

dentro da classe militar. Sarah Israelit-Groll assume, nesta linha de pensamento, que desde cedo o tipo de administração empregue na Ásia ter-se-á baseado numa experiência egípcia mais antiga com territórios estrangeiros, nomeadamente a Núbia. Do seu ponto de vista, alguns dos cargos asiáticos encontram correspondência com os núbios, como seja, por exemplo, o governador das terras estrangeiras e o vice-rei da Núbia. Ainda assim, defende que houve um factor de novidade nesta nova administração, e que se basearia no aproveitamento das estruturas administrativas «hicsas», interferindo nelas a todos os níveis⁴⁹⁴.

Outro elemento que nos permite refutar a teoria de Graciela Gestoso Singer, é um estudo de Eliezer Oren, sobre aquilo que Flinders Petrie apelidara de «residências de governadores». O estudo arqueológico veio a demonstrar que essas estruturas, erradamente apelidadas de «residências de governadores», porque se tratavam de estruturas de apoio a um grande número de indivíduos, oficiais e soldados, e não de ocupação individual⁴⁹⁵, são datáveis do século XIII e XII a. C., correspondendo, *grosso modo*, à XIX e XX dinastias⁴⁹⁶.

Todo este sistema será profusamente desenvolvido ao longo do Império Novo, tornando-se altamente complexo e burocrático. No entanto, não podemos cair em exageros na análise histórica pois, se por um lado, um sistema não é criado do dia para a noite, por outro, ele não é só desenvolvido na XIX dinastia. Ambas as teorias não fazem qualquer sentido. Ao longo da XVIII dinastia vai haver um incremento militar e burocrático da zona, de tal forma que ter-se-á criado uma espécie de «departamento dos assuntos estrangeiros», provavelmente no reinado de Amen-hotep III (embora só tenhamos provas do período de Amarna) para tratar de assuntos ligados à administração do Levante, nomeadamente da correspondência⁴⁹⁷. Aquilo que verificamos para a XIX e XX dinastias é que os oficiais ligados à administração da Ásia são militares⁴⁹⁸, o que indica que o Levante se tornou um elemento promotor de carreiras, de tal modo que na XIX dinastia encontramos indivíduos ligados ao exército, e que não eram membros da elite, a ter o título de «governador das terras estrangeiras»⁴⁹⁹. Também é duvidoso o facto de termos governadores a residir nos seus centros administrativos, uma vez que o que eles faziam era um circuito de inspecção, sendo a sua residência permanente no Egito⁵⁰⁰, e, quando destacados, na guarnição. Na opinião de Redford, na XIX e XX dinastias

⁴⁹⁴ ISRAELIT-GROLL, *The Egyptian Administrative System...*, *Fontes atque Pontes*, pp. 234-242.

⁴⁹⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 203.

⁴⁹⁶ Cf. OREN, "Governors' Residencies" in *Canaan...*, *JSSEA*, pp. 37-59.

⁴⁹⁷ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 201; também em MOHAMMAD, *The Administration of Syro-Palestine...*, pp. 123-125.

⁴⁹⁸ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 201-202.

⁴⁹⁹ HIGGINBOTHAM, *Egyptianization and Emulation*, pp. 136-138.

⁵⁰⁰ Cf. HIGGINBOTHAM, *Egyptianization and Emulation*, pp. 136-138; e REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 201.

ele terá sido um mensageiro real, que era recrutado entre os militares e especialmente nos elementos dos carros⁵⁰¹.

A primeira geração de governadores poderá ter sido essencialmente militar e, nas fases seguintes, poderá ter existido, quiçá, uma progressiva desmilitarização do cargo, ou seja, tornando-se, *a posteriori*, mais um cargo político do que militar.

Em suma, o elemento base de toda esta administração é militar, e isso torna-se altamente expressivo não só neste período como também nas dinastias subsequentes.

1.1) O *kap*

Instituição fundada do Império Médio (XII dinastia)⁵⁰², o *kap* (*k3p*) é uma das estruturas políticas egípcias que infelizmente, talvez por falta de dados, se encontra mal estudada. Ela terá sido fundada no reinado de Amenemhat I⁵⁰³, e viria no seguimento de uma possível instituição anterior, datável do Império Antigo, a casa da educação, *per-mena[t]* (*pr-mn[t]*)⁵⁰⁴. Esta casa da educação era responsável pela instrução das crianças reais e dos filhos dos membros da elite, inserindo-se na grande estrutura que era o harém egípcio, pelo menos tal como o conhecemos a partir do Império Médio, e que continha, para além das mulheres e crianças pertencentes à casa real, crianças favorecidas de ambos os sexos que, ainda que não pertencessem à realeza, eram aí educadas⁵⁰⁵.

A junção dos filhos do faraó e dos filhos dos altos dignatários num mesmo espaço, onde seriam criados e educados, tinha como objectivo fundamental criar laços entre o futuro soberano e uma classe tradicionalmente importante e poderosa⁵⁰⁶. Neste sentido, o privilégio tornou-se num título pessoal, com o qual se apresentavam aqueles que cresceram na corte, aparecendo no Império Antigo como «filho ou filha adoptiva do rei» *sebati-nesu* ou *sedjeti-nesu* (*sb3tj-nswt*) / *sdtj (t) nswt*) e, do Império Médio em diante, como «criança do *kap*» *khered en kap* (*hrd(t) n k3p*)⁵⁰⁷.

O *kap* era parte integrante dos aposentos reais, tornando-se uma instituição de carácter heterogéneo no Império Médio e no Império Novo, já que passou a acolher príncipes estrangeiros no seu seio. Numa fase inicial integrou apenas núbios, mas na XVIII dinastia

⁵⁰¹ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel...* p. 202.

⁵⁰² MATHIEU, *L'énigme du recrutement...*, *Göttinger Miszellen*, p. 41.

⁵⁰³ Idem, p. 47.

⁵⁰⁴ ROTH, *Harem, UCLA Encyclopedia of Egyptology*, p. 6.

⁵⁰⁵ Cf. Idem, p. 2.

⁵⁰⁶ Idem, p. 7.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

passou a acolher também asiáticos. Trata-se, como apelida Bresciani, de uma «política de assimilação cultural»⁵⁰⁸, criando os estrangeiros nos padrões culturais egípcios, integrando-os na mundivisão egípcia, no fundo, num alto processo de egipcianização.

Tutmés III foi claramente hábil na sua «política externa» ao servir-se desta instituição para educar os príncipes asiáticos na cultura egípcia. De facto, esta estratégia política seria fundamental na criação de uma geração de futuros chefes levantinos que seriam fiéis ao Egipto e ao seu soberano. Para além disso, num primeiro momento, a presença destes estrangeiros poderá ter servido como uma garantia da lealdade daqueles que se haviam subordinado ao faraó, como se fossem autênticos reféns⁵⁰⁹.

Nem todas as «crianças do *kap*» estrangeiras voltariam, porém, às suas terras de origem. Umas faziam carreira dentro do Egipto, na administração, no exército, e no próprio palácio⁵¹⁰. Seria errado pensar, neste sentido, que todas as crianças criadas naquela instituição real ocupassem altos cargos na sociedade, uma vez que temos exemplos que crianças que se tornam chefe dos escultores, ou até porteiros do palácio⁵¹¹. Contudo, mesmo estas funções que nos parecem menores à primeira vista eram de grande importância e de prestígio dentro de uma sociedade como a egípcia. Veja-se, a título de exemplo, o superintendente da porta, o *ruit* (*rwyt*). Este controlava, genericamente, as entradas e os acessos ao interior do palácio. Não se tratava, deste modo, de pessoas sem importância, até porque a atribuição destes cargos pressupunha, em grande medida, a confiança do rei⁵¹².

Não sabemos, porém, se esta instituição no Império Novo acolheria somente homens, ou se seria mista, à maneira do Império Antigo. Edda Bresciani, no entanto, parece ser da opinião de que se trataria de uma espécie de «harém masculino» ou de «clubes só para homens», um lugar onde o faraó também repousaria, bebia e disfrutava da companhia dos amigos⁵¹³.

O *kap* formou, como seria o objectivo, um grupo de alguns amigos do rei que se tornam funcionários de sua confiança, e que ocupam vários cargos, dentro da administração e mesmo dentro do exército (caso de Amenemheb, chamado Mahu, oficial do exército no reinado de Tutmés III). Para além destes, outros não têm posições associadas à corte⁵¹⁴. Este

⁵⁰⁸ BRESCIANI, L'étranger, *L'Homme Égyptien*, p. 279.

⁵⁰⁹ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 76.

⁵¹⁰ BRESCIANI, L'étranger, *L'Homme Égyptien*, p. 279.

⁵¹¹ Veja-se MATHIEU, L'énigme du recrutement..., *Göttinger Miszellen*, p. 45.

⁵¹² Sobre a função do *ruit* outros cargos associados à administração na época de Tutmés III, incluindo a administração palaciana, veja-se BRYAN, Administration in the reign..., *Thutmose III: a new biography*, pp. 69-122; também em MARUÉJOL, Thoutmosis III, pp. 165-202.

⁵¹³ BRESCIANI, L'étranger, *L'Homme Égyptien*, p. 279.

⁵¹⁴ BRYAN, Administration in the reign..., *Thutmose III: a new biography*, p. 96.

facto representa, para Bernard Mathieu, o carácter heterogéneo do *kap*, que para além de étnico era também social⁵¹⁵. Contudo, não havendo uma explicação historiográfica para este facto, isto sugere que talvez estes fossem afastados pelo faraó do seu núcleo mais próximo, por razões pessoais e/ou de eventual ambição dos favoritos.

É ainda curioso notar que o *kap* poderia ter ainda funções de carácter «judicial». Um texto proveniente da época de Tutmés III reporta-se a uma contenda relativa a um escravo, tendo sido feita uma petição perante vários membros ligados à administração do palácio, e também perante o *kap*, o que não quer dizer que eles tenham tomado parte numa decisão⁵¹⁶.

Em suma, esta instituição foi deveras importante na estratégia política de Tutmés III. No seguimento daquilo que já se fazia com os núbios, este faraó trouxe para a corte egípcia os filhos dos chefes asiáticos, de modo a egipcianizá-los, e colocar assim no poder das cidades dominadas no Levante uma nova geração que compreendia a posição do Egipto no mundo, actuando de forma fiel para com o faraó. Não sabemos, contudo, como é que era feita esta substituição no poder dessas regiões. Seria quando o chefe em funções morresse? Seriam enviados para as suas terras após um determinado tempo passado na corte egípcia? E se fosse mais do que um filho de um mesmo chefe presente no *kap*? Iria o mais velho? E o se o mais velho fosse já velho demais à morte do seu pai? Ficava no Egipto e ia um mais novo? Não temos como responder a estas questões.

De qualquer modo, as fontes parecem sugerir que nem todos os filhos desses chefes fossem levados para o *kap*:

«Os filhos e os irmãos dos chefes foram trazidos para serem guerreiros fiéis ao Egipto.»⁵¹⁷

«Relação dos filhos dos chefes que foram trazidos este ano: 35 homens, 181 dependentes homens (...)»⁵¹⁸

«[contribuição do vil Kuch este ano: (...) 10 varões núbios para serem assistentes (...)»⁵¹⁹

⁵¹⁵ MATHIEU, L'énigme du recrutement..., *Göttinger Miszellen*, p. 45

⁵¹⁶ Trata-se de uma contenda referente a um escravo de Sibastet, trazido das campanhas no Levante, e que ia ser dado em casamento à sua sobrinha. Cf. BRYAN, Administration in the reign..., *Thutmose III: a new biography*, pp. 96-97.

⁵¹⁷ IEI, p. 88.

⁵¹⁸ *Ibidem*.

⁵¹⁹ IEI, p. 89.

Parece haver indícios de que a educação no *kap* não seria para todos os filhos dos chefes. Além disso, quando um chefe asiático era rebelde aos olhos do faraó, a estratégia adoptada da sua deportação (quando não eram logo mortos), parece sugerir que eles e as suas famílias, guerreiros e dependentes eram feitos escravos no Egipto, embora não saibamos em que moldes em concreto:

«Foram trazidos 34 chefes, 57 *mariannu* (...), todas as armas de combate, todos os seus guerreiros do Retenu, seus filhos, suas mulheres e todas as suas propriedades.»⁵²⁰

Tal como no Egipto, a memória de alguns asiáticos sobre o seu crescimento e educação no *kap* era não só prestigiante como reforçava os laços de lealdade e submissão das cidades estrangeiras para com o faraó e as Duas Terras. As Cartas de Amarna testemunham o procedimento estratégico iniciado por Tutmés III relativamente aos príncipes asiáticos e demonstram a continuidade desses laços criados na sua passagem pelo Egipto. Para além disso, parecem indicar que também possam ter tido algumas funções de carácter prático dentro da corte e/ou da sociedade:

«Quando eu era jovem, ele levou-me para o Egipto. Eu servi o rei, meu senhor, e eu estava à porta da cidade do rei, meu senhor.»⁵²¹

«Eu sou o servo do rei, que conhece o país do rei, meu senhor.»⁵²²

A ida para o Egipto poderá ter sido, como será compreensível, não muito desejada. Testemunho disso é a súplica de um dos reis asiáticos numa das cartas, que envia os seus dois filhos, para que façam o que o rei mandar, mas pede para que o deixe no Amurru⁵²³.

Em suma, o *kap* era uma instituição antiga dentro do Egipto, e serviu os propósitos «imperiais» de Tutmés III albergando, desse reinado em diante, tanto núbios como asiáticos, que eram instruídos e educados à maneira egípcia, funcionando como elementos chave no controlo político do território conquistado.

⁵²⁰ *IEI*, p. 158.

⁵²¹ *EA* 296.

⁵²² *EA* 306.

⁵²³ *EA* 156.

1.2) Centros político-religiosos: os templos

A presença dos Egípcios no Corredor siro-palestino tinha uma função prática (controlo de rotas comerciais e afirmação de um poder político forte face à influência do Mitanni) mas também, em certa medida, um carácter divino, uma vez que a «expansão das fronteiras» era vontade da divindade mais cultuada na época, o deus Amon.

Uma estela de granito de Tutmés III, originária do templo de Karnak e hoje no Museu Egípcio do Cairo, representa o rei a queimar incenso e a oferecer dois vasos ao deus Amon, seguindo-se o texto com as palavras que o deus lhe dirige⁵²⁴. A divindade apresenta-se como instigadora e parceira do rei nos empreendimentos militares na Síria-Palestina, criando, ao mesmo tempo, terror e respeito nas faces dos inimigos⁵²⁵.

Para além da marca divina associada às campanhas militares, temos indício que foram construídos templos no Levante para deuses egípcios: um templo em Gaza dedicado ao deus Amon, e um em Ascalon dedicado a Ptah. Porém, eles são datáveis do período dos Ramsés⁵²⁶. Estas construções, que são em locais de domínio egípcio, podiam ter sido elementos de ajuda no controlo e administração do Levante. No entanto, não possuímos indicações documentais que o possam provar para o período de Tutmés III.

Do período anterior a este faraó conhecemos o templo a Hathor em Biblos. Conhecida como «senhora de Biblos», o culto hatórico era antigo, pelas relações privilegiadas que as Duas Terras mantiveram desde o terceiro milénio com esta região na costa levantina⁵²⁷. Portanto, esse templo terá sido a excepção à regra, pois é anterior a um domínio efectivo do território. Contudo, parece que foram levados a cabo trabalhos de construção no templos de Biblos durante este reinado⁵²⁸. Outra indicação chega-nos através das Cartas de Amarna, onde certas personalidades de Tunip reclamam que na época de Tutmés III, deuses egípcios haviam residido na cidade⁵²⁹.

Mas como se terá procedido no reinado de Tutmés III? Se aceitarmos a hipótese de que o governo da Ásia neste período terá sido escorado pela instalação de guarnições egípcias, fará sentido que tenhamos um culto religioso dentro da fortificação? Fará sentido, por outro lado, que se verifiquem situações de culto privado/doméstico, à semelhança do que se fazia

⁵²⁴ GALÁN, El Dios Amon, origen de las acciones de Tutmosis III, *El Imperio Egipcio: inscripciones*, p. 125.

⁵²⁵ Cf. *IEI*, pp. 126-128.

⁵²⁶ DROWER, Syria c. 1550-1400 B. C., *CAH*, p. 476.

⁵²⁷ Em meados do primeiro milénio o culto de Hathor em Biblos parece ter sido substituído pelo culto de Ísis. Cf. HOLLIS, Hathor and Isis in Byblos..., *JAEL*, pp. 1-8.

⁵²⁸ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 155.

⁵²⁹ Idem, p. 139.

nas casas egípcias? Tudo leva a crer que sim, na medida em que alguns militares destacados, como Djehuti, poderiam ser membros do clero⁵³⁰.

O que parece ser o pano de fundo desta problemática neste reinado é essencialmente a atribuição de terras, bens/tributos e mão-de-obra à divindade. Foi o que ocorreu às cidades conquistadas depois de Meguido – Iniugas, Ienoam e Herenkeru:

«A minha majestade entregou três cidades do Alto Retenu: uma é Iniugas, outra é Ienoam e a outra Herenkeru. O tributo da (sua) contribuição anual será para a fundação do meu pai Amon.»⁵³¹

Esta passagem é curiosa, pois suscita uma pergunta de imediato: refere-se à fundação de um templo a Amon nessa região ou reporta-se a Karnak? A resposta parece ser adiantada por outra inscrição, onde o deus diz ao rei:

«Tu levantaste o meu santuário como uma obra eterna, alargaste-o e espalhaste-o mais do que estava antes, e (levantaste) a grande porta [«Menkheperré celebra as perfeições de Amon-Ré»]. O teu monumento é maior do que o de qualquer outro rei anterior.»⁵³²

Parece claro que se reporta a Karnak. De facto, Tutmés III vai privilegiar o templo de Amon, iniciando uma prática que se tornará habitual, e que tornará o clero de Amon opulento. Assim, algumas das regiões conquistadas na Síria-Palestina pagavam um tributo que era de imediato canalizado para este templo tebano que, como já se disse, dispunha de muitos recursos, nomeadamente de mão-de-obra:

«[A minha majestade entregou-lhe todos os prisioneiros... que a minha arma trouxe] como fruto das vitórias que ele me concedeu, para encher o seu armazém, para que sejam servos, a fim de elaborarem para ele linho do sul, linho fino, linho branco, linho *sekheru* e linho *uemet*, para serem lavradores, para trabalhar os campos de lavoura, para colher e encher o celeiro da fundação do templo [...do meu pai Amon,] quem me guia pelo bom caminho. Relação dos semitas homens e mulheres e dos núbios homens e mulheres que a minha majestade entregou ao meu pai Amon, desde o ano 23 até que se gravou esta inscrição neste templo: 1588 Kharu (...).»⁵³³

⁵³⁰ Um dos títulos de Djehuti é pai divino (*it-nṯr*), um importante cargo sacerdotal. Cf. *URK* IV, 999.

⁵³¹ *IEI*, p. 99.

⁵³² *IEI*, p. 128.

⁵³³ *IEI*, p. 99.

«Rejubila! Amon, o teu bom pai, entregou-te o príncipe de Ipu com toda a sua gente e igualmente a sua cidade. Envia homens para os guardar como prisioneiros, para que eles possam ser utilizados no domínio de teu pai Amon, rei dos deuses, como escravos e servas que permanecerão estendidos sob os teus pés eternamente, para sempre.»⁵³⁴

A tradição de doar terras e cidades aos templos egípcios tornou-se numa prática continuada, de tal maneira que na XX dinastia o templo de Amon-Ré tinha em sua posse mais de cento e cinquenta cidades levantinas⁵³⁵.

Os Egípcios, por outro lado, tiveram uma política de adopção e de integração de divindades estrangeiras no seu panteão, prestando até culto às mesmas⁵³⁶: Mekal em Beth-Shean e Baal em Ugarit, são exemplos⁵³⁷. É difícil poder afirmar com certezas se isso começou logo no reinado de Tutmés III, o que seria bastante provável, ou se seria uma prática posterior. Contudo, parece que essa hipótese terá fundamento, uma vez que já no período dos Hicsos o mesmo se havia feito no que respeita a divindades asiáticas.

Temos, de qualquer modo, registos que comprovam essas práticas. O culto de Recheb, divindade levantina associada à guerra, parece ter sido logo incluído no panteão egípcio. De facto, a primeira vez que o seu nome aparece nesse colectivo de divindades é no reinado de Amen-hotep II, faraó que sucede a Tutmés III. Na segunda metade da XVIII dinastia, Recheb aparece mencionado e representado em textos e estelas⁵³⁸.

A integração e o culto a deuses estrangeiros parece ter sido algo natural dentro da cosmogonia egípcia, uma vez que, como já se havia feito para a Núbia, procura criar-se uma associação e paralelismo entre deuses levantinos e egípcios⁵³⁹.

Em suma, ainda que não tenhamos evidências que comprovem a construção de templos na Síria-Palestina no reinado de Tutmés III, que pudessem ser elementos de controlo espacial e pontos também de administração, podemos afirmar que a partir deste faraó em diante várias conquistas territoriais no Levante serão «entregues» ao clero de Amon. Não quer isto dizer que fossem os sacerdotes egípcios a controlar essas regiões, pois esta atribuição de

⁵³⁴ ARAÚJO, *Mitos e Lendas*, p. 216.

⁵³⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 209.

⁵³⁶ Veja-se, a propósito, ZIVIE-COCHE, *Foreign Deities in Egypt*, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 1-10.

⁵³⁷ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 209.

⁵³⁸ Cf. SIMPSON, *An Egyptian Statuette of a Phoenician God*, *The Metropolitan Museum of Art*, pp.183-187; Para o culto de Recheb veja-se DAE, pp. 742-743.

⁵³⁹ Para explorar a temática da integração de divindades estrangeiras, veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, *As divindades siro-palestineses...*, *Actas do IV Congresso Ibérico de Egiptologia*, pp. 899-908.

idades ao domínio do deus tinha como objectivo criar uma vasta fonte de recursos que seria canalizada para Karnak, como agradecimento pelas vitórias concedidas por Amon.

No fundo, a Síria-Palestina foi controlada pelos militares egípcios, que através das várias guarnições estabelecidas no terreno, controlavam política e militarmente essa área, supervisionando as actividades dos príncipes locais, designados em egípcio como *uru*, que eram agora subordinados do faraó. Sendo esta a classe que assegura, o «império» egípcio no Levante, procuraremos observar os fenómenos que envolvem, entre outros, o seu recrutamento e a disposição táctica na zona.

2) Estruturas, elementos e processos de controlo militar

2.1) A estratégia de ocupação do espaço

Desde o início da XVIII dinastia, e sobretudo após a tomada de Charuhen, que a dinâmica egípcia com o Levante foi marcada por uma série de avanços e recuos no terreno, de investidas militares que tinham propósitos de intimidação do inimigo e de prospecção do terreno, e que demonstravam não só a vontade do Egipto em afirmar-se nesse contexto (como oposição à expansão mitânica), bem como uma incapacidade de dominar política, militar, e administrativamente esse espaço. Neste sentido, as campanhas de Tutmés III marcaram uma reviravolta neste panorama, uma vez que foram seguidas de um conjunto de procedimentos políticos que asseguravam o domínio egípcio nessa zona. Este período inaugura uma nova fase dentro da história do Egipto, dado que um grande e problemático espaço vai ser anexado, marcando fortemente as políticas de todo o Império Novo.

A ocupação que os Egípcios fizeram da Síria-Palestina sistematiza, no fundo, a visão que têm desse espaço, e aquilo que pretenderam fazer com ele. Ainda que tenhamos alguma dificuldade em estabelecer, com certeza absoluta, quais os pontos ou bases militares egípcias do reinado de Tutmés III, é possível verificar que são assentamentos essencialmente costeiros, e articulados com uma das grandes vias terrestres da altura, a apelidada «Via Maris» que ligava as cidades do litoral levantino. O acesso às rotas comerciais, às ricas cidades portuárias, a partir das quais era possível obter matérias-primas, de onde destacamos, claramente, a madeira de cedro, demonstra que o interesse é, sem dúvida, económico. Para garantir um acesso continuado a esses recursos, era necessário não só controlar os chefes das pequenas cidades e reinos levantinos, como também, conter o avanço dos mitânios para sul.

Papel importante em todo este sistema foi o dos «Caminhos de Hórus», via militar e comercial que ligava o Nordeste do Delta, da fortaleza de Tjaru, à Palestina, atravessando o Sinai⁵⁴⁰. Essa via estava bem protegida, porque era fundamental no fluxo de produtos entre Canaã e o Egito, e tinha uma base alimentar importante⁵⁴¹, o que permitia o abastecimento das tropas em deslocação⁵⁴². A fortaleza de Tjaru era, neste contexto, uma base estratégica, porque era então o ponto de fronteira no nordeste do Delta. Foi refortificada antes ou durante o reinado de Tutmés III, verificando-se uma importante produtividade agrícola nas áreas circundantes, muito propiciado pelo aumento populacional que aí se verificou⁵⁴³. Os cargos exercidos pelos comandantes/supervisores das fortalezas, tanto de Tjaru como de Tjeku, demonstram a importância militar e estratégica, mas sobretudo administrativa, destes assentamentos fronteiriços⁵⁴⁴.

De igual importância são as fortalezas nas embocaduras do Delta. Era vital controlar não só as vias terrestres mas também os acessos marítimos. Sugere-se que Auaris tenha sido usada para este efeito durante os reinados de Tutmés III, Amen-hotep II e Tutmés IV, sendo depois abandonada. Conhecemos o nome de um oficial encarregue de controlar esta fortaleza do mar, chamado Satamon, que terá sido depois também funcionário de Tutmés III na Síria-Palestina⁵⁴⁵.

Os mapas da Síria-Palestina que apresentamos de seguida pretendem identificar quais as estruturas militares instaladas no terreno no período do reinado de Tutmés III, Amen-hotep II e Tutmés IV, e têm por base referências tanto arqueológicas como documentais, estudadas e sintetizadas por Ellen Morris. Este período de enérgicas investidas militares culminará, no reinado de Tutmés IV (c. 1400-1390 a. C.), num acordo de paz egípcio-mitânio, resultante de uma incapacidade de avanço militar no terreno, para ambos os lados.

⁵⁴⁰ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 29.

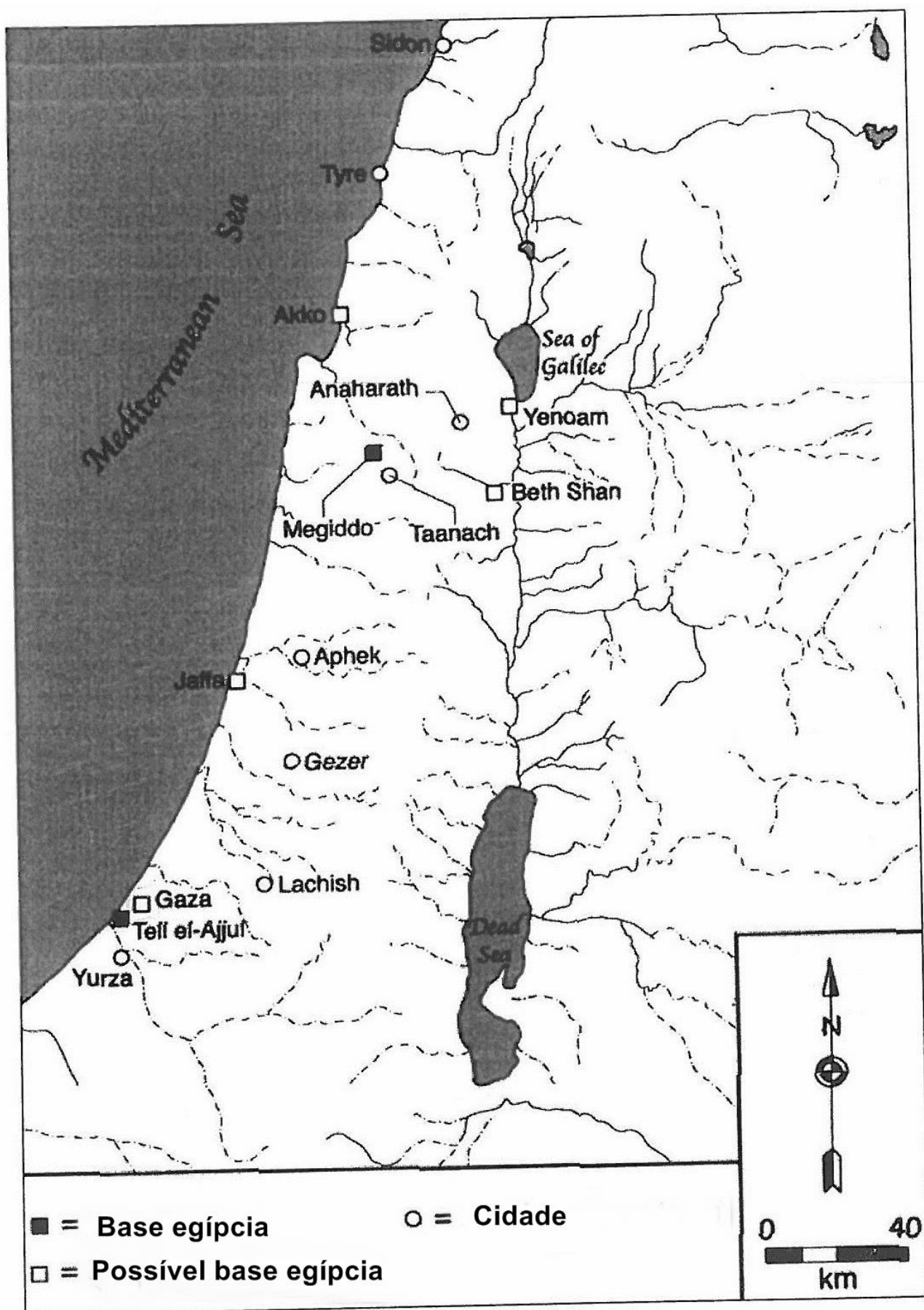
⁵⁴¹ Idem, p. 39.

⁵⁴² «(...) recente excavations at Tell Heboua I demonstrates that not only was a border-fortress largely complete at or before the reign of Thutmose III, but also that a substantial área had indeed been given over to storage. Perhaps significantly, the most impressive storage area so far discovered –Zone B –was provided with a sizable house, seemingly perfect for the abode of an “overseer of the storehouse of the Ways of Horus”» Idem, p. 49; «Further, one might surmise that the border-fortress also served as a depot for the food supplies required by armies on the long journey across Sinai. Certainly, the large number of granaries at Tjaru suggests that some were in fact out to this use». Idem, p. 50.

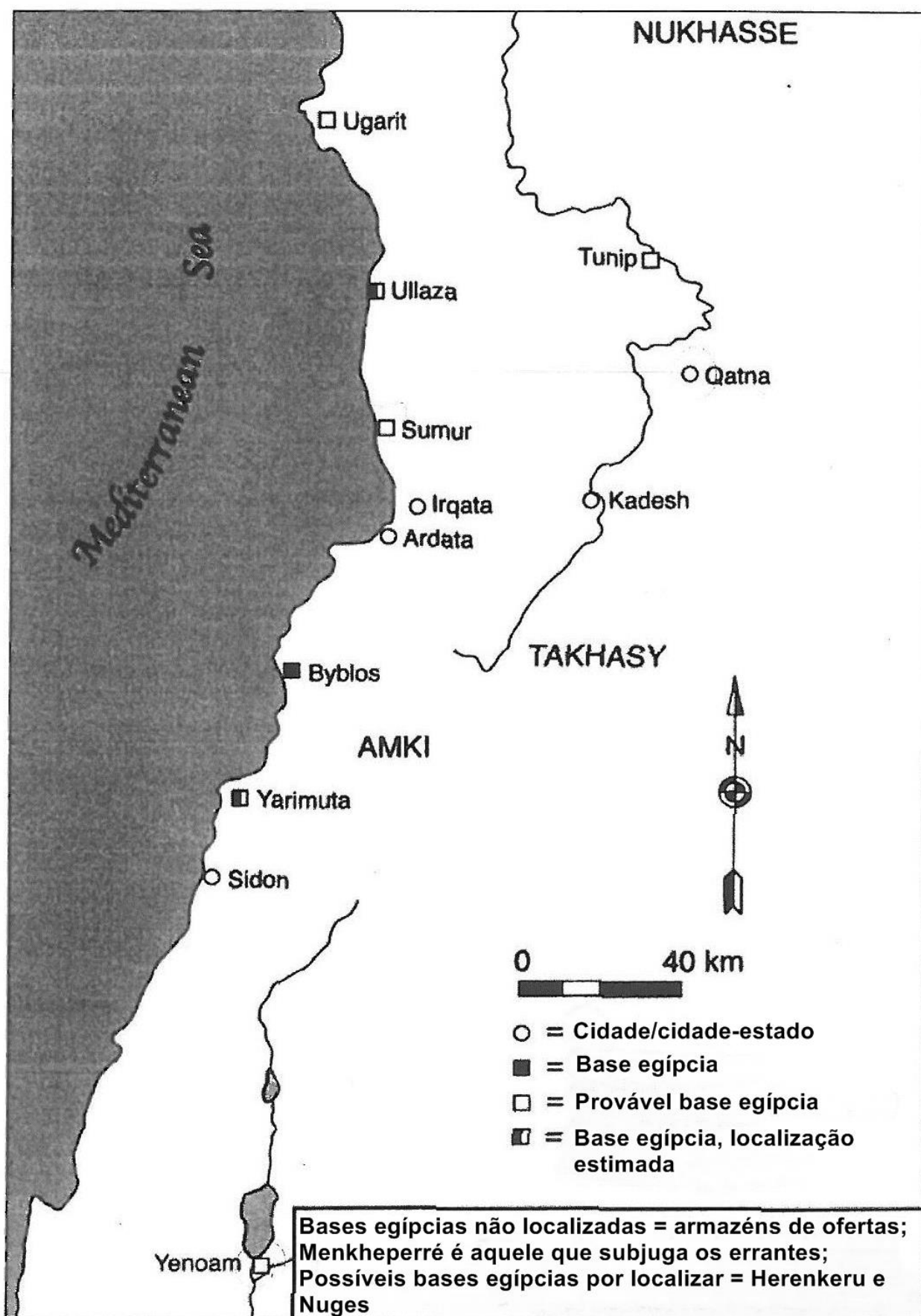
⁵⁴³ Cf. Idem, pp. 136-137.

⁵⁴⁴ Menna será um desses funcionários no período de Tutmés III, assim como mais tarde, os mesmos encargos estarão depositados em Seti I (antes de se tornar faraó), o seu pai, Paramsés e do futuro vizir de Ramsés II, Hui. Idem, p. 163.

⁵⁴⁵ Cf. Idem, pp. 160-162.



Mapa 5 – Canaã na XVIII dinastia (reinados de Tutmés III, Amen-hotep II e Tutmés IV). Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 144.



Mapa 6 – Norte da Síria-Palestina na XVIII dinastia (reinados de Tutmés III, Amen-hotep II e Tutmés IV). Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 145.

O primeiro local apresentado como base militar em Canaã é Charuhen (Tell el-Ajjul). Em termos historiográficos, como já tivemos oportunidade de referir, parece não haver consenso se essa base seria, à época de Tutmés III, em Gaza ou na antiga capital hicsa. Porém, as fontes documentais parecem sugerir que a base seria em Charuhen⁵⁴⁶. Este facto vem na sequência de uma prática anterior e que terá colocado nas antigas cidades revoltosas uma guarnição, fazendo delas uma base militar egípcia. O mesmo se poderá dizer para Meguido. Após a tomada da cidade pelas tropas de Tutmés III, Meguido ter-se-á tornado, na linha de actuação política anterior, também ela uma base egípcia⁵⁴⁷.

Outros pontos no mapa referentes a Canaã sugerem outras possíveis bases, que não são passíveis de serem confirmadas tanto pelo registo arqueológico como documental. É o caso de Gaza. A cidade aparece pela primeira vez nos registos egípcios nos Anais de Tutmés III, na sequência da sua primeira campanha no Levante⁵⁴⁸. Embora a menção a Gaza dê a ideia de que, de algum modo, ela é submetida pelo faraó, o seu domínio parece ser anterior. De outra maneira não faria sentido que, uma vez chegado a Gaza, e tendo que a conquistar, ele pudesse continuar a sua campanha logo no dia seguinte⁵⁴⁹. Neste sentido, Gaza parece ter sido mais um centro de descanso e de abastecimento do que tendo propriamente uma importância táctica⁵⁵⁰. No entanto, sugere-se Gaza passará a ocupar as funções de Charuhen, até porque era um ponto de chegada dos «Caminhos de Hórus»⁵⁵¹, que ligavam o Nordeste egípcio a Canaã⁵⁵², além de ficar na costa, ao contrário de Charuhen.

Quanto a Ipu (ou Jaffa), terá sido dominada antes ou durante o cerco de Meguido, e é o cenário de um dos contos mais populares do Império Novo (XVIII dinastia), que tem como protagonista o general Djehuti, que toma a cidade⁵⁵³. A captura de Ipu é, para Javier Martínez-Babón, uma estratégia articulada com a investida sobre Meguido, e que tinha como objectivo criar uma retaguarda segura⁵⁵⁴. Jaffa possuía ainda um excelente acesso à planície de Sharon e recursos de madeira, devido ao arvoredo que lhe estava próximo⁵⁵⁵. A cidade

⁵⁴⁶ «Ocorreu na época [de outro], a guarnição que estava ali (agora) estava na cidade de Charuhen», *IEI*, p. 79.

⁵⁴⁷ «(...) judging from the cases of Tjaru (Tell Heboua I), Sharuhen (Tell el-Ajjul), Avaris (Tell el-Dab'a), and Shaat (Sai) – it appears to have been Egyptian practice to occupy previously rebellious areas as a precautionary measure against further sedition.» MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 159.

⁵⁴⁸ KATZENSTEIN, Gaza in the Egyptian texts..., *JAOS*, p. 111.

⁵⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁵⁰ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 87.

⁵⁵¹ Sobre os «Caminhos de Hórus» veja-se, MOSHIER; EL-KALANI, Late Bronze Age Paleogeography..., *Geoarchaeology*, pp. 450-473; HIGGINBOTHAM, Traveling the Ways of Horus..., *Near Eastern Archaeology*, pp. 30-34.

⁵⁵² MORKOT, Gaza, *Historical Dictionary*, p. 97.

⁵⁵³ Sobre o conto veja-se ARAÚJO, *Mitos e Lendas*, pp.

⁵⁵⁴ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 63.

⁵⁵⁵ The position and history of Joppa, *The Old Testament Student*, p. 256.

tornar-se-á, na última fase da XVIII dinastia (de Amen-hotep III a Horemheb), num centro de depósito e abastecimento⁵⁵⁶, funções que continuou a desempenhar nas operações militares da XIX dinastia.

No que toca a Beth-Shean, parece não ser consensual se ela terá sido ou não uma base egípcia neste corte cronológico. De facto, se para uns a presença egípcia é datável da XIX dinastia, para outros ela terá sido um importante centro no domínio egípcio já na XVIII⁵⁵⁷. Para Graciela Gestoso Singer, a cidade terá tido um papel fundamental nas obrigações dos subordinados políticos, uma vez que estavam sujeitos à prestação da corveia agrícola, no vale de Jazrael, tal como junto a outras cidades, nomeadamente Meguido, Damasco e Sumur⁵⁵⁸. Embora nas listas topográficas de Tutmés III Beth-Shean seja mencionada, não podemos afirmar com clareza se esta se tornou uma base militar egípcia neste período, até porque referir o nome de uma cidade não significa um domínio explícito sobre ela, nem muito menos que seja uma base militar. Sabemos que a cidade se situava num ponto estratégico porque permitia controlar as rotas para norte, nomeadamente para Damasco, além de ficar próxima de Meguido. Os dados arqueológicos compilados por Amihai Mazar e a sua equipa, permitem ao investigador deduzir que terá havido uma ocupação já na XVIII dinastia, que logicamente não tem a mesma escala do que terá sido a dinastia seguinte. Para o autor, a presença de cerâmicas num dos níveis de ocupação (nível IX) levam-no a afirmar que Beth-Shean terá recebido uma guarnição já no século XV e XIV a. C.⁵⁵⁹. Contudo, esses dados parecem insuficientes para corroborar essa teoria, no que ao reinado de Tutmés III diz respeito. Para os finais da dinastia, as Cartas de Amarna parecem sugerir mais nitidamente esse uso.

Quanto a Ienoam, Nugués e Herenkeru, as três cidades que se submetem ao Egipto de «livre e espontânea vontade» durante as investidas sobre Meguido, temos uma dificuldade adicional, e que tem que ver com o facto de Nugués e Herenkeru não estarem ainda localizadas. No entanto, Ienoam não padece do mesmo problema, uma vez que está bem identificada como um ponto a sul do mar da Galileia. Sugere-se que estas três cidades tenham servido como bases políticas e militares do rei de Kadech antes da tomada de Meguido⁵⁶⁰, e talvez por isso tenham sido de importância estratégica para Tutmés III. Aliás, a sua proximidade em relação a Meguido (a julgar pela localização de Ienoam) seria claramente um ponto de apoio para os chefes coligados nessa cidade, e liderados pelo príncipe de Kadech.

⁵⁵⁶ MORKOT, Joppa, *Historical Dictionary*, pp. 113-114.

⁵⁵⁷ GESTOSO, La ciudad de guarnición de Beth Shean..., *REE* 6/7, pp. 81-95.

⁵⁵⁸ Cf. *Ibidem*.

⁵⁵⁹ MAZAR, The Egyptian Garrison..., *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 159-160.

⁵⁶⁰ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 119.

Estas cidades foram doadas a Amon por Tutmés III, o que significa que os seus tributos eram canalizados, desse momento em diante, para Karnak.

Akko, por outro lado, é também mencionada nas listas topográficas de Tutmés III e depois nas Cartas de Amarna. No entanto, não podemos afirmar se terá sido ou não uma base militar egípcia neste período. Sabemos, no entanto, que depois da tomada de Meguido e dos três anos seguintes de inspecção, terá existido uma pretensão de Tutmés III sobre Tiro, instalando-se nas redondezas uma guarnição⁵⁶¹, que poderia ser, evidentemente, em Akko, pela proximidade que há entre ambas.

Iarimuta e Biblos, sendo esta última tradicionalmente pró-egípcia, terão sido bases egípcias no norte levantino. Também elas na costa, ofereciam um potencial estratégico para investidas militares na Síria do Norte. De facto, atribui-se a possibilidade de Biblos ter funcionado como local de desembarque de tropas que eram transportadas por navio desde o Egito, encurtando o tempo de deslocação para o teatro de operações. A sua relativa proximidade com o rio Orontes poderá ter funcionado como um elemento de grande importância para alcançar Kadech. Biblos é, assim, a «fronteira segura» que Tutmés III consegue garantir no Levante. Como já foi desenvolvido no capítulo anterior, ainda que haja um domínio sobre o Norte da Síria, a zona é claramente hostil, sempre predisposta a revoltas e contestação do poder egípcio. Se a zona abaixo de Ugarit é o limite máximo de domínio egípcio nesta época, Biblos acabaria por marcar a tal «fronteira segura», porque entre Biblos e Ugarit, apesar dos esforços, foi muito difícil controlar a zona, não só pelas insubordinações dessas cidades, como também pela proximidade ao Mitanni e à sua influência política.

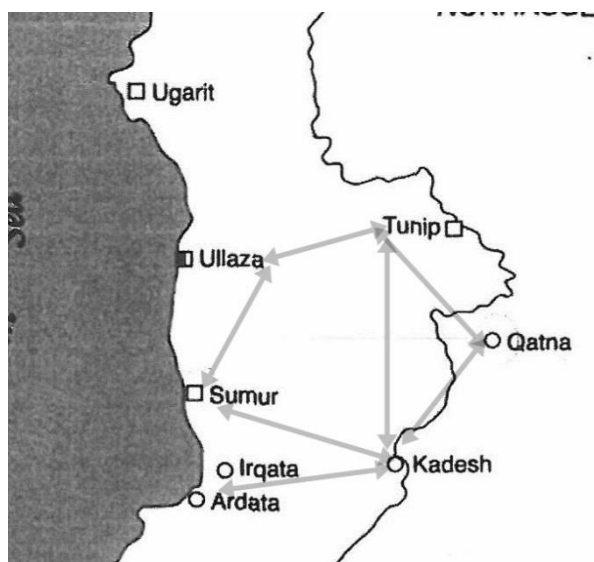
A estratégia de Tutmés III, de uma forma geral, foi subjugar não só cidades que pudessem ter um papel importante no confluir de redes comerciais, de vias estratégicas para a movimentação das tropas, mas sobretudo dominar os pontos costeiros, não só pela riqueza que lhes estava associada como também por serem elementos-chave no desenho das suas operações militares, na canalização de recursos para o seu exército e para envio de bens para as Duas Terras. Por isso, no que respeita à Síria do Norte, o objectivo foi o mesmo. O empenho em tomar a cidade de Ullaza vinha na mesma linha de pensamento. Não só facilitaria a tomada de Kadech, articulando a rota com o rio Orontes, como estabelecia um raio de acção mais a norte. O mesmo objectivo podia ter sido pensado para Sumur, e no entanto, pelas evidências que possuímos, a opção terá sido Ullaza, embora se sugira que Sumur também seja uma base egípcia. De qualquer modo, ambas facilitavam o acesso a

⁵⁶¹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 120.

Kadech, porque permitiam o desembarque das tropas faraônicas nos seus portos. Não há, contudo, uma opinião concordante em termos historiográficos se se terá usado Biblos⁵⁶² ou Ullaza⁵⁶³ para este efeito. Ambas seriam viáveis, e ambas possibilitavam o efeito surpresa sobre o inimigo.

É na sequência da ofensiva contra Kadech que Tunip se revolta e tenta recuperar Ullaza, estabelecendo aí uma guarnição⁵⁶⁴, que não terá durado muito tempo, uma vez que os Egípcios tomam novamente a cidade e aí estabelecem uma guarnição (o que sugere que antes não o tinham feito). Tunip, por outro lado, também terá sido reprimida, e possivelmente ter-se-á tornado também uma base egípcia. A posição de Tunip era, aliás, bastante interessante, uma vez que permitia um acesso ao vale de Eleutheros, uma rápida conexão com o interior e com as rotas comerciais⁵⁶⁵, uma proximidade a Ullaza, facilitando uma conexão fluvial a Kadech, por estar junto do rio Orontes. Apesar de nesta investida sobre Tunip não haver ajuda nem de Kadech nem do Mitanni, aquilo que consideramos como o pano de fundo no que respeita às relações destas cidades sírias é a existência de uma rede de solidariedades políticas e militares.

Outro ponto importante sobre estas potenciais bases egípcias é a construção de uma fortaleza atestada nas fontes documentais egípcias chamada «Menkheperre é aquele que subjuga os nómadas»⁵⁶⁶. A localização desta é ainda



Mapa 7 – As cidades da Síria do Norte. Adaptado de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 145.

incerta, discutindo-se se será em Biblos ou em Ullaza. Para Ellen Morris, ambas são boas candidatas. Se Biblos recebia tropas, sendo atestada como um local onde se construíam embarcações, Ullaza fora objecto de repetidas campanhas e terá recebido uma guarnição nos finais do reinado de Tutmés III⁵⁶⁷. Como exploraremos adiante, e pelo facto dessa estrutura militar ser diferente das restantes para o Levante, ela terá sido erigida em Ullaza. No entanto,

⁵⁶² REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 158.

⁵⁶³ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64.

⁵⁶⁴ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 64; REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 158.

⁵⁶⁵ GABRIEL, *Thutmose III*, pp. 128-129.

⁵⁶⁶ Todas as fortalezas egípcias tinham nomes. Usualmente incluíam o da fundação, do reinado, do faraó ou do inimigo. MORKOT, *Historical Dictionary*, p. 93.

⁵⁶⁷ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 137-138.

ambas asseguravam acessos terrestres estratégicos como ofereciam bons recursos de madeira de cedro⁵⁶⁸. Aponta-se ainda a hipótese de Ugarit ter tido uma guarnição egípcia, mas devido à debilidade no controlo da zona terá que ter tido o consentimento do chefe local⁵⁶⁹.

2.3) Acampamentos militares, «palácios» em campanha, fortificações e postos de controlo e vigia

Uma campanha militar compreendia uma deslocação e uma marcha em grande escala, por vários dias, o que obrigava a que o exército criasse estruturas de carácter provisório que pudessem acompanhar esse trajecto, nomeadamente para descanso das tropas. Ainda que o período da XIX dinastia seja mais rico do ponto de vista iconográfico sobre este assunto, temos referências documentais da XVIII dinastia, e em particular, neste caso, do reinado de Tutmés III, que nos permitem observar estes elementos transitórios de ocupação do espaço levantino. Mesmo que sobre este assunto não tivéssemos qualquer relato, a sua existência seria perfeitamente dedutível, pois não faz qualquer sentido que um exército avance sobre um terreno durante vários dias sem que tenha que parar para repousar das longas marchas efectuadas.

Os acampamentos militares, a julgar pelos dados que provêm de uma cronologia posterior, seriam levantados num espaço concreto, preferencialmente próximos a uma fonte de água, como um rio⁵⁷⁰. O assentamento teria uma forma rectangular, delimitada com os escudos dos soldados, e no meio desse espaço levantar-se-ia uma tenda especial para o comandante ou general⁵⁷¹, que podia ser obviamente o faraó, designando-se assim este espaço como «palácio». Ao redor destas, levantar-se-iam todas as outras. É interessante verificar, contudo, que dentro da tenda principal existiam outras que seriam, à partida, para os oficiais, como os generais. O acampamento egípcio era protegido por turnos de soldados que faziam a vigilância⁵⁷²:

«O acampamento estabeleceu-se então ali para sua majestade.»⁵⁷³

⁵⁶⁸ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 137-138.

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, pp. 152-153.

⁵⁷¹ *Ibidem*.

⁵⁷² *Ibidem*.

⁵⁷³ *IEI*, p. 82.

«Repousando no acampamento de vida, prosperidade e saúde! Realizando as tarefas dos oficiais e as funções dos assistentes, dividindo os turnos de guarda da tropa e dizendo-lhes: Firmes! Alerta!»⁵⁷⁴

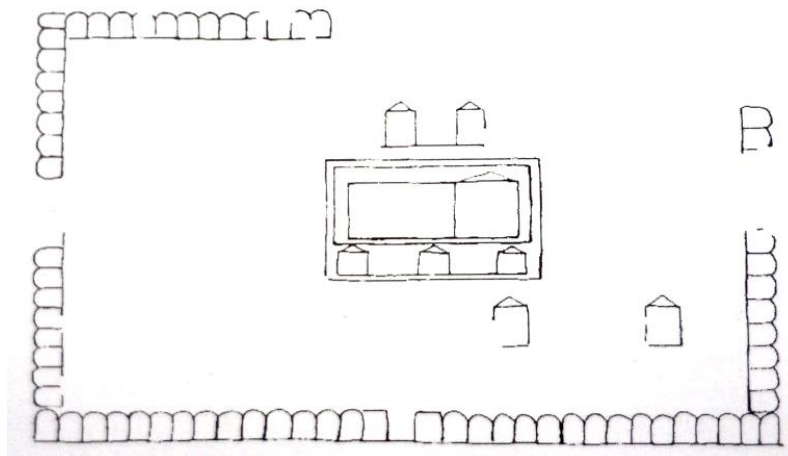


Figura 3 – Acampamento militar egípcio. Relevo do templo de Luxor, reinado de Ramsés II. [Extraído de MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 153.]

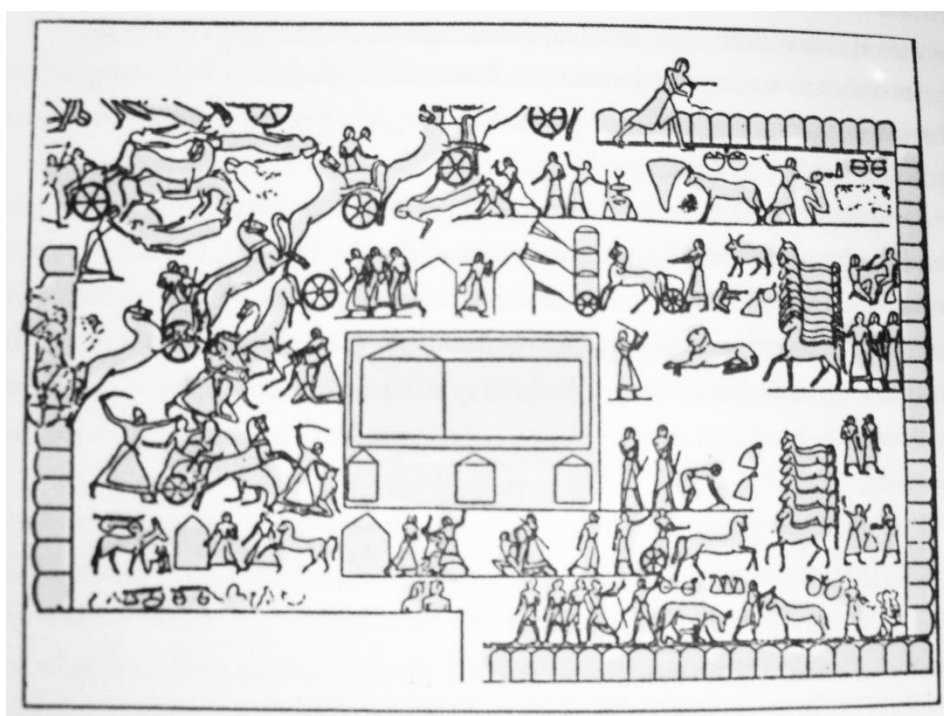


Figura 4 – Acampamento da divisão de Amon, aquando das operações militares de Ramsés II no Levante. [Extraído de ARAÚJO, *A Batalha de Kadech, A Guerra na Antiguidade*, I, p. 68]

Quanto às funções desempenhadas dentro do acampamento, as cenas mandadas gravar por Ramsés II, deixam-nos perceber a azáfama de tarefas durante o período de descanso, que

⁵⁷⁴ *IEI*, p. 82.

passavam por alimentar os animais (cavalos), reparar eventualmente algum do equipamento, fazer curativos a quem se possa ter magoado, fazer exercícios, treino militar, e obviamente, repousar. Não deixa de ser curioso, contudo, verificar que nesta representação aparecem-nos crianças no registo inferior da cena.

No espaço central do acampamento estava a tenda principal que podia ser a do faraó, e era assim apelidada de «palácio» de campanha, *ah* (ʿḥ). A preparação para a instalação da tenda real estava a cargo do primeiro arauto do rei, o *uhemu tepi* (*wḥmw tpy*) que no reinado de Tutmés III terá sido Antef. Por ter a seu cargo essa tarefa, o funcionário régio devia chegar ao acampamento antes do faraó e da sua tropa para fazer os preparativos necessários⁵⁷⁵.

«Despertando [vivamente] na tenda de vida, prosperidade e saúde! na cidade de Aruna»⁵⁷⁶

«Eu o preparei, eu o equipei com tudo o que se pode desejar numa terra estrangeira, melhor do que um acampamento no Egito, as suas (diferentes) áreas organizadas, [apuradas], seguras e separadas, e (cada) dependência com o seu guardião.»⁵⁷⁷

Este facto parece sugerir que, de algum modo, houvesse tradicionais locais para o exército acampar ou, por outro lado, que este funcionário acompanhasse o faraó e fosse enviado à frente das tropas já com a indicação de onde elas acampariam. Se admitirmos a última hipótese, este arauto do rei era acompanhado por um pequeno destacamento de soldados? Admitindo ainda que o faraó não estivesse presencialmente em todas as campanhas, havia uma preparação da tenda do general? E o acampamento egípcio era um só ou composto por várias unidades? As representações transparecem a ideia de concentração da tropa, e de facto uma fragmentação dos elementos tornaria a sua situação mais insegura. Não obstante, se fossem atacados de surpresa pelo inimigo, não havia outros destacamentos que pudessem ir em seu auxílio. De qualquer modo, e admitindo a concentração do exército num acampamento, é provável que existissem elementos destacados fora do assentamento para fazer uma vigia mais alargada do local. Acrescente-se a isso o facto de um acampamento ser instalado, à partida, não propriamente perto das forças inimigas.

Observando agora não os elementos transitórios e de marcha, mas os elementos permanentes, como as fortificações e os postos de controlo e vigia, há uma problemática que está de imediato subjacente ao reinado de Tutmés III e, de forma geral, à XVIII dinastia, e que

⁵⁷⁵ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 139-140.

⁵⁷⁶ *IEI*, p. 81.

⁵⁷⁷ *IEI*, pp. 141-142.

tem que ver, essencialmente, com as estruturas e elementos materiais, ou melhor dizendo, com a falta delas.

As evidências arqueológicas que nos chegaram parecem atestar a existência de estruturas e materiais egípcios sobretudo para a XIX dinastia, o que levou a que durante muito tempo os historiadores considerassem que a administração da Ásia na XVIII dinastia, e particularmente na sua fase inicial (reinado de Tutmés III) era rudimentar. Se por um lado, é evidente que um sistema cresce e se consolida, por outro, estas noções revelam uma incompreensão de um fenómeno histórico que lhe está subjacente.

Como já tivemos oportunidade de frisar, o avanço militar de Tutmés III no terreno foi acompanhado por uma organização/administração gradual e progressiva do espaço dominado. Tendo em consideração que grande parte do reinado deste faraó foi dedicado a empreendimentos militares que tiveram como resultado a conquista de grandes franjas do território levantino, mas que não pararam para consolidar ou organizar uma conquista, ou seja, para construir edifícios de raiz, ou transformar estruturas locais, uma vez que isso implicaria o uso de uma mão-de-obra que estava empenhada em avançar militarmente para norte, torna-se óbvio que os egípcios ocupam as fortificações existentes que, aliás, eram de grande qualidade. Para além de ocuparem os edifícios pré-existent das cidades que agora eram súbditas do faraó, outras vantagens estão associadas a essa prática. A primeira tem que ver com o abastecimento, sendo a zona ocupada uma ótima fonte de recursos para um exército. A segunda é o uso das suas milícias para manter as suas forças «imperiais»⁵⁷⁸. Por estas razões é que tanto as estruturas egípcias são arqueologicamente invisíveis, como também atestam e comprovam a teoria de James Hoffmeier, que rejeita que tenha sido conduta e prática faraónicas a destruição sistemática de cidades levantinas. Se as iam usar, para quê destruir? Em suma, o uso das estruturas locais servia os propósitos imediatos no terreno, pois não só era mais barato, como a apropriação dessas estruturas servia os propósitos tácticos e ideológicos do faraó⁵⁷⁹.

Contudo, verifica-se a existência mais acentuada de evidências arqueológicas de assentamentos egípcios em território cananaico durante o reinado de Tutmés III e restante XVIII dinastia, e que inclui não só fortes e sedes de guarnição, «palácios» de campanha, depósitos de abastecimento, mas ainda dois templos identificados com deuses egípcios⁵⁸⁰. Como aponta Ellen Morris, estas instalações militares e não militares parecem ter sido uma

⁵⁷⁸ Cf. MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 141-142.

⁵⁷⁹ Idem, p. 142.

⁵⁸⁰ Idem, p. 140.

inovação para Tutmés III, e representam os esforços para erguer e estabelecer uma infraestrutura no seu «império»⁵⁸¹.

Os estudos de Ellen Morris comprovam, por outro lado, que há uma série de designativos usados para classificar fortes ou fortalezas durante o Império Novo e que não têm sido usados com exactidão, pois se por um lado existem expressões que apenas são aplicáveis a uma cronologia mais concreta, por outro, não tem sido feita uma distinção no que respeita às suas estruturas e respectivas funcionalidades. Aparecem-nos tanto em inscrições reais como privadas, nas Cartas de Amarna, nas cartas trocadas entre egípcios (sobretudo da XIX dinastia) e em objectos. Deste modo, as palavras *mekeder* (*mkdr*), *nakhatu* (*nḥtw*), *bekhen* (*bḥn*), *seguer* (*sgr*), datam da XIX dinastia, enquanto que os termos *khetem* (*ḥtm*) e *mennu* (*mnw*) são, por outro lado, datáveis da XVIII dinastia⁵⁸².

Quanto às suas funções, e detendo-nos apenas naquelas que compreendem a época que estudamos, verificamos que elas são distintas⁵⁸³:

- Fortalezas *khetem*: são usadas em pontos mais vulneráveis, como a entrada para o vale do Nilo. Controlam movimentações e previnem a entrada de gente não autorizada entre áreas. Do ponto de vista arquitectónico, variam quanto ao tamanho (de fortes modestos a enormes cidades-fortaleza). Contudo, não é o seu tamanho que determina a sua instalação.
- Fortalezas *mennu*: são arquitectonicamente coerentes (variando entre 10000 m² a 540000 m²). Têm um templo em posição central e sectores bem definidos (culto, administração e doméstico). Possuem grandes muros.

⁵⁸¹ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 140. A autora chama a atenção, contudo, para alguma invisibilidade do ponto de vista arqueológico das actividades entre Charuhen (Tell el-Ajjul) e Biblos, mas adianta uma explicação: «Part of this problem may certainly be due to our own poor understanding of LB IB period, to which the reigns of Thutmose III through Thutmose IV belong. Although lasting for approximately 75 years, the period is fraught with identity problems, and may scholars doubt its existence as a distinct archaeological phase. The problem stems from the fact that LB IB is primarily defined by ceramic forms that it lacks (bichrome, chocolate-on-white, stirrup jars, etc.) and by the sites that weren't inhabited during it (such as Tell Beit Mirsim and Tell el-Fara'ah South, among others. Compounding the inherent difficulty in identifying LB IB strata, the apparent lack of Egyptian buildings in Syria-Palestine may be due in part to a paucity of excavation in certain key areas. Gaza, for instance which could well have been the center of Egyptian administration in Canaan, lies buried underneath the present-day metropolitan center. Similar problems arise with regard to coastal Lebanon. Generally sites adjacent to a good natural harbors – i.e., the very sites that the Egyptians would have concentrated their efforts upon – have been more or less continuously occupied up until modern times. Egyptian bases located just outside Canaanite towns, on the other hand, may well have escaped notice due to the fact that archaeologists until relatively recently have focused their excavations primarily upon ancient tells.» Idem, pp. 140-141.

⁵⁸² Idem, pp. 4-8.

⁵⁸³ *Ibidem*.

- *Djemi* ou *demi* (*dmi*) é outro termo que encontramos para este período e que designa «cidade» ou «assentamento», e é também aplicada como sinónimo de *mennu* (cidade-fortaleza) e como designação de sedes administrativas individuais na Síria-Palestina. As *demi* são representadas também nos «Caminhos de Hórus» nos relevos de Seti I em Karnak. Este termo será empregue para aludir àquelas bases onde há um substancial número de população a residir.

Só temos uma referência à construção de uma fortaleza *mennu* para o período do reinado de Tutmés III, o que é interessante porque nos conduz a duas importantes conclusões. A primeira é, como já mencionámos, o facto das estruturas locais terem sido usadas pelos Egípcios. Embora não possamos corroborar a existência de edificações egípcias pelo registo arqueológico, documentalmente as referências textuais parecem sugerir que, pontualmente, elas tenham sido construídas, como será o caso de uma torre de vigia que terá sido construída durante o período de cerco a Meguido, e uma fortaleza a este da cidade («Menkheperre cerca os palestinos»), depois de se perceber que o cerco seria prolongado⁵⁸⁴. Isto não só demonstra que as estruturas locais levantinas eram boas, como nos faz questionar se outras torres de vigia não terão sido usadas para além das cidades controladas com objectivos de controlo da área. A segunda, tem que ver concretamente com a fortaleza *mennu*. Para além de só termos uma referência documental para este reinado, as únicas fortalezas *mnnw* atestadas documentalmente são da XIX dinastia e circunscrevem-se às zonas que ligam o Egipto e a Líbia⁵⁸⁵, o que nos permite deduzir que as instalações/bases militares na Síria-Palestina não só eram de pequena dimensão como tinham uma função de vigilância e não de controlo tão apurado e forte, aparentemente, como na Núbia, por exemplo.

Quanto à fortaleza *mennu* do reinado de Tutmés III, supõe-se que ela terá sido construída durante o cerco a Meguido⁵⁸⁶, como acima se referiu, sendo geralmente apontadas como possíveis localizações tanto Biblos como Ullaza, mas há outras sugestões, como Sidon e Tiro⁵⁸⁷. Tanto Biblos como Ullaza parecem ser para os investigadores os locais mais prováveis. Ambas seriam boas opções (bons recursos de madeira, bases costeiras, boas ligações terrestres), mas se contarmos com a hipótese da sua construção ser datável do

⁵⁸⁴ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 150-151. Outra designação para a fortificação: «Menkheperre cerca os asiáticos»; ver ARAÚJO, A batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, p. 107.

⁵⁸⁵ Idem, p. 160.

⁵⁸⁶ Idem, p. 153.

⁵⁸⁷ Cf. Idem, pp. 154-155. Para as relações com Biblos ver SHAW, Egypt and the outside world, *The Oxford History*, pp. 327-328.

período de cerco a Meguido, as distâncias são significativas. Porém, se por um lado parece lógico que essa construção fosse em Ullaza, uma vez que se trata de um local mais distante, onde eventualmente se poderia «jogar» a fronteira com o inimigo, e onde faria sentido ter uma estrutura com uma dimensão maior, por outro, os dados não parecem compatíveis, porque há uma grande distância entre Meguido e Ullaza, e isso não se associa com as campanhas militares que se seguem. Portanto, ainda que Biblos também estivesse distante de Meguido, a sua tradicional posição pró-egípcia pode ser sido uma mais valia, não só porque se projecta uma imagem a norte de Biblos, como também a sul dessa cidade, quase que, digamos, encurralando e não deixando grande margem à resistência inimiga das cidades entre Meguido e Biblos.

«[na terra do Retenu, na fortaleza que sua majestade construiu com as suas vitórias, no meio dos chefes do Líbano, cujo nome é “Menkheperré subjuga os nómadas”].»⁵⁸⁸

«Uma barca de remos de madeira de pinho foi feita (?) para a minha majestade [...] na costa do Líbano, na fortaleza [...]»⁵⁸⁹

Outro dado interessante é o facto das bases egípcias estarem encarregues de mandar relatórios para o vizir⁵⁹⁰, algo que dará origem, no reino de Amen-hotep III ou de Akhenaton, a um departamento específico para tratar de assuntos ligados ao «império».

Ainda que tenhamos, em suma, cidades que são submetidas ao poder faraónico e fortificações que são ocupadas pelas suas tropas, será legítimo levantar a hipótese de terem existido pequenos fortes além das grandes cidades costeiras para vigiar um espaço que não só era vasto como possuía realidades sociais diversas, sobretudo na zona mais interior, que era percorrida por grupos nómadas. Tal como na Núbia, os nómadas eram imprevisíveis, não faziam uma «guerra aberta», e a sua constante mobilidade dificultava o seu controlo. Neste contexto, relembremos Beth-Shean e Ienoam, assentamentos que são possíveis bases egípcias, embora os vestígios materiais de Beth-Shean para a XVIII dinastia, por exemplo, sejam poucos⁵⁹¹. Localizados junto ao rio Jordão, não se trata de cidades portuárias, e, ainda que estejam conectadas com importantes rotas terrestres, é de considerar a hipótese de serem

⁵⁸⁸ *IEI*, p. 97.

⁵⁸⁹ *IEI*, p. 124.

⁵⁹⁰ MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 158.

⁵⁹¹ Donald Redford defende que Beth-Shean fora, na XVIII dinastia, um importante centro de armazenamento e de organização da corveia. Na XIX dinastia terá sido usada também como um centro de depósito de carros; cf. REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 207.

também elementos para controlar estas populações não sedentárias. Aliás, excluindo a fronteira a norte e a sua marca, o grande problema dos Egípcios no controlo da Síria-Palestina será, com grande incidência a partir da XIX dinastia, se não antes, os nómadas Chasu, «corredores da areia».

A representação que apresentamos, ao lado, embora seja de uma cronologia posterior e de uma localidade dentro do próprio Egipto (Amarna–Akhetaton), ela prova a existência e o uso de pequenos fortes, sendo muito provável que estes recursos fossem também usados como pontos de vigia e controlo na Síria-Palestina⁵⁹².

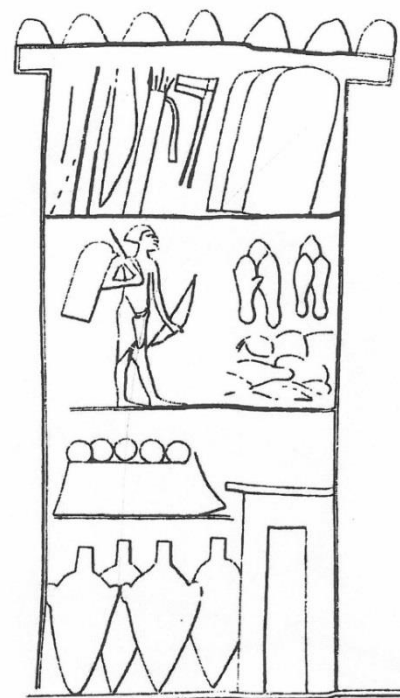


Figura 5 – Pequeno forte de Akhetaton (Amarna) proveniente do túmulo de Mahu, chefe dos Medjai. Extraído de MORKOT, *Historical Dictionary*.

2.4) Guarnições militares: recrutamento, treino e missões

Assegurar o domínio político sobre uma zona potencialmente hostil só poderia ser feito através de uma presença permanente de tropas egípcias no terreno. Esta prática não era nova, e a estratégia adoptada para a Ásia foi fruto de uma experiência anterior, na Núbia. No entanto, quer a tenaz resistência levantina quer as pressões do poder mitânio ditaram a necessidade de um controlo mais apurado do espaço, problemas aos quais se juntam os Chasu⁵⁹³, e outros nómadas. Assim sendo, a presença de destacamentos do exército egípcio na Ásia era vital e a presença de guarnições teria que ser permanente⁵⁹⁴.

Esta política egípcia aplicada à Síria-Palestina terá sido possível, em grande medida, devido às inovações que se registam no início do Império Novo e também no reinado de Tutmés III, no campo da organização militar:

⁵⁹² Esta ideia poderá ser sobretudo aplicada à região de Canaã, pois possivelmente os assentamentos nesta região não seriam todos amuralhados, com migdol e torres de vigia através dos quais poderiam controlar o espaço envolvente. Em tempos de ameaça, as populações refugiar-se-iam nas cidades amuralhadas. Cf. PATON, *The Civilization of Canaan...*, *The Biblical World*, p. 25; BURKE, *The Architecture of Defense*, p. 266.

⁵⁹³ «Local troops would have been busy in their attempt to repel local marauders, especially the tribes circulating around the borders of eastern and southern Palestine». SPALINGER, *The Army, The Egyptian World*, p. 125.

⁵⁹⁴ SPALINGER, *The Army, The Egyptian World*, p. 123.

- A criação de um grupo de militares permanentes, uma nova concepção dos militares enquanto categoria social e profissional⁵⁹⁵.
- Um desenvolvimento gradual do exército egípcio e uma complexificação do sistema de administração⁵⁹⁶.

Embora saibamos que o sistema de recrutamento egípcio para o exército era baseado na hereditariedade do cargo, ou seja, os militares seriam geralmente oriundos das mesmas famílias⁵⁹⁷, não sabemos como eram escolhidos os destacamentos que deviam permanecer na Ásia. No entanto, as Cartas de Amarna distinguem claramente dois tipos de exército, um exército de guarnição, e um exército de campanha⁵⁹⁸. Segundo Graciela Gestoso Singer, enquanto que o exército de guarnição estaria nas suas bases egípcias na Síria-Palestina, o de campanha estaria estacionado nas fortalezas no Nordeste do Delta⁵⁹⁹, e integraria as campanhas militares levadas a cabo pelo faraó, entre as quais se podiam incluir, aquelas que tinham lugar para esmagar revoltas, e para as quais o exército de guarnição não teria sido suficiente para resolver.

Quantos soldados integrariam, portanto, o exército de guarnição? Os números parecem variar entre vinte a cem homens por destacamento⁶⁰⁰. Este número reduzido indica que o controlo egípcio era pontual sobre o território, que o uso das estruturas e sistemas locais foi fundamental, e que ter um exército em permanência neste espaço seria dispendioso. Para além disso, a existência destes homens era vital, não só do ponto de vista do controlo político e militar, como também das incumbências que tinham noutros níveis, como o aprovisionamento de madeira de cedro.

⁵⁹⁵ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, p. 215.

⁵⁹⁶ «By the reign of Thutmose III, the chariot divisions with their leaders had come to the fore in the military. 'Field marshals' of non-royal blood ran the officer class. The gradual transformation of a marine-oriented army to a land-based one entailed the establishment of a new and increasingly important career path. The military had become a powerful corporation in its own right, and with the king leading it in person, the ethos of the army and the concept of kingship had altered.» SPALINGER, *The Army, The Egyptian World*, p. 123

⁵⁹⁷ Embora o sistema fosse essencialmente hereditário, havia a possibilidade de outros fazerem parte do exército, tendo para isso que dispor de alguns recursos mínimos, o que significa que o exército se torna num sistema elitista de base, até porque os soldados deveriam ter, à partida, meios para se equiparem. Os carros, por exemplo, eram adquiridos pelos soldados que tivessem posses para isso, e os cavalos seriam fornecidos pelo faraó. Cf. MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, pp. 144-151.

⁵⁹⁸ EA 112.

⁵⁹⁹ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 68.

⁶⁰⁰ GESTOSO, *Las técnicas de la dominación...*, *Aegyptus Antiqua*, 10, p. 52.

«São os meus soldados que cortam os troncos de madeira de cedro⁶⁰¹ [nas colinas da terra de deus] para os monumentos dos meus antecessores, todos os deuses do Alto e Baixo Egito.»⁶⁰²

A principal tarefa destes militares seria, essencialmente, vigiar as actividades dos príncipes levantinos, controlar e garantir a viabilidade da circulação de bens, que seriam canalizados para o Egito, em grande parte, pelo pagamento do tributo que os locais teriam que fazer ao faraó, por serem seus dependentes, e também vigiar a movimentação das populações nómadas. Tal como já foi referido, embora às cidades locais fosse permitido ter um pequeno número de soldados, sabemos que as elites militares, como os *mariannu* foram incorporados no exército egípcio, embora não tenhamos referências que nos permitam afirmar se fizeram parte do exército de guarnição ou do exército de campanha. De qualquer modo, para além de serem excelentes guerreiros, a sua procedência era uma vantagem, na medida em que o seu conhecimento do território seria mais apurado⁶⁰³.

Se partirmos da ideia de que existiriam pequenos fortes de vigia do território além da fortaleza onde estaria a guarnição egípcia, será adequado questionarmo-nos, também, como e em que moldes seria feita uma inspecção do território envolvente. Seriam pequenas unidades de infantaria e carros? Algumas representações egípcias parecem adiantar outra possibilidade que, tradicionalmente, não é muito desenvolvida em egiptologia: o uso do cavalo sem ser associado ao carro, portanto, o



Figura 6 – Tarefas florestais na Ásia. Reinado de Ramsés II. Extraído de MORKOT, *Historical Dictionary*.

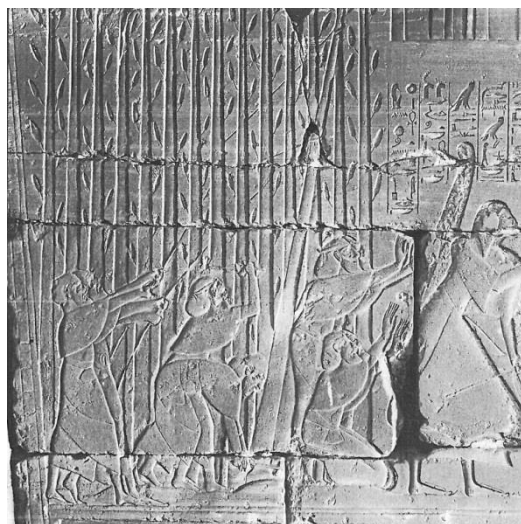


Figura 7 - Asiáticos cortam árvores. Reinado de Seti I. [Extraído de ANEP, p. 110.]

⁶⁰¹ Galán traduz como «madera de pino», ou seja, madeira de pinho. Contudo, parece-nos algo estranho que não seja uma referência à tão desejada e afamada madeira de cedro.

⁶⁰² *IEI*, p. 124.

⁶⁰³ Violeta Pereyra de Fidanza, que fez um estudo sobre os *mariannu*, também considera a hipótese de terem sido integrados nos domínios egípcios. Cf. FIDANZA, Los maryannu..., *REE*, 3, p. 53.

montar a cavalo. Enquanto a infantaria seria de mobilidade lenta, e o carro seria pouco eficaz nas zonas montanhosas da Síria e da Palestina, o uso do cavalo como método de transporte era muito mais eficaz, quanto ao terreno e quanto à velocidade de deslocação⁶⁰⁴. Sugere-se, aliás, que um dos primeiros exemplos destas representações a cavalo seja do próprio Tutmés III⁶⁰⁵.

O abastecimento das guarnições egípcias estaria a cargo dos súbditos levantinos, que cultivavam os territórios junto às cidades de guarnição⁶⁰⁶. Para além dos alimentos que deviam fornecer às tropas egípcias destacadas, tinham que pagar tributo ao Egipto, que consistia em diversas matérias-primas e em espécies, mas também estavam encarregues de realizar tarefas florestais. Além disso, deviam assegurar a viabilidade das vias terrestres para as tropas do faraó⁶⁰⁷.

As Cartas de Amarna permitem-nos apurar, por outro lado, que em determinado momento as guarnições egípcias no Levante se tornam estruturais na orgânica política destas cidades pois, como já tivemos oportunidade de analisar no capítulo I, o tipo de relação vertical destes núcleos pressupunha não só deveres como também direitos, e o seu direito base era o da protecção militar, embora cada cidade tivesse também o dever de a proteger⁶⁰⁸.

«Cada vez que o [r]ei do Mitanni estave em guerra com os teus antepassados, os teus antepassados não abandona[ram] os [meus] antepassados.»⁶⁰⁹

«Pensa que para os meus antepassados havia uma guarnição [do rei], e de ví[veres] da parte do rei estavam à sua disposição; ora, no meu caso, [não há para mim nem ví]veres nem guarnição da parte do rei.»⁶¹⁰

A permanência em guarnições não parece ter sido de todo a actividade mais apreciada pelos soldados egípcios. Para além de estarem longe das Duas Terras, onde todos queriam obviamente vir a morrer, a permanência na guarnição deve ter sido entediante, e isso está explícito no *Papiro Anastasi IV*, numa carta que será provavelmente de um oficial de uma guarnição asiática, onde ele se queixa que as árvores não têm frutos, que o calor é

⁶⁰⁴ SCHULMAN, *Egyptian representations...*, *JNES*, p. 264.

⁶⁰⁵ Cf. *Ibidem*. Objectos procedentes das escavações arqueológicas do «templo de milhões de anos» de Tutmés III, levadas a cabo por uma equipa espanhola liderada por Miriam Seco, parecem demonstrar esta mesma prática. MARTÍNEZ-BABÓN, *Fragments de Relieves...*, *Egiptologia Ibérica*, II, p. 671.

⁶⁰⁶ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 70. Cf. *EA* 105.

⁶⁰⁷ *EA* 196.

⁶⁰⁸ Cf. *EA* 114. Ver também REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 203-207.

⁶⁰⁹ *EA* 109.

⁶¹⁰ *EA* 121.

interminável, que as moscas e os mosquitos o atormentam, entre outras reclamações⁶¹¹. Em algumas fortalezas existem indícios que seria prática as famílias dos soldados viverem nos arredores, junto à guarnição⁶¹². No entanto, não podemos comprová-lo para a Ásia. A desconfiança perante o asiático, essa, manter-se-á sempre⁶¹³.

a) «Homens do rei»: «diplomatas», agentes, mensageiros e «espiões»

Uma das problemáticas transversais aos estudos deste período que diríamos «imperial» tem que ver com uma designação que é comumente usada pela historiografia, o termo «comissário». Esta terminologia um tanto ou quanto dúbia quando tentamos, ao certo, especificar as suas funções, parece ser incapaz de estabelecer de forma clara uma categoria dentro da complexa burocracia egípcia, nomeadamente nestes contextos cronológico-espaciais. Esta terminologia, frequentemente usada nas Cartas de Amarna, tanto na sua tradução e edição francesa (1987) como inglesa (1992), parece atestar que durante o período da sua redacção (reinados de Amen-hotep III e Akhenaton) a administração egípcia da Síria-Palestina tinha-se desenvolvido, dividindo-se em três centros administrativos: Amurru (que era gerida a partir de Sumur), Upi (cujo centro seria Kumidi) e Canaã (controlada a partir de Gaza)⁶¹⁴. Assim, e considerando que a administração deste espaço no reinado de Tutmés III é essencialmente um modelo de guarnição, estes «comissários» serão posteriores? Reflectem uma burocratização da gestão do espaço?

Se as Cartas de Amarna são, por um lado, uma das fontes mais importantes para podermos perceber o papel de certas pessoas que ao serviço do faraó, eram vitais para o funcionamento de um sistema em rede, por outro, elas reflectem um rico intercâmbio de mensagens não só com os reinos dependentes do soberano egípcio da Síria-Palestina, como também com outros grandes poderes da época. As Cartas de Amarna são também uma evidência da diplomacia – o tratamento pessoal e formal do início das cartas, quando o remetente se dirige ao destinatário, reflecte bem um jogo político baseado em equilíbrios e desequilíbrios políticos. Embora vejamos que o faraó trata diversos soberanos estrangeiros como «irmão», essa menção é puramente formal e diplomática, uma vez que o pensamento egípcio só concebe relações de verticalidade e não horizontais, como à partida essa colectânea de cartas poderão deixar transparecer.

⁶¹¹ MORKOT, Tédio, *Historical Dictionary*, p. 50.

⁶¹² MORKOT, Guarnição, *Historical Dictionary*, pp. 94-96.

⁶¹³ Cf. FIDANZA, Los maryannu..., *REE*, 3, p. 61.

⁶¹⁴ HUSSON; VALBELLE, *L'État et les Institutions*, p. 66; e SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 67.

A transferência destas comunicações estava a cargo de mensageiros, os *iputi* (*ipwty*)⁶¹⁵. Esses mensageiros deviam reunir uma série de qualidades e competências para desempenharem o cargo, nomeadamente serem bons escribas, guias e intérpretes. Estavam encarregues de diversas tarefas, entre as quais trocar correspondência diplomática, comunicar mensagens orais, ler mensagens reais (funcionando muitas vezes como intérprete das mesmas ou usando um indivíduo específico para o fazer), fazer a troca de presentes entre soberanos, levar para o Egito as princesas estrangeiras dadas em casamento, recolher tributo para o faraó, e informar a corte egípcia sobre a política estrangeira⁶¹⁶. Graciela Gestoso Singer adianta ainda alguns atributos de carácter militar que estes deviam ter, entre os quais serem bons arqueiros e bons cavaleiros⁶¹⁷, o que reforça não só a ideia da necessidade de alguma celeridade na troca de correspondência como também que o mensageiro devia saber defender-se⁶¹⁸.

Um mensageiro, como vimos, não era pura e somente um indivíduo responsável por fazer circular correspondência. No fundo, ele actuava como um representante do rei, e por isso as suas missões e a sua designação estavam a cargo do vizir⁶¹⁹. Embora não tenhamos grandes referências aos mensageiros do período de Tutmés III, terá certamente existido uma rede operacional de mensageiros, pura e simplesmente porque o domínio de um espaço tão vasto necessitava garantidamente de uma conexão com o Egito. Conhecemos, no entanto, o caso de um oficial para este reinado que é designado como mensageiro real, Nakht⁶²⁰. Uma vez que a burocracia deste período é pautada, claramente, por um acumular de cargos, e visto que, numa primeira fase, a preponderância do gerir o Levante esteve nas mãos de militares, poderão ter sido estes também eles mensageiros? Atendendo ao facto de que a troca de correspondência não era somente com príncipes e reis da Ásia Menor, mas também com os oficiais egípcios destacados no terreno, parece que isto poderá fazer sentido, até porque as próprias guarnições poderiam, quiçá, trocar cartas e informações entre si.

Os mensageiros, enquanto elementos da diplomacia antiga, eram autênticos elementos de comércio, pelas trocas de bens que estavam associadas às suas funções, assim como

⁶¹⁵ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 71.

⁶¹⁶ Idem, p. 72. Ver também REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 160-169.

⁶¹⁷ *Ibidem*.

⁶¹⁸ Na famosa Sátira dos Ofícios, diz-se a respeito desta função: «The courier goes out to a foreign country, after he has made over his property to his children, being afraid of lions and Asiatics. And what of him, when he is in Egypt? When he arrives thence from the meadows and he reaches his home in the evening, the traveling has cut him down. His house is (only) an apron of brick. He does not return happy of heart.» ANET, p. 433.

⁶¹⁹ BRYAN, *Administration in the reign... Thutmose III: a new biography*, p. 92.

⁶²⁰ *Ibidem*.

elementos de vigia das actividades dos reinos onde eram enviados⁶²¹. Por isso, e pela importância destes, o código de conduta «internacional» das cortes para com os mensageiros, pressupunha que estes seriam bem tratados⁶²², e não deveriam ser retidos. Esse facto está de resto mencionado na estela de Gebel Barkal, datável do reinado de Tutmés III, onde o rei afirma: «[...] coloquei (?) o meu terror nos confins da Palestina e o meu comissário não é retido»⁶²³. No período de Amarna, os mensageiros estrangeiros chegavam a ficar retidos no Egipto durante largos períodos (de um a seis anos)⁶²⁴, suscitando o inconformismo dos monarcas estrangeiros⁶²⁵. Analisando a correspondência entre os pequenos reinos da Síria-Palestina que estavam sob o domínio faraónico, para além das reclamações constantes típicas do período amarniano, verificamos que estes também enviavam os seus próprios mensageiros à corte egípcia e a outras cidades levantinas próximas, embora não fique claro se se trata de mensageiros egípcios agregados a uma divisão administrativa ou cidade ou mensageiros locais⁶²⁶.

Este grande sistema de troca de correspondência levará à necessidade da corte egípcia criar um departamento exclusivamente dedicado a esse efeito⁶²⁷. No Império Novo tardio a figura do mensageiro tornar-se-á num elemento romântico no âmbito literário⁶²⁸.

Um mensageiro era, no fundo, também ele um «diplomata» e um espião. Porém, a espionagem também terá tido outros âmbitos, particularmente no que respeita às actividades bélicas, embora não tenhamos documentação sobre o assunto⁶²⁹. Mas é de crer que tenha sido uma mais-valia nos tradicionais elos de ligação pró-egípcios, como será o caso de Biblos. Outras figuras que poderão ter tido um grande papel neste sistema de espionagem serão os comerciantes, as redes de intercâmbio de bens, que podiam ser «estatais» ou privadas⁶³⁰. Uma

⁶²¹ GESTOSO, Los mensajeros..., *REE*, 3, p. 66.

⁶²² «Lorsque j'ai vu tes [m]ess[a]gers, j'ai été très heureux. Certainement tes messagers séjourneront chez moi, et feront l'object d'une gran[de solli]citude.» EA 16.

⁶²³ Cf. *IEI*, p. 124

⁶²⁴ GESTOSO, Los mensajeros..., *REE*, 3, p. 68.

⁶²⁵ «Quant au retard avec lequel tes messagers t'ont rejoint, c'est que les Sutéens les poursuivaient (et) ils étaient en danger de mort. [Je] les ai re[ten]us jusqu'à ce que j'aie pu écrire et faire saisir pour moi les Sutéens qui (les) poursuivent. Il ne faut sûrement pas que mes messagers soient empêchés de me rejoindre. Pourquoi des messagers devraient-ils rester constamment au soleil et ainsi mourir au soleil? Si rester au soleil signifie un profit pour le roi, que'il (le messager) reste dehors et qu'il meure là au soleil, (mais) il faut que'il y ait un profit pour le roi lui-même. Ou si[n]on, pourquoi [mou]rraient-ils au soleil? Quant aux messagers que nous avons éch[angés] ... gardent-ils [mês] messagers en vie? On les fait mourir au soleil!» EA 16.

⁶²⁶ Cf. EA 87, EA 88, EA 92, EA 114, EA 117, EA 147, EA 161, EA 162, EA 171.

⁶²⁷ MOHAMMAD, The administration of Syro-Palestine..., pp. 123-125.

⁶²⁸ BRYAN, Administration..., *Thutmose III: a new biography*, p. 92.

⁶²⁹ Do reinado de Amen-hotep II temos a seguinte referência: «Logo, quando sua majestade viajava até ao Sul pela planície de Sharon, descobriu um comissário do chefe de Naharina levando uma carta selada de argila ao pescoço (...)» *IEI*, p. 157.

⁶³⁰ Veja-se, a título de exemplo, MORENO GARCÍA, The "other" administration..., *Ancient Egypt Administration*, pp. 1029-1065.

vez que eram viajantes, certamente estavam a par de diversas situações, de forma directa ou indirecta.

Um documento do reinado de Amen-hotep II deixa-nos conhecer o tipo de tratamento que os mensageiros estrangeiros teriam na corte egípcia no que respeita ao fornecimento de provisões alimentares durante a sua estadia. Genericamente, tinham direito a uma jarra de cerveja e a pouco mais do que um saco de trigo⁶³¹.

Para além do mensageiro, temos ainda outra figura que são os agentes *rudju* (*rwḏw*)⁶³², e que eram responsáveis pela supervisão das actividades agrícolas (uma das obrigações dos subordinados levantinos), tendo ainda a supervisão das bases de abastecimento egípcias⁶³³. Os agentes eram também enviados do rei para a realização de uma tarefa em específico. Caso disso é o de Sennefri, que foi enviado ao Líbano para procurar madeira de cedro para o templo de Amon em Karnak⁶³⁴. Mas, seriam eles agentes, pessoal que diríamos militar ou «civil»?

Já tivemos oportunidade de mencionar que os cargos no antigo Egipto não podem ser definidos de forma *tout-court* no que respeita às suas funções, até porque há uma série de cargos cumulativos. No entanto, J. J. Shirley apresenta uma nova abordagem sobre o assunto, chamando a atenção para o facto de que embora muitos oficiais apresentarem referências de carácter militar nas suas biografias, isso não significa que tenham sido militares, ou que tenham desempenhado funções desse tipo, como fazer parte integrante das tropas⁶³⁵. Um dos casos contemporâneos de Tutmés III é o de Tjanuni, o qual embora esteja associado ao exército, as suas funções são mais administrativas do que orientadas propriamente para um envolvimento pessoal no momento das batalhas⁶³⁶.

Em suma, estes indivíduos podiam somar uma ou mais funções e funcionavam como elementos fundamentais para a actuação egípcia no terreno, e na manutenção das possessões asiáticas.

⁶³¹ *IEI*, pp. 168-169.

⁶³² SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 71.

⁶³³ *Ibidem*.

⁶³⁴ SHIRLEY, What's in a title? *Egypt, Canaan and Israel*, p. 302. A cena repete-se-á nos finais da XX dinastia, quando o funcionário Uenamón vai a Biblos obter madeira de cedro para a barca de Amon em Karnak; ver GARDINER, *Egypt of the Pharaohs*, pp. 306-313.

⁶³⁵ Cf. SHIRLEY, What's in a title?, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 291-318.

⁶³⁶ *Idem*, p. 298.

b) Os mercenários

Tem sido genericamente aceite que os Egípcios recorreram, ao longo da sua história, a forças militares suplementares, isto é, a tropas estrangeiras, normalmente designadas como mercenários. Essa prática ter-se-á tornado recorrente a partir do Império Antigo, mais concretamente na VI dinastia, com o recrutamento e a integração de soldados núbios no exército faraónico⁶³⁷. Estes elementos provinham de tribos da Baixa Núbia, que estavam, por razões geográficas, mais articuladas com as Duas Terras⁶³⁸.

Os Núbios, famosos pelas suas habilidades com o arco e a flecha, tornaram-se uma mais-valia no exército egípcio, de tal modo que no Império Novo eles eram uma força auxiliar importante, a qual os Egípcios já não dispensavam. Alguns grupos núbios, como os medjai, poderão ainda ter sido usados nas investidas militares como tropa de choque⁶³⁹. Os medjai, que terão lutado do lado egípcio durante o período hicsu, eram aliados egípcios e mais tarde tornar-se-iam unidades de elite ao serviço do faraó⁶⁴⁰.

Também nesta época, foram integrados inicialmente nos corpos auxiliares do exército guerreiros asiáticos, os quais, cativos e subordinados do rei egípcio, tornaram-se membros do seu exército. Caso disso são os *mariannu*, mas ao longo de todo o Império Novo, verifica-se uma integração mais alargada de grupos asiáticos, como por exemplo os chardanos.

Embora estas considerações sejam comumente aceites pela egiptologia, o assunto necessita de uma revisitação e de um aprofundamento sobre as questões que envolvem estes grupos não egípcios, a começar, antes de mais, pela própria designação que lhes é atribuída. Anthony Spalinger chama a atenção exactamente para este ponto, uma vez que considera que a terminologia que tem sido aplicada, ou seja, a de mercenários, não corresponde, em grande medida, à situação destes estrangeiros. Mercenário, em linhas gerais, é aquele que é pago pelos seus serviços. Ora, quando confrontamos esta ideia com a situação dos *mariannu*, por exemplo, verificamos que há uma dissonância entre o estatuto teórico e estatuto prático. No fundo, eles são cativos, portanto, não podemos falar de uma prestação de serviços que tem na base um pagamento. Por outro lado, eles são integrados a pouco e pouco na sociedade egípcia, tornando-se nativos⁶⁴¹, e «although separate in many respects from the natives, they were also

⁶³⁷ KENDALL, Egypt and Nubia, *The Egyptian World*, p. 406.

⁶³⁸ *Ibidem*.

⁶³⁹ MARTÍNEZ-BABÓN, *Historia Militar*, p. 116.

⁶⁴⁰ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 79. Um pequeno número de Medjai estava ligado à protecção das necrópoles reais em Tebas e residiam no lado ocidental. O posto de «chefe dos Medjay» no Império Novo tardio era um dos mais altos cargos no Egipto. MORKOT, Medjay, *Historical Dictionary*, p. 135.

⁶⁴¹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 8.

soldiers of the Egyptians who lived and died within the Nile Valley.»⁶⁴² Esta hipótese não causa espanto, até porque se trata de uma prática egípcia bastante comum, a da assimilação dos estrangeiros. De outro modo seria de espantar como é que a alguns deles (veteranos) foram concedidas terras no Egipto⁶⁴³. Portanto, estamos a falar, exactamente, de mercenários?

A questão central é, no entanto, sabermos porque é que um reino como o Egipto, que se torna militarizado no Império Novo, necessita de forças auxiliares para integrar o seu exército. Não teriam soldados suficientes? Os estrangeiros eram usados em situações onde o confronto seria mais difícil ou violento? Os estrangeiros seriam usados estrategicamente pelos seus conhecimentos de outras geografias, e de como lidar com outros povos?

Todas estas hipóteses parecem viáveis, porque o Egipto estenderia o seu domínio sobre vastas áreas da Síria-Palestina, de difícil controlo, não só pelas características muitas vezes geográficas como pela existência de sociedades guerreiras. Os conhecimentos práticos do terreno e o facto de terem lidado directa ou indirectamente com o poder rival, o Mitanni, tornavam estas gentes, eficazes soldados que, para além da sua excelência técnica, conheciam bem as realidades de onde provinham. O exército egípcio teve, para além disso, que fazer a manutenção do seu domínio sobre o Levante, onde deixou tropas em permanência, reduzindo as forças de um exército em combate, e criando novos núcleos de tropas em permanência. Ainda que o número de soldados em guarnição não fosse elevado, eram elementos que se iam subtraindo do grupo central⁶⁴⁴.

Ainda que falemos, em maioria, de asiáticos e núbios como elementos integrantes do exército faraónico, outro povo tem sido apontado como um possível núcleo de mercenários ao serviço do Egipto, os Micénicos. As relações com o Egeu datam, pelo menos, do período hicsu, uma vez que a arqueologia comprova a presença de cerâmicas procedentes da região micénica em Auaris. Contudo, ainda que tenhamos material arqueológico que ateste um intercâmbio, não podemos afirmar se essa relação foi directa ou intermediada pelo Corredor siro-palestino.

Embora as representações iconográficas dos povos do Egeu (os Keftiu) sejam um problema, na medida em que são sempre representações do povo minóico, quando seria de

⁶⁴² SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 171.

⁶⁴³ MORKOT, Mercenários, *Historical Dictionary*, p. 141. Note-se que alguns estrangeiros podiam atingir altos cargos na administração egípcia, sendo um bom exemplo o caso do vizir Aperel, de origem asiática, no reinado de Akhenaton; ver HORNUNG, *History of Ancient Egypt*, p. 100. A colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian tem uma cabeça de um núbio que poderá ilustrar a ascensão social da personagem; ver ARAÚJO, *Arte Egípcia*, pp. 72-73.

⁶⁴⁴ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 8.

esperar uma representação também do povo micénico⁶⁴⁵, um fragmento de um papiro do período de Amarna, hoje presente no British Museum, parece sugerir através da iconografia, e através de uma análise ao equipamento usado pelos soldados, o uso de micénicos nas tropas egípcias. No entanto, não se pode tirar uma conclusão definitiva, podendo afirmar-se somente que, pelo menos, há nas representações amarnianas alguma influência do estilo micénico. Ainda assim, a grande quantidade de cerâmicas encontradas em El-Amarna revelam algum grau de contacto cultural⁶⁴⁶. Contacto cultural esse que está expresso documentalmente nas listas topográficas de Amen-hotep III, faraó ao qual se atribuem relações diplomáticas com o Egeu, mas que para alguns investigadores terá sido precedido nesse feito por Amen-hotep II⁶⁴⁷.

Embora saibamos que a destruição de Cnossos seja datada de 1400 a. C, e tendo em linha de conta o papiro de Amarna, e o facto de alguns autores apontarem que forças gregas poderão terão ajudado os tebanos na luta contra os hicsos⁶⁴⁸, será viável sugerir que soldados procedentes dessa região poderão ter sido usados por Tutmés III na Síria-Palestina? Poderiam ser, à semelhança dos medjai núbios, tropas de choque? Estes eram vistos como autênticos mercenários, guerreiros que lutam fora das suas terras, fazendo-o a troco de ouro? Ou serão estas novas forças que mudaram o cenário político de Creta procedentes do Egipto e do Levante?⁶⁴⁹

Estas são questões para as quais por agora não existe resposta, mas cuja pertinência nos parece de maior importância para que possam surgir novas problemáticas e novas propostas de investigação.

2.5) A logística: abastecimentos a longa, média e curta distância

Quando nos detemos na questão relativa aos abastecimentos, verificamos que eles se determinam conforme as circunstâncias, consoante se trate de uma campanha militar ou de uma presença permanente no terreno.

O abastecimento não se reduz à provisão de bens alimentares, mas também inclui o acesso a água, e a movimentação de uma série de infra-estruturas móveis para apoiar as viagens do exército e os seus objectivos militares no teatro de operações, como o seja o

⁶⁴⁵ SCHOFIELD; PARKINSON, Of Helmets and Heretics..., *ABSA*, p. 159.

⁶⁴⁶ Idem, p. 170.

⁶⁴⁷ Cf. Idem, p. 158.

⁶⁴⁸ Cf. STUBBINGS, The Rise of Mycenaean Civilization, *CAH*, p. 634.

⁶⁴⁹ STUBBINGS, The Rise of Mycenaean Civilization, *CAH*, p. 635.

transporte de elementos para acampar e equipamento suplementar, como armas. Para isso, um grande corpo não militar acompanhava as marchas dos exércitos, sendo responsável pelo transporte e controlo destes elementos⁶⁵⁰. Entre estes estão os escribas do exército, que para além do seu papel de testemunho e relato escrito dos feitos militares do faraó e das suas tropas, também terão tido uma importante função no que respeita ao controlo e registo dos bens que o exército levava consigo. Muitas das biografias que nos chegam de personagens que integraram estas expedições militares, referem-se ao facto de terem seguido o faraó, levando muitas vezes os historiadores a assumirem que eles foram soldados, e que se envolveram directamente nos actos das batalhas. Como chama a atenção J. J. Shirley, muitos oficiais tinham funções mais «civis», diríamos, do que propriamente militares⁶⁵¹.

Quanto ao abastecimento em campanha, tendo em linha de conta que um soldado em marcha não pode transportar mais de trinta quilos, nem carregar provisões para mais de dez a onze dias⁶⁵², seria necessário para os serviços egípcios de logística arranjar soluções alternativas de abastecimento, dado que as marchas por terra eram bastante demoradas. Segundo os cálculos de Anthony Spalinger, o mínimo de comida que um homem precisaria seriam 6,6 quilos de cereal e 1,9 litros de água. Para os cavalos, eram necessários 22 quilos de forragem e 30 litros de água⁶⁵³. O mesmo autor chama a atenção para o facto de climatericamente a Síria-Palestina ser um sítio mais quente do que a actual Europa e de que os recursos de água potável em terra não eram assim tão abundantes⁶⁵⁴.

A primeira das soluções era ter uma rota entre o Delta e Canaã que permitisse ser uma via de fornecimento de provisões em marcha, e assim o eram os «Caminhos de Hórus». De um ponto ao outro, entre Tjaru, e Gaza ou Charuhen, esta rota de passagem também funcionava como um ponto de apoio alimentar. A primeira expedição militar de Tutmés III, que desembocará no cerco de Meguido, terá contado não só com o apoio e fornecimento de bens alimentares levados pelos «Caminhos de Hórus» e de pequenas cidades pró-egípcias, como também beneficia de uma estratégia muito típica de quando se cerca uma cidade, que é a destruição dos campos de colheita em redor da mesma. Essa destruição vinha depois um profuso saque dos bens alimentícios e que eram provisões essenciais na manutenção de um cerco. Como se fizera em Meguido, o mesmo se faria em muitas outras cidades⁶⁵⁵.

⁶⁵⁰ MORKOT, Bagagem, *Historical Dictionary*, p. 43.

⁶⁵¹ SHIRLEY, What's in a title?, *Egypt, Canaan and Israel*, pp. 291-318.

⁶⁵² KEEGAN, *Uma História da Guerra*, pp. 393-394.

⁶⁵³ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 35.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ Recorde-se que «sua majestade atacou a cidade de Arvad com a sua colheita e cortou todas as suas árvores de fruto» *IEI*, p. 87.

Donald Redford considera, à semelhança daquilo que é sua tradicional linha de observação sobre a XVIII dinastia, que «the army of the Thutmosids was notorious for its ignorance of siege warfare and fortress assault, and if a town shut its gates Thutmose III or Amenhotep II would usually devastate the surrounding territory and move on»⁶⁵⁶, sublinhando a experiência da XIX dinastia e da época dos Ramsés: «By the reign of Ramesses II, however, the Egyptian forces had gained experience and a certain degree of expertise»⁶⁵⁷. Mas há que discordar desta opinião, quanto mais não seja porque as experiências anteriores de cerco determinaram a persistência egípcia para que Meguido caísse. É certo que os esforços de construção foram reduzidos devido às próprias infra-estruturas que a cidade apresentava. No entanto, também Meguido fechou as portas e Tutmés III e o seu exército não deram a volta e voltaram para trás ou abandonaram os seus propósitos. É evidente que o exército de Tutmés III não cercou todas as cidades levantinas que lhe foram hostis, mas isso também tem que ver com as próprias dificuldades subjacentes no Norte da Síria devido às pressões e à grande influência mitânica, bem como à existência de uma rede de solidariedades entre essas cidades sírias.

Outro elemento fulcral no abastecimento a um exército em marcha era o de cidades pró-egípcias e que forneciam recursos para os soldados. Esta realidade é muito visível nas Cartas de Amarna, uma vez que muitas das cidades conquistadas por Tutmés III se mantinham fiéis ao soberano egípcio⁶⁵⁸. No entanto, mesmo que uma cidade abrisse as suas portas à entrada do exército, seria difícil acolher todos os soldados dentro de muros, bem como aos cavalos. Por isso, Spalinger adianta que alguns homens e animais possam ter ficado a repousar fora do espaço urbano, mesmo consumindo os seus recursos⁶⁵⁹. Contudo, o cenário que Tutmés III encontra nas suas campanhas, sobretudo as primeiras, é diferente, e portanto, para além de ter que levar consigo alguns mantimentos, o saque tinha um papel crucial. Em suma, uma campanha militar tinha que ser muito bem planeada e cuidadosamente preparada para ser bem sucedida.

Se a primeira expedição militar fora por terra, as seguintes tiveram um importante apoio marítimo, que permitia uma mais rápida mobilização das tropas. Podemos supor que também tivesse existido um transporte de provisões nestes navios, nomeadamente de cereal, para alimentar os soldados e criar um depósito de recursos alimentares nos pontos costeiros dominados pelos egípcios. Os portos levantinos sob controlo egípcio eram locais de

⁶⁵⁶ REDFORD, *Egypt, Canaan and Israel...*, p. 219.

⁶⁵⁷ *Ibidem*.

⁶⁵⁸ Veja-se, a título de exemplo, EA 55, EA 65 e EA 105.

⁶⁵⁹ SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 36.

armazenamento de bens recolhidos no Levante para levar para o Egito, como locais onde havia provisões para os soldados. Estes elementos permitem-nos afirmar que a deslocação do exército em campanha foi essencialmente nas linhas costeiras da Síria-Palestina.

«Sua majestade havia saqueado a cidade de Uartchet (...) Depois, sua majestade prosseguiu ao armazém (...)»⁶⁶⁰

As cidades que iam sendo progressivamente incorporadas na esfera política egípcia tinham entre os seus deveres o abastecimento de tropas em campanha e as forças de guarnição⁶⁶¹. Cultivavam os campos circundantes às cidades guarnição e faziam trabalhos florestais⁶⁶². Também o exército de guarnição se dedicava, por vezes, a trabalhos florestais, na recolha de madeira de cedro que era transportada para os pontos costeiros, para depois ser embarcada e enviada para o Egito⁶⁶³.

Temos também indícios de que a tributação que os subordinados políticos recolhiam poderia ser entregue presencialmente ao faraó em campanha, quando o seu acampamento se estabelecia em terras estrangeiras:

«[Os chefes desta terra estrangeira transportavam todas as coisas boas] até cada um dos lugares da rota de sua majestade onde se montava a tenda»⁶⁶⁴.

Contudo, e embora alguma tributação possa ter sido, aparentemente, feita *in situ*, a prática habitual era enviar representantes levantinos ao Egito, e isso é notório nas representações tumulares de Rekhmiré e Menkheperreseneb, por exemplo. O elemento que poderá estar na base destas transacções de produtos é o mensageiro, mas também poderiam ir os chefes das cidades levantinas, ou os seus filhos. Podemos deduzir isso através de um documento que nos chegou do reinado de Amen-hotep II e que faz uma clara distinção nas rações a distribuir aos estrangeiros presentes na corte egípcia, consoante seja um mensageiro ou um chefe⁶⁶⁵.

⁶⁶⁰ *IEI*, p. 87.

⁶⁶¹ SINGER, *El Intercambio de Bienes...*, p. 71.

⁶⁶² *Idem*, p. 79.

⁶⁶³ *Ibidem*. «Os chefes do Retenu transportaram os troncos sobre bois até à costa, pois são eles quem vem com as suas contribuições até onde está a minha majestade, até à Residência [...] com tudo de bom que se trouxe como maravilhas do sul». *IEI*, p. 124.

⁶⁶⁴ *IEI*, p. 86.

⁶⁶⁵ Cf. *IEI*, p. 169.

2.6) Elementos navais: marinha e estruturas portuárias

Os Egípcios foram, desde o início da sua história, um povo essencialmente voltado para o Nilo, e para uma navegação fluvial. As experiências em mar aberto serão escassas, no entanto, existentes e datáveis, pelo menos, do Império Antigo⁶⁶⁶. Alguns autores referem a hipótese de que comunidades levantinas tenham tido um papel importante na construção de embarcações egípcias dirigidas para a navegação no Mediterrâneo e no mar Vermelho⁶⁶⁷.

No reinado de Tutmés III, e tendo em linha de conta que a relação do Egipto com o Levante se havia modificado de forma profunda, uma vez que passou a ser um território anexo, controlado pelas Duas Terras, a marinha acabou por ter, de forma natural, um papel fundamental na estratégia egípcia aplicada nesse território. Partindo do princípio que a navegação no Mediterrâneo não era propriamente uma novidade, ainda que a apetência pela navegação marítima fosse escassa, as circunstâncias ditaram uma nova atitude e um novo uso dos meios que estavam ao seu dispor, porque de outro modo seria inviável.

Tutmés III parece ter percebido que a chave para o controlo da Síria-Palestina do ponto de vista militar estaria, em grande medida, no controlo do mar e das estruturas portuárias, pela rapidez que as viagens marítimas ofereciam em comparação com as expedições terrestres. Para além do efeito surpresa que a marinha oferecia, uma vez que colocava de forma rápida no teatro de operações os seus soldados, era mesmo essa mesma rapidez na deslocação que possibilitava que o Egipto pudesse disputar, de algum modo, o controlo da Síria do Norte com o Mitanni, evitando longas e cansativas marchas terrestres, que fragilizavam a posição egípcia.

Outro factor essencial é o facto de os Egípcios já usarem, com muita frequência, a sua marinha, ainda que fluvial, para o transporte de tropas e apoio a operações militares. Assim o fora, por exemplo, nas lutas dos tebanos para recuperarem o Sul, que permanecia nas mãos dos Hicsos. No mesmo sentido, este recurso também fora usado para operações na Núbia. A marcha por terra não só era mais demorada como cansativa. Portanto, esta estratégia do uso dos recursos hídricos era comum.

Tutmés III juntou estes dois elementos fundamentais. Porém, os tempos eram outros e a marinha necessitaria de ter um outro desenvolvimento e peso, e era sobretudo necessário

⁶⁶⁶ «The Egyptians first used their navy in support of ground operations in the Fifth Dynasty (2480 BC), when Pharaoh Sahure transported troops to the Syrian coast. In the Sixth Dynasty (2340 BCE) a troop commander, Weni, conveyed Egyptian troops in “travel ships” to the Antelope’s Nose (at the end of the Carmel Mountain ridge) near Haifa to deal with the revolt of the Sand People. These naval operations on the open sea were small expeditions in support of raids and not sustained campaigns» GABRIEL, *Thutmose III*, p. 138.

⁶⁶⁷ Cf. VINSON, *Seafaring*, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, p. 3.

desenvolver a frota que ligava o Egipto e o Levante. Ainda que tenhamos notícia, do reinado de Hatchepsut, da construção de barcos para navegação marítima, eles destinavam-se ao Punt. Não obstante, esse facto atesta a existência de uma construção eficiente que permitia aos Egípcios fazer navios para longas viagens⁶⁶⁸. Autores como Richard Gabriel consideram, no entanto, que é no reinado de Tutmés III que a marinha foi desenvolvida, ganhando um novo peso dentro da estrutura militar egípcia.

De facto, este faraó parece ter apostado em dois elementos fundamentais:

- Uso de mão-de-obra levantina, mais experiente neste tipo de construção, e que terá sido empregue a troco de ouro⁶⁶⁹. Relembremos que, à semelhança do que já referimos, a colaboração com estas gentes era antiga.
- Desenvolvimento da base naval de Peru-nefer, que para alguns autores terá sido construída no reinado de Tutmés III⁶⁷⁰. Peru-nefer, expressão que é traduzida genericamente por «boa viagem», terá sido não só uma importante estrutura portuária, de controlo da entrada de pessoas e bens por mar, mas também uma importante base militar, de onde partiam as expedições marítimas para a Síria-Palestina.

A sua importância, para além de estratégica e militar, era também administrativa, porque os navios que chegavam ao porto egípcio com oferendas e pagamentos para o faraó eram aí controlados e registados, tendo contado pois com um bom grupo de escribas⁶⁷¹. Terá sido também um importante centro de formação militar, à semelhança de Mênfis, para os jovens príncipes, e onde o primogénito de Tutmés III, o futuro Amen-hotep II terá desempenhado altas funções na base naval⁶⁷². As antigas infra-estruturas hicsas terão sido aproveitadas e adaptadas na XVIII dinastia, e data dos reinados de Tutmés III e Amen-hotep II um palácio nessa zona⁶⁷³. Este porto terá sido, também, um local de construção de navios⁶⁷⁴.

⁶⁶⁸ Sobre este assunto ver WARD, *From River to Sea...*, *JAEl*, pp. 42-49. Veja-se ainda BARD; FATTOVICH, *Spatial use of the twelfth dynasty...*, *JAEl*, pp. 1-13.

⁶⁶⁹ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 139.

⁶⁷⁰ *Ibidem*.

⁶⁷¹ Cf. JONES, *Ancient Egyptian Boats*, pp. 81-82.

⁶⁷² GABRIEL, *Thutmose III*..., p. 139.

⁶⁷³ Veja-se online *Tell-el-Daba: History*. www.auaris.at

⁶⁷⁴ SASSON, *Canaanite Maritime...*, *JAOS*, p. 131.

Alguns investigadores consideram que a localização de peru-nefer seria em Mênfis, não especificando, contudo, qual a zona exacta. Os estudos de Manfred Bietak apontam para que a localização deste porto seja na antiga Auaris hicsa, e para além das fontes arqueológicas que sustentam o seu ponto de vista, e as quais estudou em pormenor, também os registos escritos o comprovam. Um documento que nos chega do reinado de Amen-hotep II ajuda a confirmar a mesma teoria:

«Saída de sua majestade desde peru-nefer e prosseguindo [...até] Mênfis, levando consigo o saque que trouxe consigo da terra do Retenu»⁶⁷⁵

Este porto parece ainda ter sido um cenário idílico para o imaginário poético do Império Novo. Um poema que nos chega do reinado de Amen-hotep II, faz referência à diversão do faraó em Peru-nefer:

«Divertindo-se, vendo o que é bom,
Cantando, dançando, fazendo música,
Alegre, feliz de coração,
(quando) a sua [trupe] é vista nos jardins em Peru-nefer.»⁶⁷⁶

A aposta no controlo das zonas costeiras terá sido a prioridade de Tutmés III, não só por ser a zona mais rica do Levante, como também seriam as chaves para o controlo de pontos mais interiores. Esta fora a estratégia egípcia para o domínio da Síria-Palestina. O domínio da costa era fundamental a dois níveis. Primeiro, era prioritário ter pontos de apoio para poder fazer uma navegação em maior escala, porque a viagem era durante o dia e não nocturna⁶⁷⁷. Com ventos favoráveis, os navios egípcios podiam atingir velocidades que variavam entre os 80 a 112 quilómetros em dez horas por dia⁶⁷⁸, sendo necessário controlar as cidades na costa para poder pernoitar. Segundo, permitia controlar o comércio marítimo, bem como fazer a fiscalização de entrada e saída de pessoas e bens⁶⁷⁹.

Os navios egípcios destinados a navegar no Mediterrâneo (tal como no mar Vermelho) tinham uma configuração diferente daqueles que eram feitos para navegar o rio Nilo,

⁶⁷⁵ *IEI*, p. 163.

⁶⁷⁶ LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature*, 2, p. 429.

⁶⁷⁷ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 140.

⁶⁷⁸ GABRIEL, *Thutmose III*, p. 140.

⁶⁷⁹ SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 74.

precisando claramente de ser maiores⁶⁸⁰. Construídos para servir os seus propósitos «imperiais» ou capturados às cidades que caíam sob o seu domínio⁶⁸¹, o Egipto criou uma base naval como suporte às suas actividades na Síria-Palestina. Através das Cartas de Amarna, chegam-nos indícios de que as cidades súbditas do faraó contribuiriam também com os seus próprios navios para o exército faraónico:

«Eu ordenei aos meus homens que tivessem navios à disposição das tropas do rei, meu senhor.»⁶⁸²

Ainda que não houvesse um conceito de marinha tal como o entendemos hoje, ou seja, uma clara distinção do que é o exército que actua em terra e aquele que opera no mar, e ainda que não houvesse também um conceito de marinha de guerra, no sentido do uso de navios aptos para batalhas navais, o que caracteriza este tipo de marinha egípcio é sobretudo uma noção de transporte. Os navios constituíram um elemento de apoio logístico às operações no terreno, servindo para transportar material e gentes. Não podemos partir do princípio que havia barcos destinados ao transporte de bens, como a madeira de cedro, e barcos destinados única e somente ao transporte de pessoas.

Um navio do tipo dos que foram usados na navegação mediterrânica, dependendo do tamanho e tipo de barco, poderia transportar entre cento e vinte a duzentos homens, enquanto que um barco para navegação fluvial tinha uma tripulação que rondaria os vinte e cinco homens⁶⁸³. Uma vez sob domínio faraónico, as cidades levantinas poderiam contribuir, como vimos, para a frota do faraó, com navios e homens para a integrar.

Uma das referências que é transversal na documentação quando se trata de marinha é a menção a madeira e a barcos, demonstrando assim a importância que a madeira de cedro tinha não só como um elemento que seria de altíssimo valor, a ser canalizado para as Duas Terras, mas também como um material fulcral no próprio terreno para a navegação nos rios levantinos e de construção de navios para fazerem ligação entre o Egipto e a Síria-Palestina.

⁶⁸⁰ «The seagoing ships of the New Kingdom had a more streamlined hull than the Nilotic ones. It was deeper, as may be expected, and the sails wide by contrast, being more strongly supported to the masts. The bow was sharp and the stern designed to offset the possibility of being swept on the broadside. There was no true keel and large oars accomplished the steering. Egyptian ships that traversed the Red Sea to the fabulous land of Punt, for example, show that there were two types. From contemporary models of boats and from various pictorial representations it is clear that the hull was far better supported than in earlier epochs. Cargo boats exhibited all of these factors except that they were beamier than ships designed for large numbers of men.» SPALINGER, *War in Ancient Egypt*, p. 54.

⁶⁸¹ SASSON, *Canaanite Maritime...*, JAOS, p. 130.

⁶⁸² EA 153.

⁶⁸³ JONES, *Ancient Egyptian Boats*, p. 71.

«(...) todos os chefes do Líbano construíram barcas reais para nelas navegar para Sul e trazer consigo todas as maravilhas do campo até ao Palácio – que viva, prospere e tenha saúde!. Os chefes de [...] Os chefes do Retenu transportaram os troncos sobre bois até à costa, pois são eles quem vem com as suas contribuições até onde está a minha majestade, até à Residência [...] com tudo de bom que se trouxe como maravilhas do Sul»⁶⁸⁴

«A minha majestade marchou até aos confins da Palestina. Eu fiz que se cortasse (madeira para construir) numerosas embarcações de pinho das colinas da terra de deus, nas proximidades da senhora de Biblos (Hathor), que se colocaram sobre carros e que os bois arrastaram. Navegaram diante da minha majestade para cruzar aquele grande rio que flui entre esta terra e Naharina.»⁶⁸⁵

«É cortado para o Palácio – que viva, prospere e tenha saúde! – todos e cada um dos anos, consistindo em barcos *khemintiu* e barcos de carga, mais (numerosos) que a tripulação que de marinheiros havia; (...) um carregamento de madeira vem a mim desde Kuch, pranchas de palmeira e paus sem limite de acácia do Começo da Terra. A minha tropa que está em Kuch, corta em quantidades, [salvo os barcos *khemintiu*] os numerosos barcos de madeira de palmeira que a minha majestade trouxe consigo vitoriosamente.»⁶⁸⁶

O controlo dos portos foi essencial na estratégia de domínio adoptada pelo Egipto para submeter as cidades levantinas e alargar a sua esfera política, através de uma presença militar que era também a chave para manter esse espaço fiel ao faraó. Enquanto portos de armazenamento e de distribuição, as principais cidades costeiras tiveram uma significativa presença egípcia no terreno, uma vez que perdendo-se esses, seria difícil segurar esses mesmos territórios na rede de influências e domínio efectivo egípcias.

⁶⁸⁴ *IEI*, p. 124.

⁶⁸⁵ *IEI*, p. 120.

⁶⁸⁶ *IEI*, p. 122.

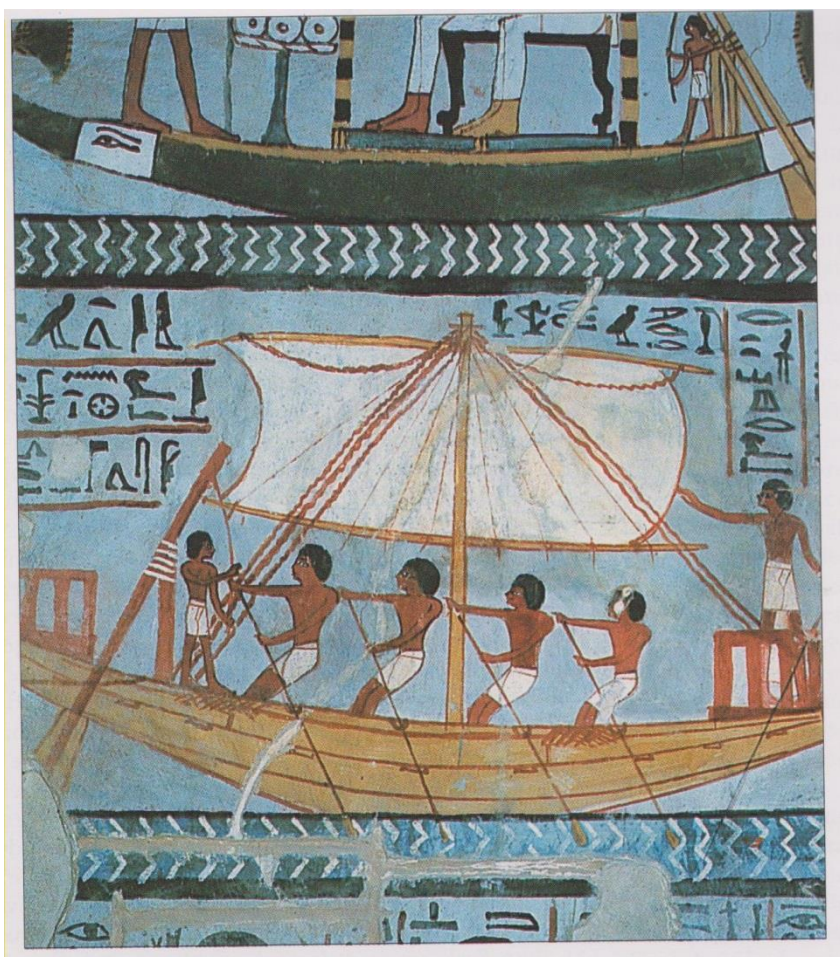


Figura 8 - Túmulo de Sennefer, XVIII dinastia. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 57.]

Se na primeira campanha militar de Tutmés III (Meguido), parecia que ia iniciar um controlo político, militar e administrativo a partir de uma zona mais interior do Levante, as campanhas posteriores atestam, com efeito, que a estratégia do rei foi sobretudo de uma aposta na costa e nos acessos marítimos, e, por isso, de domínio do litoral para o interior. De facto, são as ricas cidades portuárias que interessam a Tutmés III, e que oferecem e são uma porta de entrada e saída para essa região, além de serem importantes depósitos dos bens que aí afluem.

Em conclusão, o «império» egípcio foi mais uma rede do que um território⁶⁸⁷.

⁶⁸⁷ LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 89

CONCLUSÃO

A XVIII dinastia abriu um novo capítulo na história do Antigo Egito, e traçou as linhas de força que marcaram o Império Novo a vários níveis, sobretudo no plano político-militar e económico. O Levante, que havia mantido uma relação próxima com as Duas Terras durante vários séculos, era agora incorporado na esfera política egípcia com uma nova dinâmica. Dinâmica essa que assentava no controlo e domínio dos territórios e estruturas políticas, sendo o faraó o soberano máximo destes espaços que agora dele eram dependentes. Como entidades subordinadas, os líderes levantinos deviam obedecer e contribuir com a sua parte no plano económico, cumprindo o acordo a que haviam sido sujeitos, garantindo, por inerência, uma protecção militar que estava subjacente ao acordo.

Porém, na base desta nova fase esteve um faraó em particular, que impulsionou estes novos contornos na história das Duas Terras, Tutmés III. Depois da co-regência com a tia/madrasta Hatchepsut (1479-1458 a. C.), os anos de governo isolado deste rei (1458-1425 a. C.) foram muito voltados, entre outros aspectos, para as campanhas militares e para a disputa de influências com o Mitanni no Levante.

O estudo deste reinado é, assim, de grande importância, não só pelos feitos militares que o faraó realizou mas também por ser, na verdade, um momento de viragem na história egípcia, e que é notório em vários níveis. Pela primeira vez, o Egito conheceu um afluir de riquezas nunca antes visto, um programa de construções sem paralelo, um aumento da burocracia exponencial⁶⁸⁸, uma centralização do poder do rei cada vez mais clara, uma importância crescente da classe militar, e um abundar de bens que enchiam o templo de Amon e dotavam de uma preciosa autoridade o seu clero.

Além disso, o rei egípcio passou a ser o protagonista no plano militar, assumindo-se como o grande chefe, exímio guerreiro, imbatível, temido pelo resto do mundo. Daí que a importância da prática desportiva entre a elite, sobretudo na educação dos príncipes, fosse exaltada como nunca, pois agora esperava-se que o faraó fosse um autêntico líder militar. Como foi a seu tempo mencionado, dá-se o início de um favorecimento das camadas militares sem precedente e que virá a desembocar, no seu expoente máximo, com a ascensão de Horemheb, que de escriba militar chegou a faraó, e depois na abertura da XIX dinastia com faraós que procedem desta classe.

⁶⁸⁸ Um indicador muito claro desta situação o aumento do número de túmulos construídos para novos funcionários, que quadruplicou em relação às dinastias anteriores. Cf. GABRIEL, *Thutmose III*, p. 8.

Abriu-se também uma era de uma nova política externa e novas relações diplomáticas, em que o *status quo* internacional se pautava pelo poderio militar e baseava-se, igualmente, nos interesses económico-comerciais. Prova clara disso são os casamentos diplomáticos de Tutmés III com princesas asiáticas, procedimento que não é conhecido antes do reinado deste faraó⁶⁸⁹, e que será prática comum ao longo da XVIII dinastia e dinastias seguintes. Além disso, a frequência, na documentação, do uso dos termos «maldito Retenu», «maldito Kuch» e «grande Hatti» podem ajudar a estabelecer o tipo de relações entre reinos, nem que o seja, simplesmente, no plano oficial.

Fica pois claro que o domínio egípcio sobre Síria-Palestina teve, essencialmente, dois objectivos claros: o primeiro foi tornar o sul palestino uma zona tampão para evitar uma nova experiência de domínio estrangeiro sobre o Egipto; o segundo pauta-se, claramente, pela disputa do Levante com o mundo do Próximo Oriente Antigo, sobretudo com o Mitanni, pois ambos os reinos ambicionavam ter sob o seu controlo esses pontos e rotas de comércio, fundamentais para assegurar a sua riqueza e glória. Não obstante, concluímos que nunca se procurou fazer desta área parte uma integrante do Egipto, tornando-a tão-somente uma dependência, tal qual se fizera anteriormente com a Núbia. A administração destes territórios assumiu um carácter heterogéneo, já que as realidades políticas do Levante eram diversas ao longo do território explorado, pelo que pensamos tratar-se de uma administração fragmentária. Por isso, podemos afirmar que o «império» egípcio foi, no fundo, mais uma rede do que um território⁶⁹⁰.

A administração da Síria-Palestina no reinado de Tutmés III acompanhou os sucessos militares do exército egípcio, e a ocupação e domínio do terreno terá sido gradual e progressiva. Face às hostilidades criadas não só pela população levantina, como também pelo Mitanni, os Egípcios tiveram que canalizar as suas forças no seu exército, e controlar assim, de forma indirecta, essa mesma região. De modo a controlar a população local, o exército egípcio subjugou politicamente os príncipes asiáticos, tornando-os súbditos do faraó, encarregando-os de gerir e proteger as suas cidades, bem como de realizar tarefas florestais, abastecer as tropas faraónicas e pagar tributo. Para garantir a sua lealdade e desencorajar qualquer tipo de revoltas, existiam guarnições egípcias ao longo do espaço explorado. No fundo, os Egípcios procuraram apoderar-se das zonas chave, cidades portuárias, pontos nevrálgicos de comércio, de grandes centros a partir dos quais fosse possível gerir a sua intervenção no meio do caos, e tiveram consigo sempre pequenas franjas do exército no

⁶⁸⁹ SCHULMAN, *Diplomatic marriage...*, *JNES*, p. 182.

⁶⁹⁰ LIVERANI, *Prestige and Interest*, p. 89.

terreno, destacadas para agir de imediato perante qualquer foco de rebelião. Aproveitando as estruturas locais, e usando as fortificações existentes, os Egípcios garantiam não só o seu abastecimento, como também usavam as forças autóctones, pondo-as ao seu serviço, seja na protecção das suas cidades, seja no exército, beneficiando assim dos seus conhecimentos empíricos acerca do terreno, e do inimigo.

A supervisão das tropas estacionadas nos aquartelamentos asiáticos e das actividades dos chefes levantinos estava a cargo de um governador, um membro escolhido pelo faraó dentro da classe militar, e que seria o mais alto responsável pela gestão dessa zona. Devia, entre outras coisas, assegurar os interesses egípcios na Ásia, controlar os pagamentos, dirigir as tropas e arbitrar eventuais litígios entre os chefes da Síria-Palestina. Embora numa primeira fase este cargo tenha sido atribuído a homens procedentes do exército, assiste-se, ao longo do Império Novo, a uma progressiva desmilitarização da função.

Para o funcionamento de todo este sistema, as redes de comunicação tiveram uma importância vital de modo a transmitir mensagens entre o reino soberano e a sua dependência. Papel fundamental era o dos mensageiros, que eram também elementos da diplomacia antiga, e de espionagem. Para além disso, a aposta no desenvolvimento da marinha como elemento de suporte do exército e o desenvolvimento das estruturas portuárias foram talvez, os pilares estruturais no sucesso da política egípcia no Levante. Estava criada uma segunda anexação territorial egípcia, mais incerta e mais problemática do que alguma vez fora a Núbia.

Em suma, o «império» que o Egipto criou não só possibilitou o reconhecimento da governação universal do faraó como a sua legitimação nos territórios conquistados⁶⁹¹. De tal modo esta nova fase dentro da história egípcia será marcante que Tutmés III continuará a ser evocado nas Cartas de Amarna pelos súbditos siro-palestinos, e a veneração dos Egípcios a este faraó será notória durante, pelo menos, duzentos anos a seguir à sua morte, como atesta um baixo-relevo no Museu Calouste Gulbenkian, datável dos finais da dinastia. Para além disso, são abundantes os escaravinhos com o nome de Tutmés III, sendo que três deles estão presentes na colecção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto⁶⁹².

O enfoque que tem sido dado às campanhas militares de Tutmés III, e a falta de atenção dos investigadores quanto aos assuntos administrativos, sobretudo no que concerne à Síria-Palestina, demonstra como é necessário que a história política egípcia deixe de ser

⁶⁹¹ GESTOSO, Las técnicas de la dominación..., *Aegyptus Antiqua*, 10, p. 55.

⁶⁹² Para a peça do Museu Calouste Gulbenkian ver ARAÚJO, *Arte Egípcia*, pp. 96-97; para os escaravinhos do Museu de História Natural da Universidade do Porto ver ARAÚJO, *A Colecção Egípcia*, pp. 173-175.

apenas e somente encarada como um relato e análise da história das batalhas e concentre novos esforços no estudo de uma sociedade tão burocratizada como a é a egípcia.

Nesta linha de pensamento, quando Armando Luís de Carvalho Homem, a propósito de uma outra cronologia (medieval), chama a atenção para a necessidade de uma nova luz sobre a história política, muito para além da narrativa da batalha e das grandes figuras históricas⁶⁹³, essa concepção parece-nos perfeitamente aplicável e adaptável à cronologia que estudamos. O enfoque sobre questões burocráticas e administrativas, e o estudo das estruturas políticas, faculta um novo olhar/perspectiva sobre as dinâmicas aplicadas à antiguidade, porque nos permite aproximar da grande máquina de gestão que era o Egipto, e, neste caso, de como governava o seu «império».

A dissertação apresentada pretende também chamar a atenção dos investigadores para problemas teóricos relacionados com as tradicionais análises históricas feitas a alguns períodos da história egípcia, como o seja, por exemplo, o dos Hicsos, bem como lançar novas propostas de investigação, como a aposta no estudo das fronteiras, dos oásis, do uso de mercenários, entre outros aspectos que tivemos oportunidade de mencionar ao longo da tese.

Cientes de que o trabalho apresentado reflecte condicionantes de vária ordem, o enfoque na cronologia do reinado de Tutmés III pressupõe também uma chamada de atenção para o início e fim de um tempo. Início de um Egipto que domina não só o Sul (Núbia) como o Nordeste (Levante), tendo por isso que ser estratégico na atenção e aplicação de forças no que respeita aos dois espaços. Um tempo em que o Egipto inicia dos períodos mais faustosos de toda a sua história, com uma enorme acumulação de riquezas e que, a nível interno, pressupunha um incremento da sua burocracia e gestão. O fim de um tempo em que as investidas militares não eram sinónimo de domínio e controlo de território. Fim de um tempo em que a ânsia da libertação hicsa ainda pairava na mente colectiva.

Enfim, um tempo de abertura para uma «época dourada» e para o esplendor do Império Novo, que tem na génese um dos maiores faraós de sempre, Menkheperre Djehutimés – Tutmés III.

⁶⁹³ CARVALHO-HOMEM, *O Desembargo Régio*, pp. 11-17.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Ancient Records of Egypt, vol. 2, ed. James Breasted, London: History & Mysteries of Man, 1988;

Ancient Near East in Pictures relating to the Old Testament, ed. James B. Pritchard, New Jersey: Princeton University Press, 1969.

A Tomada de Ipu, ARAÚJO, Luís Manuel, *Mitos e Lendas: Antigo Egipto*, Lisboa: Livros&Livros, 2005, pp. 215-218.

CANHÃO, T. F., *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Publicada electronicamente em <http://hdl.handle.net/10451/2461>

Egyptian Historical Texts, trad. John A. Wilson, *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*. New Jersey: Princeton university press, 1969;

El Imperio Egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a.C., ed. e trad. de José Manuel Galán, Madrid, Trotta, 2002.

Inscripción funeraria de Djehuty, Proyecto Djehuty. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em: <http://www.excavacionegipto.com/>

(Auto)biografía de Djehuty, Proyecto Djehuty. [Consult. 12 Jun. 2012]. Disponível em: <http://www.excavacionegipto.com/>

Les Lettres d'El-Amarna : correspondance diplomatique du pharaon, trad. de William L. Moran, Paris: Éd. du Cerf, 1987.

NEDERHOF, Marc-Jean, *Poetical Stela of Tuthmosis III*. 2009. St. Andrew Corpus.

Disponível em: <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/PoeticalTuthmosisIII.pdf>

NEDERHOF, Marc-Jean, *Gebel Barkal stela of Tuthmosis III*, 2009. St. Andrew Corpus.

Disponível em: <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/GebelBarkalTuthmosisIII.pdf>

NEDERHOF, Marc-Jean, *Canal Inscription of Tuthmosis III*, 2009. St. Andrew Corpus.

Disponível em: <http://www.cs.st-andrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/CanalTuthmosisIII.pdf>

NEDERHOF, Marc-Jean, *Armant stela of Tuthmosis III*, 2009. St. Andrew Corpus.

Disponível em: <http://www.cs.standrews.ac.uk/~mjn/egyptian/texts/corpus/pdf/ArmantTuthmosisIII.pdf>

Urkunden der 18 Dynastie (IV), SETHE, K., 1906. Disponível em:

<http://archive.org/details/urkundenderdyna02helcgoog>

Bibliografia

AHARONI, Y., Some Geographical Remarks concerning the Campaigns of Amenhotep II, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 19, 1960, pp. 177-183. [Consult. 23 Maio 2012].

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/543774>

AHRENS, A., News from an old excavation: two hitherto unnoticed measure capacity signs on an Egyptian stone vessel of the Middle Kingdom from royal tomb II at Byblos, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:2, 2012, pp. 1-4.

AHRENS, A., New evidence for contacts between Egypt and the Northern Levant during the Amarna period: a clay sealing with the throne name of Akhenaten at Tell Mišrife/Qatna (Syria), *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:4, 2012, p. 1.

AISSAOUI, A., International anarchy revisited in the context of Ancient History: Near Eastern polities during the Late Bronze Age (ca. 1600-1200 B. C. E.), *Third Global International Studies Conference – World Crisis. Revolution or evolution in the international community?*, Universidade do Porto, Agosto, 2012.

AKSAMIT, J.; CZERNER, R., The Temple of Tuthmosis III: season 2000, Deir el-Bahari, Egypt, pp. 215-219.

ALDRED, C., Na Unusual Fragment of the New Kingdom Relief, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 15, nº 3, 1956, pp. 150-152. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/542307>

ALMEIDA, C. A. R., Império Novo, *A Ideia de História na Arte Egípcia*, dissertação de mestrado em História Pré-Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994, pp. 169-189;

AL-NUBI, S. I., Le soldat, *L'Homme Égyptien*, dir. Sergio Donadoni, Paris: Éditions du Seuil, 1992, pp. 189-226.

ARAÚJO, L. M., De Charuhen a Kadech: Relações entre o Egipto do Império Novo e a Ásia, *Cadmo* 1, Revista de História Antiga da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: Instituto Oriental, 1991.

ARAÚJO, L. M., Amnistia, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 62.

ARAÚJO, L. M., Cartas, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 182-184.

ARAÚJO, L. M., *Os Grandes Faraós do Antigo Egipto: 30 Faraós, 30 Dinastias*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2011

ARAÚJO, L. M., *Arte Egípcia. Coleção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ARAÚJO, L. M., A Batalha de Meguido, *A Guerra na Antiguidade*, II, coord. António Ramos dos Santos e José Varandas, Lisboa: Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2008, pp. 61-133.

ARAÚJO, L. M., *A Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*, Porto: Universidade do Porto, 2011.

ARRAIS, N. F., *Os feitos militares nas biografias do Reino Novo: ideologia militarista e identidade social sob a XVIII dinastia do Egito Antigo 1550-1295 a. C.*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Publicada electronicamente em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1336.pdf>

ARTZY, P., The Diplomatic Service in Action: The Mittani file, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 205-211.

ASTOUR, M. C., Place-Names from the Kingdom of Alalah in the North Syrian List of Thutmose III: A study in Historical Topography, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 22, 1963, pp. 220-241. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/543805>

BAHRANI, Z., Race and Ethnicity in Mesopotamian Antiquity, *World Archaeology. Race, Racism and Archaeology*, vol. 38, pp. 48-59, 2006. [Consult. 17 Out. 2011]. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/40023594>

BARD, K. A; FATTOVICH, R., Spatial use of the twelfth dynasty harbor at Mersa/Wadi Gawasis for the seafaring expeditions to Punt, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 2, 2010.

BECKMAN, G., Ugarit and inner Syria during the Late Bronze Age, *Le Royaume d'Ougarit de la Crète à l'Euphrate: nouveaux axes de recherche*, Actes du Congrès International de Sherbrooke 2005, ed. Jean-Marc Michaud, Paris: GGC editions, 2007.

BECKMAN, G., Treaties and the development of the cuneiform treaty tradition, *Die deuteronomistischen geschichtswerke*, ed. Markus Witte, Konrad Schmid, Doris Prechel [et al], Berlin: Walter de Gruyter, 2006.

BECKMAN, G., International law in the second millennium: Late Bronze Age, *A History of Ancient Near Eastern Law*, ed. Raymond Westbrook, vol. 1, Boston: Brill, 2003.

BECKMAN, G., Hitite Treaties and the development of the cuneiform treaty tradition, *Die Deuteronomistischen Geschichtswerke*, Berlin: Walter de Gruyter, 2006, pp. 281-301.

BELL, L.; JOHNSON, J. H.; WHITCOMB, D., The Eastern desert of Upper Egypt: routes and inscriptions, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 43, nº 1, 1984, pp. 27-46. [Consult. 26 Mar. 2012] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/545061>

BEN-TOR, D., Can Scarabs Argue for the Origin of the Hyksos?, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 1, 2009, pp. 1-7. [Consult. 20 Abr. 2012]. Disponível em: <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/jaei/article/view/4>

BIETAK, M., Egypt and the Levant, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

BOURRIAU, J., The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC), *The Oxford History of Ancient Egypt*, ed. Ian Shaw, Oxford: Oxford University Press, 2000.

BRESCIANI, E., L'étranger, *L'Homme Égyptien*, dir. Sergio Donadoni, Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BRÖNN, J. A., *Foreign Rulers on the Nile: a reassessment of the cultural contribution of the Hyksos in Egypt*, dissertação de mestrado em Culturas Antigas apresentada à Universidade de Stellenbosch, África do Sul, 2006, p. 21. [Consult. 26 Abr. 2012] Disponível em: <http://scholar.sun.ac.za/handle/10019.1/1899>

BRYAN, B. M., Administration in the reign of Thutmose III, *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O'Connor, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

BRYAN, B. M., The 18th Dynasty before the Amarna Period (c. 1550-1352 b.C.), *The Oxford History Ancient Egypt*, ed. Ian Shaw, Oxford: Oxford University Press, 2003.

BRYAN, B. M., The Egyptian Perspective on Mittani, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 71-84.

BULL, L., Egypt and Syria-Palestine, *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*, vol. 33, nº 2, 1938, pp. 39-42. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3256458>

BURKE, A., Jaffa Cultural Heritage Project: Progress Report for 2009 and 2010, *Research in Action: Reports from the Field*, 2011, pp. 71-74.

BURKE, A., More Light on Old Reliefs: New Kingdom Egyptian Siege Tactics and Asiatic Resistance, *Festschrift in honor of Lawrence E. Stager*, Winona Lake: Eisenbrauns, pp. 57-68.

BURKE, A., Coping with the effects of war: refugees in the Levant during the Bronze and Iron Ages, *Disaster and Relief Management*, ed. Angelika Berlejung, Tübingen: Mohr Siebeck, 2012, pp. 263-287.

BURKE, A., *The architecture of defense: fortified settlements of the Levant during the Middle Bronze Age*, dissertação de doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade de Chicago, Chicago: 2004.

CANHÃO, T. F., *O Conto do Náufrago: um olhar sobre o Império Médio Egípcio. Análise histórico-filológica*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

CANHÃO, T. F., *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Publicada electronicamente em <http://hdl.handle.net/10451/2461>

CARAMELO, F., A função social e política da literatura sapiencial no Próximo Oriente antigo, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 353-360. [Consult. 07 Maio 2012]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4975.pdf>

CARDOSO, C. F., Deslocamento e Alteridade: A Associação da Distância e da Viagem com o Estranho e o Maravilhoso entre os Antigos Egípcios, *Phoînix*, vol. 16, 2010, p. 18. [Consult. 27 Abr. 2012]. Disponível em: http://www.revistaphoînix.com/phoînix20101/artigo001_cirocardoso.pdf

CARITA, M. J. R., *As relações do Antigo Egipto com a Núbia*, dissertação de mestrado em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

CARREIRA, J. N., O Egípcio, A Viagem e o Outro, *Cadmo*, nº 11, Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

CARVALHO-HOMEM, A. L., *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

CASSON, L., The Eastern Mediterranean: 3000-1000 B.C, *Ships and Seamanship in the Ancient World*, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

CASTEL, F., *Historia de Israel y de Judá: desde los orígenes hasta el siglo II d.C.*, Navarra: Editorial Verbo Divino, 1984.

CHARPIN, D., Les hourrites et l'empire du Mitanni, *Clio*, 2002. [Consult. 14 Fev. 2013].

Disponível em:

http://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/les_hourrites_et_l_empire_du_mitanni.asp

CLINE, E. H., Egyptian and Near Eastern imports at Late Bronze Age Mycenae, *Egypt, the Aegean and the Levant: interconnections in the second millennium BC*, ed. W. Vivian Davies e Louise Schofield, London: British Museum Press, 1995, pp. 91-115.

CLINE, E. H., Contact and trade or colonization?: Egypt and the Aegean in the 14th-13th centuries B.C., *Minos: Revista de filología egea*, nº 25, 1990, pp. 7-36.

COHEN, S., Cores, Peripheries, and Ports of Power: theories of Canaanite development in the Early Second Millennium B. C. E., *Exploring the Longue Durée: essays in honor of Lawrence E. Stager*, ed. J. David Schloen, Indiana: Eisenbrauns, 2009, pp. 69-75.

COHEN, S., Synchronisms and significance: reevaluating interconnections between Middle Kingdom Egypt and the Southern Levant, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:3, 2012, pp. 1-8.

CREASMAN, P. P., Overland boat transportation during the pharaonic period: archaeology and iconography, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 2:3, 2010, pp. 14-30.

DARNELL, J.C.; DARNELL, D., New inscriptions of the late first intermediate period from the Theban western desert and the beginnings of the northern expansion of the eleventh dynasty, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 56, nº 4, 1997, pp. 241-258. [Consult. 25 Set. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/545993>

DARNELL, J. C.; MANASSA, C., *Tutankhamun's Armies: Battle and conquest during Ancient Egypt's Late Eighteenth Dynasty*, San Francisco: Willey, 2007.

Dicionário do Antigo Egito, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

DOUGHERTY, M. J., *The Ancient Warrior (3000 BCE-500 CE)*, New York: Thomas Dunne Books, 2010.

DRIOTON, E.; VANDIER, J., *Le Nouvel Empire, L'Egypte: Des Origines à la conquête d'Alexandre*, 6ª ed., Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

DROWER, M. S., Syria c. 1550-1400 B. C., *The Cambridge Ancient History*, vol. II, 1, 3ª ed., ed. I. E. S. Edwards, C. J. Gadd, N. G. L. Hammond (*et al.*), Cambridge: Cambridge University Press, 1973, pp. 417-525.

EDGERTON, W. F., The Government and the Governed in the Egyptian Empire, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 6, nº 3, 1947, pp. 152-160. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/542405>

EDGERTON, W. F., Ancient Egyptian Ships and Shipping, *The American Journal of Semitic Languages and Literatures*, vol. 39, nº 2, 1923, pp. 109-135. [Consult. 25 Maio 2012] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/528485>

ERMAN, A.; RANKE, H., *La Civilization Égyptienne*, Paris: Payot, 1976.

ESPINEL, A. D., Fronteras y Demarcaciones del territorio egípcio en el Reino Antiguo, *Historia Antigua*, 16, 1998, pp. 9-30.

EXELL, K; NAUNTON, C., The administration, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

FAIVRE, X.; LYONNET, B., Mitanni, *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*, dir. Francis Joannès, Paris: Robert Lafont, 2001, pp. 533-535.

FERDMAN, B. M., The dynamics of the ethnic diversity in organizations: toward integrative models, *Issues. Theory and Research in Industrial Organization Psychology*, ed. K. Kelley, Amsterdam, 1992, pp. 339-384.

FIDANZA, V. P., Los maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente, *Revista de Estudios de Egiptología*, 1992, pp. 45-62.

FIDANZA, V. P., Los maryannu: su inserción socio-política en los estados de Siria y Palestina durante el Período del Bronce Reciente II, *Revista de Estudios de Egiptología*, 1993, pp. 33-65.

FISHER, W. B., Unity and diversity in the Middle East, *Geographical Review*, 37, n° 3, 1947, pp. 414-435. [Consult. 25 Set. 2012]. Disponible em: <http://www.jstor.org/stable/211129>

FLAMMINI, R., El antiguo estado egípcio como alteridad: cosmovisión, discurso y prácticas sociales (ca. 3000-1800 a. C.), *Iberia*, 8, 2005, pp. 9-26.

FLAMMINI, R., Megiddo y su relación con Egipto durante el BM IIA, *Relaciones de intercambio entre Egipto y el Mediterráneo Oriental (IV-I Milenio A.C.)*. – 1ª ed, Buenos Aires, Biblos, 2001, pp. 59-77.

FRANDSEN, P. J., Egyptian Imperialism, *Power and Propaganda, Mesopotamia 7*, Copenhagen, 1979, pp. 167-190.

GABRIEL, R., *Thutmose III: The military biography of Egypt's Greatest Warrior King*, Virginia: Potomac Books, 2009.

GALÁN, J. M., *Victory and Border: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty*, Hildesheim: Gerstenberg, 1995.

GALÁN, J. M., Aspectos de la Diplomacia del Antiguo Egipto hasta ca. 1320 a.C., *Sefarad*, 1995, pp. 105-126.

GALÁN, J. M., Mutilación de enemigos en el antiguo Egipto, *La guerra en Oriente Próximo y Egipto*, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2003, pp. 353-360.

GARDINER, A., *Egypt of the Pharaohs. An introduction*, Oxford: Oxford University Press, 1964.

GESTOSO, G. G., La ciudad de guarnición de Beth Shean y su relación con la organización de la corvea agrícola durante la dinastía XVIII egípcia, *Revista de Estudios de Egiptología* 6/7, 1996-1999, pp. 81-95. Disponible en:
http://independent.academia.edu/GracielaGestosoSinger/Papers/180343/La_ciudad_de_guarnicion_de_Beth_Shean_y_su_relacion_con_la_organizacion_de_la_corvea_agricola_durante_la_dinastia_XVIII_egipcia

GESTOSO, G. G., Las técnicas de La dominación imperial Egipcia en Asia bajo Tuthmosis III: Propaganda y realidad, *Aegyptus Antiqua*, vol. 10, Centro de Estudios del Egipto y del Mediterraneo Oriental, Buenos Aires, 1999, pp. 49-60. Disponible en:
http://independent.academia.edu/GracielaGestosoSinger/Papers/649538/Las_tecnicas_de_la_dominacion_imperial_egipcia_en_Asia_bajo_Tuthmosis_III_Propaganda_y_Realidad

GESTOSO, G. G., Los mensajeros en la época de El Amarna, *Revista de Estudios de Egiptología*, 1992, pp. 63-69.

GESTOSO, G. G., La administración egípcia en Asia según la correspondencia diplomática de El Amarna, *Revista de Estudios de Egiptología*, 1993, pp. 95-112.

GOEDICKE, H., The Thutmosis I Inscription near Tomâs, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 55, 1996, pp. 161-176. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponible en:
<http://www.jstor.org/stable/545876>

GOLDSTONE, J. A.; HALDON, J. F., Ancient States, empires, and exploitation: problems and perspectives, *The dynamics of Ancient Empires: state power from Assyria to Byzantium*, ed. Ian Morris e Walter Scheidel, New York: Oxford University Press, 2010, pp. 3-29.

GRANDET, P., *Les pharaons du nouvel empire: une pensée stratégique (1550-1069 avant J. C.)*, Rocher, 2008.

HAMBLIN, W. J., *Warfare in the Ancient Near East to 1600 BC: Holy warriors of the dawn of History*, New York: Routledge, 2007.

HARING, B., Economy, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, ed. Elizabeth Froom e Willeke Wendrich, Los Angeles, 2009, pp. 1-16. Disponível em: <http://escolarship.org/uc/item/2t01s4qj>

HAYES, W. C., *The scepter of Egypt: a background for the study of the Egyptian antiquities in The Metropolitan Museum of Art*, 2, New York: The Metropolitan Museum of Art, 1959.

HEICHELHEIM, F. M., *An ancient economic history: from the palaeolithic age to the migrations of the Germanic, Slavic, and Arabic nations*, vol. 1, Leiden: A. W. Sijthoff's Uitgeversmaatschappij, 1958.

HERSHEY, A. S., The History of international relations during Antiquity and the Middle Ages, *The American Journal of International Law*, vol. 5, nº 4, 1911, pp. 901-933. [Consult. 25 Set. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2186529>

HIGGINBOTHAM, C. R., *Egyptianization and elite emulation in the ramesside Palestine: governance and accommodation on the imperial periphery*, Boston: Brill, 2000.

HIGGINBOTHAM, C., Traveling the Ways of Horus: Studying the links between Egypt and the Levant, *Near Eastern Archaeology*, 65:1, 2002, pp. 30-34.

HOFFMEIER, J. K., Reconsidering Egypt's part in the termination of the Middle Bronze Age in Palestine, *Levant*, vol. 21, 1989, pp. 181-193.

HOFFMEIER, J. K., Some thoughts on William G. Dever's "Hyksos", Egyptian destructions, and the end of the Palestinian Middle Bronze Age, *Levant*, vol. 22, 1990, pp. 83-89.

HOLLIS, S., Hathor and Isis in Byblos in the Second and First Millennia BCE, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 1:2, 2009, pp. 1-8.

HORN, S. H., Scarabs from Schechem, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 21, nº 1, 1962, pp. 1-14. [Consult. 24 Maio 2012] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/543548>

HORNUNG, E., *History of Ancient Egypt. An Introduction*, New York: Cornell University Press, 1999.

HUSSON, G.; VALBELLE, D., *L'État et les Institutions en Égypte: des premiers pharaons aux empereurs romains*, Paris, Armand Colin, 1992.

ISRAELIT-GROLL, S., The Egyptian Administrative System in Syria and Palestine in the 18th Dynasty: a model of high interactive level, *Fontes atque Pontes, Agypten und Altles Testament*, 1983, pp. 234-242.

JASTROW, M., Egypt and Palestine 1400 b.C., *Journal of Biblical Literature*, vol. 11, n° 1, 1892, pp. 95-124. [Consult. 26 Out. 2012]. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/3259082>

JOFFE, A. H., Egypt and Syro-Mesopotamia in the 4th Millennium: Implications of the New Chronology, *Current Anthropology*, vol. 41, n° 1, 2000, pp. 113-123. [Consult. 26 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/300110>

JONES, D., *Ancient Egyptian Boats*, London: British Museum Press, 1995.

KADISH, G. E., An Inscription from an Early Egyptian Fortress, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 29, 1970, pp. 99-102. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/543819>

KATZENSTEIN, H. J., Gaza in the Egyptian Texts of the New Kingdom, *Journal of the American Oriental Society*, vol. 102, n° 1, 1982, pp. 111-113. [Consult. 26 Abr. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/601117>

KEEGAN, J., *Uma História da Guerra*, Lisboa: Tinta-da-china, 2006.

KEES, H., Raw Materials and Foreign Relations, *Ancient Egypt: A Cultural Topography*, Chicago: The University of Chicago Press, 1961.

KEMP, B. J., Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period c. 2686-1552 BC, *Ancient Egypt: A Social History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987

KENDALL, T., Egypt and Nubia, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

KENYON, K., Palestine in the time of the eighteenth dynasty, *The Cambridge Ancient History*, vol. II, 1, 3^a ed., ed. I. E. S. Edwards, C. J. Gadd, N. G. L. Hammond [et al], Cambridge: Cambridge University Press, 1973, pp. 526-556.

KITCHEN, K. A., Egyptian New Kingdom Topographical Lists: An Historian Resource with 'Literary' Histories, *Cause His Name to Live: Studies in egyptian epigraphy and history in memory of William J. Murnane*, ed. P. Brand e L. Cooper, Leiden: Brill, 2009, pp. 1-8.

KITCHEN, K. A., Triumph Hymn for Tuthmosis III, *Poetry of Ancient Egypt*, Jonsered: Paul Aströms förlag, 1999, pp. 165-176.

KNAPP, A. B., Independence and imperialism: politico-economic structures in the Bronze Age Levant, *Archaeology, Annales, and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp, Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 83-98.

KRATOCHWILL, F., Of systems, boundaries, and territoriality: an inquiry into the formation of the state system, *World Politics*, vol. 39, n° 1, 1986, pp. 27-52. [Consult. 4 Abr. 2013].
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010297>

LAFONT, B., International relations in the Ancient Near East: The birth of a complete diplomatic system, *Diplomacy & Statecraft*, vol. 12, n° 1, pp. 39-60. [Consult. 13 Dez. 2012]
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09592290108406187>

LALOUETTE, C., *Thébes ou la Naissance d'un Empire*, Paris: Flammarion, 1995.

LALOUETTE, C., *Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Égypte: Des Pharaons et des hommes*, Paris: Gallimard, 1984.

LARGACHA, A. P., Ejército y Relaciones Exteriores en el Reino Antiguo, *Egipto y el Exterior: contactos e influencias*, ed. Luis A. Garcia Moreno e Antonio Pérez Largacha, Alcalá: Universidad de Alcalá, 1997, pp. 29-45;

LARGACHA, A. P., Ebla, Siria y el Antiguo Egipto. Reflexiones sobre unas relaciones y contactos hasta el Bronce Reciente, *Oriente Próximo y Egipto en la Antigüedad*, 2004, pp. 193-202. Disponível em: http://digitool-uam.greendata.es//exlibris/dtl/d3_1/apache_media/L2V4bGlicmlzL2R0bC9kM18xL2FwYWwNoZV9tZWRpYS8yNDYzNw==.pdf

LECLANT, J., Les «empires» et l'imperialisme de l'Égypte pharaonique, *Le concept d'Empire*, dir. M. Duoerger, Paris: PUF, pp. 49-68.

LICHTHEIM, M., *Ancient Egyptian Literature*, vol. II, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1976.

LIGHTFOOT, K. G.; MARTINEZ, A., Frontiers and boundaries in archaeological perspective, *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 1995, pp. 471-492. [Consult. 4 Abr. 2013]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2155946>

LILYQUIST, C., The Gold Bowl Naming General Djehuty: A study of objects and early Egyptology, *Metropolitan Museum Journal*, vol. 23, 1988, pp. 5-68. [Consult. 23 Maio 2012]. Disponível em: <http://jstor.org/stable/1512846>

LILYQUIST, C., *The tomb of three foreign wives of Tuthmosis III*, New York: The Metropolitan Museum of Art, 2003.

LIVERANI, M., *El Antiguo Oriente: Historia, sociedad y economía*, trad. Juan Vivanco, Barcelona: Crítica, 1995.

LIVERANI, M., *Prestige and Interest: International Relations in the Near East ca. 1600-1100 B.C.*, Padova: Sargon Srl, 1990.

LIVERANI, M., The Great Power's Club, *Amarna Diplomacy: The beginnings of International Relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 15-27.

LOPES, M. H. T; REGO, C., As Operações Militares de Tutmósis III: Expressão de uma época, *Hathor: Estudos de Egiptologia*, 3, Lisboa: Edições Cosmos, 1991, pp. 71-92.

LOPRIENO, A., Toward a geography of Egyptian literature, *Cadmo*, 10, Lisboa, 2000, pp. 41-56.

MALHEIRO, P., *Guerra e Historiografia nas Inscrições Egípcias e Assírias*, dissertação de mestrado em História e Cultura Pré-Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: 2003.

MALHEIRO, P., A prática da guerra no Egipto do Império Novo (1ª parte): a organização do exército, *Cadmo*, 16, Lisboa, 2006, pp. 55-81.

MALHEIRO, P., A prática da guerra no Egipto do Império Novo (2ª parte): alguns elementos prosopográficos dos militares e o seu sistema social, *Cadmo*, 17, Lisboa, 2007, pp. 113-142.

MANLEY, B., *Atlas Historique de l'Égypte Ancienne. De Thèbes à Alexandrie: la tumultueuse épopée des pharaons*, Paris: Éditions Autrement, Collection Atlas/Mémoires, 1998.

MARUÉJOL, F., *Thoutmosis III et la corégence avec Hatchepsout*, Paris: Pygmalion, 2007.

MARTÍNEZ-BABÓN, J., *Historia Militar de Egipto durante la Dinastía XVIII*, Barcelona: Fundació Arqueològica Clos – Museu Egípciu, 2003.

MARTÍNEZ-BABÓN, J., Fragmentos de relieves de carácter militar en el templo funerário de Tutmosis III, *Novos Trabalhos de Egiptologia Ibérica*, vol. II, ed. Luís Manuel de Araújo e José das Candeias Sales. Lisboa: Instituto Oriental e Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 669-677.

MATHIEU, B., L'Énigme du recrutement des “enfants du kep”: une solution?, *Göttinger Miszellen*, 177, Göttingen, 2000, pp. 41-48.

MAZAR, A., The Egyptian Garrison Town at Beth-Shean, *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e JJ Shirley, Leiden: Brill, 2011, pp. 236-251.

MCDONALD, J., Egyptian Interests in Western Asia to the End of The Middle Kingdom: An Evaluation, *Australian Journal of Biblical Archaeology*, 1972, p. 82. [Consult. 26 Abr. 2012]. Disponível em: http://www.biblicalarchaeology.org.uk/pdf/ajba/01-5_072.pdf

MENÉNDEZ, G., Documentación relativa al empleo de trabajadores extranjeros en la necrópolis tebana (D. XVIII), *Gerión*, 1, 2010, pp. 9-28. [Consult. 5 Abr. 2012]. Disponible em: <http://europa.sim.ucm.es/compludoc/AA?articuloid=785701>

MERRILLEES, R. S., Aegean Bronze Age relations with Egypt, *American Journal of Archaeology*, vol. 76, nº 3, 1972, pp. 281-294. [Consult. 26 Maio 2012]. Disponible em: <http://www.jstor.org/stable/503921>

MILLER, R; McEWEN, E; BERGMAN, C, Experimental Approches to Ancient Near Eastern Archery, *World Archaeology*, vol. 18, nº 2, Weaponry and Warfare, 1986, pp. 178-195. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponible em: <http://jstor.org/stable/124614>

MILLS, The oases, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

MIROSCHEDDJI, P., Les Égyptiens au Sinai du nord et en Palestine au Bronze ancien, *Le Sinai durant l'antiquité et le Moyen Âge: 4000 ans d'histoire pour un désert*, Paris: Éditions Errance, 1998, pp. 20-32.

MIROSCHEDDJI, P., La Palestine, Gaza et l'Égypte au Bronze ancien, *Gaza Méditerranéenne: Histoire et archéologie en Palestine*, Paris: Éditions Errance, 2000, pp. 27-30.

MIROSCHEDDJI, P., At the Dawn of History: sociopolitical developments in southwestern Canaan in Early Bronze Age III, *"I will speak the riddles of ancient times": archaeological and historical studies in honor of Amihai Mazar on the occasion of his sixtieth birthday*, ed. Aren M. Maeir e Pierre de Miroschedji, Indiana: Eisenbrauns, 2006, pp. 55-78.

MIROSCHEDDJI, P.; SADEQ, M.; FALTINGS, D. (et al.), Les fouilles de Tell es-Sakan (Gaza): nouvelles données sur les contacts égypto-cananéens aux IVe-IIIe millénaires, *Paléorient*, vol. 27, nº 2, 2001, pp. 75-104.

MIROSCHEDDJI, P., Egypt and Southern Canaan in the Third Millennium BCE: Uni's asiatic campaigns revisited, *All the Wisdom of the East: Studies in Near Eastern Archaeology and History in honor of Eliezer D. Oren*, ed. Mayer Gruber, Shmuel Ahituv, Gunnar Lehmann e Zipora Talshir, Fribourg: Academic Press Fribourg, 2012, pp. 265-292.

MIZRACHY, Y., The eighth campaign of Thutmose III revisited, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:2, 2012, pp. 24-52.

MOHAMMAD, A. K., The administration of Syro-Palestine during the New Kingdom, *Annales du Service des Antiquités d'Égypte*, 56, Cairo, 1959, pp. 105-136.

MORKOT, R. G., *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, Oxford: Scarecrow Press, 2003.

MOREIRA, A., O casamento como fonte de poder no próximo Oriente Antigo: o equilíbrio egípcio-mitanniano, *Actas das Jornadas Interdisciplinares*, vol. 1, org. Maria José Ferro Tavares, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta.

MORENO GARCÍA, J. C., The “other” administration: patronage system and informal networks of power in ancient Egypt, *Ancient Egyptian Administration*, ed. Juan Carlos Moreno García, Leiden: Brill, 2013, pp. 1029-1065.

MORET, A; DAVY, G., L'Empire Égyptien et le concert international, *Des Clans aux Empires: l'organisation sociale chez les primitifs et dans l'orient ancien*, Paris: La Renaissance du Livre, 1923, pp. 299-248.

MORRIS, E. F., *The Architecture of Imperialism: Military bases and the evolution of the foreign policy in Egypt's New Kingdom*, Boston: Brill, 2005.

MOSHIER, S.; EL-KALANI, A., Late Bronze Age Paleogeography along the Ancient Ways of Horus in the Northwest Sinai, Egypt, *Geoarchaeology: An International Journal*, vol. 23, n° 4, 2008, pp. 450-473.

MOYEN, P., L'empire de Thoutmosis III: une approche géo-historique des rapports État-Territoire dans l'Égypte de la XVIII dynastie, *M@ppemonde*, 86, 2007, pp. 1-7.

MUHLESTEIN, K., Execration Ritual, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, ed. Jacco Dielman e Willeke Wendrich, 2008, pp. 1-14. [Consult. 27 Abr. 2012] Disponível em: https://submit.escholarship.org/ojs/index.php/nelc_uee/article/view/7901

MÜLLER, M., A view to a kill: Egypt's grand strategy in her Northern Empire, *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e JJ Shirley, Leiden: Brill, 2011, pp. 236-251.

MURNANE, W. J., Imperial Egypt and the Limits of Power, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 101-111.

NA'AMAN, N., Economic aspects of the Egyptian occupation of Canaan, *Israel Exploration Journal*, 1981, pp. 172-185. [Consult. 10 Dez. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/27925797?uid=37914&uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=3&uid=67&uid=37912&uid=62&sid=21101546161297>

NEWBY, P. H., *Warrior Pharaohs: the rise and fall of the Egyptian empire*, Londres: Faber and Faber, 1980.

NIKIPROWETZKY, V., Mitanni, *Dictionnaire de l'Égypte Ancienne*, Encyclopedia Universalis, Paris: Abin Michel, 1998, pp. 252-253.

O'CONNOR, D., New Kingdom and Third Intermediate Period, 1552-664 b.C., *Ancient Egypt: A Social History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

OLIVEIRA, A. D., Divindades siro-palestinenses nas estelas de Deir el-Medina, *Novos Trabalhos de Egiptologia Ibérica*, vol. II, ed. Luís Manuel de Araújo e José das Candeias Sales. Lisboa: Instituto Oriental e Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 899-908.

OREN, E. D., Governors Residencies in Canaan under the New Kingdom, *Journal of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, 14, 1985, pp. 37-56.

PADRÓ, J., *Historia del Egipto faraónico*, Madrid: Alianza Editorial, 2003.

PANAGIOTOPOULOS, D., Foreigners in Egypt in the time of Hatshepsut and Thutmose III, *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O'Connor, Michigan: The University of Michigan Press, 2009.

PARKINSON, R.; SCHOFIELD, L., Images of Mycenaeans: a recently acquired painted papyrus from El-Amarna, *Egypt, the Aegean and the Levant: interconnections in the second millennium BC*, ed. W. Vivian Davies e Louise Schofield, London: British Museum Press, 1995, pp. 125-126.

PATON, L. B., The Civilization of Canaan in the Fifteenth Century B.C., *The Biblical World*, vol. 20, nº 1, 1902, pp. 25-30. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/3137384>

PETROVICH, D., Toward pinpointing the timing of the egyptian abandonment of Avaris during the middle of the 18th Dynasty, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:4, 2012, p. 35.

PÉREZ-ACCINO, J. R., Egipto y el Corredor Sirio-Palestino a comienzos de la dinastía XVIII: fissuras en el paradigma, *Egipto y el Exterior: contactos e influencias*, ed. Luis A. Garcia Moreno e Antonio Pérez Largacha, Alcalá: Universidad de Alcalá, 1997, pp. 67-85.

PÉREZ-ACCINO, J. R., Historia, ciência y paradigmas en los orígenes de la XVIII dinastía egípcia, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Hª Antigua*, vol. 7, 1994, pp. 375-381.

RAINEY, A. F., Egyptian Military Inscriptions and Some Historical Implications: Aspects of the Military Documents of the Egyptians by Anthony John Spalinger, *Journal of the American Oriental Society*, vol. 107, nº 1, Janeiro-Março, 1987. [Consult. 10 Mar. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/602954> pp. 89-92.

RAMOS, J. A., Canaã, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 172-173.

RAMOS, J. A., Cartas de Amarna, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 185-186.

RAMOS, J. A., Rechep, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 742-743.

REDFORD, D. B., *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

REDFORD, D. B., A Gate Inscription from Karnak and Egyptian Involvement in Western Asia during the Early 18th Dynasty, *Journal of the American Oriental Society*, vol. 99, nº 2, 1979, pp. 270-287. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/602663>

REDFORD, D. B., *The wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, Boston: Brill, 2003.

REDFORD, D. B., The Northern wars of Thutmose III, *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O'Connor, Michigan: The University of Michigan Press, 2009.

ROLLSTON, C., Seals and Scarabs, *The New Interpreters Dictionary of the Bible*, vol. 5, Nashville, Abingdon, 2009, pp. 141-146. Disponível em:
http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fecs.academia.edu%2FChristopherRollston%2FPapers%2F480261%2FSeals_and_Scarabs&ei=tNOOT-6uKqWm0QW3m7mKDQ&usg=AFQjCNHDAS80CAQpyBynvBxBWUq2BGdf0A

ROTH, S., Harem, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Disponível em:
<http://escholarship.org/uc/item/1k3663r3>, pp. 1-19.

SAGGS, H. W. F., *Civilization before Greece and Rome*, Londres: B. T. Batsford Ltd., 1989.

SALES, J. C., *A Ideologia Real Académica e Egípcia: representações do poder pré-clássico*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SALES, J. C., Administração, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 27-29.

SALES, J. C., Armamento, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 88-89.

SALES, J. C., Ásia, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 114-115.

SALES, J. C., Asiáticos, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 115-116.

SALES, J. C., Carro, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 180-181.

SALES, J. C., Diplomacia, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 277-278.

SALES, J. C., Exército, *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo, Lisboa: Editorial Caminho, 2001, pp. 351-354.

SALES, J. C., A Estratificação Social do Egipto Antigo – Uma sociedade escravagista? (Contributos para uma reflexão), *Poder e Iconografia no Antigo Egipto*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 71-92.

SASS, B., Wenamun and his Levant – 1075 BC or 925 BC?, *Ägypten und Levant*, 12, 2002, pp. 247-255. [Consult. 14 Jan. 2013]. Disponível em: http://planet-austria.at/0xc1aa500d_0x0005a452.pdf

SASSON, J. M., Canaanite Maritime Involvement in the Second Millennium B.C., *Journal of the American Oriental Society*, vol. 86, nº2, 1966, pp. 126-138. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/596425>

SASSON, J. M., A sketch of North Syrian economic relations in the Middle Bronze Age, *Journal of the Economic and social History of the Orient*, vol. 9, nº 3, 1966, pp. 161-181.

SAVE-SÖDERBERGH, T., The Hyksos rule in Egypt, *Journal of Egyptian Archaeology*, 37, 1951, pp. 53-71.

SCHNEIDER, H. D., *Rijksmuseum van Oudheden. National Museum of Antiquities*, Haarlem: Joh Enschedé, 1981.

SCHNEIDER, T., Foreigners in Egypt: Archaeological Evidence and Cultural Context, *Egyptian Archaeology*, ed. Willeke Wendrich, Oxford, Wiley-Blackwell, 2010

SCHOFIELD, L.; PARKINSON, R.B., Of Helmets and Heretics: A possible Egyptian representation of Mycenaean warriors on a papyrus from El-Amarna, *The Annual of British School at Athens*, vol. 89, 1994, pp. 157-170. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/30102567?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21102576911507>

SCHULMAN, A. R., Marriage in the Egyptian New Kingdom, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 38, 1979, pp. 177-193. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/544713>

SCHULMAN, A. R., Diplomatic marriage in the Egyptian New Kingdom, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 38, 1979, pp. 177-193. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/544713>

SCHULMAN, A. R., Egyptian Representations of Horsemen and Riding in the New Kingdom, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 16, nº 4, 1957, pp. 263-271. [Consult. 24 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/542186>

SHAW, I., Egypt and the Outside World, *The Oxford History Ancient Egypt*, ed. Ian Shaw, Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 314-329.

SHAW, I., *Egyptian Warfare and Weapons*, Buckinghamshire: Shire Publications, 1991.

SHIRLEY, J. J., What's in a Title? Military and Civil officials in the Egyptian 18th Dynasty military sphere, *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e JJ Shirley, Leiden: Brill, 2011, pp. 291-318.

SIDDALL, L. R., The Amarna Letters from Tyre as a Source for Understanding atenism and Imperial Administration, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 2:1, 2010, pp. 24-35.

SILVER, M., Karl Polanyi and Markets in the Ancient Near East: the challenge of the evidence, *The Journal of Economic History*, vol. 43, nº 4, 1983, pp. 795-829. [Consult. 26 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2121050>

SIMONS, J., *Handbook for the study of Egyptian topographical lists relating to Western Asia*, Leiden: Brill, 1937.

SIMPSON, W. K., An Egyptian Statuette of a Phoenician God, *The Metropolitan Museum of Art*, 1952, pp. 183-187.

SINGER, G. G., Egipto y sus periferias en el Levante durante la dinastia XVIII, *Cahiers Caribéens d'Egyptologie*, nº 11, Fevereiro-Março, 2008.

SINGER, G. G., El intercambio de materias primas y bienes de prestigio entre Egipto y los estados de Mesopotamia (siglos XV y XIV a.C.), *Aula Orientalis – Revista de estudos del Próximo Oriente Antigo*, vol. XXIV, nº 2, Julho, 2006. Disponível em: [http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:J4vyuzRoVZIJ:scholar.google.com/+,+El+intercambio+de+mat%C3%A9rias+primas+y+bienes+de+prestigio+entre+Egipto+y+los+estados+de+Mesopotamia+\(siglos+XV+y+XIV+a.C.\),+&hl=pt-PT&as_sdt=0](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:J4vyuzRoVZIJ:scholar.google.com/+,+El+intercambio+de+mat%C3%A9rias+primas+y+bienes+de+prestigio+entre+Egipto+y+los+estados+de+Mesopotamia+(siglos+XV+y+XIV+a.C.),+&hl=pt-PT&as_sdt=0)

SINGER, G. G., Periferia “disputada” en el Levante durante la dinastía XVIII egípcia. Áreas Productivas y Estratégicas, *Iberia*, nº 9, 2006, pp. 7-19. Disponível em: http://scholar.google.pt/scholar?cluster=2313537203988952415&hl=pt-PT&as_sdt=0,5

SINGER, G. G., *El Intercambio de Bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Tuthmosis III hasta el de Akhenaton*, Ancient Near East Monographs, Society of Biblical Literature, Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente UCA, vol. 2, 2008.

SINGER, G. G., Forms of payment in the Amarna Age and in the Uluburun and Cape Gelidonya Shipwrecks, *Ugarit-Forschungen: internationales Jahrbuch für die Altertums-kunde Syrien-Palästinas*, coord. Manfred Dietrich e Oswald Loretz, Münster: Ugarit-Verlag, 2011, pp. 261-278.

SMITH, S. T., Ethnicity and Culture, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

SMITH, S. T., Ancient Egyptian imperialism: ideological vision or economic exploitation? Reply to critics of *Askut in Nubia*, *Cambridge Archaeological Journal*, vol. 7, 1997, pp. 301-307. [Consult. 13 Dez. 2012]. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0959774300002006

SOUSA, R., *Iniciação e Mistério no Antigo Egipto*, Lisboa: Ésquilo, 2009.

SPALINGER, A., Covetous eyes South: the background to Egypt’s domination over Nubia by the reign of Thutmose III, *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O’Connor, Michigan: The University of Michigan Press, 2009.

SPALINGER, A., The Army, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

SPALINGER, A., *War in Ancient Egypt: the New Kingdom*, Cornwall: Blackwell, 2005.

SPEISER, E. A., A letter of Saushatar and the date of the Kirkuk Tablets, *Journal of the American Oriental Society*, vol. 49, 1929, pp. 269-275. [Consult. 14 Fev. 2013]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/592999>

STANLEY, J. D., Configuration of the Egypt-to-Canaan Coastal Margin and North Sinai Byway in the Bronze Age, *Egypt and the Levant*, ed. E. C. M. van den Brink e T. E. Levy, London: Leicester University Press, 2002, pp. 98-117.

STEEL, L., Egypt and the Mediterranean world, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

STEINDORFF, G; SEELE, K., *When Egypt ruled the East*, Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

STILLMAN, N.; TALLIS, N., *Armies of the Ancient Near East 3000 BC to 539 BC*, Sussex: Flexiprint, 1984.

STUBBINGS, F. H., The rise of Mycenaean Civilization, *The Cambridge Ancient History*, vol. II, 1, 3ª ed., ed. I. E. S. Edwards, C. J. Gadd, N. G. L. Hammond [et al], Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

TAMMUZ, O., Mare clausum? Sailing seasons in the Mediterranean in Early Antiquity, *Mediterranean Historical Review*, vol. 20. nº 2, 2005, pp. 145-162.

THOMPSON, S. E., The Anointing of Officials, *Journal of Near Eastern Studies*, 53, 1994, pp. 15-25.

TIRAD, H. M., The soldiers of Ancient Egypt, *The Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 2, nº 4, 1915, pp. 229-233. [Consult, 12 Jan. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3853476>

UPHILL, E. P., *Egyptian Towns and Cities*, Buckinghamshire: Shire Publications, 2001.

VALBELLE, D., *Les Neuf Arcs: l'égyptien et les étrangers – de la préhistoire à la conquête d'Alexandre*, Paris: Armand Colin, 1990.

VANGUARD, N., *Bronze war chariots*, New York: Osprey Publishing, 2006.

VARTAVAN, C., Labeling Ancient Egyptian Complex-Media Varnishes as “Imperial”, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 1:2, 2009, pp. 26-28.

VIDAL, J., La participación de tribus nómadas en el comercio internacional del Levante mediterráneo durante el Bronce Reciente, *Aula Orientalis*, 24, 2006, pp. 127-133.

VINSON, S., Seafaring, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, ed. Elizabeth Froom e Willeke Wendrich, Los Angeles. [Consult. 7 Nov. 2012]. Disponible en: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz001nfbdf>

VOGEL, C., *The fortifications of ancient Egypt 3000-1780 BC*, Oxford: Osprey Publishing, 2010.

VOGEL, C., This far and not a step further! The ideological concept of ancient Egyptian boundary stelae, *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e JJ Shirley, Leiden: Brill, 2011, pp. 320-341.

WARBURTON, D. A., Economics, Anthropological models and the Ancient Near East, *Anthropology of the Middle East*, vol. 4, n° 1, 2009, pp. 65-90.

WARD, C., From River to Sea: evidence for Egyptian seafaring ships, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 2:3, 2010, pp. 42-49.

WHITING, R. M., Amorite tribes and nations of Second-Millennium Western Asia, *Civilizations of the Ancient Near East*, 1995, pp. 1231-1242. Disponible en: <http://www.ericlevy.com/Revel/Intro2/Amorite%20Tribes%20-%20CANE.PDF>

WIDSON, J. A., The Oath in Ancient Egypt, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 7, n° 3, 1948, pp. 129-156. [Consult. 26 Mar. 2012]. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/542530>

WILDUNG, D., *L'âge d'or de l'Égypte: le Moyen Empire*, Fribourg: Office du Livre, 1984.

WILKINSON, D., The Power Configuration Sequence of the Central World System 1500-700 BC, *Journal of World-Systems Research*, vol. 10, n° 3, 2004, pp. 655-720.

WILKINSON, T., Egypt and Mesopotamia, *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, New York: Routledge, 2010.

WILKINSON, T., *Vidas de Los Antiguos Egipcios*, Barcelona: Blume, 2007.

WILKINSON, T., *Auge y Caída del Antiguo Egipto*, Barcelona: Debate, 2011.

WILSON, J. A., The Oath in Ancient Egypt, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 7, nº 3, Julho, 1948. [Consult. 26 Mar. 2012]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/542530> pp. 129-156.

WILSON, J. A., The Egyptian Middle Kingdom at Megiddo, *The American Journal of Semitic Languages and Literatures*, vol. 58., nº 3, 1941, pp. 225-236. [Consult. 27 Maio 2012] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/529013>

WODZINSKA, A., Imported vessels found in Tell el Retaba: signs of Egypt international contacts, *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 4:4, 2012, pp. 45-46.

YADIN, Y., *The art of warfare in Biblical Land: in the light of archaeological discovery*,

ZERTAL, A., The Arunah Pass, *Egypt, Canaan and Israel: History, Imperialism, Ideology and Literature*, ed. S. Bar, D. Kahn e JJ Shirley, Boston: Brill, 2011, pp. 342-356.

ZINGARELLI, A., Extranjeros en Egipto: extraneidad e integración durante el Imperio Nuevo, pp. 1-15. Disponível em: http://www.academia.edu/1341300/Extranjeros_en_Egipto_extraneidad_e_integracion_durant_e_el_Imperio_Nuevo

ZINGARELLI, A., La frontera sinaítica del Egipto Antiguo, *Trabajos y Comunicaciones* 26-27, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2000-2001, pp. 11-43. [Consult. 26 Abr. 2012]. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6/pr.6.pdf

ZIVIE-COCHE, C., Foreign Deities in Egypt, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 1-11. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/7tr1814c>

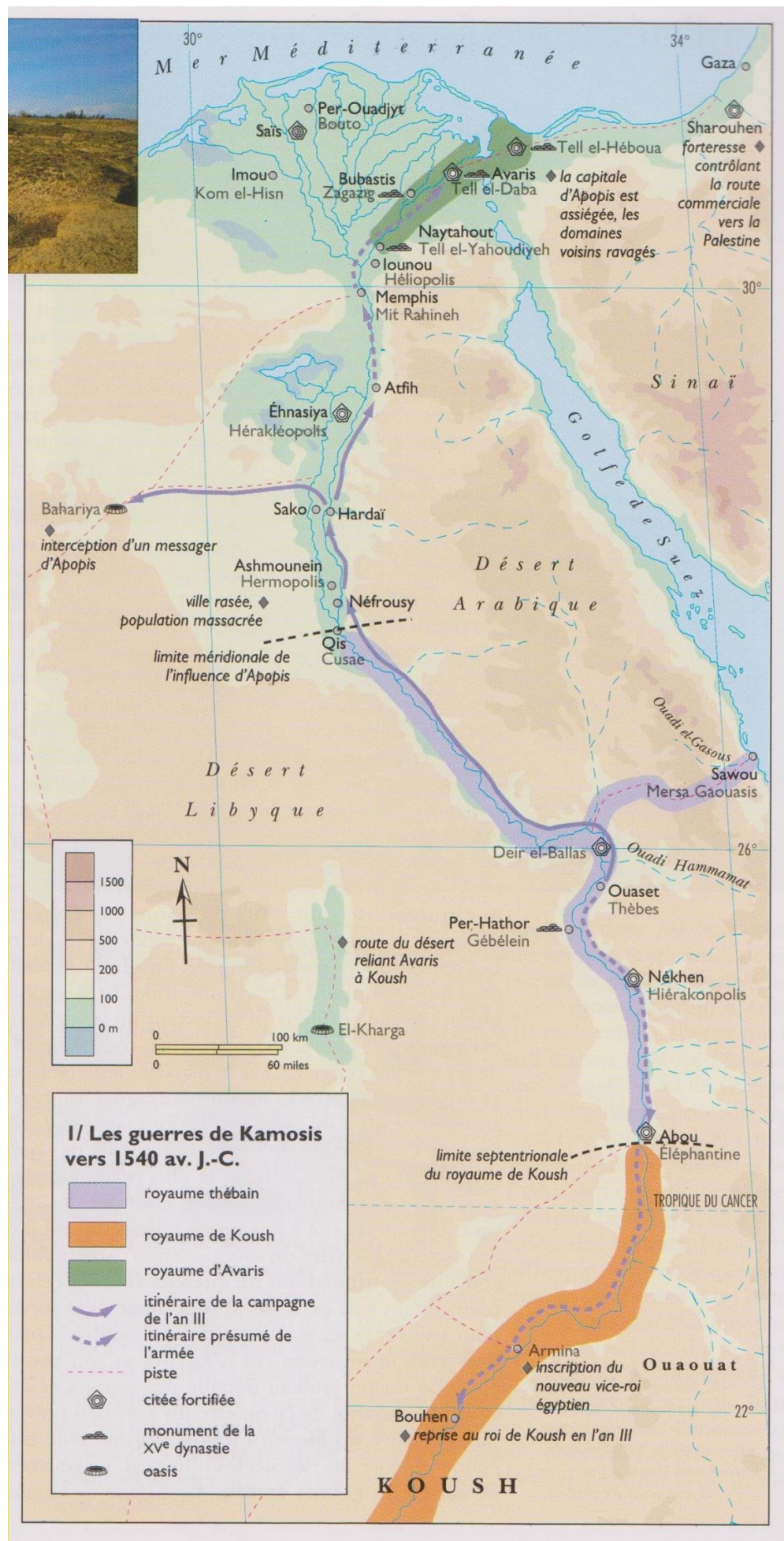
ANEXOS

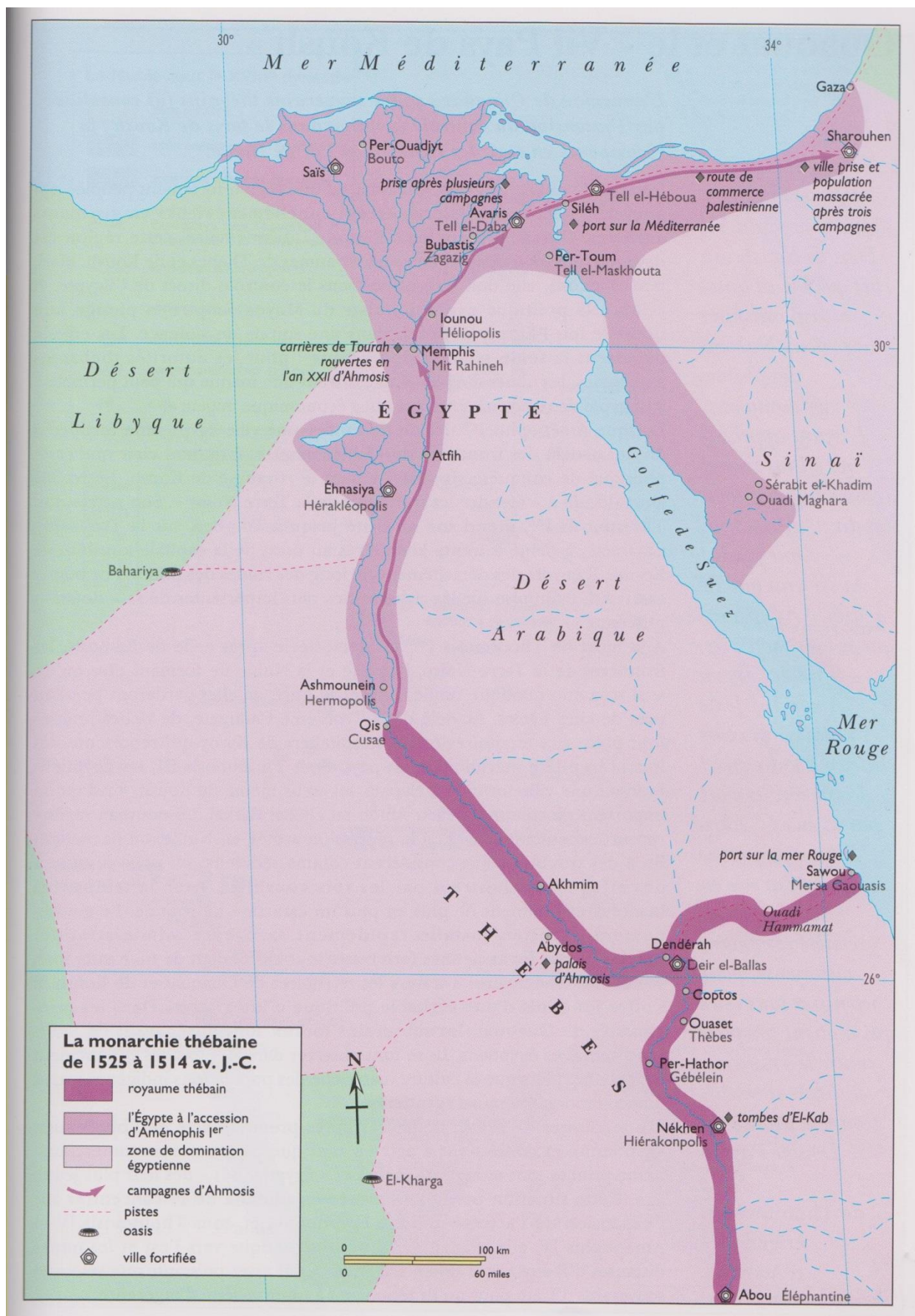


Mapa 1 – Trocas comerciais entre o Egito do Império Médio e o Próximo Oriente Antigo. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 49.]

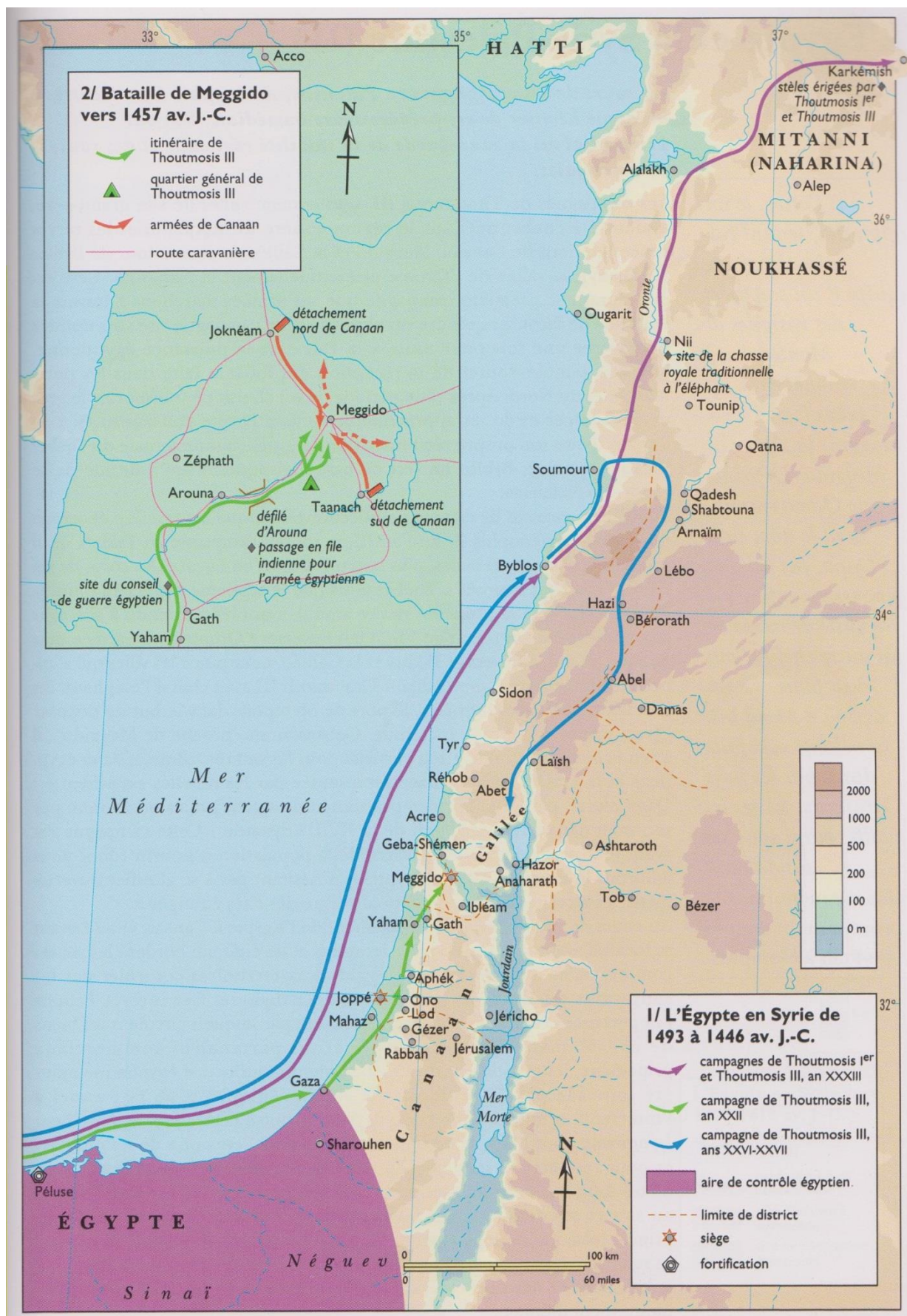
Mapa 2 – As guerras de Kamés contra o domínio hicsu.

[Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 55.]





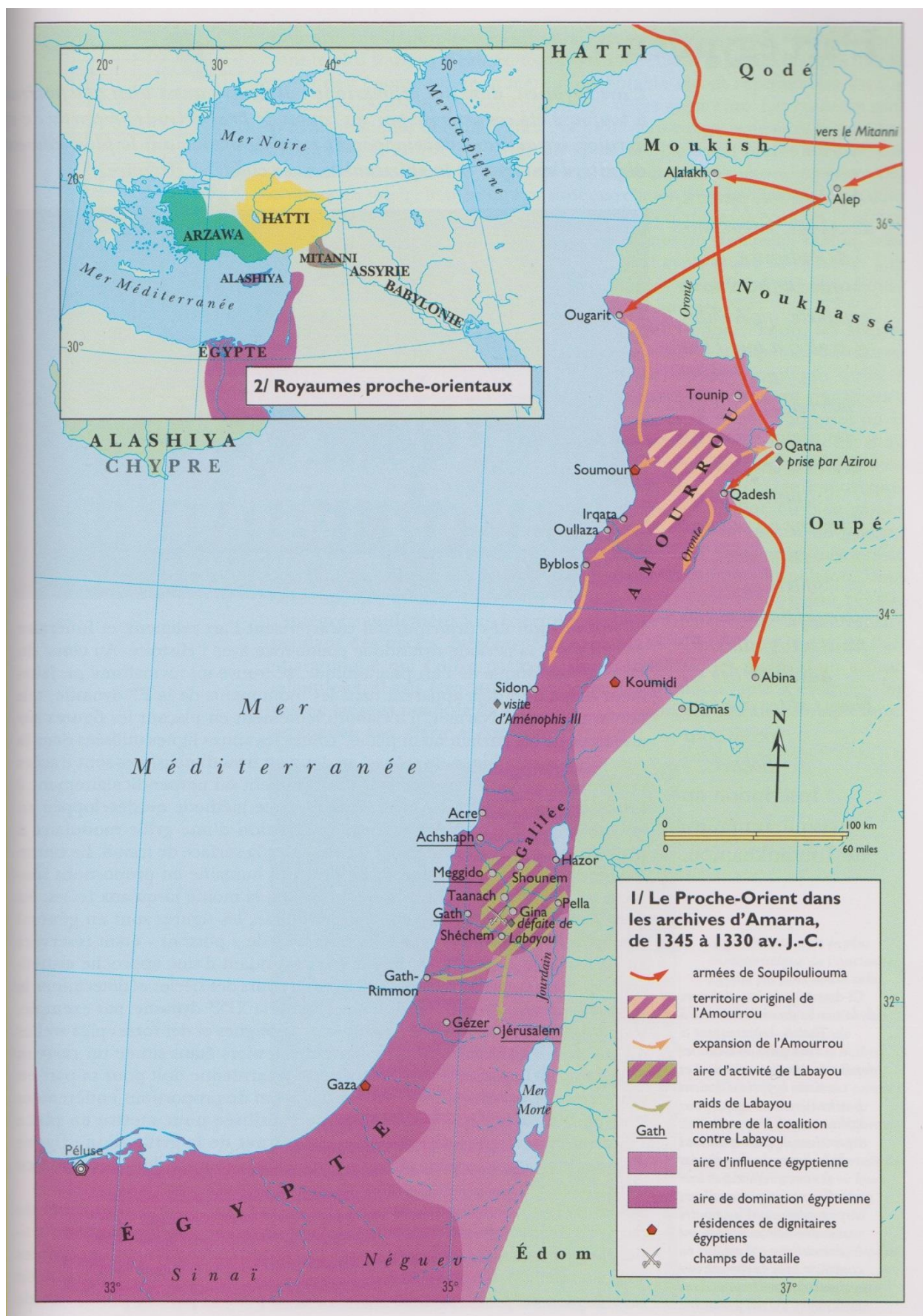
Mapa 3 – A monarquia tebana de 1525 a 1514 a. C. [Extraído de MANLEY, *Altas Historique*, p. 67.]



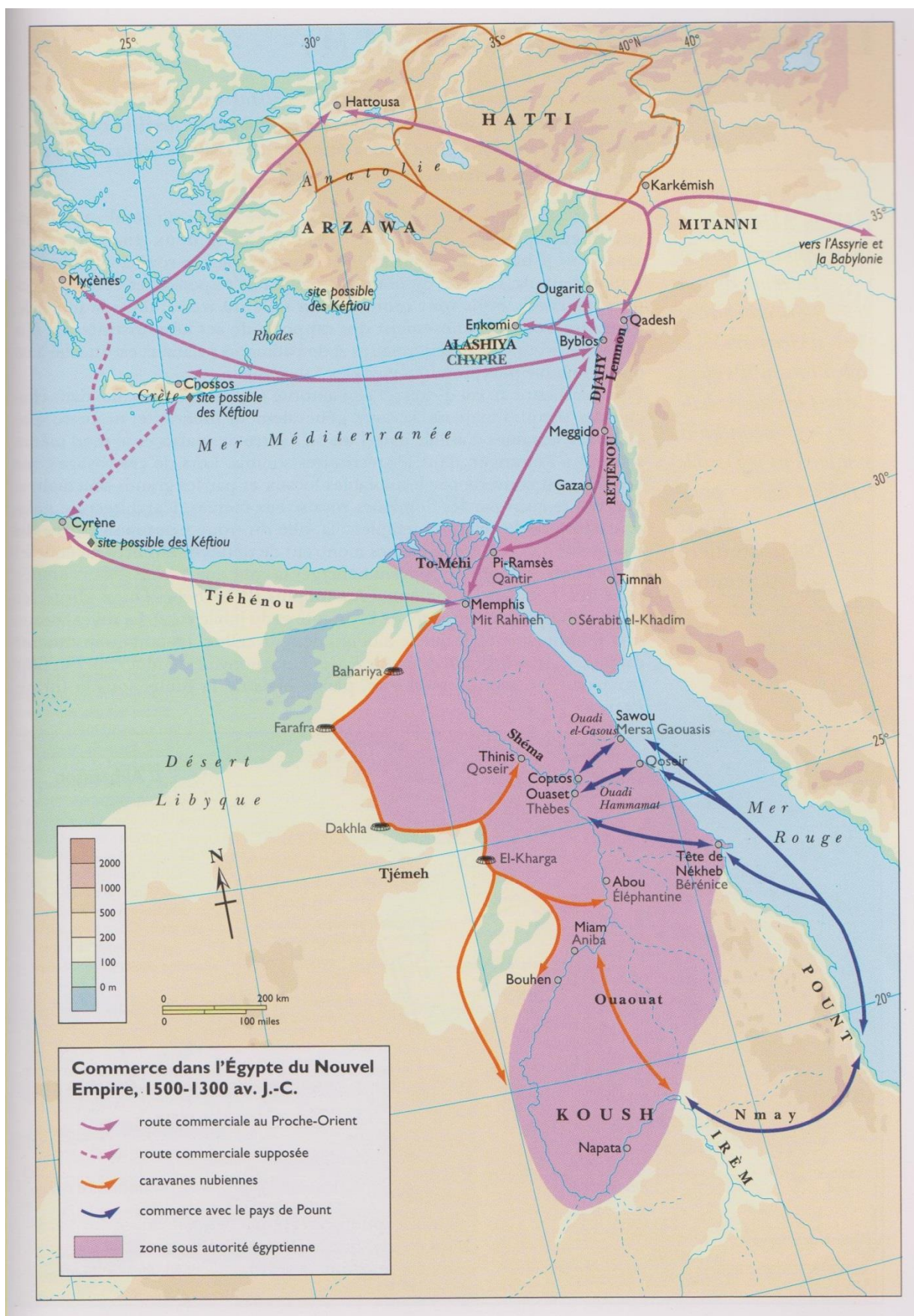
Mapa 4 – As campanhas militares de Tutmés III. Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 71.



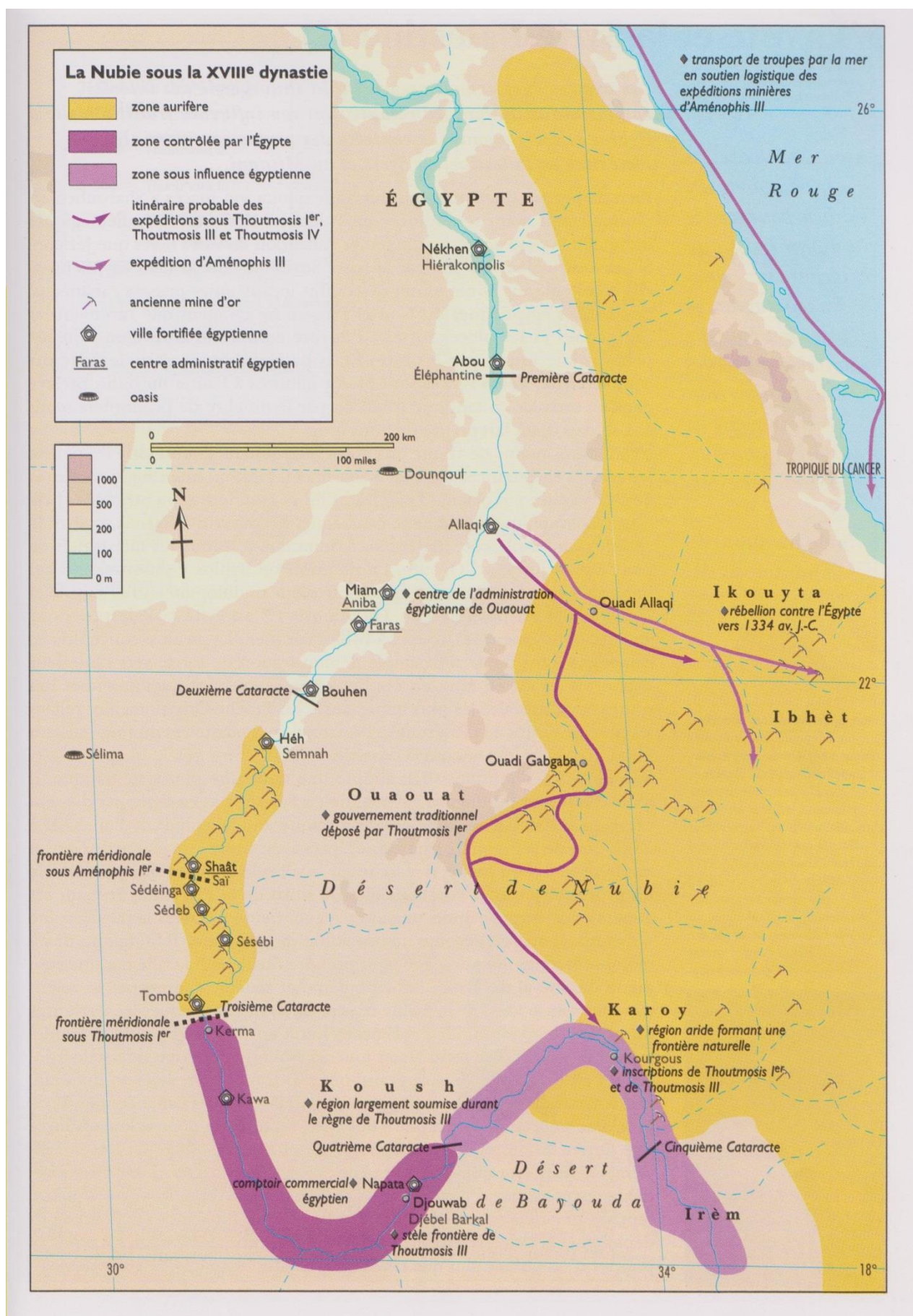
Mapa 5 – As campanhas militares de Amen-hotep II. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 73.]



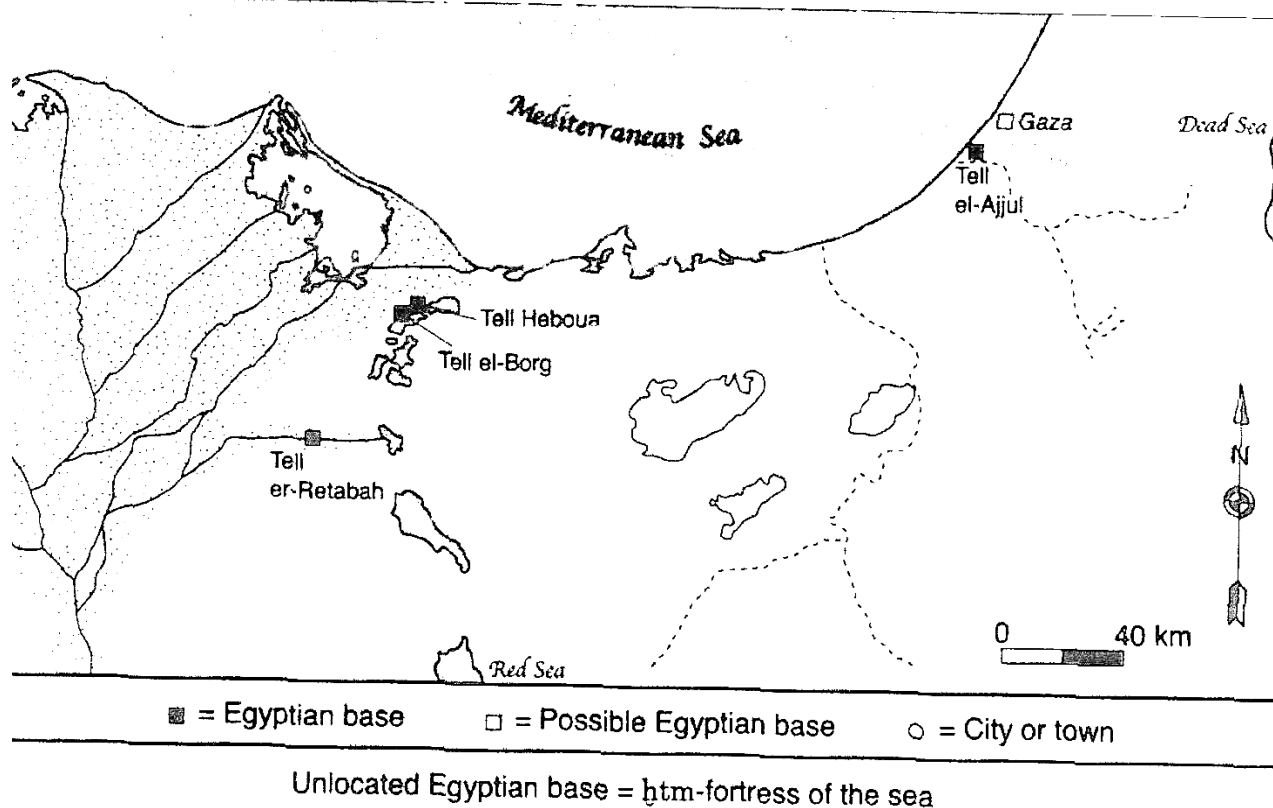
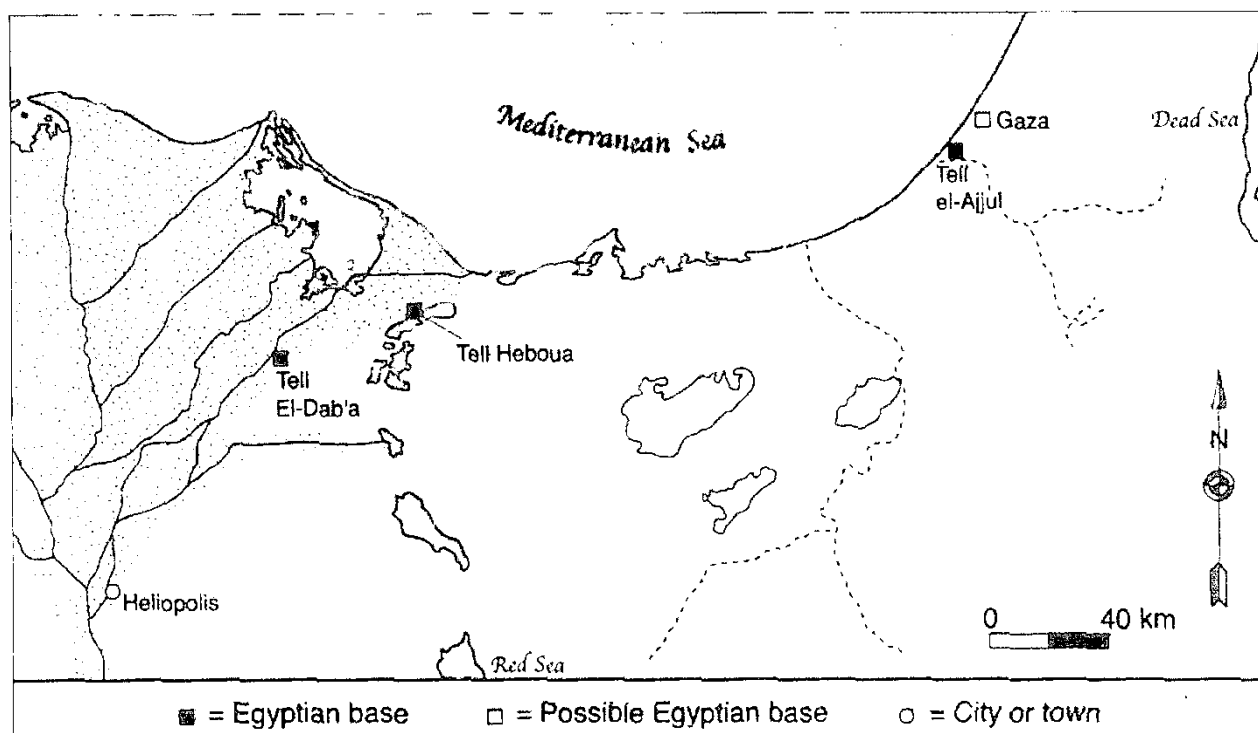
Mapa 6 – A Síria-Palestina no período de Amarna. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 81.]



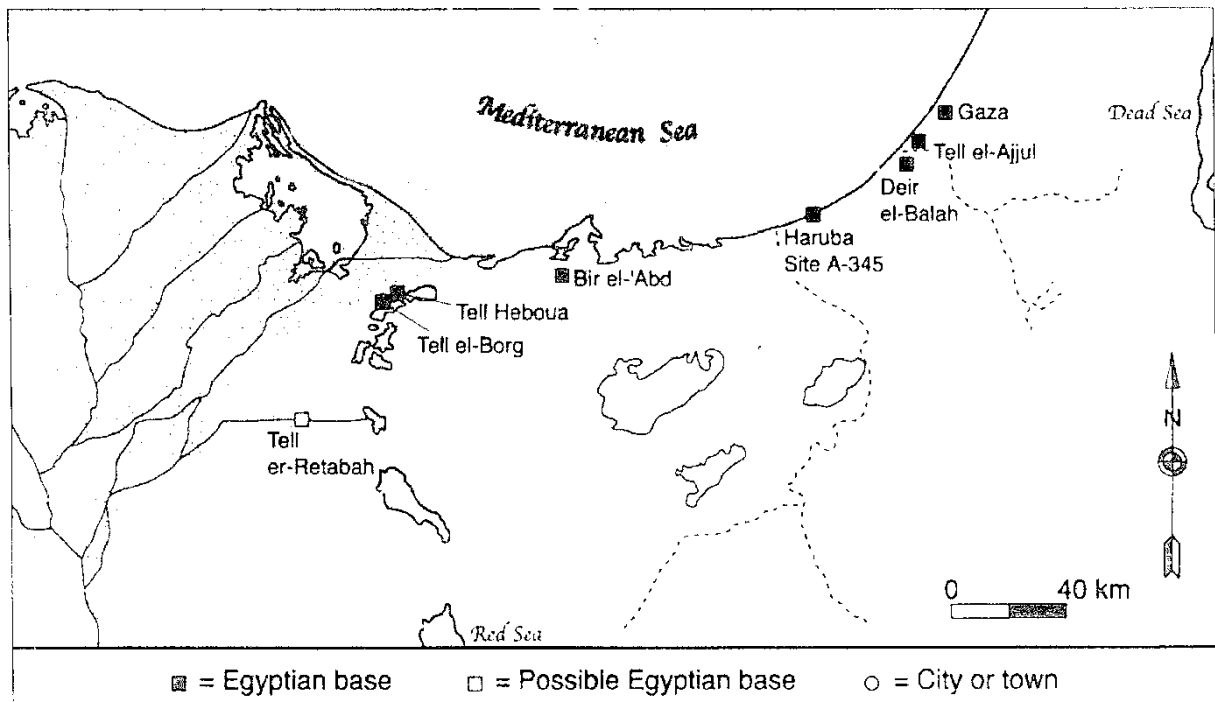
Mapa 7 – O comércio internacional na fase do Império Novo. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 75.]



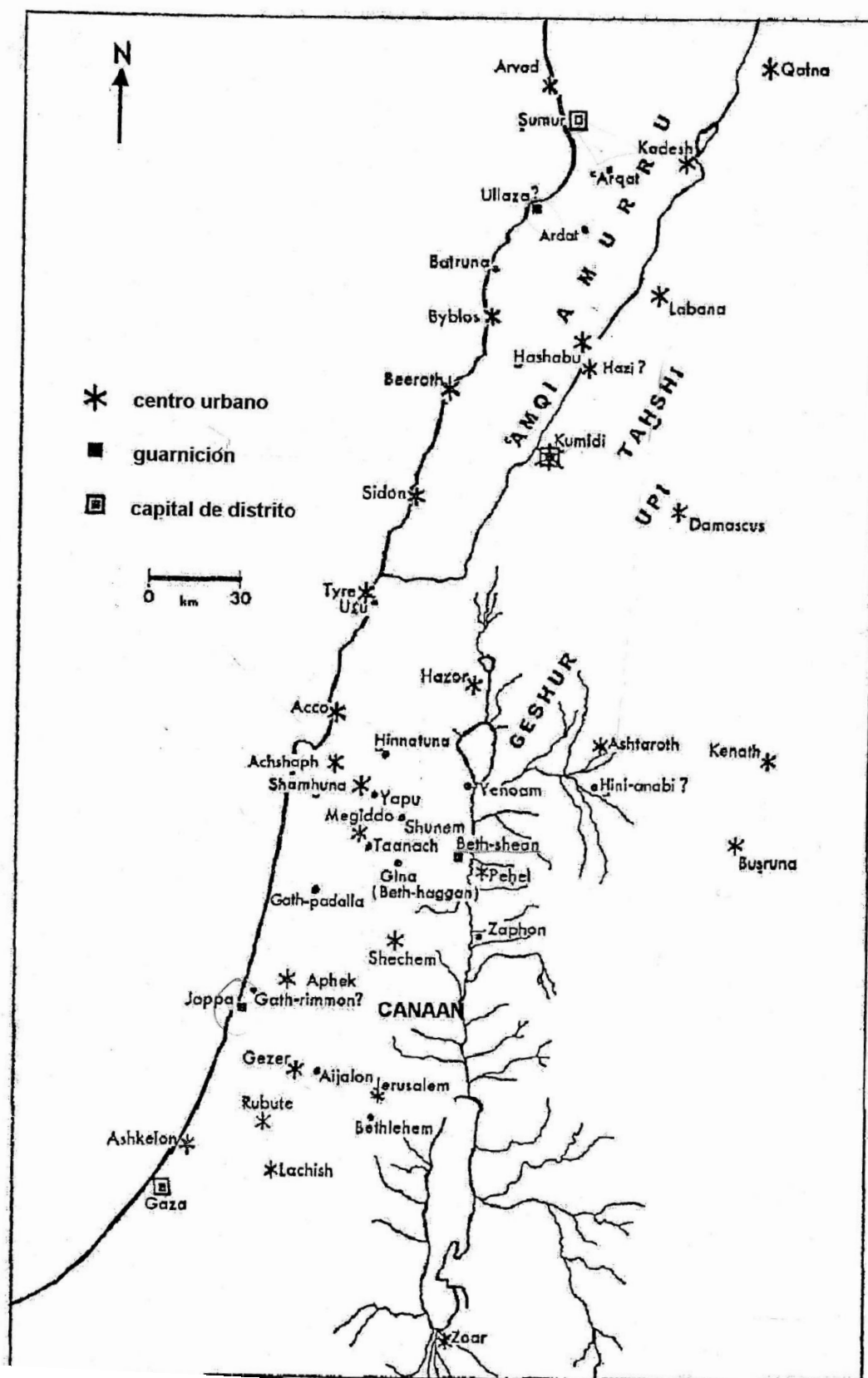
Mapa 8 – A Núbia na XVIII dinastia. [Extraído de MANLEY, *Atlas Historique*, p. 69.]



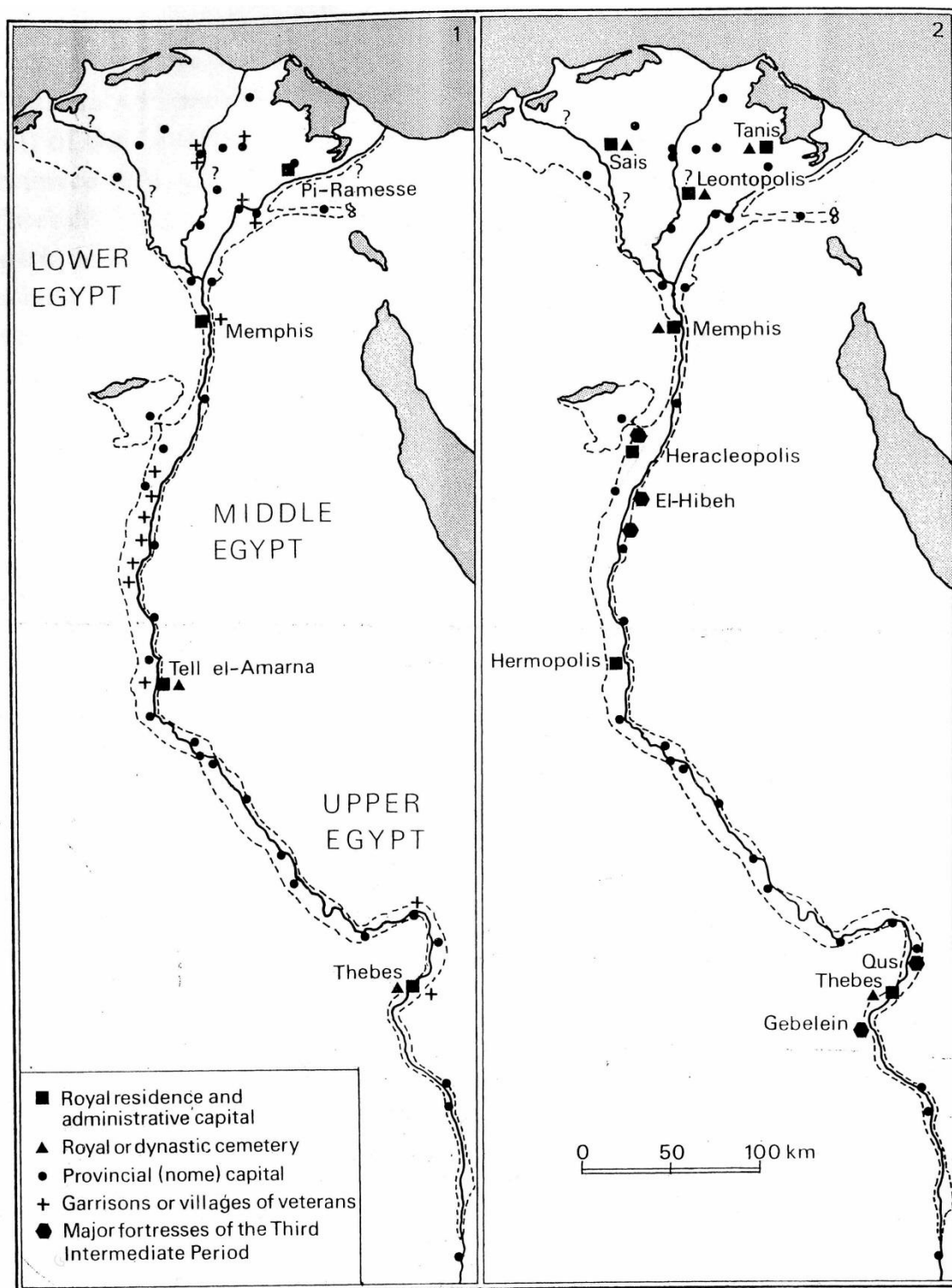
Mapa 9 – Posicionamento das bases de apoio egípcias no caminho para o Sul Palestino ao longo da XVIII dinastia, até ao reinado de Tutmés III. [Extraído de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, pp. 42 e 143.]



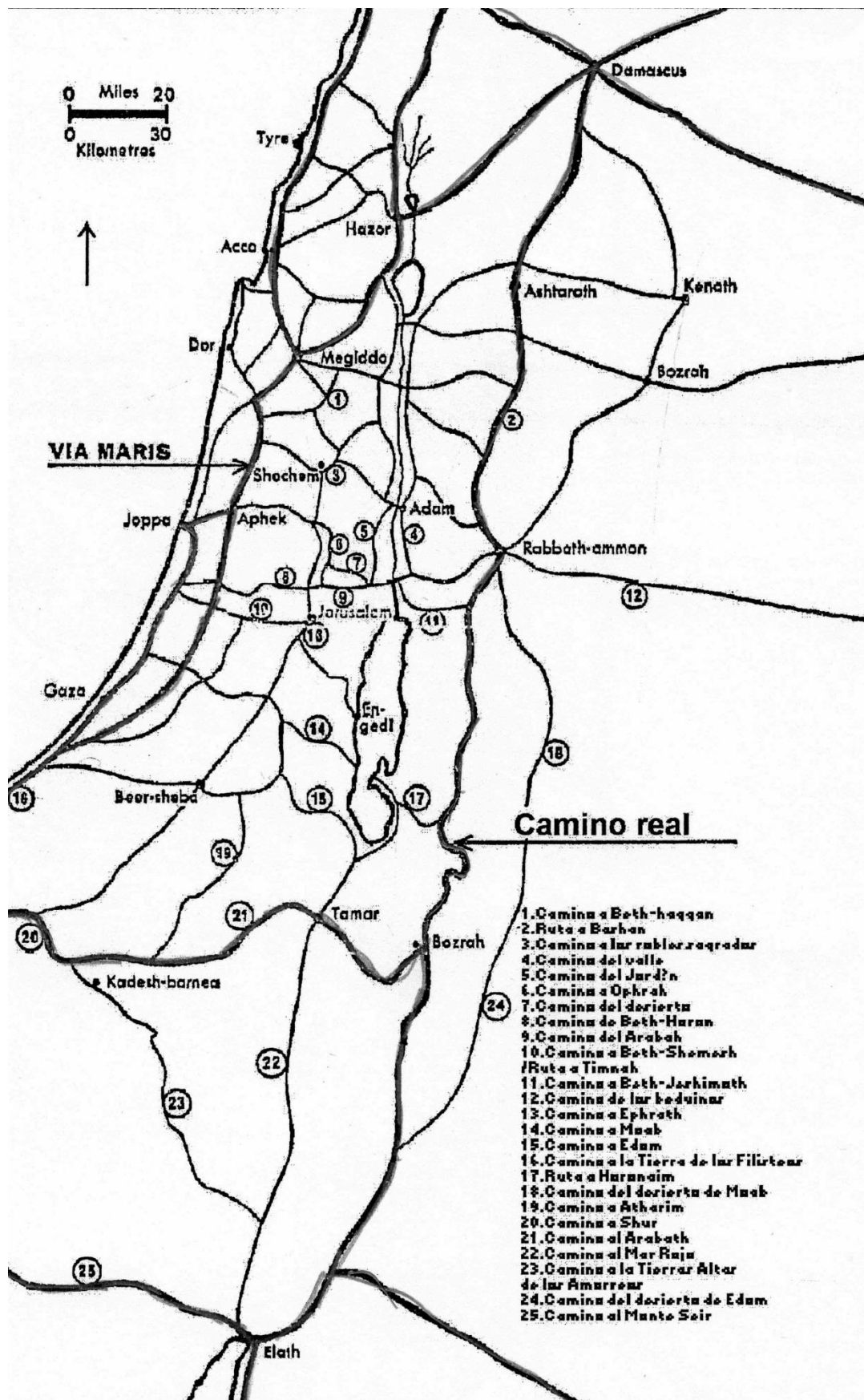
Mapa 10 – A evolução da estrutura militar e administrativa do Sinai depois do reinado de Tutmés III, numa XVIII dinastia mais tardia. [Extraído de MORRIS, *The Architecture of Imperialism*, p. 277.]



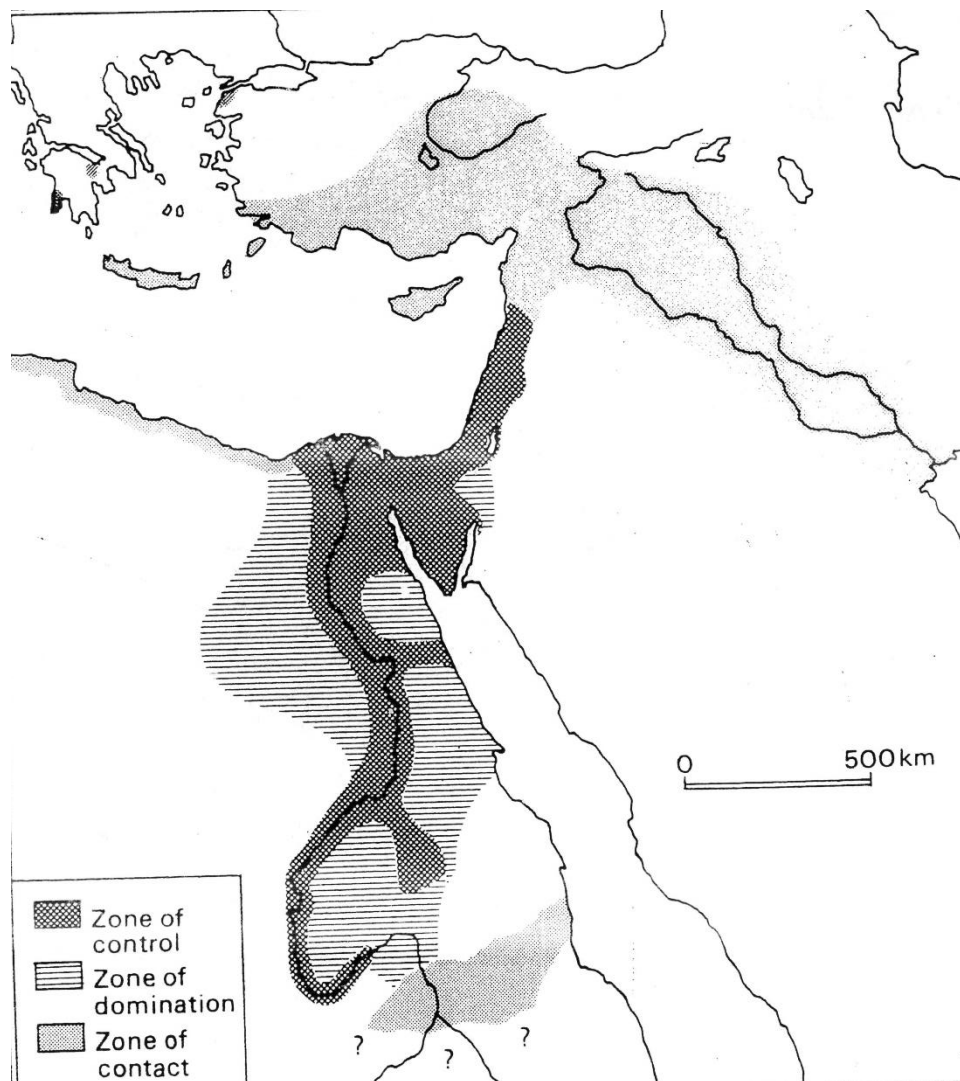
Mapa 11 – A organização administrativa da Síria-Palestina nos séculos XV e XIV a. C. [Extraído de SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 169.]



Mapa 12 – Mapa político do Egito no Império Novo (à esquerda) e Terceiro Período Intermediário (à direita). [Extraído de *Ancient Egypt, a social history*, p. 212.]



Mapa 13 – Rotas terrestres na Síria-Palestina. [Extraído de SINGER, *El Intercambio de Bienes*, p. 170.]



Mapa 14 – Fronteiras e liminaridades no Império Novo. [Extraído de *Ancient Egypt: a social history*, p. 210.]

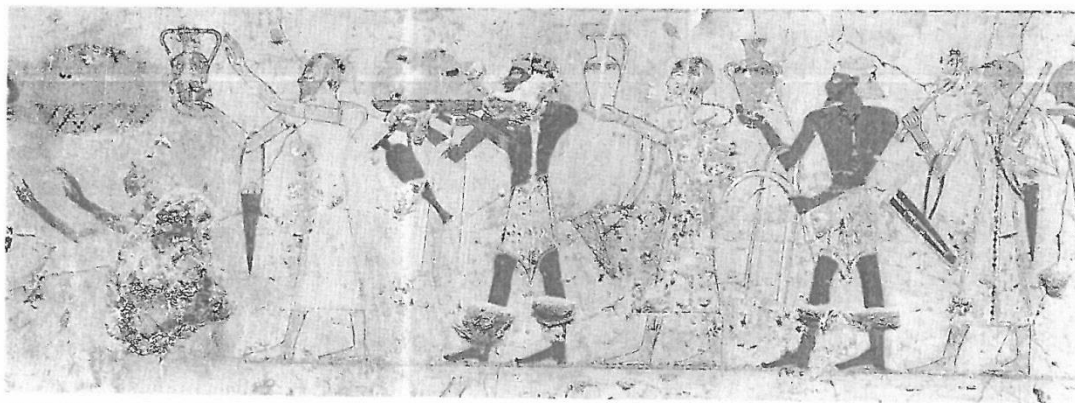


Ilustração 1 – O rei de Kadech e outros sírios trazem tributo ao faraó (túmulo de Menkheperreseneb). [Extraído de *ANEP*, p. 16.]



Ilustração 2 – Sírios prestando homenagem ao faraó e levando-lhe o seu tributo. [Extraído de *ANEP*, p. 16.]

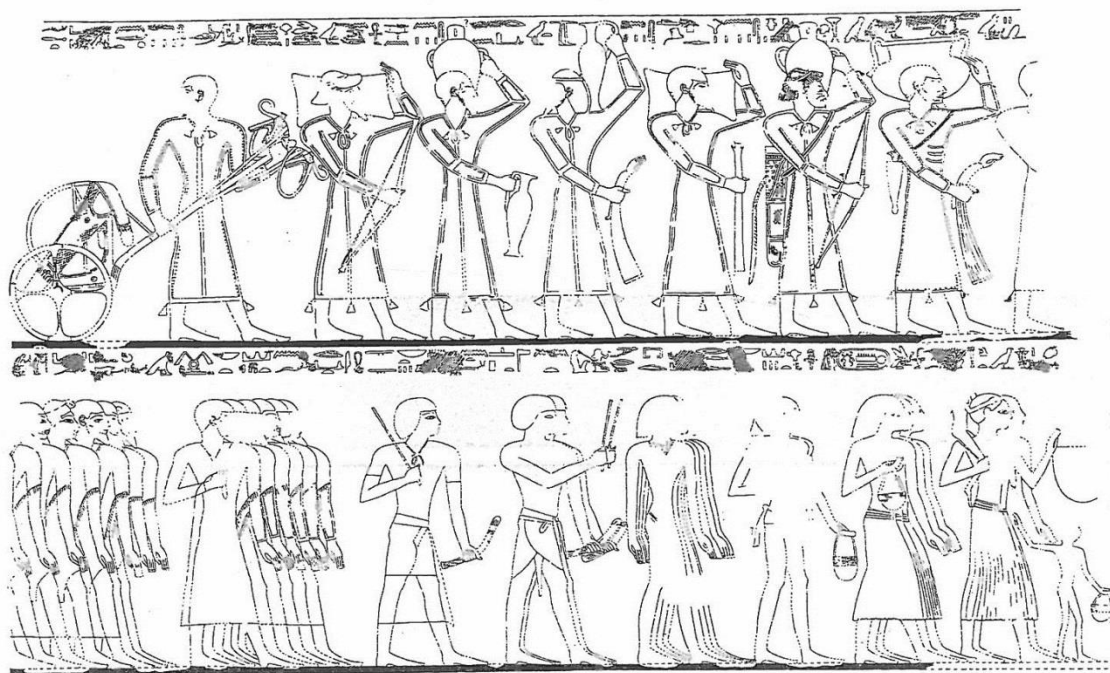


Ilustração 3 – No registro superior, os chefes da Síria-Palestina, e no registro inferior, os estrangeiros cativos que serão propriedade do templo de Amon (túmulo de Rekhmiré). [Extraído de *IEI*, p. 146.]

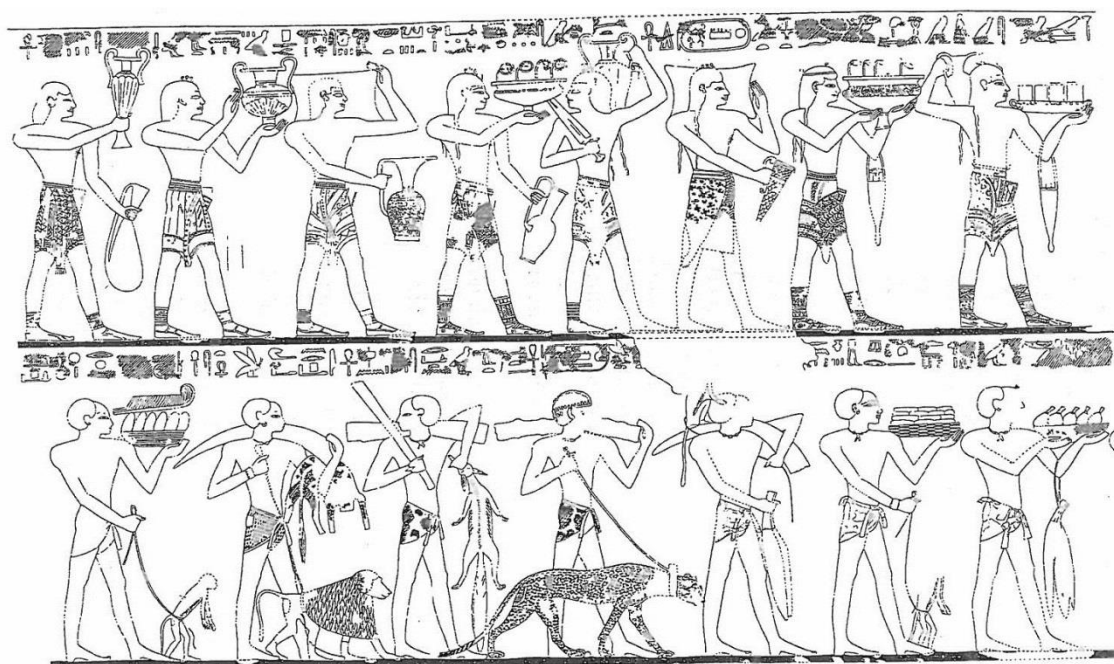


Ilustração 4 – No registro superior, representantes de populações da área do Egeu, referindo o texto que eles vieram do Uadj-uer (o mar Mediterrâneo), e na cena inferior, núbios trazendo presentes e tributos ao faraó (túmulo de Rekhmiré). [Extraído de *IEI*, p. 145.]

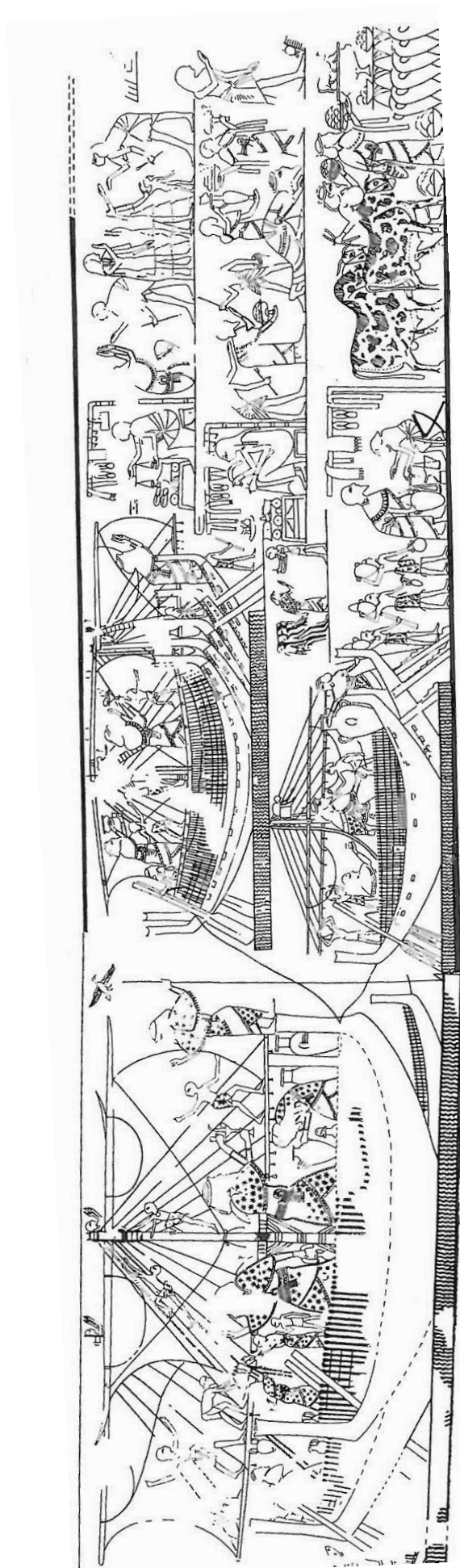


Ilustração 5 – Cena de um porto egípcio, com descarregamento de mercadorias/tributos trazidos pelos asiáticos e registados à chegada. [Extraído de *ANEP*, p. 33.]

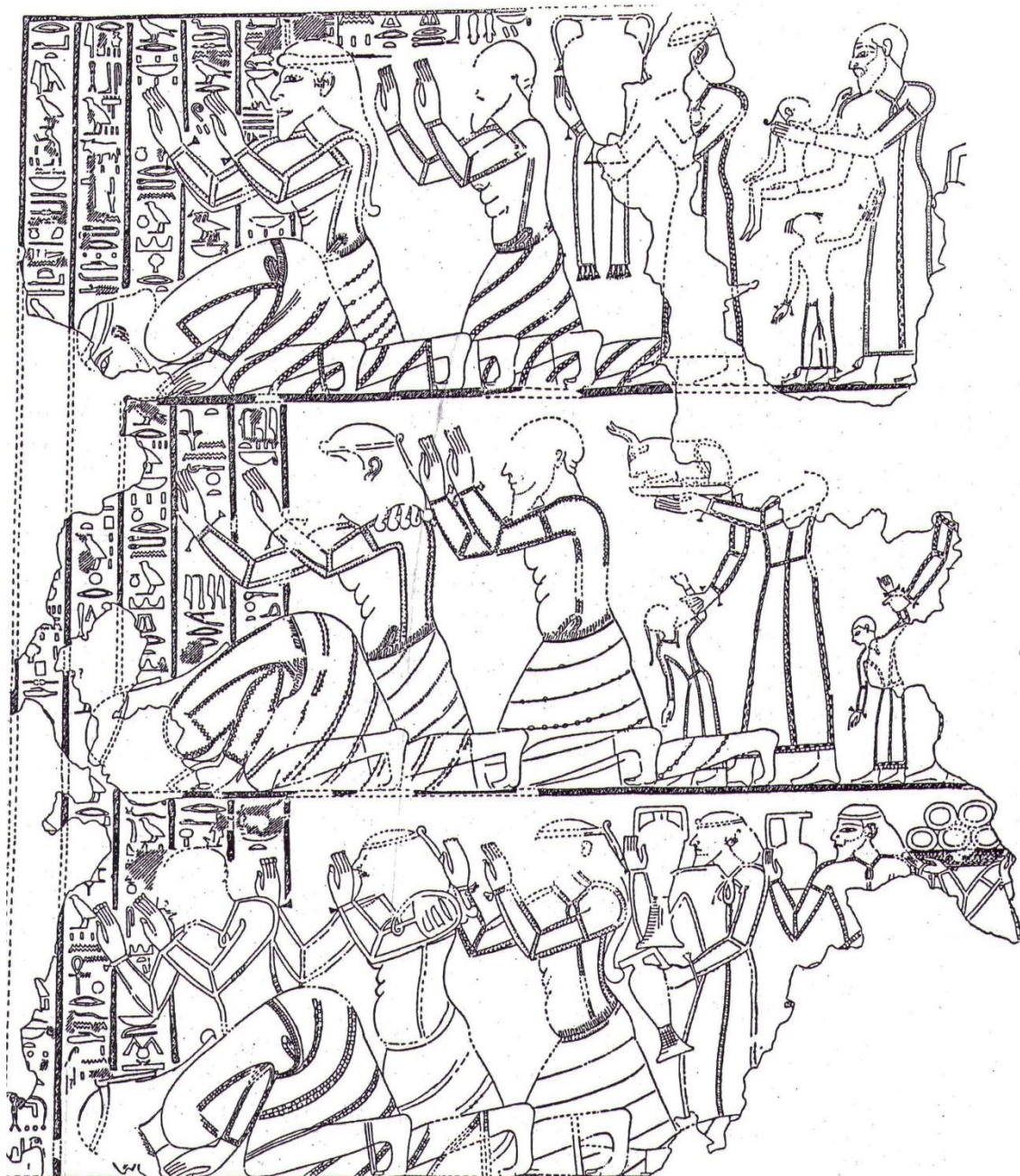


Ilustração 6 – Delegações da Síria-Palestina vêm perante Tutmés III (túmulo de Amenemheb). [Extraído de *IEI*, p. 133.]



Ilustração 7 – Chefes da Síria-Palestina trazem os seus produtos ao faraó. De acordo com as legendas hieroglíficas, as personagens em cima são apresentadas como sendo o «chefe de Creta» (*uer en Keftiu*), que está beijando o solo, depois o «chefe do Hatti» (*uer en Kheta*), e de pé, levando uma criança, o «chefe de Tunip» (*uer en Tjenup*). Em baixo dois dos produtos são identificados como ouro (*nebu*) e lápis-lazúli (*khesebed*), seguindo-se o «chefe de Kadech» (*uer en Kadech*). Trata-se de uma metáfora da subordinação dos estrangeiros ao poder egípcio (túmulo de Menkheperreseneb). [Extraído de *IEI*, p. 135.]

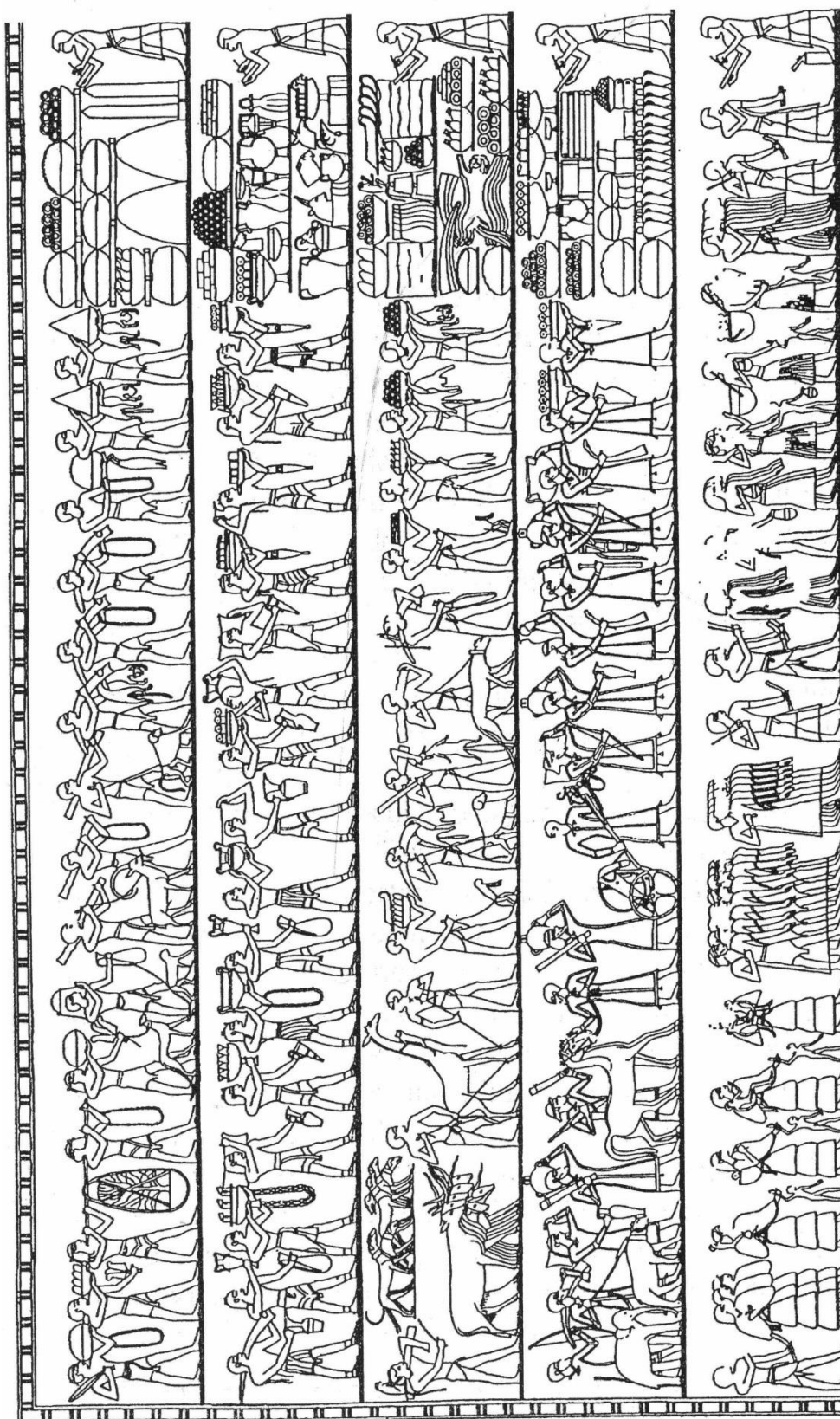


Ilustração 8 – Diferentes grupos de estrangeiros trazem os seus tributos a Tutmés III (túmulo de Rekhmiré). [Extraído de *IEI*, p. 141.]

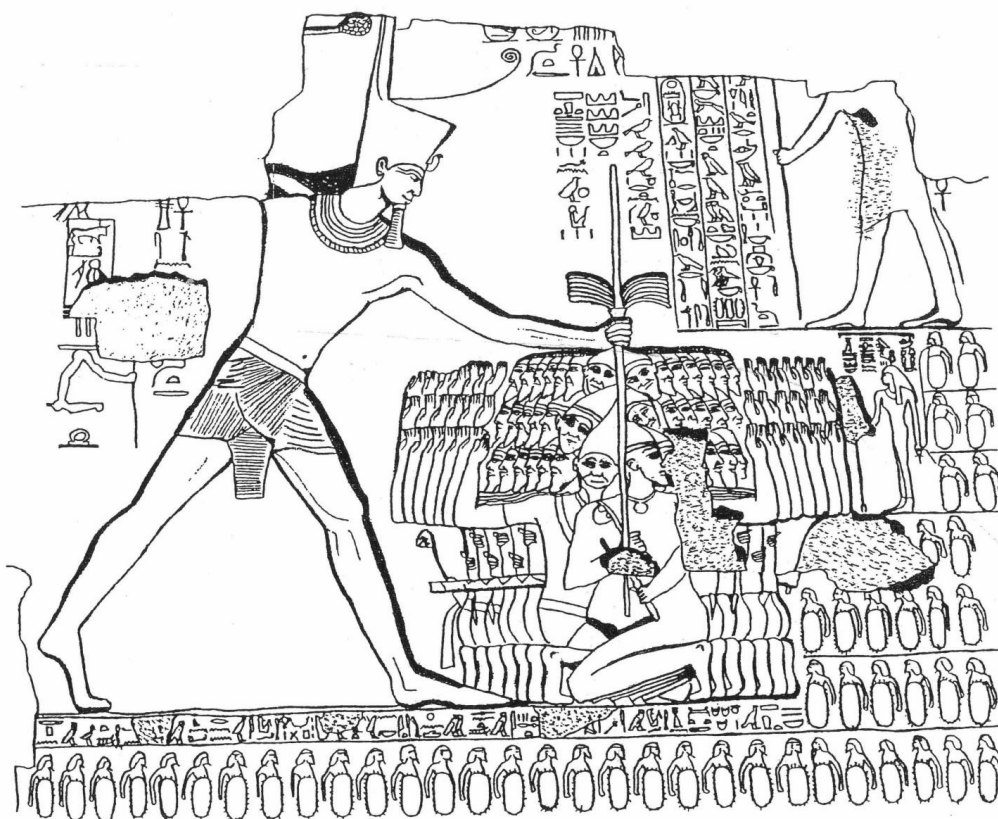


Ilustração 9 – Tutmés III submete os povos estrangeiros da Ásia, vendo-se a lista das cidades conquistadas e que na imagem se identificam como prisioneiros amarrados e cartelas amuralhadas. Pilone VII de Karnak. [Extraído de *IEI*, p. 103.]

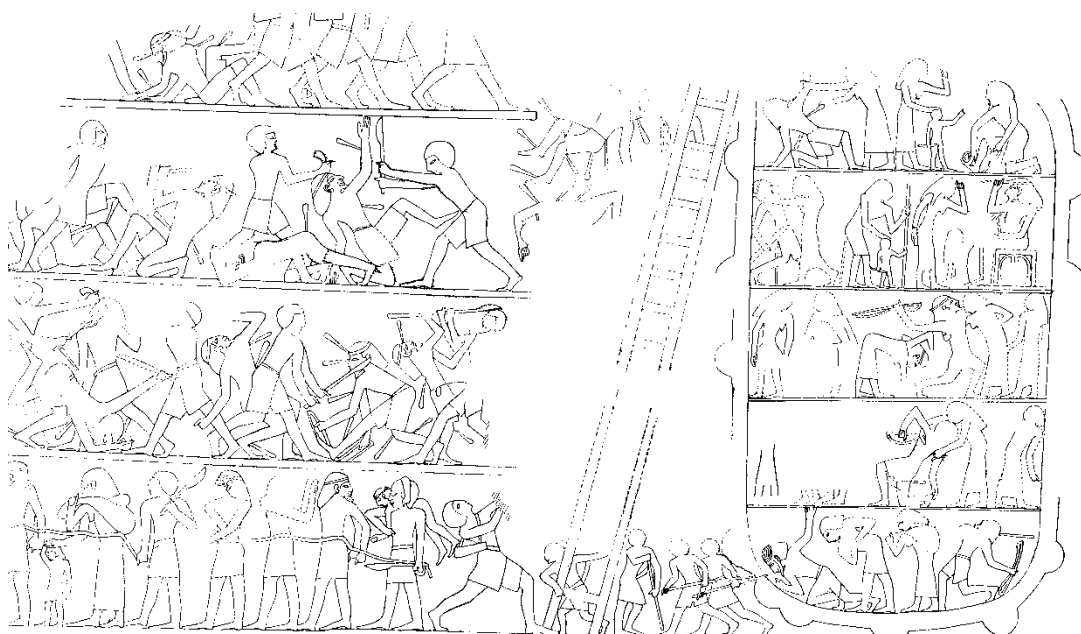


Ilustração 10 – Soldados egípcios atacam uma fortaleza asiática com cenas de combate dentro da cidade, culminando com o desfile dos cativos (em baixo). [Extraído de *ANEP*, p. 101.]



Ilustração 11 – Baixo-relevo do sacerdote Amenemhat, finais da XVIII dinastia. Um dos nomes de Tutankhamun surge dentro de uma cartela na forma de Menkheperre (quarto nome da titulação real). [Extraído de *Arte Egípcia – Coleção Calouste Gulbenkian*, p. 97.]